

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”– UNESP

Faculdade de Ciências - Câmpus de Bauru

Departamento de Psicologia

Érico Bruno Viana Campos

ENSAIOS SOBRE A SUBLIMAÇÃO

Bauru

2025

Érico Bruno Viana Campos

ENSAIOS SOBRE A SUBLIMAÇÃO

Tese de Livre-Docência apresentada ao Departamento de Psicologia, da Faculdade de Ciências, como parte dos requisitos para obtenção do título de Livre Docente em Fundamentos da Psicanálise.

Bauru

2025

Campos, Érico Bruno Viana Campos.
Ensaaios sobre a Sublimação / Érico Bruno Viana
Campos - Bauru, 2025
291 f.

Tese (livre-docência)-Universidade Estadual
Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências, Bauru

1. Psicanálise. 2. Sublimação. 3. Psicologia
Social. 4. Cultura e Personalidade. I. Universidade
Estadual Paulista. Faculdade de Ciências. II. Título.

RESUMO

A sublimação é um conceito metapsicológico essencial para compreender as relações entre desejo e cultura. Esta tese desenvolve em três ensaios um percurso de problematização desse conceito, com o intuito de fundamentar uma visão crítica sobre a psicanálise dos fenômenos sociais e culturais. Trata-se de um trabalho teórico-conceitual baseado em revisão narrativa de literatura do campo psicanalítico e na revisão, atualização e compilação de trabalhos anteriores do autor de forma a sistematizar os principais resultados e conclusões de sua linha de pesquisa na instituição. O primeiro ensaio apresenta uma caracterização metapsicológica geral do conceito de sublimação na obra freudiana, destacando dois modelos de sublimação: primária e secundária. O segundo ensaio apresenta três vertentes de interpretação do legado freudiano na era das escolas: como mecanismo de defesa na psicologia do ego, como reparação simbólica e criatividade nas teorias de relações de objeto, como expressão da negatividade originária nas abordagens francesas. O terceiro ensaio aborda a sublimação à prova do social na era contemporânea, por meio de um recorte de contribuições da psicanálise brasileira em que se destaca a proposição de uma sublimação e do fomento à função fraterna. Conclui-se que o resgate da segunda teoria da sublimação por meio desses aportes contemporâneos indica a necessidade de se considerar um trabalho de sublimação, que indica um reposicionamento ético-político para a psicanálise centrado na gestão do desamparo e na implicação subjetiva.

Palavras-chave: Psicanálise, Sublimação, Psicologia Social, Cultura e Personalidade.

ABSTRACT

Sublimation is a metapsychological concept that is essential for understanding the relationship between desire and culture. This thesis develops, in three essays, a path of problematization of this concept, with the aim of supporting a critical view of the psychoanalysis of social and cultural phenomena. This is a theoretical-conceptual work based on a narrative review of literature in the psychoanalytic field and on the review, update and compilation of previous works by the author in order to systematize the main results and conclusions of his line of research at the institution. The first essay presents a general metapsychological characterization of the concept of sublimation in Freudian work, highlighting two models of sublimation: primary and secondary. The second essay presents three strands of interpretation of the Freudian legacy in the era of the schools: as a defense mechanism in ego psychology, as symbolic reparation and creativity in theories of object relations, and as an expression of original negativity in the French approaches. The third essay addresses socially-proof sublimation in the contemporary era, through a selection of contributions from Brazilian psychoanalysis, highlighting the proposition of a sublime action and the promotion of the fraternal function. It is concluded that the recovery of the second theory of sublimation through these contemporary contributions indicates the need to consider a work of sublimation, which indicates an ethical-political repositioning for psychoanalysis centered on the management of helplessness and subjective implication.

Keywords: Psychoanalysis, Sublimation, Social Psychology, Culture and Personality.

SUMÁRIO

<u>AGRADECIMENTOS</u>	<u>7</u>
<u>INTRODUÇÃO</u>	<u>8</u>
<u>CAPÍTULO I - A PROBLEMÁTICA DA SUBLIMAÇÃO EM FREUD</u>	<u>15</u>
<u>Introdução</u>	<u>15</u>
<u>Panorama Geral</u>	<u>19</u>
<u>Primeiro Tempo: Dessexualização</u>	<u>25</u>
<u>Segundo Tempo: Erotização</u>	<u>40</u>
<u>Desvio por Laplanche: um Momento Originário</u>	<u>54</u>
<u>Visão de Conjunto: Sublimação Primária e Secundária</u>	<u>65</u>
<u>Considerações Finais</u>	<u>80</u>
<u>CAPÍTULO II - OS DESTINOS DA SUBLIMAÇÃO NA ERA DA ESCOLAS</u>	<u>83</u>
<u>Introdução</u>	<u>83</u>
<u>Resgate dos Fundamentos da Problemática</u>	<u>86</u>
<u>Vertente Norte-Americana: Sublimação como Mecanismo de Defesa</u>	<u>92</u>
<u>Vertente Britânica: Sublimação como Reparação Simbólica e Criatividade</u>	<u>97</u>
<u>Vertente Francesa: Sublimação como Indicação da Negatividade Originária</u>	<u>117</u>
<u>Trabalhando a Partir das Diferentes Vertentes</u>	<u>130</u>
<u>Considerações Finais</u>	<u>152</u>
<u>CAPÍTULO III - A SUBLIMAÇÃO À PROVA DO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE</u>	<u>156</u>
<u>Introdução</u>	<u>156</u>
<u>Resgate da Problemática à Francesa</u>	<u>162</u>
<u>Subjetividades Contemporâneas à Brasileira</u>	<u>170</u>
<u>Retorno à Sublimação pela Categoria do Trabalho</u>	<u>204</u>
<u>Leituras Específicas sobre a Sublimação: os Destinos da Pulsão de Morte</u>	<u>220</u>
<u>Psicanálise à Prova do Social: da Sublime-Ação à Função Fraternal</u>	<u>231</u>
<u>Considerações Finais</u>	<u>261</u>
<u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	<u>265</u>
<u>REFERÊNCIAS</u>	<u>277</u>

AGRADECIMENTOS

Ao Departamento de Psicologia e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, com todos os seus membros docentes e servidores, por proporcionar o espaço e as condições necessárias para a realização do percurso que levou à realização deste trabalho. Aos órgãos de fomento que financiaram direta ou indiretamente o percurso de trabalho que redundou nesta tese (CAPES, CNPq e FAPESP).

Aos integrantes docentes do Núcleo de Estudos Extensão e Pesquisa em Psicanálise (NEEPPSICA) da UNESP de Bauru, pelas trocas, colaborações e parcerias ao longo de todos estes anos de trabalho, Edson Castro, Christiane Carrijo, Josiane Bocchi e Patrícia Porchat.

Aos docentes e hoje colegas que participaram significativamente da minha formação e que me acompanharam em todos esses anos. Em especial, aos meus orientadores para a vida acadêmica até hoje, Nelson Coelho Junior e Ana Maria Loffredo.

Aos colegas de outras parcerias e redes de colaboração que fomos tecendo ao longo desses anos, no Instituto Brasileiro de Psicanálise, no GT de Psicanálise e Clínica Ampliada da ANPEPP e no LIPSIC (PUC/USP). Aos membros da banca de concurso, que gentilmente se disponibilizaram a participar desse momento e avaliar meu trabalho.

Aos discentes que tive a oportunidade de ensinar em sala de aula, acompanhar em supervisão, em extensão ou orientar em pesquisa, em todos esses anos de docência. São muitas as pessoas com quem nos encontramos e afetamos mutuamente nesse trabalho tão rico e frutífero.

À minha família – Mirella e Renato – pelo apoio incondicional de sempre e por dividirem a jornada da vida comigo. Essa conquista é nossa, meus amores.

INTRODUÇÃO

A sublimação é um dos conceitos fundamentais para compreender a articulação entre indivíduo e cultura em psicanálise. Sua posição teórica é tão essencial que se pode afirmar que, no âmbito da teoria pulsional, ele ocuparia o lugar de um conceito-limite entre o psiquismo individual e as estruturas sociais. Isso porque é uma concepção que abrange desde a metapsicologia, pois é um operador dinâmico do psiquismo, até teoria psicanalítica da cultura, pois é um fundamento dos vínculos sociais, passando pela teoria da técnica, pois é um valorizado parâmetro de cura.

Contudo, esse é um conceito muito pouco explorado e desenvolvido na teoria psicanalítica. Na verdade, é mais uma concepção geral do que um conceito bem definido e delimitado, cuja descrição é muito genérica e, muitas vezes, cuja compreensão é imediatamente suposta como algo simples. Isso faz com que o termo sublimação muito facilmente caia no senso comum psicanalítico, servindo muito mais como um jargão ou tendo a função de uma posição ideológica. Mas basta um olhar mais atento para qualquer dimensão da sublimação que logo se observa uma série de incongruências, contradições e ambiguidades, a começar por saber se é um destino pulsional, um mecanismo de defesa ou um parâmetro ético.

Diante disso, no âmbito do meu trabalho acadêmico de docente no departamento de psicologia da UNESP de Bauru propus desde 2014 um conjunto de projetos de pesquisa para delimitar e analisar a problemática da sublimação em psicanálise. Além de dois projetos trienais institucionais, desenvolvi um projeto de pesquisa financiado no CNPq e um estágio de pós-doutoramento no Instituto de Psicologia da USP. O intuito era caracterizar e discutir o potencial da sublimação como operador conceitual paradigmático para a compreensão do destino das pulsões no plano social. Nesse sentido, buscava fundamentar a compreensão da

chamada psicanálise dos fenômenos sociais e culturais ou, mais classicamente, “psicanálise aplicada”, por meio da problemática central da sublimação, pensando-a articulada a sua configuração mais propriamente contemporânea.

Isso se justifica porque uma discussão dos fenômenos sociais e culturais é hoje uma área relevante do campo de pesquisas e intervenções em psicanálise, mas tal ampliação não foi acompanhada por um aprofundamento da concepção de sublimação. Pelo contrário, a tendência no campo psicanalítico hoje é desconsiderar a problemática da sublimação, tratando-a como um conceito ultrapassado. Parece-me que uma vez que a psicanálise passou a considerar a subjetividade produto de uma articulação de sentido, ultrapassando a dicotomia entre psiquismo individual *versus* ambiente social, o conceito perdeu o seu valor. É comum se restringir a reafirmar a concepção clássica de sublimação, a saber, a concepção de um deslocamento do objeto sexual para um objeto socialmente valorizado, mas isso, na atualidade, muitas vezes se torna um enunciado vazio, já que o objeto da realidade social compartilhada e o objeto do desejo psíquico individual são da mesma natureza e a força que os move é uma só: a pulsão. Em outras palavras, na medida em que a condição “sexual” do desejo vai se ampliando a ponto de se tornar simplesmente uma tendência geral à união, ou seja, *Eros*, quando não uma intencionalidade geral em busca de significação, ou seja, *desejo*, não faz mais muito sentido descrever um destino específico “sublimatório”. Entendo que esse seja o principal motivo para o esvaziamento do discurso psicanalítico sobre a sublimação na atualidade, pois a questão toda acaba se resumindo à valorização social de um objeto de desejo, o que fala muito mais de um julgamento moral do que de uma compreensão da singularidade da construção de uma saída individual ou coletiva para o desejo.

Diante disso, propus resgatar a problemática da sublimação em Sigmund Freud, para aprofundar a radicalidade e a fecundidade da chamada segunda teoria da sublimação, utilizando essa hipótese de trabalho como norteador para a análise da literatura

contemporânea do campo psicanalítico sobre o tema. Seu objetivo geral consistia em analisar o campo conceitual da sublimação em psicanálise, buscando fundamentar a compreensão psicanalítica dos fenômenos sociais e culturais. Mais especificamente, eu buscava resgatar e aprofundar a segunda teoria da sublimação freudiana, articulando-a a propostas contemporâneas sobre o tema no campo psicanalítico, por meio das hipóteses da gestão do desamparo por meio da função fraterna, como forma de indicar os fundamentos para uma reflexão sobre as novas configurações da subjetividade pós-moderna.

A psicanálise dos fenômenos sociais e culturais é ainda uma área emergente de estudos psicanalíticos no campo da psicologia social. Sua origem remonta às prerrogativas e iniciativas freudianas sobre uma *psicanálise aplicada*, em sua apreciação de fenômenos culturais como a arte, a ciência e instituições morais e religiosas, além de uma compreensão geral da dinâmica dos grupos sociais e da própria estrutura social na sua relação com o desejo e a lei. Muitos modelos têm sido desenvolvidos na psicanálise contemporânea para fundamentar as diversas práticas da psicanálise fora da clínica padrão e todas eles convergem para uma discussão de elementos teórico-conceituais fundamentais da metapsicologia, em especial a questão dos destinos das pulsões no âmbito sociocultural. Nesse sentido, a problemática que este percurso de estudos trabalhou se mostra relevante no sentido de contribuir para a proposição e estabelecimento de fundamentação teórico-metodológica para um campo emergente e relevante de estudos psicanalíticos, que reflete em questões sociais da cultura contemporânea.

O núcleo desse trabalho mais dedicado e sistemático de pesquisa e trabalho sobre a problemática se encerrou em meados de 2020, mas continuou rendendo frutos diretos e indiretos. Além de publicações e novos projetos, ajudou a realizar seu intuito mais fundamental, que era consolidar uma linha de pesquisa no âmbito institucional. Diante disso, acreditei que depois de cerca de uma década trabalhando sobre essa temática e com um

percurso amadurecido, havia chegado o momento de resgatar e organizar todo esse percurso na proposta de uma tese, com intuito de transformá-la em livro.

Este é o compilado que agora se apresenta à leitura, congregando de forma revisada, ampliada e reorganizada os trabalhos mais importantes deste percurso. São todos ensaios teórico-conceituais baseados em metodologia de pesquisa teórica no campo psicanalítico, no delineamento que tenho denominado de pesquisa *sobre* psicanálise (Campos, 2021). O trabalho com história e epistemologia da psicanálise a partir de pesquisas teórico-conceituais tem sido uma vertente de destaque do meu trabalho como docente e pesquisador. Costumo desenvolver pesquisas orientadas por uma certa hermenêutica psicanalítica (Campos; Coelho Junior, 2010), inspirada em diálogo com autores do campo psicanalítico brasileiro mais contemporâneo que fazem o percurso de retorno aos fundamentos freudianos no contexto acadêmico-universitário (Mezan, 1985 2014). Contudo, propus para o livro a organização de ensaios mais livres do metodismo atualmente em voga das revisões sistemáticas de literatura, priorizando uma narratividade mais autoral e em alguns pontos também de cunho didático, embora ainda rigorosa em sua argumentação e priorizando escopos ampliados de abordagem e discussão. Cada um desses ensaios traz informações mais específicas sobre as origens de cada texto e suas balizas metodológicas gerais.

No fim das contas, cheguei à proposição de *três ensaios sobre a teoria da sublimação*. É uma paráfrase explícita do livro seminal freudiano sobre a teoria da sexualidade, que ganha uma certa atenuação no título pela autocrítica de não buscar se igualar e se identificar ao “pai” em pretensão e em contribuição para o campo psicanalítico. Todavia, o paralelo se justifica de várias maneiras.

Em primeiro lugar, porque a problemática da sublimação é parte da teoria das pulsões e se desenvolve inteiramente em contraponto à da sexualidade. Os ensaios seminais freudianos são o ponto de partida de um longo arco da obra, em que o campo das pulsões vai

se ampliando progressivamente, como o próprio autor reconhece ao final dela. Houve inicialmente o descolamento da sexualidade da montagem biológica funcional e autoconservadora, depois a contribuição da sexualidade para a própria constituição e conservação das instâncias psíquicas por meio do investimento narcísico da libido no eu, recaindo, por fim, na configuração do além do princípio do prazer em um impulso mortífero originário, absurdo e inefável. Porém, normalmente se esquece que a discussão sobre a pulsão de morte enquanto fundamento de uma certa cosmovisão sobre a condição humana se articula necessariamente a compreensão da vida em sociedade e aos suportes que a cultura oferece para as saídas dos dilemas inerentes a esse complexo desejar. Não é à toa que o grande testamento freudiano sobre as implicações filosóficas e sociológicas da psicanálise esteja no texto sobre o mal-estar na cultura, em que os destinos da pulsão de morte se colocam como a grande ameaça ao processo civilizatório próprio da modernidade ocidental.

É aí que entra a saída sublimatória como possível esperança: até onde é possível sublimar? Como é possível encontrar uma saída mais ou menos integrada e funcional para o desejo em relação à vinculação com a realidade, de tal forma que enseje potenciais criativos, reconhecimento das diferenças e, por que não, emancipação? Essa é a verdadeira questão que se coloca e está por trás de um estereótipo muito pernicioso que normalmente se apresenta no senso comum: de que a pulsão de morte não é “sublimável” e *por isso* a psicanálise recai em uma visão pessimista de ser humano. Considero, inclusive, que uma das principais contribuições desta tese e livro é desmistificar esse estereótipo e mostrar como ele não se sustenta à luz da psicanálise contemporânea.

Pois bem, podemos afirmar sem cair em exagero que a segunda teoria das pulsões e o último momento da obra freudiana recaem em uma ampliação ainda mais geral, na qual as pulsões são conceitos verdadeiramente ontológicos, atravessando a condição humana em suas dimensões biológica, psicológica e sociológica. Portanto há um caminho de empuxo ao

sublime na própria teoria pulsional, que é coroado com a inclusão da dimensão sociocultural ao final, como um quarto passo na ampliação da teoria das pulsões em referência à concepção tradicional de sexualidade. Neste *quarto passo*, o conceito de sublimação é um operador fundamental.

Por isso, um segundo motivo para justificar o paralelo com a pretensão freudiana é que estes ensaios visam apresentar de fato uma proposição geral e fundamental para a teoria da sublimação no campo psicanalítico contemporâneo. Finalmente, como se pode observar, o paralelo se justifica pela analogia e metáfora dos passos, que é uma constante na compreensão do percurso da obra freudiana em particular e das teorias psicanalíticas em geral. Além disso, três momentos sempre produzem um movimento retórico e expressivo harmônico: o tempo de reconhecer e tomar em consideração; o tempo de desenvolver e discutir; o tempo de concluir e ressignificar.

Dito isto, cabe indicar que passos estou propondo para meus ensaios de teorização. A divisão dos capítulos segue a princípio e no geral um corte histórico e escolástico de problematização no campo psicanalítico: teoria freudiana, escolas pós-freudianas e psicanálise contemporânea.

O primeiro ensaio aborda a discussão sobre a sublimação no nível estrito da teoria freudiana. Além de uma apresentação dos fundamentos do conceito e de seu obrigatório percurso geral na obra, põe em evidência dois modelos para a sublimação na teoria freudiana: a primária é o movimento de erotização, enquanto a secundária, o de dessexualização. O intuito é caracterizar uma visão da sublimação como processo metapsicológico geral e destacar a necessidade de valorização do momento de simbolização primária no encaminhamento da teorização.

O segundo ensaio aborda como o legado freudiano sobre a sublimação é considerado e desenvolvido de forma própria por cada uma das grandes escolas pós-freudianas. Apresento

então três vertentes: psicologia do ego e psicanálise ortodoxa de língua inglesa tomam a sublimação como mecanismo de defesa adaptado à realidade; psicanálise kleiniana e teoria das relações de objeto tomam a sublimação como fruto da reparação simbólica frente à angústia depressiva pela perda do objeto primário; psicanálise lacaniana no contexto da língua francesa toma a sublimação como elevação do objeto à dignidade da coisa. O intuito é demonstrar como se passa de uma abordagem mais ortodoxa da sublimação como produto de um mecanismo de defesa adaptativo para um processo em que a negatividade e a criatividade sejam a tônica.

O terceiro ensaio aborda a discussão sobre a sublimação já no campo psicanalítico contemporâneo, resgatando o fio da meada das discussões prévias para trabalhar a problemática do limite sublimatório da pulsão de morte a partir do contexto social de violência próprio da atualidade. Nesse ponto se faz um recorte para as discussões e contribuições próprias do contexto psicanalítico brasileiro, onde alguns autores propõem reconsiderações críticas sobre a formação dos vínculos e ideais sociais, que passam pela concepção de sublimação. O destaque é sua ressignificação como uma forma de *práxis* – uma *sublime-ação* – que permita a instituição de novos ideais por meio de uma via mais horizontalizada de gestão do desamparo, ilustrada pela ideia de *função fraterna*.

Procurro assim, por meio desses três ensaios, demonstrar ao final como uma visão renovada de sublimação, entendida como *processo instituinte* e não mais somente como *produto adaptativo*, constitui um operador central para conceber os fundamentos de uma posição ético-política para a psicanálise hoje.

CAPÍTULO I - A PROBLEMÁTICA DA SUBLIMAÇÃO EM FREUD

Introdução

Sublimação é uma noção psicanalítica que descreve um destino pulsional marcado pela transformação da finalidade de satisfação sexual em outra, de natureza socialmente reconhecida. O termo decorre do processo físico de transformação do estado de uma substância sem passar por suas formas intermediárias. Nesse sentido, a sublimação é ilustrada pela passagem direta do estado sólido para o gasoso e vice-versa. O termo também tem ligação com a noção estética de sublime, descrevendo um movimento da ordem da transcendência, em que uma produção humana alcança um nível de beleza e perfeição que se destaca das produções ordinárias, tornando-se uma criação originária e, portanto, uma obra-prima. Embora as metáforas partam de campos muito distintos, uma da ciência e outra da arte, ambas compartilham essa noção geral de um processo de transformação que alcança uma dimensão mais elevada e etérea de expressão. Essa noção, por sua vez, é necessária para descrever uma passagem fundamental na concepção da sexualidade humana, que é a de sua dimensão narcísica individual para o âmbito mais coletivo da vida social. Portanto, em sua dimensão mais geral, a ideia de sublimação tem uma conotação ético-moral na caracterização da relação necessariamente conflituosa entre natureza e cultura no âmago da concepção freudiana de ser humano.

O que dizer então da sublimação? De saída podemos dizer que a sublimação é um conceito simultaneamente fundamental e superficial em psicanálise, uma vez que ele está em tantos lugares – na teoria pulsional, na teoria da defesa, na teoria da cultura e até mesmo na teoria da técnica – mas não é sistematizado em lugar nenhum de forma definitiva. Se formos honestos, podemos afirmar que a teoria da sublimação é algo que ficou em aberto no legado

freudiano. No entanto, essa concepção está operante ao longo de toda a obra freudiana e, inclusive, passa por uma série de modificações e ressignificações que não são suficientemente esclarecidas e elaboradas. Ela é, como bem aponta Laplanche, uma “cruz no pensamento freudiano”(1980/1989, p. 9): não apenas no sentido de um fardo difícil de carregar, mas também no de uma encruzilhada em que se encontram a teoria, a clínica e a cultura. Isso porque a sublimação é, não só, mas também: um destino pulsional, um mecanismo de defesa, um objeto e/ou um ideal culturalmente valorizado, e, além de tudo, um parâmetro de cura. Curiosamente, o peso teórico-conceitual dessa concepção contrasta com a sua característica descritiva mais essencial e pungente: a sua condição etérea, “sublime” e inefável. Isso tudo justifica a impressão de que é mais correto falar de uma multiplicidade de aspectos configurando um mosaico de indicações e figuras envolvendo a noção geral de sublimação do que propriamente uma teoria sistemática e bem circunscrita (Loffredo, 2011, 2014).

Nesse sentido, a sublimação é representativa daquilo que escapa a “qualquer representação teórica e aos diversos morfismos” (Laplanche, 1992, p. 58) que utilizamos para recobrir o objeto da psicanálise – os modelos físicos, biológicos, psicológicos, sociológicos e assim por diante, que constituem o estofo do movimento teorizante do campo psicanalítico. É, portanto, mais um índice daquilo que é intangível e que aponta para a “coisa” psicanalítica, para utilizar a consagrada expressão lacaniana, ou, para ficarmos mais próximos do pensamento laplanchiano, o excesso traumático que incide sobre o corpo como um apelo enigmático, disparando o circuito pulsional.

Esse tipo de posição sintética e generalizante, quase expressão de uma “visão de mundo”, nos termos clássicos colocados por Freud (1933a/1996), é, inclusive, o ponto de chegada das discussões sobre o tema no campo psicanalítico contemporâneo. Infelizmente, contudo, esse conceito é muitas vezes tomado como um mero postulado, ou pior, como pura

justificativa ideológica. Nesse sentido, cabe dar um passo atrás e resgatar os fios dessa problematização.

Apesar de seu caráter fundamental, o conceito de sublimação é algo que não se encontra sistematizado na obra de Sigmund Freud e tampouco ganha destaque e centralidade na psicanálise em geral. Na teorização de seu fundador, permanece como uma noção geral que se desdobra em diversos âmbitos, desde os mecanismos metapsicológicos, até o plano mais geral dos fenômenos culturais, passando pela clínica. Isso se dá porque em sua articulação geral, a sublimação emerge como um destino pulsional privilegiado em contraposição às saídas sintomáticas que se produzem nas pessoas, contribuindo na produção e manutenção de uma realidade social compartilhada. Nesse sentido, os destinos sublimatórios constituem um importante parâmetro na caracterização do processo de elaboração psíquica das moções pulsionais, daí sua pertinência à teorização da técnica e da psicopatologia em psicanálise.

Em seu detalhamento, contudo, o conceito se articula em modos muito variados com outros. A princípio e em seu âmbito mais geral, ele é um destino das pulsões, mas em sua realização encontra-se intimamente relacionado a processos defensivos e também a processos identificatórios, envolvendo diferentes modos de representação psíquica e qualidades pulsionais. A caracterização metapsicológica desse processo, envolvendo os aspectos tópico, dinâmico e econômico, não foi plena e explicitamente desenvolvida por Freud. Além disso, os próprios elementos e modelos conceituais da teoria foram se alterando ao longo da obra do autor. Por conta disso, muitas vezes é simplificado, sendo confundido com um mecanismo de defesa ou tomado como um modelo de cura e adaptação à realidade.

Não obstante, nessa pluralidade de modos e níveis, é possível distinguir dois modelos de concepção do conceito, que se enraízam em dois momentos históricos da teoria freudiana. Assim, em geral, costumam-se reconhecer duas concepções teóricas da sublimação (Birman,

2000, 2008) ou pelo menos duas caracterizações de seus mecanismos metapsicológicos (Laplanche; Pontalis, 1960/1998; Roudinesco; Plon, 1998). A primeira se desenvolve no contexto da primeira teoria pulsional e da primeira tópica, descrevendo o destino da pulsão sexual que envolve a passagem do investimento em uma fantasia individual em direção a um objeto valorizado socialmente. A segunda se desenvolve no contexto da segunda teoria pulsional e da segunda tópica, descrevendo o destino da pulsão que envolve a retirada do investimento do objeto para o eu por meio de idealizações e identificações. O que há em comum a ambas é a permanência de uma noção geral de “dessexualização” por meio de transformações no âmbito da meta e objeto pulsionais, contudo os mecanismos, instâncias e as próprias qualidades pulsionais em jogo são diferentes. Desse modo, pode-se afirmar que embora o detalhamento conceitual seja complexo há um eixo comum de desenvolvimento dessa problemática na obra de Freud, que é da ordem da conjunção-disjunção entre erotização e sublimação (Birman, 2010).

Portanto, há um campo complexo de desenvolvimento teórico em torno da sublimação, com múltiplas derivações que incidem sobre a relação entre sujeito e cultura. Nesse sentido, propomos resgatar a problemática da sublimação em Freud como forma de compreender a própria “visão de mundo” psicanalítica. Essa proposição se justifica na medida em que a psicanálise contemporânea se volta para uma nova perspectiva sobre seus operadores conceituais e um reposicionamento sobre sua concepção de sujeito, buscando uma perspectiva mais crítica e política na articulação entre psiquismo e sociedade (Rosa, 2004; Birman, 2010; Dunker, 2015). Esse reposicionamento, particularmente notável no contexto da psicanálise brasileira, muitas vezes envolve a retomada do conceito de sublimação, para pensá-la como operador fundamental na constituição de enlaçamentos sociais (Birman, 2000; Kehl, 2000) diante risco da defusão pulsional e do masoquismo. Nesse sentido, conforme desenvolvido em outras ocasiões (Campos, 2013a, 2013b), o resgate da encruzilhada

metapsicológica da sublimação parece-nos fundamental para pensar o sentido de uma psicanálise dos fenômenos sociais hoje.

Diante disso, o objetivo deste ensaio é fazer uma abordagem metapsicológica do conceito de sublimação na teoria freudiana, por meio de uma caracterização tanto histórica quanto estrutural do pensamento desse autor. Trata-se de um trabalho de cunho teórico-conceitual em recorte tanto histórico quanto epistemológico na obra freudiana, inspirado em expedientes de leitura hermenêutica de textos psicanalíticos e seguindo a noção geral de *problematização* da obra de um autor proposta por Jean Laplanche (Campos; Coelho Junior, 2010; Campos, 2014).

O presente texto consiste em uma versão estendida e ampliada que sintetiza um trabalho de pesquisa originalmente desenvolvido no contexto de um estágio de pós-doutoramento, o qual ganhou algumas publicações e desdobramentos ao longo dos anos (Campos; Loffredo, 2019; Campos, 2025), conjugando-o ao essencial da discussão de outro conjunto de artigos sobre o trabalho de Jean Laplanche (Campos, 2012, 2013a). O estágio de pós-doutoramento com Ana Loffredo, cuja própria tese de livre-docência versa sobre a problemática da sublimação em Freud, foi crucial para o desenvolvimento de meu próprio percurso sobre essa problemática. Coube a ela o esquadrinhamento das *figuras* da sublimação e a proposição da tese original de *tempos* da sublimação, constituindo certamente a principal referência na literatura nacional sobre o tema, que utilizei então como apoio fundamental para o que está colocado a seguir (Loffredo, 2011, 2014).

Panorama Geral

É comum se dividir a obra e a teoria freudiana em dois blocos, que constituem tanto um corte histórico-cronológico quanto epistemológico-estrutural. Assim, divide-se um

primeiro momento, caracterizado pela consolidação de uma teoria e modelos conceituais, de um segundo, marcado pelo revisionismo. Esse segundo momento costuma ser chamado de virada dos anos 1920, na medida em que se inaugura pela revisão dos princípios metapsicológicos básicos, a partir da discussão de um além do princípio de prazer. Essa virada coincide também com um contexto histórico mais amplo, o período entreguerras, que vai marcar também o último momento da obra de Freud, que morreu em 1939, no mesmo ano em que se inicia a segunda guerra mundial. Essa virada é marcada por ressignificações e modificações em modelos básicos, que implicam então na proposição de uma “segunda teoria”: da economia das pulsões, da tópica do aparelho psíquico e da dinâmica da angústia em relação às defesas; todas ao longo da década de 1920.

Renato Mezan (1985, 2014) sistematiza essa história do percurso freudiano e da própria psicanálise, discriminando quatro períodos:

- *Pré-psicanalítico*, até cerca de 1900;
- *Constituição da psicanálise*, de 1900 a 1905;
- *Consolidação da psicanálise*, de 1905 a 1920;
- *Revisão da psicanálise*, de 1920 a 1939.

Do ponto de vista mais amplo da história do movimento psicanalítico, os três primeiros períodos configuram a chamada *era das fundações*, pois é a constituição não só dos fundamentos da psicanálise como teoria e prática como também como instituição e comunidade em torno de seu fundador, enquanto o último período, do revisionismo e no entreguerras configura a chamada *era dos debates*. Ela recebe este nome porque é um período de ampliação significativa do campo psicanalítico, com diversificação de pontos de vista, com novos aportes e desbravamento de novas fronteiras, a partir de uma comunidade consolidada, ensejando um campo de discussões muito profícuo ainda em torno de uma psicanálise ainda unificada em torno da referência freudiana. Com a morte de Freud, o

pós-guerra até meados dos anos 1970 é definido então como *era das escolas*, onde o *establishment* psicanalítico se consolida, em tornos de escolas pós-freudianas muito diversas, com posições mais dogmáticas e refratárias ao diálogo fora de suas áreas de influência. Por fim, desde meados dos anos 1970 e definitivamente a partir dos anos 1990, com as transformações geopolíticas que levaram a um mundo mais globalizado, a psicanálise também difunde suas fronteiras em direção a composições mais interdisciplinares e menos pretensiosas em termos de proposição de grandes sistemas teóricos, ultrapassando a postura escolástica em direção uma perspectiva propriamente *contemporânea*. Esse último momento implica um retorno aos diálogos entre escolas e também um resgate de obras seminais do campo psicanalítico, incluindo uma nova perspectiva sobre a própria obra freudiana. Nesse sentido, há atualmente um resgate desse legado a partir de um olhar contemporâneo, com novas perspectivas de interpretação.

Uma dessas perspectivas renovadas é justamente a dimensão da psicanálise aplicada e de uma compreensão dos fenômenos sociais e culturais, o que leva a uma valorização dos chamados “textos sociais” freudianos. Autores como Joel Birman (2000) apontam a organização também de dois discursos freudianos sobre o social, assentados nos dois períodos de sua obra. O primeiro, no contexto da primeira teoria das pulsões, aposta na possibilidade de harmonização entre o registro do desejo e das exigências sociais por meio de uma reforma da moral sexual civilizada orientada por princípios psicanalíticos (Freud, 1908/1996). Já o segundo, no contexto da segunda teoria das pulsões, traz um posicionamento mais trágico nas possibilidades de resolução deste conflito, na medida em que aponta os limites que a pulsão de morte traz para os movimentos de integração da pulsão de vida em compor ligações e unificações no nível da vida psíquica e social. É a tese do mal-estar como resto de pulsão de morte desfusionada em um subproduto inexorável do processo civilizatório permeando o tecido social (Freud, 1930/1996). Diante desse tipo de

leitura, tenho inclusive sustentado que a virada dos anos vinte tem um quarto passo no seu revisionismo, que é justamente esse texto derradeiro, no qual para além da dimensão econômica, tópica e dinâmica, se consolida a perspectiva para pensar os destinos pulsionais na constituição e manutenção da cultura, bem como sua retroação sobre as estruturas psíquicas, em uma perspectiva propriamente psicossocial para a compreensão do arco pulsional, ou seja, da fonte somática e orgânica até os vínculos e instituições sociais.

É nesse contexto tanto da obra freudiana como do seu resgate na atualidade que cabe a pergunta sobre a necessidade de considerar no segundo discurso freudiano sobre o social também uma segunda “teoria” da sublimação, ou melhor, dois modelos ou concepções gerais sobre esse conceito. Isso porque no que diz respeito à teoria freudiana, é possível discernir dois momentos distintos do processo sublimatório: o primeiro em que a ênfase é a modificação da meta por meio da dessexualização e sua definição como o destino pulsional mais evoluído e o segundo em que se afirma também a mudança nos objetos (Castiel, 2007, 2010). O primeiro momento é desenvolvido ao longo dos três primeiros períodos da obra freudiana e constitui o cerne de um primeiro modelo teórico da sublimação. O segundo momento é desenvolvido no último período da obra, constituindo um elemento adicional que irá compor o quadro geral da concepção de sublimação, que irá ser ressignificado no quadro geral do revisionismo freudiano em seu último período e levará então a configuração de um segundo modelo teórico da sublimação.

De forma mais específica, pode-se afirmar que embora seja uma noção presente desde o período pré-psicanalítico, o conceito em sua especificidade vem a ser cunhado apenas a partir dos ensaios sobre a teoria da sexualidade (Freud, 1905/1996), ganhado efetivamente corpo nos textos sobre a moral sexual moderna (Freud, 1908/1996) e sobre a recordação de Leonardo da Vinci (Freud, 1910/1996). Nessa primeira etapa, o conceito de sublimação é definido exclusivamente no âmbito de uma modificação da meta de satisfação, por meio de

um processo de dessexualização da libido. Uma segunda etapa na primeira teorização da sublimação é instituída a partir dos artigos de metapsicologia, em especial no trabalho sobre a pulsão e seus destinos (Freud, 1915/1996), em que a sublimação é definida como um dos quatro destinos da pulsão, junto com o recalque, a reversão no contrário e o retorno sobre o próprio sujeito. Nesse ponto, além de uma sistematização dos próprios operadores conceituais em jogo na teoria das pulsões e de uma articulação mais ampla da sublimação nesse quadro, há um avanço significativo na elaboração do conceito, que é claramente distinto do recalque e é afirmado como o mais evoluído dentre eles. Naquele ponto também se anuncia a caracterização da modificação do objeto da pulsão sexual, que será o elemento enfatizado no segundo momento.

Com isso se fecha, ao longo dos três primeiros períodos da obra de Freud, o que pode ser denominado de primeiro momento da teoria da sublimação. No último período, instaura-se uma modificação substancial na compreensão da sublimação trazendo novas articulações conceituais e também modificações no quadro de referência geral. Primeiramente, a partir do novo dualismo pulsional (Freud, 1920/1996), a sublimação passa a ser pensada como uma formação no âmbito das pulsões de vida e em uma nova perspectiva acerca do processo de “dessexualização”. Depois, a partir da introdução do modelo estrutural (Freud, 1923/1996) e de alguns textos de síntese posteriores, em especial o texto sobre o mal-estar na cultura (Freud, 1930/1996) e as novas conferências introdutórias (Freud, 1933/1996b), o processo sublimatório passa a ser referido à instância egóica em sua relação adaptativa com a realidade, envolvendo a intermediação das instâncias ideais por meio de processos de identificação, sendo então enfatizada a dimensão da modificação do objeto de satisfação. Nesse último período da obra vem se constituir então um segundo modelo teórico da sublimação. Contudo, essa “segunda teoria” não se encontra completamente sistematizada e articulada com a primeira, tendo como diferencial principal em relação a primeira a

modificação no âmbito do mecanismo, que passa a envolver uma transformação no âmbito das identificações.

Além dessa linha mestra, por assim dizer, é notória a diversidade das possibilidades de articulação da noção de sublimação na teoria freudiana, uma vez que se associa e se desassocia em múltiplos níveis a vários conceitos e processos. Nesse ponto, como já afirmei, o trabalho de Ana Loffredo fornece uma análise profunda e detalhada desse leque multifacetado de possibilidades de entrada:

“De modo que as vicissitudes do percurso da sublimação na teorização freudiana, sua repercussão nos vários planos da ficção metapsicológica, seu enredamento estreito ao conjunto dos mecanismos de defesa, as questões suscitadas pelos temas para os quais aponta a elasticidade de sua operação que nos permite abordá-la por meio de uma variedade de ângulos de acesso, nos estimulam a pensá-la no âmbito do que seria uma espécie de *campo da sublimação*. O jogo de forças que o constitui se ordena segundo eixos que sustentam sua operação no psiquismo de formas variadas e eminentemente particulares, em que se entrecruzam os vários registros que compõem a arquitetura metapsicológica. é nesse sentido que os vários recorte de pesquisa que se impõem pretendem tornar possível de figurabilidade o movimento multifacetado da sublimação, desenhando os contornos pertinentes a uma pluralidade de *figuras da sublimação*.” (2014, p. 200)

Minha proposta, mais modesta e mais sintética, com os riscos de simplificação que implicam, é retomar essa problemática a partir dos dois momentos e modelos na metapsicologia freudiana, para construir um esboço mais geral do que pode ser os fundamentos para uma teoria sobre os processos sublimatórios em psicanálise.

Primeiro Tempo: Dessexualização

A menção ao termo sublimação aparece já nos escritos pré-psicanalíticos da obra de Freud, nos manuscritos endereçados a Fliess, em especial no Rascunho L (Masson, 1986), indicando a noção geral que será a tônica de todo o movimento que levará a constituição da primeira teoria da sublimação, a saber, a noção de uma renúncia pulsional em função do processo civilizatório. Nesse primeiro momento estão indicadas as relações da fantasia com a defesa e com um certo refinamento em direção a objetivos mais elevados e sublimes. De forma muito incipiente, a fantasia aparece como uma forma de refinamento das lembranças como forma de se defender da dimensão sexual das experiências traumáticas.

Essa concepção da sublimação mais próxima de uma dinâmica defensiva persiste ao longo das duas primeiras etapas de periodização da obra freudiana, a saber, o pré-psicanalítico e o de constituição da psicanálise (Mezan, 2014), sendo relativizado apenas a partir dos ensaios sobre a sexualidade (Freud, 1905/1996), em que a questão do destino da moção pulsional por meio da operação de dessexualização passa a ser enfatizada. Neste trabalho a articulação conceitual do termo já é mais ampla. Partindo da noção geral de uma sexualidade perverso-polimorfa originária que se desenvolve por meio da constrição das imposições morais e sociais, o autor chega a uma caracterização de que as construções da civilização surgem às custas dos impulsos sexuais infantis. Nesse sentido, haveria o desvio da sexualidade para outras finalidades por meio do processo de sublimação. O problema, contudo, é que nesse nível de caracterização, o conceito de sublimação continua muito próximo da noção geral de defesa, não se distinguindo efetivamente do recalque. Além disso, passa também a se superpor a outros conceitos psicanalíticos que foram sendo definidos até esse momento da obra, em especial os de formação reativa e de inibição da meta.

Sobre essas ambiguidades iniciais, é possível demarcar algumas diferenciações. A inibição da meta de satisfação é um processo distinto da sublimação porque esta última envolve uma transformação da meta de satisfação sexual para não-sexual como forma de manter a ação de descarga, enquanto na primeira a ação é inibida em sua realização para impedir a meta de satisfação sexual. Ou seja, na inibição a meta sexual é mantida e o processo é inibido por conta da censura do sistema defensivo, enquanto na sublimação a barreira do recalque é transposta pelo comprometimento da meta sexual por meio de uma transformação na própria moção pulsional. Já a formação reativa é um derivado pulsional consciente que se opõe aos impulsos sexuais inconscientes, constituindo um processo de formação de traços de caráter no aparelho psíquico. Nesse sentido, ele é antes algo que se produz mais pelo contra-investimento das pulsões de auto-conservação do que pela transformação do investimento das pulsões sexuais na passagem do inconsciente para o pré-consciente. Além disso, o destino sublimatório é da ordem de um objeto que não se confunde com os elementos identitários do eu, enquanto na formação reativa o resultado é da ordem de um elemento da personalidade. Portanto, seja pela inibição da satisfação ou pela formação de elementos da personalidade, esses dois fenômenos se distinguem da sublimação por envolverem uma restrição ao objeto da satisfação sexual, o que é mantido pela sublimação, mas às custas da dessexualização pulsional.

De qualquer forma, todos os três processos, inibição, sublimação e formação reativa, são efeitos do sistema defensivo que, nessa época, é pensado exclusivamente nos termos do recalque. Então, embora a sublimação seja um desdobramento possível dos impulsos sexuais frente ao recalque, ela não se confunde mais com ele, como era no início. No entanto, embora a princípio se possam estabelecer elementos de distinção iniciais, as relações entre a sublimação e o recalque serão um ponto de tensão constante na elaboração metapsicológica do período (Castiel, 2007).

Se na caracterização da teoria das pulsões Freud assinalava que a civilização se constrói à custa dos impulsos sexuais infantis, no texto sobre a moral sexual civilizada moderna (1908/1996) é enfatizado que a sublimação pulsional favoreceria à formação cultural e abordado de forma mais explícita a questão da maior valorização social das metas sublimadas. A articulação fundamental é a necessidade do recalque da pulsão para a formação e manutenção da cultura, relativizada por uma discussão sobre como a psicanálise pode contribuir para o desenvolvimento de uma cultura menos marcada pelo adoecimento psíquico por meio de uma moral menos repressora da sexualidade. Além disso, é importante destacar que nesse texto se tem o primeiro aparecimento de uma definição de sublimação, o que indica o amadurecimento conceitual dessa noção. A questão principal, contudo, é essa contraposição entre os elementos disruptivos, sintomáticos e distônicos da renúncia pulsional que a cultura exige, em contraposição a possibilidades mais harmoniosas e construtivas de destinação das pulsões, caracterizando uma espécie de dupla face das articulações possíveis entre natureza e cultura. Desse modo, a dimensão ético-moral fundamental na articulação entre os destinos sublimatórios e sintomáticos para o conflito pulsional é circunscrita de forma mais explícita, marcando o início de uma perspectiva de reflexão e crítica sobre a sociedade moderna que levará às reflexões sobre o mal-estar na cultura do último período da obra freudiana. Há de se ressaltar que neste momento a tônica é uma perspectiva de harmonização possível entre os registros da natureza pulsional e as exigências sociais, em que o abrandamento de repressões excessivas e a constituição de saídas sublimatórias são valorizadas (Birman, 2000).

Embora esse seja um texto central e seminal para a problemática da sublimação, do ponto de vista metapsicológico, permanecem algumas ambiguidades. Em primeiro lugar, persiste a tensão entre recalque e sublimação, já que de certa forma, ambos os processos visam a uma dessexualização pulsional em nome das exigências sociais. O recalque opera em

nome da cultura, mas produz tanto elementos sintomáticos como sublimatórios. Porém, ambas as operações psíquicas têm como efeito a dessexualização e se anuncia um certo impasse sobre o valor da renúncia erótica, na medida em que o recalque encaminha dois destinos possíveis e divergentes para a sexualidade. Compreender que o sintoma ou a sublimação é um destino em função do recalque ajuda a discriminar melhor a dinâmica dos conceitos, mas essa discriminação não está completamente estabelecida no texto em questão. Além disso, destaca-se a pouca discriminação entre as qualidades pulsionais envolvidas, ou seja, a caracterização do papel específico das pulsões sexuais e daquilo que se opõe a elas, o que reflete na compreensão do balanço entre restrição e satisfação pulsional na cultura. Isso se dá porque não fica claro se a cultura é também produto da sexualidade ou se é fruto majoritariamente da necessidade de auto-conservação. A confusão se dá justamente pela falta de uma caracterização mais específica da distinção entre pulsões sexuais e pulsões de auto-conservação, o que virá apenas na sequência dos trabalhos freudianos. De todo modo, a tensão entre a renúncia pulsional e as exigências civilizatórias por meio do recalque se circunscreve de forma paradigmática nesse texto caracterizando o desenho de uma posição de dupla face e função paradoxal do mecanismo de sublimação entre os ideais culturais e o sofrimento psíquico (Loffredo, 2014).

Uma outra via de abordagem do fenômeno sublimatório se dá por meio dos textos que abordam a cultura pelo viés da arte, uma parcela considerável da produção de Freud nesse período de consolidação da psicanálise. Esse percurso tem na análise da lembrança de infância de Leonardo da Vinci (Freud, 1910/1996) um ponto importante de confluência, em que se destaca justamente o papel da sublimação. Se o texto de 1908 traz a definição do conceito de sublimação, o de 1910 é o exemplo mais ilustrativo de sua aplicação em uma análise interpretativa, permanecendo como a grande referência na obra freudiana sobre o tema da sublimação (Cruxên, 2004; Laplanche; Pontalis, 1960/1998). Além disso, é a

oportunidade de o autor abordar a complexidade do impasse entre sintoma e sublimação na elaboração do recalque.

Nesse texto, Freud (1910/1996) constrói uma interpretação sobre a lembrança infantil de Leonardo ter tido a boca fustigada pela cauda de um pássaro, desvelando fantasias homossexuais e de identificação com a figura materna e sua incidência sobre a criatividade e curiosidade do gênio renascentista. Nesse âmbito, destaca-se a consideração sobre os impulsos epistemofílicos e de domínio e sua relação com os impulsos sexuais, produzindo uma saída privilegiada para interesses científicos e artísticos, não obstante a presença de certos elementos sintomáticos, como a dificuldade de terminar as obras e demais atividades. É nessa derivação das fantasias sexuais para o âmbito das artes e ciências que se coloca propriamente a questão da sublimação. No que tange à caracterização metapsicológica do processo sublimatório, nota-se nesse texto a ênfase na modificação da meta pulsional: da satisfação sexual para o interesse de conhecimento e estético, com ênfase para o primeiro. Também aparece de forma explícita a articulação dessa transformação com um juízo de valor e reconhecimento social. As modificações no âmbito dos objetos são aventadas, mas em geral indicando que eles são meros substitutos deslocados de um objeto inconsciente que sucumbiu ao recalque, sendo que a ênfase está na originalidade da transformação da meta como alternativa a essas restrições objetais.

É nesse ponto que Freud explicita uma hipótese descritiva interessante para pensar os destinos da pulsão sexual no desenvolvimento a partir da incidência do recalque. Segundo ele, o impulso epistemofílico e de controle na infância serve de ponto de apoio para o desenvolvimento das pulsões sexuais, configurando um movimento de interesse pelas questões da sexualidade que marca a criança. Esse período de pesquisa sexual chega ao fim em função da instauração do recalque por meio do complexo de Édipo, entrando então na fase de latência, em que o interesse pela sexualidade e pelo romance familiar passa então a

ser deslocado para o interesse pelo conhecimento em geral e para a vida social, daí sua pertinência para o momento da escolarização e socialização secundária. Nesse sentido, caracteriza-se mais claramente nesse primeiro momento da teorização a concepção de que o mecanismo da sublimação se desenvolve pelo apoio da pulsão sexual nas pulsões de auto-conservação, se situando em termos de desenvolvimento na posterioridade da elaboração edípica, caracterizando propriamente a tônica dos investimentos pulsionais na fase de latência.

Na caracterização freudiana da instauração do recalque dos impulsos epistemofílicos erotizados, configuram-se três saídas possíveis. Na primeira, esses impulsos sucumbem junto com os impulsos sexuais ao recalque, havendo inibição da curiosidade e redução da atividade intelectual, caracterizando então uma inibição neurótica. Na segunda, os impulsos epistemofílicos resistem ao recalque, mas a sexualidade sucumbe ao recalque, de forma que a atividade intelectual e curiosidade persistem, contudo são afetadas pelo retorno do recalque dos investimentos sexuais inconsciente, produzindo aspectos sintomáticos e compulsivos. Nesse segundo tipo, o pensamento não é inibido, mas é afetado por idiosincrasias e compulsões, de tal forma que em ambos os tipos o recalque é o elemento central na organização da dinâmica pulsional sexual. O terceiro tipo é aquele em que opera efetivamente o mecanismo da sublimação. Essa modalidade, descrita como a saída mais perfeita e também mais rara, seria aquela em que a operação do recalque dos impulsos sexuais tem como efeito não a transposição das fantasias sexuais para o inconsciente, de onde retornariam por meio de deslocamentos e condensações, mas a sua transformação em curiosidade e desejo de conhecimento, ou seja, eles sofreriam dessexualização de sua meta e confluíam com os impulsos epistemofílicos originais, fortalecendo-os. Nesse caso o impulso de conhecimento é fortalecido e a curiosidade se torna também compulsiva, mas de forma egossintônica e não disruptiva, isto é, sem caracterizar um aspecto sintomático e patológico.

Esse terceiro tipo especial e raro, do qual os grandes artistas e cientistas são ilustrativos, sendo o caso de Leonardo paradigmático, pois consegue escapar às restrições do recalque por meio da produção de um destino sublimatório, contribuindo para a cultura mais do que sofrendo em função dela. É claro que os tipos descritos são ideais e a riqueza da análise do caso do artista e cientista italiano está em explorar como os destinos sublimatórios e sintomáticos se superpõem e alternam ao longo da história de vida dessa pessoa em particular, construindo uma personalidade singular, que Freud (1910/1996) inclusive aponta como do tipo neurótico obsessivo.

De todo modo, pode-se afirmar que há nesse texto uma discriminação mais efetiva entre os destinos do recalque e o destino sublimatório, como também entre o mecanismo do recalque e a dinâmica sublimatória, embora eles não possam ser completamente diferenciados. Isso porque o mecanismo de defesa do recalque é parte integrante do processo sublimatório, já que ele incide sobre a fantasia sexual, mas a diferença é que em vez do objeto ser relegado ao inconsciente e os investimentos retornarem por meio de deslocamentos e condensações ou serem inibidos, na sublimação o impulso é dessexualizado por meio da transformação da meta e com isso é conservado em seu investimento no objeto. Dessa forma, o destino sublimatório é diferente do destino do recalque, mas o mecanismo está presente e, portanto, integra a dinâmica do fenômeno. Só que a dinâmica se produz de uma forma curiosa, pois tem o caráter de uma conservação do objeto e do impulso, por meio da transformação do erótico em não erótico, que produz um efeito paradoxal de simultaneamente suplantar e conservar a barreira do recalque.

Por meio desses aportes, o autor consegue avançar um pouco no impasse criado, anunciando na sublimação uma espécie de passagem direta do estado erótico para o civilizado, evitando os prejuízos do recalque. Contudo, essa hipótese permanece ela mesma um pouco etérea e enigmática, pois toda a questão incide sobre no que consiste efetivamente

essa modificação da meta que acaba envolvendo uma transformação da própria natureza da pulsão sexual. De qualquer forma, pode-se afirmar que com essa análise o autor avança na discriminação entre os destinos da sublimação e do recalque, embora a distinção entre esses dois conceitos não possa ser completamente efetivada. Há também um avanço na consideração das qualidades pulsionais, com destaque para o apoio entre pulsões sexuais e as pulsões mais próximas do interesse de auto-conservação, em especial os impulsos epistemofílicos em sua relação com a pulsão de ver e de domínio. Contudo, a discriminação conceitual dessas qualidades pulsionais permanece incipiente no momento. Há um aprofundamento na discussão entre os aspectos sublimatórios e defensivos, ponto que evidencia a riqueza de um trabalho de análise de caso. O que se destaca é a obscura indicação de um escape originário da sublimação do recalque, além das íntimas e complexas relações entre esses dois elementos, em que a saída sublimatória nem sempre se coloca como uma alternativa distinta ao sintoma, mas antes contribuindo para direcionamentos específicos do sofrimento das pessoas em detrimento de outros.

Esse encaminhamento do tema leva necessariamente à exigência de uma melhor sistematização do conceito em sua distinção efetiva em relação ao recalque, que será levado à cabo nos artigos de metapsicologia, os quais marcam o movimento de tentativa de sistematização metapsicológica no final do período de consolidação da psicanálise. Nesse aspecto, há de se destacar que no plano geral dos artigos de metapsicologia, estava previsto um texto específico sobre a sublimação, sendo que no final foram publicados apenas aqueles que versavam sobre o núcleo duro e bem consolidado do percurso metapsicológico de Freud, a saber, o inconsciente, as pulsões e o recalque (Roudinesco; Plon, 1998; Loffredo, 2014; Campos, 2014). Isso por si só é um indicativo de que a teorização da sublimação não se encontrava satisfatoriamente estabelecida e delimitada em relação aos operadores conceituais principais. De qualquer forma, a questão da sublimação nesse último momento aparece nos

textos sobre o narcisismo (Freud, 1914/1996) e sobre a pulsão (Freud, 1915/1996), que vêm então fechar os elementos do que pode ser denominado de “primeira teoria” da sublimação, mas também anunciar uma ruptura com esse quadro de referência.

No texto sobre o narcisismo (Freud, 1914/1996), introduz-se a noção da constituição do eu por meio da retirada dos investimentos da pulsão sexual dos objetos. No âmbito do quadro geral da metapsicologia essa questão será responsável por uma reviravolta geral no quadro de referência de compreensão do aparelho psíquico, por apagar a distinção entre pulsões sexuais e pulsões de auto-conservação, bem como por transpor a lógica de sistemas representacionais em direção a instâncias estruturais. Em especial, se apresenta mais claramente a noção de uma dinâmica de identificações com o objeto na constituição da unidade do eu e de seus elementos ideais. Tudo isso só será sistematizado adiante, com a introdução do modelo estrutural, mas já no texto sobre o narcisismo aparece de forma mais nítida uma discussão sobre os processos de idealização, que é por onde a problemática da sublimação ganhará adensamentos importantes.

A idealização é outra noção cuja proximidade com os fenômenos sublimatórios é patente, na medida em que também descreve um movimento de elevação dos conteúdos fantasísticos. Embora a questão das relações entre idealização e sublimação já houvesse sido abordada no texto sobre Leonardo da Vinci (Freud, 1910/1996), indicando a idealização no rol de saídas neuróticas e sintomáticas, agora a questão merece um tratamento mais aprofundado. Isso se dá porque a idealização sai do lugar de um mecanismo secundário para ganhar lugar de destaque na dinâmica de formação dos ideais do eu e, portanto, na regulação da dinâmica do aparelho psíquico, uma vez que a formação do ideal como parâmetro de regulação do eu é condição para a instauração do recalque.

Nesse momento, Freud (1914/1996) opera uma distinção conceitual fundamental entre os dois conceitos, indicando que a sublimação se refere a um processo que ocorre no âmbito

da pulsão, enquanto a idealização se refere a um processo no âmbito do objeto, ou seja, na sublimação haveria uma transformação na qualidade da moção pulsional, independente do objeto, enquanto na idealização o objeto que seria aumentado e psiquicamente elevado sem haver uma transformação de sua natureza. Contudo, essa distinção não se mantém tão clara à medida que os processos de idealização vão se tornando, por meio de processos de identificação, parte constituinte das instâncias do aparelho psíquico e, principalmente, quando nesse processo operam-se transformações nas qualidades pulsionais, como acontecerá a partir do último momento da obra de Freud.

Nesse ponto do percurso é instaurada uma distinção metapsicológica importante, em que o ideal do eu passa a ser um parâmetro importante na regulação dos destinos das pulsões sexuais a partir do recalque. Isso quer dizer que o ideal do eu tende então a indicar um caminho de destino pulsional na direção de objetos valorizados socialmente e, portanto, para a via sublimatória. Todavia, o fato do ideal de eu reivindicar ao eu uma saída sublimatória não quer dizer necessariamente que este consiga produzi-la. Em outras palavras, embora a sublimação possa ser um processo que seja estimulado pelo ideal, a sua realização depende das condições do eu em manejar o recalque e das trilhas favorecidas de investimento das moções pulsionais na relação entre inconsciente e pré-consciente. De qualquer maneira, tanto a questão da dualidade pulsional quanto da regulação do eu pelo componente ideal são elementos ainda incipientes, que irão na verdade preparar a reviravolta do último período.

O mais interessante é que todos esses novos elementos estão estrategicamente ausentes da caracterização que se faz no texto sobre as pulsões, que trabalha muito mais no sentido de sintetizar o fio geral da meada teórico-conceitual dos três períodos do que trabalhar os elementos dissonantes da teoria (Campos, 2014).

O texto sobre as pulsões (Freud, 1915/1996) faz uma síntese da definição metapsicológica da primeira teoria pulsional, caracterizando os elementos básicos das pulsões

– a fonte, a meta, o objeto e a pressão – e apresentando a diferença entre as pulsões de auto-conservação e as sexuais, suas relações diferenciadas com os princípios do funcionamento mental e a relação de apoio das segundas nas primeiras ao longo do desenvolvimento psicosexual. Também apresenta os destinos pulsionais, que é o ponto mais original e inovador dessa caracterização e onde incide a questão para a temática da sublimação. Freud (1915/1996) distingue quatro destinos pulsionais. Por destino entende-se um encaminhamento da moção pulsional em sua busca de satisfação, modulando-se por meio de dinâmicas em que os investimentos são deslocados de uns objetos para outros com transformações das qualidades afetivas envolvidas. Nesse sentido, é fundamentalmente da ordem de uma caracterização dinâmica das vicissitudes pelas quais passam as pulsões no arco que vai de sua fonte para sua meta de satisfação, o que indica que é uma noção de caráter mais descritivo. Os destinos podem, de uma forma geral, serem considerados também formas de defesa, na medida em que representam desvios e adiamentos em relação à meta de satisfação sexual, que é em última instância tomada pelo sistema pré-consciente como desprazerosa. Contudo, a noção de destino é mais ampla do que o conceito específico de mecanismo de defesa, na medida em que as operações defensivas modulam os destinos pulsionais, mas não representam a totalidade das vicissitudes pelas quais passam as pulsões.

Isso se faz notar na distinção efetuada pelo autor, onde, a rigor, apenas um dos destinos é um mecanismo de defesa específico, no caso, o recalque. O recalque pode ser definido como um mecanismo que opera na separação entre os representantes ideativos e afetivos de uma fantasia libidinal, fazendo com que o representante ideativo seja retirado para o sistema inconsciente em conjunto com a libido a ele vinculada. O investimento libidinal uma vez no inconsciente buscar retornar por meio de dinâmicas associativas segundo os princípios da condensação e deslocamento, podendo irromper na forma de formações do inconsciente, em especial os sintomas e dentre eles, a angústia. Nesse sentido, o recalque

opera restringindo o objeto de uma pulsão sexual e efetivando a busca de um objeto substitutivo parcial, ou seja, é um mecanismo de defesa que impõe a troca do objeto pulsional sexual original por outro, permitido. Nesse processo não há transformação da meta de satisfação, apenas sua restrição. O mais importante é que o caráter ativo do impulso também não se transforma, tampouco a direção da relação sujeito e objeto. Do mesmo modo, também não há transformação da qualidade do representante afetivo, no sentido de uma transformação de amor em ódio ou vice-versa. A transformação afetiva que acontece a partir do recalque é ou da ordem de uma inibição ou deslocamento compulsivo do afeto ou da ordem de uma completa descaracterização enquanto qualidade afetiva, o que se expressa na forma de angústia. Dentro do quadro da chamada primeira teoria da angústia, ela é entendida como produto do retorno do recaiado na forma de um excesso libidinal que não investe em representações ideativas e afetivas, sendo por isso muito próxima de uma pura descarga somática. A angústia é expressão afetiva descaracterizada de sentido porque está desvinculada de suas representações originais, que sucumbiram ao recalque. Desse modo, pode-se entender que o destino dos impulsos sexuais que se efetiva por meio do recalque é a inibição ou a formação de sintomas, com destaque para a angústia.

Freud (1915/1996) descreve também outros dois destinos, entendidos como mais primitivos e, portanto, caracterizando dinâmicas de momentos anteriores ao recalque no desenvolvimento psicosexual. O exemplo ilustrativo que serve de base para essa caracterização, inclusive, é a análise das transformações da fantasia incestuosa homossexual na psicose, em que o desejo sexual pela figura paterna é invertido em uma posição passiva e depois transformada em um impulso de ódio como reação à perseguição paranoica. Nesse sentido, esses dois processos podem ser entendidos como articulados necessariamente entre si e também como descrições de dinâmicas que são efeitos de mecanismos defensivos mais primitivos, distintos do recalque, embora isso não seja explicitado por Freud e também,

naquele momento, não há a definição de outros mecanismos primários de defesa que não o recalque (Campos, 2014). Por conta disso, esses mecanismos e dinâmicas ficam um pouco marginalizados na exposição freudiana, formando um par à parte de dinâmicas em relação à linha mestra do recalque.

Nesse ponto entra o quarto destino, que é propriamente a sublimação. Esta, embora não seja tratada em detalhe no texto em questão, aparece mais articulada às dinâmicas do recalque. Isso porque a sublimação, seguindo o percurso de teorização que tem sido mostrado, é um processo que envolve a possibilidade de manutenção dos objetos da pulsão sexual recalcada por meio de uma transformação em suas metas. Sendo assim, cabe apontar que os quatro destinos descritos por Freud se articulam em duplas (Loffredo, 2011, 2014; Green, 2010), com o recalque e a sublimação emergindo como os pares privilegiados para a compreensão da dinâmica do aparelho psíquico. É interessante apontar também que essa articulação entre recalque e sublimação é paradigmática de um registro de funcionamento no âmbito do que hoje consideramos mais claramente de processos de simbolização que operam no registro edípico e triangular das relações de objeto, enquanto os outros dois destinos sucumbem pela falha de articulação ao registro narcísico e dual (Campos, 2014).

De qualquer forma, o texto é um ponto de chegada importante na discussão teórica, já que taxativamente distingue entre sublimação e recalque como destinos distintos, embora articulados. O principal e mais inovador é que ele amplia a discussão, anunciando, pela primeira vez de forma clara a questão do objeto da pulsão sublimada (Loffredo, 2011, 2014; Castiel, 2007). Isso se dá pela distinção entre a flexibilidade em relação ao objeto das pulsões sexuais em relação às de auto-conservação, já que os objetos destas são mais fixos enquanto nas sexuais são mais facilmente deslocáveis e sujeitos à transformação.

Nesse contexto, o autor vai completar a caracterização de sua primeira teoria da sublimação, colocando não apenas a transformação da meta por meio da dessexualização mas

ainda a possibilidade da substituição do objeto na realização da meta de satisfação. Ele afirma que as pulsões sexuais:

“Caracterizam-se pelo fato de poderem, em larga medida, agir vicariamente uns pelos outros e trocar facilmente seus objetos. Devido a esses atributos, são capazes de realizações que se acham bem afastadas de suas originais ações dotadas de objetivo (*sublimação*).” (Freud, 1915/1996, p. 63-64)

Também nesse momento se anuncia um outro encaminhamento importante, que é uma sutil mudança de perspectiva no tratamento da questão, decorrente da introdução do narcisismo na compreensão da dinâmica da libido. Trata-se de a sublimação não mais indicar tanto a passagem do sexual para o não sexual, mas principalmente o afastamento em relação a um regime narcísico de satisfação sexual. Entretanto, esse movimento só poderá ser plenamente efetivado a partir da virada dos anos vinte.

De qualquer forma, é importante frisar que nesse momento o autor coloca a sublimação como destino mais evoluído por dois motivos. Em primeiro lugar, porque a sublimação é um destino que só pode ser efetivado por meio da instauração do recalque e dos ideais, portanto da resolução do complexo de Édipo e do pleno estabelecimento de relações objetais anaclíticas, sendo nesse sentido que a sublimação na primeira teoria também é entendida como fruto de um distanciamento do narcisismo. Em segundo lugar, porque o destino sublimatório é mais sintônico e harmônico em relação ao eu e também valorizado socialmente, em relativo contraste com as formas sintomáticas de retorno do recalcado.

Com esses elementos finais se fecha propriamente o percurso de construção do primeiro modelo na teoria da sublimação. Como se pode notar, ele envolveu a explicitação de uma linha mestra anunciada desde o início, em que a sublimação aparece como saída

amparada nos valores ético-morais da vida social em contraste com a saída de sofrimento psíquico causado pela necessidade de restrição da sexualidade. De uma forma de defesa contra a sexualidade até um destino transformado da sexualidade que envolve tanto a substituição da meta quanto do objeto, foram sendo caracterizados os elementos metapsicológicos que definem o conceito. Nesse primeiro momento a ênfase recaiu sobremaneira na questão da dessexualização por meio da transformação da meta, onde a discriminação efetiva entre sua dinâmica e a do recalque foi o foco principal. A questão da transformação do objeto se anuncia ao final, fechando os elementos clássicos de sua caracterização. Na perspectiva do que foi desenvolvido dentro do quadro de referência da primeira tópica e da primeira teoria pulsional, pode-se afirmar que a sublimação é esse destino da sexualidade valorizado socialmente que se contrapõe a saídas sintomáticas por meio de transformações na meta e substituições de objetos. Ela é o efeito e o ponto de chegada de uma dinâmica do aparelho psíquico que se estrutura a partir da lógica e da dinâmica do recalque, como destino mais evoluído e também implicitamente como certo ideal de funcionamento psíquico.

O problema é que a própria teoria sobre a gênese desse aparelho psíquico plenamente estabelecido segundo o recalque é algo que ainda está por se construir e nessa construção o lugar de exclusividade desse mecanismo se relativiza. Além disso, a própria concepção de sexualidade e de pulsão vai passar por transformações significativas de forma que a noção de uma oposição entre erotização e sublimação também será relativizada. Por conta desses desdobramentos é que a ênfase no último período irá recair cada vez mais sobre a questão do objeto e também por uma radical revisão na ideia de dessexualização, o que faz com que na “segunda teoria”, embora os elementos conceituais clássicos permaneçam, o quadro geral muda e com ele também há uma reorientação geral da questão ética fundamental em jogo na problemática da sublimação.

Segundo Tempo: Erotização

O período de revisionismo da obra psicanalítica tem como marco a introdução da segunda teoria das pulsões, no texto sobre o além do princípio de prazer (Freud, 1920/1996). Embora nesse texto não haja propriamente uma elaboração do conceito de sublimação, sendo mais citada do que trabalhada, a afirmação do novo dualismo traz uma ampliação significativa do conceito de sexualidade, formulando um quadro de referência geral no qual a problemática da sublimação passará a se desenvolver. Nesse sentido, pode-se afirmar que o marco da virada dos anos vinte também constitui o início de uma mudança fundamental na teoria sobre a sublimação. A principal ampliação na concepção de sexualidade se dá porque na afirmação das pulsões de vida os aspectos da auto-conservação e da sexualidade se integram no âmbito desta categoria geral, fazendo com que a sexualidade passe a agir no sentido da vida, da integração e da ligação, em oposição às pulsões de morte, que agora ocupam o lugar do fator disruptivo e desintegrativo (Castiel, 2007).

Além disso, *Eros* passa a descrever um princípio ontológico geral de ligação, do nível biológico ao social, de forma que se aponta de forma mais significativa a relação da sublimação como o meio pelo qual a sexualidade encontra um destino cultural. Isso se dar por envolver agora mais propriamente a noção de uma criação e sustentação da cultura por *Eros* do que uma contraposição entre os registros das demandas da sexualidade e das exigências da cultura, em que o destino sublimatório aparecia como um caso especial e singular em que essa oposição poderia ser ultrapassada. Por fim, a caracterização propriamente da pulsão de morte como a dimensão mais originária da economia pulsional, regida pelo princípio de nirvana como tendência à descarga completa da excitação e pela compulsão à repetição como exercício de uma pressão traumática sobre o aparelho psíquico demandando ligação (Freud,

1924/1996), instaura um giro fundamental na compreensão da condição humana. Isso se dá na medida em que retira o foco sobre a dimensão da renúncia implicada no recalque e no complexo de Édipo, colocando em pauta uma dimensão mais originária de desamparo frente à pulsão.

Levando isso em consideração, Birman (2000) afirma que é a partir da tese da pulsão de morte que se anuncia na teoria freudiana uma condição de desamparo estrutural do sujeito, no sentido de que essa posição originária nunca é ultrapassada, bem como a satisfação da sexualidade no registro do desejo também nunca é plenamente satisfeita e garantida. Essa seria a proposição de um segundo discurso freudiano sobre o social, próprio do momento do revisionismo freudiano, em que a tônica estaria sobre a impossibilidade da harmonização completa entre os registros do desejo individual e as demandas, restrições e ideais das formações culturais, em oposição a um primeiro discurso sobre o social, em que essa integração seria possível em função da elaboração dos sintomas e do sofrimento por meio do tratamento psicanalítico bem como da reforma social orientada por uma transformação na moral sexual da cultura ocidental moderna (Birman, 2000). Nesse sentido, a trilha inaugurada no âmbito da metapsicologia redundará em uma ampla reflexão sobre a sociedade, no texto sobre o mal-estar na cultura (Freud, 1930/1996) em que o sofrimento individual é em última instância referido a uma dinâmica inerente ao progresso civilizatório no qual a economia da pulsão de morte tem um papel principal.

Pode-se afirmar que essa reorientação geral da sexualidade marcará toda a discussão desse último período da obra freudiana, abordando de uma nova forma a questão ética fundamental da relação entre indivíduo e sociedade no âmbito do desejo, em que a problemática da sublimação ganhará novos adensamentos e orientações, saindo de um tom propriamente de superação para vir a encenar teoricamente a “tragicidade subjacente ao humano” (Loffredo, 2014, p. 125). Nessa nova tônica ganha destaque também o fato de que a

sublimação virá a ser convocada muito mais no sentido de uma “aliança com a erotização, do que como um processo que vai na contramão da sexualidade” (Loffredo, 2014, p. 126).

Um primeiro ponto de destaque nesse percurso é o texto sobre a psicologia das massas (Freud, 1921/1996), onde a formação dos laços grupais é referida ao processo de identificação, redundando em uma elaboração significativa em direção à proposição das instâncias do eu e do ideal de eu no modelo estrutural do aparelho psíquico. Nesse texto em particular, é descrita a formação dos grupos organizados por meio de um duplo vínculo libidinal, dos membros entre si e deste com o líder, sustentado em um mecanismo de identificação com o líder e de instauração deste objeto à condição de parâmetro ideal para o eu dos membros. Nesse âmbito surge também a animosidade com grupos rivais, por conta da projeção da agressividade aos grupos suficientemente semelhantes como forma de suprimir as diferenças intragrupais, sustentando a idealização narcísica que organiza o grupo. Decorre daí a proposição de um *narcisismo das pequenas diferenças* como característica das dinâmicas grupais. Desse modo, o texto traz uma ampliação importante da discussão sobre o narcisismo e a dinâmica das identificações, trazendo-a para o contexto das relações sociais e da cultura, o que também permitiria uma perspectiva renovada sobre a dinâmica da sublimação.

Chama a atenção nesse texto a tônica que é dada à aproximação entre a concepção platônica de Eros e a concepção psicanalítica de libido, de forma que as relações derivadas do amor ou dos laços se sentimento seriam também a essência das relações sociais e das identidades coletivas. O operador essencial nessa transformação seria um processo sublimatório, que operaria um desvio da meta original por meio de uma dessexualização que conservaria algo de sua identidade original, por meio de mecanismos identificatórios. Nesse texto o autor faz uma apresentação bastante abrangente do conceito de identificação,

caracterizando as modalidades de identificação e recolocando sua articulação com as noções de inibição da meta sexual e idealização.

No que tange às modalidades de identificação, Freud (1921/1996) distingue entre identificações primárias e secundárias. As primárias referem-se ao laço afetivo primordial, anteriores à constituição das relações de objeto propriamente ditas e marcadas pela qualidade da incorporação, sendo, portanto, do âmbito do narcisismo. Já as secundárias relacionam-se com a constelação edípica, sobrepondo-se às identificações primárias. Nelas as relações de objeto propriamente ditas estão instauradas, por meio da renúncia ao desejo e instalação da barreira do recalque. As identificações históricas seriam desse tipo, consistindo em identificação parciais, restritas a um aspecto do objeto de desejo, como forma de promover uma via de formação de sintomas. Do mesmo modo, as identificações grupais se enquadrariam nesse segundo tipo, reguladas pela identificação ao ideal de eu como forma de estabelecimento de laço e identidade grupal. Nesse processo de identificação secundária, por sua vez, estaria em jogo algo da ordem de uma inibição da meta de satisfação e também da idealização. Porém, no caso da identificação, a inibição da meta não seria completa, havendo mais propriamente uma transformação da meta de satisfação vinculada ao objeto, indicando antes a mescla entre componentes sexuais e não-sexuais do que propriamente a sua oposição. Do mesmo modo, há a formação de um componente ideal, mas neste caso, reiterando o que já vinha sendo afirmado, o componente idealizado é introjetado ao eu, contribuindo para seu investimento narcísico, em oposição à idealização que acontece nos casos de enamoramento, em que a libido é esvaziada do eu em direção ao objeto.

O que há de novo nesse momento é a indicação de que o desvio da meta consistiria em um início do processo sublimatório, que seria articulado à instauração do componente ideal do eu. O problema é que toda essa articulação não está desenvolvida ou explicitada no momento, tendo como principal questão a dúvida se as identificações que produzem

instâncias ideais do eu se produziriam necessariamente a partir do nível das relações de objeto constituídas, ou seja, a partir da resolução edípica e da instauração do recalque. Em outras palavras, fica a questão de compreender se na própria gênese do aparelho psíquico não haveria dinâmicas identificatórias no âmbito do narcisismo e em que medida elas se integram aos processos sublimatórios. Esse ponto seria essencial para pensar a relação entre recalque e sublimação, na elucidação do que seria a noção de que essa se apresentaria desde o início como um destino viável à pulsão. Neste novo giro da teoria, a noção de um mecanismo que operaria *desde o início* (Loffredo, 2011, 2014) retorna, indicando transformações na meta como um primeiro passo em direção ao destino sublimatório, articuladas aos processos identificatórios.

O encaminhamento dessa questão depende da plena caracterização do modelo estrutural do aparelho psíquico, que virá então no texto sobre o eu e o id (Freud, 1923/1996), em que aparecem mais explicitamente afirmações e elaborações sobre o conceito de sublimação que, no entanto, possuem caráter muito diversificado, permitindo reconhecer dois pólos distintos de caracterização da problemática da sublimação a partir daí. Essa espécie de *dupla face* da sublimação, segundo Loffredo, poderia se articular em uma certa lógica de ordenamento temporal: “podemos pensar em uma *primeira* sublimação, que daria suporte a uma *segunda* sublimação, ou a *dois tempos* da sublimação nesse caso específico? Mesmo assim, seria possível nos referirmos a uma sublimação *original*?” (2014, p. 350).

Para esse momento na obra freudiana é central a articulação que se opera na revisão do modelo topográfico e o centramento nas dinâmicas do eu, por meio dos processos de identificação e a negociação com os ideais, bem como na sinalização dos processos de produção de angústia e de mobilização defensiva frente aos múltiplos níveis de pressão pulsional. No livro, Freud (1923/1996) efetivamente retoma a caracterização da sublimação, agora no âmbito dos atributos das instâncias do aparelho psíquico e das relações que se

estabelecem entre elas. Nesse sentido, no nível tópico, a sublimação vem a ser conceituada como um processo relativo ao eu, no âmbito das atividades adaptativas e defensivas deste, vinculando-a um destino que conflui em direção à realidade, por meio de uma referência com os componentes ideais do eu. No nível dinâmico, ela passa a se caracterizar por meio dos processos de identificação e castração, passando a ser relacionar agora mais diretamente ao âmbito da conflitiva edípica e seus efeitos. No âmbito econômico, ela vem se articular no nível do conflito entre as pulsões de vida e de morte por meio do processo de dessexualização pulsional, em que então se destaca a dinâmica das identificações. Porém, na relação entre esses níveis há encaminhamentos diversos e também antagônicos, em que se ressalta a mútua implicação entre os mecanismos fundamentais que caracterizam os dois modelos teóricos sobre a sublimação em Freud.

O ponto principal e também mais original da contribuição desse texto está na plena enunciação da derivação da compreensão sobre as identificações narcísicas na constituição do eu para a teoria da sublimação. É nesse ponto que propriamente a noção de dessexualização na sublimação recebe uma transformação fundamental: de uma transformação de investimento objetal sexual em não-sexual para o de reversão do investimento objetal em narcísico, com ligação da pulsão de morte em libido. Isso implica uma série de modificações. Antes se tinha como cerne a noção de que a pulsão sexual alçaria uma transformação na meta em direção a objetos não sexuais, por meio de um mecanismo de apoio e conjunção com as pulsões de auto-conservação. Agora, no âmbito do novo dualismo pulsional, essa confluência se opera em um nível mais originário, o de ligação da pulsão de morte com a pulsão de vida no abrandamento do trauma pulsional em sua entrada no aparelho psíquico, o que quer dizer que a sublimação agora passa a operar erotização e libidinização, não se contrapondo mais a ela, como era no início.

Além disso, nessa passagem originária, estaria em jogo um processo de identificação narcísica, mecanismo pelo qual haveria a reversão do investimento do objeto para o eu. Portanto, a ênfase não recairia tanto na sua relação com o recalque, mas em um mecanismo que aparentemente lhe seria prévio. Contudo, esse momento originário da sublimação não seria o único, como veremos adiante. De todo modo, tal como é introduzido no texto sobre o eu e o id, a questão também não é completamente clara, como atesta a definição a seguir, que é absolutamente central para a nossa discussão:

“A transformação da libido objetal em libido narcísica, que então ocorre, evidentemente acarreta um abandono das metas sexuais, uma dessexualização, ou seja, uma espécie de sublimação. E surge mesmo a questão, digna de um tratamento mais aprofundado, de que este seria talvez o caminho geral da sublimação, de que talvez a sublimação ocorra por intermediação do eu, que primeiro converte a libido objetal sexual em libido narcísica, para depois dar-lhe quiçá outra meta. Mais adiante consideraremos se tal transformação não pode ocasionar outros destinos para os instintos, como, por exemplo, uma disjunção dos diversos instintos amalgamados.”
(Freud, 1923/1996, p. 37)

A citação mostra a complexidade da trama conceitual com que o autor trabalha, indicando, por um lado, o aporte da identificação narcísica na transformação da meta e na reversão do objeto, mas, por outro, indicando também que a dessexualização não equivale completamente à sublimação. Esta seria antes uma *espécie* de sublimação que operaria *desde o início*, como já apontado acima, a qual poderia lançar luz sobre a origem do processo de sublimação em geral, a partir de uma “*identificação primária, concebida como direta e imediata*” (Loffredo, 2014, p. 342).

Parece-nos que aqui se anuncia a articulação de um mecanismo de sublimação mais originário, ligado ao regime da erotização e do narcisismo, com um mecanismo secundário ou posterior de sublimação, em que haveria a substituição da meta erótica por uma meta mais neutra e do âmbito dos objetos da cultura, em que a dimensão edípica e do recalque seriam os articuladores principais.

Porém, a questão se complica porque nesse momento da obra freudiana não há uma discriminação clara entre a formação do ideal de eu e a formação do supereu e, portanto, entre os momentos de identificação narcísica e edípica, bem como o fato de se a identificação primária é com a figura materna ou paterna. O ponto final da citação, inclusive, remete a isso. Pois a disjunção em jogo refere-se à desfusão da libido em seus componentes eróticos e tanáticos, que o autor tende a referir ao momento da resolução edípica e do recalque. Mais adiante no seu texto, o autor deixa mais claro que o supereu nasce também de um processo de dessexualização e sublimação via identificação:

“O supereu nasceu de uma identificação com o modelo do pai. Toda identificação assim tem o caráter de uma dessexualização ou mesmo sublimação. Parece que também ocorre, numa tal transformação, uma disjunção instintual. O componente erótico não mais tem a força, após a sublimação, de vincular toda a destrutividade a ele combinada, e esta é liberada como pendor a agressão e à destruição.” (Freud, 1923/1996, p. 68-69)

Esse pendor a agressão seria propriamente o componente sádico do supereu em relação ao eu, na forma do sentimento inconsciente de culpa, relacionado à qualidade da angústia de castração. Desse modo, aqui aparece a indicação de uma dupla vinculação da sublimação com os processos de identificação e de formação das instâncias do aparelho

psíquico, no qual a passagem pelo eu como objeto por meio da identificação é a via necessária de processamento da transformação da meta dos investimentos pulsionais.

Portanto, opera-se nesse segundo momento uma transformação fundamental quanto à intermediação do eu no processo de sublimação, em que ele passa a ser agente e palco principal. Esse lugar do eu como agente e como catalisador da transformação é algo que estava ausente da constelação conceitual da primeira construção teórica, em que sua participação se dava apenas como operador da barreira do recalque. O recalque passa aqui a ser mais um elemento no jogo complexo do desenvolvimento das transformações de meta e de objeto, o que autoriza, a partir desse momento da obra pensar de forma um pouco mais viável a ideia de uma sublimação que opera *desde o início* em paralelo ao recalque (Loffredo, 2011, 2014).

Assim se esboçam as linhas gerais de organização da trama conceitual de uma “segunda teoria” da sublimação, que permanecerá operando até o final da obra freudiana. Na sequência dos trabalhos, a contribuição do texto sobre o problema econômico do masoquismo (Freud, 1924/1996) vem ser a descrição metapsicológica mais pormenorizada da dinâmica da pulsão de morte na produção dos efeitos de masoquismo, com a caracterização explícita do princípio de nirvana e com a importante definição dos diferentes tipos de masoquismo: o *erógeno*, o *feminino* e o *moral*. O primeiro seria o mais originário, referente às próprias condições de regulação da excitação sexual, na ultrapassagem da condição originária pulsão de morte, por meio da erotização da dor. O segundo e o terceiro teriam o primeiro como condição e se desenvolveriam como reflexões do sadismo sobre o eu. Eles estariam articulados à tendência passiva, no caso do feminino, e à submissão aos imperativos morais, no caso do moral.

No que interessa à presente discussão, tem-se que o primeiro nível é o que está originalmente associado aos mecanismos de ligação da pulsão de morte em libido. A

novidade é que agora se explicita a operação de deflexão da pulsão de morte para o exterior por meio da constituição de impulsos de domínio e destruição. É importante destacar que a dinâmica de fusões e desfusões marca todos os níveis do masoquismo, até sua expressão final, no masoquismo moral, que é aquele que se vincula propriamente à produção do sentimento de culpa por meio da instauração do componente ideal do supereu. Seria nesse contexto geral que operariam as sublimações, efetuando derivações dos componentes eróticos e tanáticos ao longo do desenvolvimento do aparelho psíquico. Contudo, chama a atenção que nesse importante adendo metapsicológico a caracterização da dinâmica da sublimação em relação aos processos de identificação e recalque não seja satisfatoriamente abordada, de forma que apesar da ampliação na caracterização qualitativa das expressões da afetividade tanática, seus meandros no que implica a sublimação não encontram elaboração.

Muito da caracterização geral que é feita nesse momento reaparece em um capítulo do texto sobre o mal-estar na cultura (Freud, 1930/1996), que consiste então no grande ponto de confluência da elaboração teórica freudiana em sua reflexão sobre o homem em sua condição de ser cultural. Nele são abordadas tanto a questão da deflexão da pulsão de morte na superação do masoquismo primário quanto da desfusão libidinal gerando sentimento inconsciente de culpa, como expressão da pulsão de morte, e angústia, como expressão da pulsão de vida (Campos, 2014).

Esse texto freudiano tem vários desdobramentos, tendo como pano de fundo o dilema fundamental intrínseco à natureza humana: a dependência e oposição do indivíduo em relação à cultura, na medida em que esta impõe um limite ao desejo, por meio da restrição ao incesto e ao parricídio como leis básicas da condição social, mas, ao mesmo tempo, fornece o amparo simbólico e material para o ser humano, por meio dos ideais culturais e da tecnologia. Essa proteção e amparo, todavia, implica um custo e um efeito emocional na economia do sofrimento. Essa reflexão acompanha toda a obra freudiana e nessa amarração final ganha

uma tônica específica. Agora a pulsão de morte como princípio desintegrador geral se põe como principal contraponto à vida social, por meio da expressão do mal-estar que decorre da operação do recalque. Daí a tese de que o mal-estar é diretamente proporcional ao avanço do processo civilizatório. Esse último giro é o que vem configurar propriamente a ideia de um segundo discurso freudiano sobre o social, como apontado acima, marcado pela dimensão propriamente trágica da condição humana.

No que interessa à discussão sobre a sublimação, ela aparece inicialmente e majoritariamente na caracterização das diferentes formas e resoluções frente ao conflito básico entre desejo e exigências sociais. Freud (1930/1996) descreve algumas saídas para o conflito, por meio do isolamento ou transformação da sociedade, da produção de saídas psicopatológicas e sintomáticas, da supressão das pulsões e, por fim, dos derivados sociais nas instituições artísticas, científicas e morais. Nesse contexto, a sublimação aparece vinculada a este último destino, em especial na caracterização do prazer estético, mas também no âmbito do amor e do conhecimento. De qualquer forma, é na confluência de um destino pulsional com a tarefa da civilização que se dá a tônica da caracterização neste ensaio. Embora os caminhos sublimatórios apareçam de forma bastante diversificada, a ênfase é em uma articulação entre sublimação e erotização que tem como elemento central e organizador a ideia de desvio da meta diretamente sexual.

Embora essa impressão geral no sentido da harmonização esteja indicada no início, não é a tônica do ensaio, como já apontado. Porém, o mais interessante é que a problemática da sublimação não é retomada significativamente para abordar as questões em torno da tese principal do texto, que é justamente o destino do mal-estar. Nesse ponto, caberia avançar, como trabalharemos ao longo desta tese.

É possível já anunciar que o que está em jogo no segundo modelo da teoria da sublimação são os caminhos de dessexualização na constituição das instâncias psíquicas,

gerando efeitos de fusão e desfusão libidinal os mais variados, desde o nível mais originário do masoquismo primário até os efeitos do sadismo superegóico. De fato, como apresentam em maiores detalhes Metzger e Silva Junior (2010), os efeitos negativos e ‘nefastos’ da sublimação costumam ser pouco explorados na literatura psicanalítica ou mesmo na leitura do legado freudiano. A via de desfusão pulsional produzindo sentimento de culpa e mal-estar é um componente importante do balanço nas relações entre psiquismo individual e cultura, colocando um verdadeiro paradoxo da sublimação: “se é ela que produz a cultura, também é ela que provoca a desfusão pulsional que terá efeitos destrutivos sobre essa mesma cultura” (p. 570)

Contudo essa perspectiva sobre a sublimação é pouco explorada pelo autor nesse momento. No que diz respeito aos destinos da destrutividade, Freud (1930/1996) afirma que ela é a saída privilegiada de expressão da pulsão de morte, mas que essa deflexão para o âmbito social é um complicador das relações sociais, sendo o ponto onde acabam incidindo os imperativos morais. Isso faz com que as exigências sociais acabem fazendo com que, por meio do supereu, a destrutividade retorne sobre o eu e o sadismo objetal retroage como masoquismo moral. Decorre daí a ideia de que, em função da obediência ao pacto social, o destino desfusionado da pulsão de morte reflita sobre o sujeito na forma de um mal-estar e sentimento inconsciente de culpa inespecíficos que são diretamente proporcionais ao avanço do processo civilizatório. Soma-se a isso a hipótese de que essa destrutividade internalizada encontre dificuldades de encontrar saídas sublimatórias efetivas, ou seja, metas transformadas e objetos substitutivos valorizados socialmente.

Esse encaminhamento da argumentação freudiana leva ao indicativo de que a pulsão de morte não poderia em última instância ser sublimada. Esse ponto é importante, uma vez que costuma ser algo bastante apontado na caracterização dos problemas em jogo na sublimação e que muitas vezes é mal-compreendido. A má compreensão advém da noção de

que os impulsos destrutivos não encontram vias de satisfação em metas sociais, o que é falso. Pelo contrário, a sociedade necessariamente precisa encontrar destinos integrativos para a destrutividade. A questão é justamente que o campo social não só é o âmbito privilegiado para a expressão da violência, como também há um limite às possibilidades de expressão da pulsão de morte. Há, portanto, uma questão que é metapsicológica ou ontológica: a pulsão de morte é uma força de desintegração, descarga e desinvestimento. Assim, desde a origem ela se opõe ao esforço de Eros e no processo civilizatório e haveria sempre uma porção última refratária a qualquer possibilidade de sublimação. Esse último ponto é a outra contribuição mais explícita deste ensaio freudiano e talvez o ponto mais polêmico da discussão sobre a sublimação, já que costuma ser citado como o limite para a elaboração coletiva dos impulsos destrutivos (Loffredo, 2014; Campos, 2013b; Green, 2010).

De qualquer modo, a linha geral de exposição desse texto freudiano acaba por confirmar a linha geral de que o mecanismo sublimatório se alinhe a uma concepção geral de adequação a valores morais socialmente instituídos. A discussão específica sobre a sublimação parece envolver muito mais os destinos objetivos socialmente valorizados como uma saída privilegiada na harmonização do desejo individual com as demandas sociais e morais. O que não encontra devido trabalho de elaboração seria justamente ligação da pulsão de morte em destinos libidinais e como esses processos operam na regulação das dinâmicas sadomasoquistas do eu em relação ao supereu e a realidade. Assim, chama a atenção que a própria discussão sobre a sublimação aparece de forma marginal e secundária no texto, em oposição ao que se poderia esperar, já que desde o início na teorização freudiana a sublimação aparece intimamente referida ao dilema ético-moral do conflito entre indivíduo e sociedade.

Por isso as afirmações da sublimação atrelada às saídas no sentido dos ideais culturais e da impossibilidade de sublimação da pulsão de morte acabam contribuindo para repor as

linhas gerais do primeiro momento da teoria da sublimação. Diante disso, é possível afirmar que há um significativo retrocesso nos pontos originais no segundo momento da teoria da sublimação, em que a dimensão das identificações narcísicas na produção do circuito libidinal e do eu se perdem. De fato, na sequência dos textos freudianos, a caracterização da sublimação acabará por seguir as linhas gerais do primeiro modelo sempre enfatizando a caracterização descritiva em termos de meta e objeto, realçando sua dimensão de desvio e de transformação em oposição à inibição do desejo. Nesses textos finais, até por seu caráter sintético, como o das novas conferências introdutórias (Freud, 1933b/1996) e do esboço de psicanálise, (Freud, 1938/1996) a ênfase acaba sendo mais descritiva do que propriamente metapsicológica, ou seja, se acentua muito mais a caracterização da sublimação como efeito ou fim de um processo do que a descrição dos pormenores de seu processamento.

Além disso, pode se observar também uma ênfase na noção de uma disposição constitucional para o estabelecimento de saídas sublimatórias, o que acaba por dificultar o esclarecimento dos meandros do processo metapsicológico, uma vez que acaba sendo referido em bloco a uma noção genérica constitucional com o risco de se afirmar um caráter inato das disposições pulsionais como determinante dos seus destinos individuais e sociais. É assim, que a questão da sublimação reaparece no esboço final da psicanálise, no contexto da discussão sobre os fatores que marcam a etiologia das neuroses, em que as condições iniciais do eu frágil em relação às demandas pulsionais:

“Não pode deixar de ter efeito sobre a posterior disposição (aptidão) do indivíduo para a cultura. As exigências pulsionais, forçadas a afastar-se de uma satisfação direta, são compelidas a avançar por novas vias que conduzem à satisfação substitutiva, e no curso desses desvios, podem ser dessexualizadas e ser afrouxada sua conexão com suas metas pulsionais originárias.” (Freud, 1938/1996, p. 202)

É assim que a definição sumária de sublimação acaba se impondo ao final da obra freudiana como uma modificação da meta e do objeto em referência aos valores sociais, mas também perdendo a riqueza de ampliação conceitual proporcionada pelo segundo momento da teoria da sublimação, com a ênfase nos processos identificatórios e uma dessexualização que incide mais no nível da fusão e desfusão pulsional no âmbito do eu do que no encontro de destinos libidinais objetivos na cultura.

Desvio por Laplanche: um Momento Originário

Considerando a contribuição fundamental de Jean Laplanche para o estudo das problemáticas teórico-conceituais na obra freudiana e o fato de que apresenta um estudo específico sobre a sublimação que é considerado um clássico, faremos um pequeno desvio para apresentar sua proposta, de forma a cotejar com nossa própria interpretação.

O livro de Laplanche (1980/1989) está organizado em duas partes, que refletem a divisão dos dois cursos que estão congregados no volume III das *Problemáticas*. Na primeira parte, intitulada “Para situar a sublimação”, o autor faz uma grande contextualização da sublimação na obra de Freud e no seu próprio percurso ao longo da série de cursos que constituíram seus seminários. Mais especificamente, apresenta e desenvolve os aspectos implícitos na definição clássica do conceito, em sua articulação com a teoria pulsional, em especial no contexto da primeira teoria das pulsões. Já a segunda parte avança na discussão da sublimação para além do seu enraizamento na teoria das pulsões como uma modalidade específica de destino pulsional e desenvolve a sua relação com a teoria da cultura. Apresenta a concepção de uma sublimação que não é apenas destino do desejo do sujeito em direção aos ideais culturais, mas como um processo originário, que está na origem da própria civilização.

Nessa parte, a discussão propõe avançar não só para a dimensão cultural, mas também rearticula a discussão com o segundo dualismo pulsional.

Na primeira parte do estudo, Laplanche (1980/1989) retorna à primeira teoria das pulsões, esclarecendo as relações entre as pulsões de autoconservação e as pulsões sexuais. Nesse momento ele resgata sua interpretação da relação entre sexualidade e autoconservação, defendendo sua suficientemente conhecida proposição revisionista de que toda pulsão é sexual e que as funções de autoconservação seriam o que forneceria o apoio para o desenvolvimento das pulsões sexuais de vida e de morte. O que há de particularmente novo e interessante nessa apresentação é a exposição do que denomina de modelo da *charneira*: uma articulação intrínseca entre os dois planos da economia psíquica, tal como uma articulação ou dobradiça. Trata-se de uma metáfora para explicar as relações vicariantes entre as funções de autoconservação e as pulsões sexuais. A ideia fundamental nesse modelo é que essas atividades são complementares e mutuamente incidentes, daí a concepção de uma articulação entre dois planos que a noção de dobradiça sugere.

No que tange ao problema da sublimação, o autor faz uma proposição interessante, entendendo a sublimação como um mecanismo recíproco ao mecanismo de apoio. Se o apoio é o que permite a transição das atividades psíquicas das funções de autoconservação para as pulsões sexuais, a sublimação é o que permite a retroação do campo pulsional sobre a autoconservação, na forma de uma “verdadeira derivação, uma verdadeira drenagem inversa daquela de que falamos mais acima, drenagem ao revés da energia sexual para a não-sexual” (Laplanche, 1980/1989, p. 56).

Ele propõe, ainda, que essa retroação da sexualidade sobre o corpo incidiria de forma traumática sobre o campo não-sexual, possibilitando o que denomina de *neoformação da pulsão*. Como o apoio é o que permite a passagem do não-sexual ao sexual, a sublimação, na medida em que opera a passagem do sexual ao não-sexual, seria o mecanismo de retroação da

sexualidade sobre o corpo. Chegamos assim à possibilidade de criação do novo por meio da sublimação tanto no nível do desejo individual quanto nas formações coletivas. Porém, essa criação do novo não é secundária ao desenvolvimento da personalidade, ela é concomitante a ele e deve ser referida a uma dimensão de criação da via sublimatória do desejo para a pessoa que está presente “desde a origem” (Laplanche, 1980/1989, p. 56).

Reencontramos aqui o mesmo índice enigmático das origens, já apresentado no tópico anterior a partir das interpretações de Loffredo (2011, 2014). Vimos acima como esse originário pode ser pensado vinculado ao narcisismo primário, em termos de erotização da pulsão de morte e ligação da libido no eu por meio de processos identificatórios. Laplanche indica um outro caminho para pensar essa condição originária do processo sublimatório, muito mais próximo à sua ideia de *sedução generalizada* como condição antropológica fundamental. Além disso, ele propõe uma abordagem completamente distinta para a problemática da sublimação, pois inverte a questão clássica, colocando não só que a sublimação estaria de alguma forma dada desde as origens e não como uma transposição última no arco libidinal, como também implicaria uma certa incidência da sexualidade sobre o corpo, ou seja, em um movimento que vem de fora, do campo alteritário e da cultura. Essa é uma ampliação interessante do circuito pulsional em relação ao quadro clássico freudiano: a sexualidade não só brota do corpo orgânico e por meio de sua montagem auto conservadora encontra destinos, mas em vez disso, também é algo que vem do corpo social e da intencionalidade do outro para seduzir, erotizar e alçar o corpo biológico à condição humana. Ora, se a sublimação é uma transformação de meta e de objeto, as transformações originárias que fundam e retroalimentam o circuito pulsional também não podem ser consideradas processos sublimatórios? Portanto, na perspectiva laplancheana a sublimação seria um mecanismo originário, ligado ao traumatismo e ao enigma próprio da concepção de condição humana que é característica da teoria da sedução generalizada.

Em termos teóricos, a sublimação consistiria em uma forma de *derivação* no circuito pulsional. Essa concepção de derivação, por sua vez, é uma metáfora do que em matemática se chama de operações de derivação (equações derivadas) que o autor costuma utilizar para pensar as passagens entre os diversos níveis de conceitos metapsicológicos e, neste caso em particular, do circuito pulsional (autoconservação/sexualidade, morte/vida). Haveria então uma derivação do circuito pulsional, de início pensado na chave da primeira teoria pulsional. De qualquer forma, nessa primeira parte do livro o fio condutor não se perde: a sublimação seria uma possibilidade de criação do novo.

A segunda parte se volta para uma extensa análise do pequeno texto freudiano sobre a aquisição e o controle do fogo (Freud, 1932/1996) que, por sua vez, está assentado na análise do mito grego de Prometeu. O fundamental da interpretação freudiana é que esse mito ilustra a fantasia da origem da cultura por meio da renúncia pulsional, já que o controle do fogo só pode ser alcançado pela renúncia do homem em extingui-lo com sua própria urina. Pois bem, Laplanche aponta dois aspectos importantes nessa proposição. O primeiro é o resgate do erotismo uretral como componente pulsional essencial no domínio do fogo, ampliando o escopo do sadismo anal e apoiando-o nos impulsos de controle da pulsão de domínio. Com esse texto se estabelece mais claramente a ideia de que é a civilização está assentada em formações reativas e sublimatórias poderosas sobre as fantasias sádico-anais, por meio da ordem, da parcimônia, do controle e da limpeza. Já o segundo, que nos interessa mais, é que, por meio dessa via, reencontra-se o tema da neogênese da pulsão e de como a sublimação implica um trabalho de conquista progressiva do id e elaboração de seus destinos em direção à cultura.

“Esse trabalho de análise que, no fim de contas, pode muito bem aproximar-se de uma espécie de sublimação, é ao mesmo tempo um trabalho cultural. Mas, neste caso, a

cultura é representada como uma conquista, a ‘secagem do Zuydersee’, uma reconquista. Se nos reportarmos ao nosso texto sobre ‘A conquista do fogo’, essa seria uma ‘conquista do id’, algo vizinho do sentido que era dado ao mito de Prometeu pelos junguianos - ou Abraham - mas não um trabalho cultural se este deve ser sinônimo de separação e de renúncia; uma apropriação e não uma imposição da renúncia, e mesmo da castração, como queria a interpretação por Freud do mito de Prometeu. Vocês vêem que o nosso texto das *Novas conferências introdutórias* tende mais para uma outra interpretação para o ‘trabalho cultural’, para a busca de uma via sublimatória não ligada ao recalque.” (Laplanche, 1980/1989, p. 163)

Nessa linha de argumentação o autor desenvolve então a noção do fogo como um incitador e uma figura da elaboração do traumático. Sua conclusão vai na direção de buscar o apoio no corpo para os processos de simbolização - indicado na questão do erotismo uretral já apontada - e o movimento contínuo de neogênese da sexualidade pela via reversa da cultura.

Observa-se nessa interpretação a mesma direção de argumentação da análise anterior: um caminho alternativo à inibição e ao recalque se constitui originariamente e se mantém como um processo criador de novas pressões pulsionais por meio da elaboração do impacto do trauma. Trata-se, assim, de um mecanismo de origem da pulsão e também de um destino, já que se trata da retroação da sexualidade que vem do campo cultural sobre o corpo e, além disso, seu próprio retorno posterior sobre a cultura como realização dessexualizada. Aqui estamos mais próximos do segundo momento da sublimação, pois essa erotização está mais claramente colocada no plano da incidência do traumático e daquilo que em termos mais estritamente freudianos é da ordem da pulsão de morte. Também está indicada uma possível associação entre os dois momentos em um circuito de idas e vindas.

A questão que permanece, contudo, é se o destino final do impulso sublimado, ou seja, aquele que vem do psiquismo em direção à cultura, também é criativo, no sentido de engendrar novos circuitos simbólicos e escapar da mera repetição da fantasia de desejo a que se atrelou em sua organização. Como vimos acima, Laplanche se pronuncia a favor da primeira possibilidade, contra a interpretação mais descritiva freudiana: um caminho menos vinculado ao recalque e mais próximo de uma derivação do id em eu na conquista da cultura. Um ponto importante dessa caracterização, portanto, é que sua proposição de um destino criativo está menos referida a dimensão adaptativa ou normativa do desejo em relação aos componentes ideais do eu, como se destacou na abordagem freudiana.

Após essa segunda análise, o autor se volta para o reexame do problema do traumatismo, compreendido agora a partir de uma ultrapassagem dos dualismos *mente x corpo* e *sexual x não-sexual*, que o exame da problemática da sublimação permitiu. Do ponto de vista do autor, o traumatismo corresponde aos entraves e pressões da energia sexual em sua busca por significação, ocasionando falhas de tradução nessa passagem. Então é a partir da perspectiva das múltiplas traduções e ressignificações entre registros de simbolização nos destinos pulsionais que se coloca a questão em termos mais propriamente laplancheanos. Portanto a questão não é tanto a referência a um ideal normatizador superegóico como organizador do circuito, mas as suas múltiplas passagens e derivações, nas quais a saída pode ser mais repetitiva e compulsiva, fixada na falha de tradução, ou mais criativa, por meio de transformações de sentido – metáforas, metonímias e outras figuras de linguagem, que o autor congrega na ideia de geral de *metábole* na sua proposição dos novos fundamentos para a psicanálise (Laplanche, 1987/1992).

Embora sejam muito interessantes essas considerações sobre o traumatismo na origem da vida psíquica e sua ressignificação ao longo dos destinos pulsionais, elas pouco avançam na compreensão do problema específico da sublimação, pois nada mais fazem que reiterar a

posição fundamental da teoria da sedução generalizada, a saber, o lugar do outro na constituição traumática da fonte pulsional. Porém, é possível afirmar que todo esse percurso final de discussão da teoria pulsional dirige-se para a sustentação da hipótese de uma espécie de sublimação originária como paradigma traumático na criação da pulsão por meio da incidência alteritária da cultura em seus suportes humanos.

Assim, o que se nota ao longo do livro é um retorno à problemática do originário e da metapsicologia das pulsões, sem que se chegue efetivamente a uma discussão da outra extremidade do problema: a cultura. Há o mérito de indicar como essa cultura do lugar de alteridade e de uma certa violência simbólica incide sobre a constituição da pulsão e sua erogeneização, mas a caracterização da própria estrutura cultural enquanto formas de vinculação libidinal que constituem instituições e domínios próprios, é algo que a crítica metapsicológica de Laplanche pouco tem a contribuir no momento.

Por outro lado, sua análise faz uma leitura que também amplia a compreensão dos processos sublimatórios, indicando diferentes mecanismos e níveis de atuação. Assim, o segundo momento da teoria da sublimação parece ser a ênfase na leitura do autor, embora a questão de como isso incide sobre o lugar de sujeito ou a posição do identitária do eu na constituição de vínculos e relações sociais é algo que fica em segundo plano. Parece-nos que essa é inclusive, a tônica até o desfecho da segunda parte do livro de Laplanche, de forma que entendo que a derivação da teoria da sublimação para o plano da cultura não é propriamente contemplada.

De todo modo, a discussão sobre a distinção entre o sexual e o não-sexual foi suficientemente trabalhada, apontando algumas resoluções interessantes. Como se sabe, essa definição sobre a transformação do sexual em não-sexual sempre foi entendida de forma muito restritiva e tendeu a ser deixada de lado com o advento da segunda teoria das pulsões. Afinal, a própria distinção entre sexual e auto conservativo se perde sob a denominação mais

ampla de pulsões de vida. Com isso também a própria dimensão do organismo tende a sucumbir na teoria psicanalítica. Ao reposicionar os termos na teoria das pulsões, marcando a distinção entre funções de autoconservação e pulsões sexuais de vida e de morte, o autor resgata a tensão entre sexualidade e organismo. Sua hipótese da reversibilidade entre apoio e sublimação por meio do modelo da charneira vem resgatar a importância dessa dimensão “não-sexual” em psicanálise, renovando a discussão para incluir as atividades somáticas no circuito mais amplo da vida psíquica. Podemos entender, assim, que esta é uma grande contribuição de Laplanche para a discussão da teoria da sublimação.

Ainda no plano da discussão metapsicológica, duas questões são trabalhadas. A primeira é sobre a independência da sublimação em relação ao recalque e à defesa. Nesse âmbito, o argumento é muitas vezes abordado, mas não avança muito. O autor se preocupa em distinguir algumas nuances, como os diferentes tipos de defesa (recalque, repressão) e os diversos níveis da renúncia ao desejo (âmbito do sujeito ou da sociedade), tendendo a afirmar que a sublimação estaria em última instância, articulada à lógica do recalque, uma vez que esse seria responsável pela metaforização simbólica. Nesse ponto, o autor acaba confluindo com as posições de outros comentadores, que indicam a relação mais direta entre esses dois destinos mais elaborados, que chamamos aqui de edípicos ou triangulares. Mas se a sublimação opera como mecanismo desde as origens, não seria o caso de pensar em processos sublimatórios de outra ordem, que não por meio de simbolizações verdadeiras?

Esse aspecto não é a questão principal para o autor, mas sim o grau de liberdade ou de independência que a sublimação ganharia em relação aos conteúdos sexuais e processos repetitivos – ou seja, fantasias – do sujeito. Entra-se aí propriamente no mérito do potencial criativo da sublimação. O autor chega a sintetizar a sua posição a esse respeito propondo *balizas* para a *derivação* da sublimação que seriam (Laplanche, 1980/1989, p. 211-212):

- O destino pulsional deve ser pensado como um entrelaçamento desde a origem entre o não-sexual e a fonte permanente do sexual;
- Essa fonte permanente implica a ideia de uma neocriação repetida e continuada de energia sexual;
- A neocriação da sexualidade que se articula no processo criativo está intimamente ligada à questão do traumatismo;
- A discussão sobre a sublimação é inseparável da própria concepção geral da psicanálise e de seu momento histórico.

Como se pode observar, os três primeiros pontos reiteram a sedução originária e a neoformação da sexualidade. É apenas no último ponto que aparece mais claramente uma posição quanto ao lugar do conceito de sublimação em uma concepção geral do que seja o campo da psicanálise. Embora não esteja explicitado, na discussão há uma defesa que a mesma deva transcender uma dimensão puramente técnica e clínica para ser um elemento de reflexão sobre a subjetividade e a cultura.

Em síntese, o que nos parece uma limitação deste trabalho de Laplanche é que a discussão nunca entra exatamente na dimensão das formações culturais. Ela está sempre como um horizonte externo à discussão que é fundamentalmente metapsicológica e, mais precisamente, no âmbito da teoria pulsional. Embora tenha o mérito de afirmação do papel fundamental da alteridade, não há uma discussão sobre o que constitui a cultura enquanto sistema simbólico próprio e como essas representações e instituições influenciam na estruturação do circuito libidinal no âmbito do aparelho psíquico. Isso porque, do ponto de vista que temos ressaltado de interpretação do último momento da obra freudiana, tanto no momento propriamente originário e traumático, quanto nos momentos posteriores da estruturação da personalidade, os movimentos de transposição de regimes pulsionais estão atrelados a dinâmicas relacionais com os objetos, por meio de processos identificatórios.

Portanto, podemos concluir que o autor não explora a dimensão propriamente psicossocial da problemática. Mesmo na sua síntese metapsicológica sobre o processo de criação de destinos pulsionais sublimatórios, ele não avança além de algumas indicações, como, por exemplo, a de que a *ligação* é o que estaria em jogo na elaboração do traumatismo em sua dimensão originária, de tal forma que seria necessário conceber diferentes níveis de ligação e elaboração simbólica da pulsão, que não deveriam se restringir apenas ao esquema clássico *ligação narcísica – elaboração simbólica*.

Um avanço na metapsicologia da sublimação passaria justamente por sair dessa discussão exclusivamente originária, para pensar as diferentes nuances que o processo admite em diversos momentos de organização da personalidade. No âmbito da própria teoria pulsional, caberia tentar entender os níveis de produção de pulsão, se no âmbito de impulsos tanáticos ou eróticos e como se daria a ligação nesses diferentes aspectos. Parece-me que a noção de sublimação como vinculação a ideais culturais socialmente valorizados é um tipo de elaboração tipicamente simbólica das demandas pulsionais. É um modelo de produção de um destino pulsional por meio de um processo de verticalização do desejo baseado em identificações edípicas. Contudo, esse modelo restringe-se a elaborações sublimatórias secundárias. No que diz respeito à dimensão propriamente originária dos processos sublimatórios, o que está em jogo é outra dimensão de ligação, mais propriamente narcísica.

Aqui é que entra em jogo o que talvez seja a maior omissão de Laplanche em seu exame da teoria da sublimação: a segunda concepção freudiana do conceito, em especial a sua via progressiva específica de erotização. Como vimos, a partir da segunda tópica e da segunda teoria pulsional, ou seja, no âmbito do último momento de sua obra, Freud (1923/1996) articula a sublimação ao momento de constituição egoica e à fusão pulsional, por meio da noção de dessexualização da pulsão em libido narcísica. Em outras palavras, trata-se de um processo de fusão da pulsão de morte com a pulsão de vida na formação de libido

investida no eu, indicando então um mecanismo pulsional para a ligação da dimensão traumática da pulsão de morte. O que Freud não chega a explicitar nessa elaboração teórico-conceitual é que esse processo também está articulado às identificações narcísicas, ou seja, que a ligação em libido e, portanto, a entrada em regimes de simbolização propriamente ditos (representações afetivas e representações de coisa, de palavra e de objeto, nos termos freudianos clássicos), está articulada à identificação com o objeto no regime de relações de objeto narcísicas primárias; em suma, ao que hoje se entende mais claramente como função materna.

Como vimos, as identificações narcísicas são responsáveis não só pela vinculação erótica da unidade do eu por meio do eu ideal/ideal de eu, mas também pela ligação da pulsão de morte em libido. Há, portanto, graus de simbolização ou, se preferirmos, tradução das significações, que estão atrelados a processos identificatórios específicos. Embora sistematicamente ignoradas ou subdimensionadas por Freud, as identificações narcísicas também estão em jogo na produção do laço e da estrutura social.

Esse é o caminho que em nossa interpretação, o segundo modelo da teoria da sublimação indica. Laplanche nos dá subsídios para sustentar melhor a adesão desse modelo, no sentido de sua ampliação para diferentes níveis e principalmente para a compreensão de sua via originária, mas não dá muita ênfase para outros encaminhamentos da problemática. O que o autor traz de contribuição significativa é uma relativização da vinculação estreita entre defesa e sublimação, mostrando que desde Freud a sublimação se caracteriza por um destino mais independente dos processos defensivos e que é intrinsecamente criativo. A limitação é que essa criatividade em Laplanche é trabalhada prioritariamente na forma de criação da pulsão em um âmbito originário. Embora possamos entender a riqueza dessa contribuição para mostrar que a sublimação é um processo de constituição de laços psíquicos, falta uma articulação mais ampla dessa dimensão individual com a dimensão propriamente social dos

símbolos e parâmetros culturais sobre a verdade, o bem e o belo. Assim, a criatividade dos processos sublimatórios fica muito relegada à sua dimensão originária de neogênese pulsional. Penso que nesse sentido o autor radicaliza a ideia de uma transformação regressiva própria dos processos sublimatórios, indicando uma incidência sobre a própria fonte do circuito pulsional, onde então a dimensão negativa do segundo momento na teoria da sublimação pode aparecer. Isso quer dizer que há uma indicação que já foge ao quadro de referência mais propriamente freudiano e mais próximo de uma visão mais contemporânea e atual em que a própria sedução ou situação antropológica fundamental pode ser articulada a processos sublimatórios.

Em suma, Laplanche nos auxilia em um exame crítico sobre a teoria da sublimação, endossando muitos aspectos da ampliação da compreensão desse conceito em direção a uma teoria mais integrativa e também contemporânea sobre a sublimação, dando subsídios para o que propomos a seguir.

Visão de Conjunto: Sublimação Primária e Secundária

Ao fim desse percurso histórico e epistemológico pode-se confirmar a “posição nodal ocupada pela sublimação na arquitetura metapsicológica” (Loffredo, 2014, p. 195), consistindo em uma concepção que trata do gerenciamento dos investimentos pulsionais por múltiplas vias, envolvendo tanto o âmbito individual quanto o coletivo, por meio de transformações em suas metas e objetos. Trata-se de um conceito que não recebeu acabamento teórico por parte de Freud e permanece em um entrecruzamento paradoxal na tematização do conflito fundamental entre desejo e cultura. É uma posição difícil de sustentar não só pela sua condição de passagem, mas pelas próprias ambiguidades de seus meandros conceituais, como visto. Além de bifronte, a sublimação tem múltiplas faces, sendo as

principais aquelas que estão na origem de sua caracterização geral a partir da noção de sublime, que remete ao campo da moral e da estética. Sua rede conceitual na metapsicologia é bastante diversificada e ampla, na proximidade e articulação com uma série de conceitos e noções, constituindo um leque multifacetado que inspira a metáfora proposta por Loffredo (2011, 2014) de *figuras da sublimação* do que propriamente uma teoria sistemática.

Nesse sentido, a noção geral de dessexualização marca então a tônica de um processo que trata das transformações no âmbito da erotização, mas nesse caminho a sublimação traz uma série de associações. No nível *dinâmico* ela se articula a múltiplos processos. Primeiramente se configura no âmbito dos investimentos na trama de representações do aparelho psíquico por meio das noções de desvio e inibição da meta e de modificação de objeto. Posteriormente, se estabelece no âmbito dos mecanismos de defesa e seus desdobramentos: com o recalque e os sintomas, além da formação reativa e da idealização. Por fim, se instaura no âmbito das identificações, por meio das formas narcísicas e edípicas. No nível *tópico* ela consiste inicialmente em uma modalidade especial de passagem do inconsciente para o consciente, mas posteriormente passa a envolver todos os níveis de aparelho psíquico: da passagem do id ao eu, na constituição do eu e também na constituição das instâncias ideais do eu, além de passagens do supereu ao eu, incluindo até mesmo retroação ao id. No nível *econômico*, ela envolve inicialmente o apoio da sexualidade nas pulsões de autoconservação, mas depois a fusão e desfusão pulsional em vários níveis, uma vez que estão em jogo tanto processos de sexualização da pulsão de morte em libido, quanto de dessexualização da libido objetual erótica em libido do eu e, por meio dela, a constituição de instâncias ideais do eu, incluindo o supereu. Além disso, processos defensivos podem incidir em desfusão pulsional e libidinal, retroagindo como angústia difusa e sentimento inconsciente de culpa. Por fim, se levamos em consideração o encaminhamento da proposta

laplancheana de neogênese da pulsão, incide não só sobre as expressões do id na consciência, mas sim na própria fonte pulsional.

Diante disso é possível identificar nessa problemática *três eixos principais* de encaminhamento, confirmando a proposta de Loffredo: “a questão da passagem do sexual ao não sexual, as implicações de sua confluência com o narcisismo e as peculiaridades de sua proximidade com o recalque” (2015, p. 52). Portanto, em primeira instância - que no caso deste conceito é o ponto de vista econômico - a sublimação acaba denotando um conjunto de processos de transformação no âmbito das qualidades e imbricações pulsionais e libidinais que se encadeia em múltiplos níveis na dinâmica e tópica do aparelho psíquico, incluindo sua própria constituição em termos estruturais.

Uma visão de conjunto desse percurso permite afirmar que a concepção freudiana de sublimação é bem mais ampla e complexa do que normalmente se supõe em suas apresentações mais superficiais e mesmo por meio de alguns comentadores. Em primeiro lugar, porque ela não se resume a um mero julgamento descritivo do valor de um destino pulsional sobre um objeto, ou seja, a sublimação não é apenas uma descrição que se pode dar a uma saída bem-sucedida para o conflito psíquico, em termos de sua valorização e reconhecimento cultural. Ela não é somente o efeito final de um processo, mas o próprio processo, com legitimidade teórica e especificidades bem variadas. Decorre daí inclusive a justificativa pela necessidade de se resgatar sua caracterização metapsicológica, como proposto neste ensaio. Em segundo lugar, porque do ponto de vista dinâmico, ela não é nem um mecanismo de defesa específico nem um desdobramento ou efeito do recalque. Ela se articula intimamente a este, mas não se confunde com ele, pois é um caminho com características próprias. Também não é um mero efeito de deslocamentos e transposições de investimentos em representações e objetos, pois envolve fundamentalmente uma transformação qualitativa na moção pulsional, que é justamente a ideia de transformação de

meta em vias de dessexualização e sexualização. Entretanto estas não se referem apenas a passagem de um desejo sexual para outro mais sublime, na verdade consiste em um processo mais complexo e com muitas ramificações. Nesse sentido, a principal contribuição do segundo momento na teoria da sublimação é ressignificar a própria concepção de dessexualização, retirando o foco do valor moral para a gênese dos circuitos e instâncias do aparelho psíquico, sobretudo via processos de identificação.

Um percurso consistente por essa problemática permitiu a alguns comentadores da obra freudiana chegarem a proposições esclarecedoras. Um primeiro ponto é que a mudança geral de ênfase em direção à erogeneização ou neoformação pulsional acaba por transformar o quadro geral de referência da sublimação em suas implicações ontológicas e ético-morais. Como foi apontado no início, a problemática da sublimação incide sobre o dilema fundamental da condição trágica do homem como um ser cultural. A princípio, a sublimação indicaria essa condição particular de transposição da barreira do limite ao desejo harmonizando os registros individuais e sociais. Todavia, ao ampliar o escopo de *Eros*, incluindo esses dois registros como dimensões de um mesmo princípio de ligação e reposicionando o problema em um nível mais arcaico, o do desamparo frente à pulsão de morte, a problemática da sublimação acaba colocando-se no âmbito da origem dos circuitos libidinais. Porém, coloca também em jogo nesse arco de fusões e desfusões a própria gênese das instâncias psíquicas no processo, mediadas pelas relações objetais. Isso é muito mais do que situar a questão no âmbito da avaliação do grau de repetição e adaptação versus criatividade e transformação, pois recoloca uma posição ética fundamental: é por meio do agenciamento alteritário do objeto humano que os laços libidinais podem se constituir e se sustentar tanto no registro do indivíduo quanto da sociedade.

Essa é a posição geral que podemos derivar da proposta de uma teoria da sedução generalizada em Laplanche, mas que também é defendida por autores como Birman (2000,

2008, 2010), que enfatiza, como ressaltado na introdução acima, especialmente o resgate dos desdobramentos políticos dessa concepção. Esse tipo de posicionamento renovado possui algumas implicações e encaminhamentos. Um primeiro caminho é pensar a sublimação como possibilidade de gestão do desamparo no contexto contemporâneo de crise da função paterna e de suas imagens de suporte, ou ainda, da noção de uma perversão do laço social (Kehl, 2010; Campos, 2013b). Um segundo caminho, que também está em ressonância com as interpretações laplancheanas, é a proposição de Castiel (2007, 2010), cuja tese principal é que o desenvolvimento da teoria da sublimação em seu último momento, aquele em que se enfatiza a mudança do objeto, inaugurou uma perspectiva propriamente alteritária e criativa para a teoria da sublimação, com reflexo direto para uma clínica em que a sublimação poderia operar como processo criativo de destinos pulsionais em âmbito individual e coletivo, em vez de produção de mera adaptação. Nesse sentido, retoma-se por uma outra via a questão da sublimação como baliza fundamental da clínica psicanalítica.

É certo que, nesta extensão da discussão, estamos insinuando muito mais do que Freud expressa diretamente, mas estamos certos de que esses desenvolvimentos estão no horizonte de sua problematização. Nesse sentido, nossa reflexão endossa outros estudos extensos e sistemáticos sobre a metapsicologia freudiana, a começar pelo ensaio clássico de Laplanche (1980/1989) sobre a sublimação. Este autor, como apresentado acima, também se concentra na transformação da meta sexual das pulsões, mas enfatiza as voltas alternadas entre os níveis de elaboração das pulsões em um diagrama diedro, sugerindo uma concepção original para a sublimação: a neogênese pulsional. Parte-se da noção de que a sublimação também caberia sustentar, em sentido inverso, o retorno do sexual ao assexual. Esses processos ocorrem no contexto geral da teoria da sedução, na qual a tradução da sedução primária é o processo original de erotização e a sublimação está relacionada à repressão na metabolização e tradução das pulsões.

Para além dessa dimensão originária, pode-se entender que as sublimações ocorrem em todos os níveis do circuito pulsional, especialmente quando os dois reinos da subjetividade (sexual e não sexual) são transpostos. Isso pode ocorrer tanto do sexual para o não sexual, como geralmente é reconhecido na sublimação, quanto do não sexual para o sexual. Este último mecanismo está relacionado tanto à ligação erótica quanto à criação de novas pulsões sexuais.

Essas contribuições metapsicológicas apontam para um tipo de sublimação em um nível mais original do que os dois momentos que caracterizamos como modelos na teoria freudiana. Caberia reconhecer também em um nível originário de sublimação, relacionado à criação de pulsões desligadas, anterior ao nível primário de vinculação à libido e ao nível secundário de deslocamento para um substituto simbólico. Se então admitirmos ir um pouco mais além na psicanálise contemporânea e considerarmos a gênese da pulsão como resultado de uma sedução geral ou violência simbólica – ou seja, o efeito da alteridade e da cultura no corpo orgânico –, poderíamos também reconhecer um momento originário de sublimação, para além da articulação entre os momentos primário e secundário.

Portanto, há uma série de derivações pertinentes para a problemática da sublimação que se beneficiam desse quadro geral que esbocei tentando articular os dois modelos de sublimação presentes na obra freudiana em uma formulação teórica mais abrangente apoiada em expedientes laplancheanos. Como vimos, a integração dessas duas perspectivas distintas sobre a sublimação por meio de uma compreensão metapsicológica complexa dos processos de desenvolvimento é perfeitamente possível na teoria freudiana, encontrando respaldo em outros trabalhos que citamos. Ela respeita e segue a grande estrutura da obra do autor, notavelmente organizada em modelos e períodos binários e estanques, mas frequentemente não integrada em um modelo sistemático. Apesar disso, a concepção restrita persiste na interpretação da perspectiva freudiana tradicional. Essa proposição, no entanto, segue

indicações amplamente presentes na literatura teórica especializada sobre o assunto, embora não seja algo usualmente discutido ou devidamente abordado em artigos voltados para a prática clínica.

De todo modo, cabe lembrar que o revisionismo do último momento da obra freudiana é marcado por uma ampla ressignificação da trama conceitual da metapsicologia, em que os elementos ganham novas dimensões e resgatam outras, sem que haja necessariamente uma ruptura com as teses iniciais. Constitui-se como algo mais da ordem de uma revolução sobre si mesma que articula e amplia os modelos conceituais. Foi assim com a teoria das pulsões, do aparelho psíquico e da angústia, tomados como os três grandes passos do revisionismo metapsicológico freudiano (Campos, 2014). Podemos afirmar que o mesmo se dá com a teoria da sublimação. Todo o desenvolvimento do primeiro momento, com a ênfase na caracterização descritiva das modificações de meta e de objeto no plano da sexualidade para a auto-conservação e moralidade, é retomado e ressignificado com a ênfase no processo de fusão e desfusão da libido por meio de identificações. A princípio há uma aparente oposição, em que a noção mais imediata de dessexualização como afastamento do sexual é transposta para outra noção, menos direta, em que a dessexualização é entendida como retirada do investimento dos objetos ou ligação da pulsão de morte em libido, ou seja, como processo narcísico e, portanto, de erotização do aparelho psíquico. Isso justificaria pensar em uma oposição entre esses dois momentos e, daí dois modelos para a sublimação. Contudo, um exame mais detido, como o que foi feito aqui, mostra que essas dimensões se integram como tempos de um processo mais geral de dinâmicas da sublimação ao longo do desenvolvimento do aparelho psíquico, que implicam não só o caminho progrediente, como também o regrediente em processos de erotização e dessexualização.

O que se pode observar por meio desse percurso é um amplo leque de operações sublimatórias, que se articulam na produção de efeitos afetivos diversos, desde o pólo mais

propriamente erótico passando para o sádico e destrutivo. Isso se dá porque as sublimações consistem essencialmente em operações sobre a qualidade pulsional fundamental, fundindo pulsão de morte e pulsão de vida em libido, embora também desfundindo-as. Nesse sentido, a sublimação é o que permite a ultrapassagem do masoquismo primário, por meio da ligação em libido e deflexão da pulsão de morte para o exterior, mas também o que produz masoquismo secundário, por meio do sentimento inconsciente de culpa. É um processo que se articula à produção das estruturas do aparelho psíquico, no eu, via identificações narcísicas, e no supereu, via identificações edípicas. No primeiro caso privilegiadamente pela sublimação das pulsões de vida e no segundo envolvendo também a sublimação das pulsões de morte. Os desligamentos pulsionais e o trabalho do negativo não operam somente desfusões no sentido do mal-estar, mas também possibilidades de vias criativas. Essa criatividade, como vimos, pode inclusive refluir sobre a própria fonte pulsional, produzindo aportes de neoformação pulsional, que remete então a uma dimensão propriamente originária da sublimação.

Um encaminhamento da articulação dessas figuras da sublimação que respeite sua complexidade foi proposto originalmente por Loffredo (2010, 2014, 2015). Sua proposição mais sintética e integrativa sobre o tema caracteriza dois tempos na operação de sublimação, apoiada nas considerações de outros comentadores da tradição francesa, em especial Janin (1998) e Mijolla-Mellor (2005). Segundo a autora, esses comentadores indicam uma sublimação primária, ligada então aos processos constitutivos no âmbito do narcisismo primário, com a ligação da pulsão de morte e constituição do eu, portanto, da identificação primária ao objeto. Já o segundo tempo estaria ligado às concepções iniciais e também finais do percurso freudiano, em torno da triangulação edípica, a instauração do recalque e das identificações secundárias:

“O segundo tempo da sublimação, que corresponderia para esse autor a uma *sublimação secundária*, seria estreitamente articulado ao declínio do Complexo de Édipo, quando o eu adota os traços do objeto, segundo a formulação presente em ‘O eu e o id’ (...)” (Loffredo, 2014, p. 345)

Aqui há duas considerações importantes a fazer, que implicam a compreensão da própria temporalidade do processo. A primeira é a cronologia de tudo isso na obra e sua articulação na temporalidade “lógica” da teoria freudiana. Lembremos que o desenvolvimento da teoria freudiana quase sempre parte do mais elaborado e retrocede ao mais arcaico, ou seja de estágios neuróticos e edípicos para o que está aquém, no âmbito pré-genital e narcísico, além do mítico. Assim, embora a discussão sobre a sublimação em um primeiro momento da obra, o da dessexualização no sentido puramente objetal no âmbito de um eu já plenamente constituído, se coloque no início, diz respeito, no âmbito do ordenamento lógico dos processos constitutivos, a um momento posterior. Além disso, essa perspectiva de ‘destinos’ sociais do desejo, como vimos, é o que é mais enfatizado no último momento cronológico da obra freudiana. Entre eles e na verdade permeando toda a obra, embora se destacando na virada dos anos vinte, está a concepção de um segundo momento da obra freudiana, onde os processos de erotização no âmbito da ligação da pulsão de morte e constituição narcísica do eu vão se configurar. Portanto, embora o momento da sublimação primária seja posterior na obra freudiana, teoricamente ele vem primeiro. Com isso penso reafirmarmos a lógica fundamental entre processos primários e secundários em psicanálise, em termos de temporalidade - o primário e anterior ao secundário -, então não é algo muito diferente, cabendo apenas a atenção à cronologia.

O segundo ponto é que Loffredo (2014) propõe uma complexidade a mais na consideração da questão, respeitando o fato, também típico do pensamento psicanalítico e freudiano, de que essas etapas não são estanques e exclusivas e que se articulam em diferentes níveis intercambiáveis, ou seja, justamente o campo de múltiplas figuras dos processos sublimatórios. Aí entra a segunda diferenciação entre processos primários e secundários em psicanálise, que é a de que os primeiros são constitutivos e organizadores do aparelho psíquico ou personalidade, ou mesmo dos processos de subjetivação na articulação sujeito e cultura, e que os segundos se apoiam neles. Nesse sentido, é possível compreender que há um *tempo constitutivo* da sublimação, que se ordena na articulação entre as etapas constitutivas desse processo, e um *tempo operacional* ou *efetivo* da sublimação, como uma espécie de segundo nível ou ordem, em que as múltiplas possibilidades dos mecanismos de sublimação se abrem como um leque ou ramalhete de saídas possíveis nas negociações entre o eu e seus ideais a partir das exigências pulsionais e frente aos limites e possibilidades da realidade socialmente compartilhada. Nas palavras da autora:

“Justamente na perspectiva da ideia de ‘tempos’ da sublimação, minha hipótese é que, a partir dessas sublimações de caráter constitutivo e exemplar, vinculadas a uma dessexualização que ocorre de forma imperativa, é absolutamente necessário supor a ocorrência de *outros* movimentos sublimatórios por meio de modalidades muito variadas de estratégias sublimatórias.

A esse *segundo patamar* do mecanismo da sublimação estaria subjacente um processo que operaria segunda uma dupla vertente: de um lado, *tenderia à dessexualização*, num espectro que se expressaria em graus muitos variados de ocorrência; e, de outro lado, seria possível de acionar, por princípio, graus também muito variados de *ressexualização*.” (Loffredo, 2014, p. 345)

Considerando o que foi exposto até aqui podemos endossar a proposição que se pense na articulação de pelo menos dois tempos da sublimação na dinâmica e constituição da personalidade. Em primeiro lugar, haveria uma *sublimação primária*, articulada às identificações narcísicas primárias e à exigência de ligação em libido da pulsão de morte por meio do suporte proporcionado pelos objetos parentais em suas funções de cuidado, sedução e identificação, como condições de abertura alteritária fundamental. Nesse nível se daria a erogeneização originária de vinculação em libido e também de constituição do eu e do ideal de eu na dinâmica do narcisismo. Envolveria, portanto, a transformação de pulsão de morte em libido e também de libido do objeto em libido do eu, no registro das relações de objeto duais e de processos ainda primários de simbolização.

Um segundo momento seria o da *sublimação secundária*, que se efetivaria propriamente no âmbito das relações triangulares, estabelecendo-se a partir da entrada e posterior resolução do complexo de Édipo. Ela estaria articulada tanto à lógica do recalque quanto aos caminhos identificatórios dos ideais paternos instalados no supereu. Nesse segundo nível dos processos sublimatórios estariam presentes diferentes formas de dessexualização e ressexualização da libido na relação com os objetos, tanto no sentido de obtenção de novas saídas objetais para a libido por meio da referência a ideais valorizados socialmente – ou seja, a acepção mais clássica da concepção de sublimação como um certo “empuxo à transcendência e ao sublime” - quanto também na retroação sobre o sujeito de formas desligadas e desinvestidas de atributos representacionais e de sentido, na forma de produção de angústia, sentimento de culpa e mal-estar – ou seja, a acepção menos comum de um certo “empuxo à decadência e ao vil”.

Por fim, tomando certas liberdades com relação a pontos cegos da própria teoria freudiana, é possível derivar um tempo *originário* da sublimação, aquele da própria formação da pulsão. Trata-se de uma perspectiva original, que certamente traz luz à própria constituição alteritária e psicossocial da subjetividade, auxiliando na relativização da posição naturalista em psicanálise, mas que não encontra tanto respaldo no percurso estrito que efetuamos sobre a problemática da sublimação na obra freudiana. Isso porque se dá porque o originário diz respeito ao que está presente desde o início ou se constitui muito cedo a partir de uma disposição biológica como forma potencial, como no caso da ideia de um narcisismo primário de caráter originário, coincidente com o auto-erotismo, ou de uma angústia originária própria da pulsão de morte, ou de fantasias originárias como matrizes de simbolização. A ideia de uma sublimação originária implicaria uma outra noção, a de uma formação de pulsão no âmbito de suas próprias fontes e referida ao impacto alteritário do objeto primário e também das formas simbólicas da cultura. Esse grau de radicalidade é uma tônica que se encontra somente a partir da psicanálise francesa e certamente é uma perspectiva interessante para pensar a sublimação na atualidade. Podemos, contudo, apontar que essa questão permanece no horizonte da problemática da sublimação na obra freudiana, ficando como um ponto ainda a se fazer trabalhar, como veremos na sequência de nosso próprio percurso nestes ensaios.

Considerando a lógica freudiana clássica genética e desenvolvimentista dos processos psíquicos, diferencia-se o primário e secundário como sendo um da ordem do constitutivo no passado da história de vida e o outro da ordem do que se apoia nesse ponto de fixação ou modo de configuração para estabelecer um vínculo ou modo de relação presente. Há também nesse quadro teórico-conceitual de referência momentos de indicação de uma dimensão originária, própria da montagem natural do corpo e psiquismo da espécie humana. São, portanto, três tempos do desenvolvimento constitutivo: *originário*, *primário* e *secundário*. A dinâmica entre primário e secundário, em seu jogo de fixações, progressões e regressões, são

o cerne do desenvolvimento da personalidade. Essa ideia geral também está presente no ordenamento psicopatológico, uma vez que há também três fatores da etiologia das neuroses: biológicos constitucionais, psicológicos históricos e ambientais desencadeantes. O balanço entre essas séries complementares é o que determina a equação etiológica do adoecimento e a própria ideia geral de sobredeterminação na vida psíquica. Seria então necessário pensar a sublimação a partir dessa chave processual (Loffredo, 2011).

Essa visão básica no geral é verdadeira na concepção freudiana de subjetividade, mas mesmo nesse quadro de referência é mais complexa, na medida em que o primário e o secundário também implicam níveis diferentes de elaboração desses processos psíquicos. Em outras palavras, são também tomados como formas qualitativamente distintas e igualmente disponíveis, como quando se fala hoje em simbolização primária e secundária ou em narcisismo primário e secundário como estruturas ou modos qualitativamente distintos de funcionamento. Certamente esse é o caso dos momentos de sublimação originária, primária e secundária que estou propondo. É importante portanto entender que embora se possa pensar em uma certa lógica de prioridades na constituição desses progrediente desses processos – da sedução, passando pela erotização e depois pela dessexualização – eles constituem de fato um roteiro de múltiplas entradas e saídas, ou seja, uma vez instalados eles são possibilidades dentro do funcionamento psíquico do sujeito que irão se integrar de diferentes maneiras e níveis.

Diante disso, cabe então concluir e esclarecer o seguinte: a articulação constitutiva que estou caracterizando entre originário, primário e secundário, como momentos estruturais, corresponde ao tempo primário da sublimação proposto por Loffredo (2014). Já a dimensão operativa e efetiva dos processos sublimatórios corresponde ao que a autora define mais especificamente como o segundo tempo ou patamar de uma sublimação secundária. Preciso especificar terminológicas à parte, a questão que nos interessa destacar, acompanhando a autora, é que os

processos constitutivos configuram as linhas de força e sustentam a economia libidinal que cabe então gerir na constante busca da realização do desejo no âmbito da economia libidinal, ou seja, no *trabalho* efetivo de negociação narcísica no campo psicossocial da subjetividade:

“Essas ideias nos remetem para algo essencial do trabalho sublimatório, também articulado à questão do tempo, que é a necessidade de que seja possível *conter, suspender e adiar* a energia pulsional para que a sublimação, em seu *segundo tempo*, possa ser viabilizada. Assim retomamos a hipótese de uma ‘reserva’, aspecto verdadeiramente essencial no encaminhamento dado por Freud, em ‘O eu e o id’, para a energia deslocável e indiferente que dá o suporte ao mecanismo da sublimação.” (Loffredo, 2014, p. 355)

Essa indicação é importante, pois acredito que essa perspectiva de abordagem da problemática é o que nos permite sair do nível mais restrito e abstrato da teorização metapsicológica mais conceitual sobre os mecanismos ou seus produtos, para avançar em direção ao nível processual e, por assim dizer, *concreto* da articulação da sublimação na cultura. Entendo também que esse é o ponto no qual a “valorização social” como aspecto meramente judicativo e adaptativo pode ser ressignificado, como ainda iremos discutir nos próximos ensaios. Nesse sentido é que a retomada dessas indicações finais da obra freudiana em relação ao mal-estar na cultura serão ainda um fio da meada importante para nossa argumentação.

Por enquanto, é importante notar que essa proposta não faz simplesmente a justaposição entre os dois modelos da obra freudiana, ele na verdade os integra em diferentes níveis da teoria do desenvolvimento psicosssexual e relacional do aparelho psíquico. Pois em todos eles há transformação da meta e do objeto, com transformações na qualidade pulsional.

Mas é a qualidade e o destino das transformações que é diferente e, principalmente, a transformação da meta se dá *por meio* dos objetos via *identificação*, pois são as estruturas ideais que permitem um destino objetal diferente. Assim, há um jogo complexo entre id, eu e supereu a ser considerado no agenciamento desses circuitos libidinais, em que as relações de objeto se configuram integradas a referências ideais de diferentes modos.

Por isso a ideia básica de que destino pulsional bem adaptado e integrado às exigências sociais e ambientais se mostra, de fato, muito reduzida e com pouco potencial. Penso que a principal questão nesse aspecto é considerar a sublimação um mero destino objetal, da ordem de um *produto*, quando na verdade é um *processo psicodinâmico que inclui necessariamente a dimensão sociocultural*.

Em síntese, pode-se afirmar que a sublimação é um processo metapsicológico amplo, presente em todo o desenvolvimento do aparelho psíquico, e que sua faceta expressa na dupla recalque-sublimação na produção de destinos a objetos sublimes e socialmente valorizados de desejo é apenas sua dimensão mais notória. É nessa dimensão propriamente edípica do regime das relações de objeto e de simbolização que sua conexão com o recalque é mais visível, contudo, fica em aberto a possibilidade de sua caracterização em outros níveis do desenvolvimento e remetida a outros mecanismos de defesa primários. De fato, a grande questão que permanece como tópico para elaboração teórica nessa leitura é justamente a caracterização dos regimes narcísicos e edípicos de identificação na produção de sublimações e, principalmente, se as sublimações só poderiam se dar a partir da instauração do recalque ou se outros mecanismos de defesa primários poderiam ensejar formas particulares de sublimação. Esse último ponto, inclusive, é bastante original e remete ao nível da psicopatologia e da própria clínica psicanalítica. Afinal, uma teorização no sentido de descrever e caracterizar melhor as formas psicóticas, perversas e melancólicas de sublimação seria algo muito pertinente e relevante de se desenvolver.

De todo modo, apesar das dificuldades e das necessidades de avanço na teorização, essa discussão é suficiente para afastar a noção meramente descritiva de sublimação, tomando-a como um mecanismo de defesa ou como saída adaptada em oposição ao sintoma. Ela é antes um processo, que implica mecanismos de defesa e dinâmicas identificatórias, cuja resolução não é necessariamente oposta ao sintoma ou plenamente adaptada socialmente. Isso porque o seu processamento se dá no âmbito dos ideais do sujeito, que não necessariamente se adequam à norma da realidade social compartilhada. Por fim, a sublimação articula diferentes destinações para os impulsos destrutivos humanos, quer seja em objetos externos e no âmbito das relações sociais, quer seja retroagindo sobre o eu do sujeito na forma de sentimento de culpa ou melancolia, de forma que é apenas como um limite irreduzível que a pulsão de morte não pode ser sublimada.

Considerações Finais

Diante do exposto, podemos concluir que a sublimação é verdadeiramente da ordem de um destino pulsional e, sobretudo, um processo de transformação das qualidades pulsionais que está implicado em todos os níveis do desenvolvimento psicosexual e de estruturação do aparelho psíquico, com múltiplas e variadas destinações. Portanto, podemos reafirmar que a sublimação é uma espécie de roteiro de múltiplas saídas, configurando mais do que figuras ou faces, um verdadeiro campo:

“A imagem de uma ondulação pertinente à sublimação em muitos planos e graus faz jus às sutilezas do campo multifacetado em que ela se expressa e caminha na contramão de uma aceção restrita de seu mecanismo, não só em termos das ideias iniciais de Freud, relativas a uma dessexualização com endereçamento ao sublime e

ao valorizado socialmente, como em termos de uma abordagem, de certa forma, *homogeneizante* desse encaminhamento pulsional. A proposta de concebê-la em função de tempos e planos diversos nos reenvia à ideia de *campo* da sublimação, que dá conta de sua operação segundo vários eixos, tanto no âmbito de suas especificidades como de seu entrecruzamento com mecanismos que atuam em sua vizinhança.” (Loffredo, 2014, p. 345)

Nossa contribuição particular a essa problemática vem no sentido de tentar articular e sustentar a proposição de um modelo teórico mais amplo que diferencie e integre três tempos distintos dos processos constitutivos de sublimação: uma sublimação primária, que ocorre na direção do eu e no registro do narcisismo sob a lógica da ligação, e uma sublimação secundária, que ocorre na direção dos objetos culturais, sob a lógica do recalque e no registro edípico. Deixo em aberto a questão se é possível endossar do ponto de vista estritamente freudiano a ideia de uma sublimação originária, mas indico sua potencialidade para uma discussão à luz da psicanálise contemporânea.

De todo modo, é importante frisar que essas dimensões envolvem tanto operações de erogeneização e ligação quanto de mortificação e desligamento. Isso quer dizer que a sublimação age tanto na direção da ligação do mais pulsional da pulsão em libido até o mais sublime dos objetos culturais, quanto também no sentido contrário, no sentido do desinvestimento do objeto e da desfusão pulsional em direção ao masoquismo egóico e mesmo até ao nível do traumatismo da pura pulsão de morte.

Portanto, as sublimações são processos que permitem dar destino à angústia por meio de um sentido que remete à realização cultural, mas igualmente desvinculam sentidos e vínculos, produzindo mal-estar e sofrimento. Esse tipo de compreensão é o que inclusive nos permite resgatar o sentido propriamente físico da noção de sublimação, como a

transformação direta de estados da matéria nas duas vias (sólido para gasoso e vice-versa), para além do sentido mais estético e moral da noção de sublime, que privilegia uma única via do processo (do mundano para o etéreo).

Em termos de uma caracterização metapsicológica geral da sublimação, podemos concluir que se trata de um destino pulsional cuja essência é a transformação das suas qualidades pulsionais, em uma alteração de sua *meta* de satisfação por meio de variações em seus *objetos*. No nível tópico, refere-se às dinâmicas do eu na sua relação de compromisso com as demandas do id, do supereu e da realidade. No nível dinâmico, caracteriza-se por referência à processos defensivos e identificatórios, que se desdobram em diferentes momentos do desenvolvimento, tanto no âmbito do registro narcísico quanto no edípico, mas sempre marcados pelas relações entre o eu e os objetos da realidade por meio das referências das instâncias ideais. No nível econômico, dá-se por meio de uma noção geral de “sexualização e dessexualização”, que se desdobra em vários níveis do conflito entre as pulsões de vida e de morte, nas operações de fusão e desfusão libidinal.

Por fim, essa concepção metapsicológica tem implicações gerais sobre a concepção freudiana de ser humano, apontando para o registro do desamparo e da alteridade como fundantes dos laços libidinais individuais e sociais, reposicionando a dimensão valorativa em jogo na problemática da sublimação e deslocando-a de uma dimensão meramente moralizante ou adaptativa para uma dimensão ética de abertura à diferença e de uma posição de criatividade e transformação. O sublime é propriamente paradoxal na condição humana é que a vinculação ao objeto socialmente valorizado passa necessariamente pela criação de si, mostrando que realidade psíquica e objetiva não se opõem, mas são mutuamente constituídas em resposta a um impessoal pulsar que as atravessa.

CAPÍTULO II - OS DESTINOS DA SUBLIMAÇÃO NA ERA DA ESCOLAS

Introdução

O conceito de sublimação ainda hoje carece de plena compreensão no campo psicanalítico. Embora seja uma noção relativamente bem estabelecida no jargão e no discurso dessa comunidade, o fato é que sua conceituação não é simples e seu alcance é bastante amplo, embora não costume ser devidamente problematizado em todas as suas derivações. Também é uma concepção que raramente encontra tematização e apresentação suficiente nos cursos de formação, ficando muitas vezes no âmbito de uma noção genérica que indica uma defesa bem-sucedida ou atesta uma elaboração psíquica bem adaptada à realidade, em oposição ao sintoma. É nesse sentido que se fala que alguém “sublimou” ou adquiriu “capacidade de sublimar” pelo tratamento psicanalítico. Logo, é uma concepção metapsicológica que indica um balizamento clínico: a cura psicanalítica envolveria resgatar ou desenvolver a capacidade de sublimar. Mas será que é só disso que se trata?

Tenho estudado e trabalhado este tema há um certo tempo, no contexto de minhas pesquisas sobre os fundamentos da Psicanálise dos Fenômenos Sociais e Culturais, tendo sido tema de meus projetos de pesquisa na Unesp, que redundaram em algumas orientações e também como assunto específico de meu estágio de pós-doutorado no IP-USP e de alguns desdobramentos em formato de eventos e livros, incluindo o capítulo de livro que agora retomo aqui em formato revisado e ampliado (Campos, 2021b). Assim, este ensaio teórico é fruto desse percurso de trabalho, tendo como objetivo apresentar de forma mais didática e panorâmica as derivações da teoria da sublimação no campo psicanalítico na era das escolas.

Como já aponte, há outros textos em que me dediquei à apresentação mais aprofundada dos meandros metapsicológicos desse conceito na tradição freudiana e na tradição da psicanálise francesa e contemporânea (Campos, 2013a, 2013b, Campos; Loffredo, 2019, Campos, 2025), mas vinha sentindo a necessidade de fazer uma contextualização mais ampla dessa problemática no campo psicanalítico considerando as suas diferentes interpretações nas grandes tradições pós-freudianas. Isso se deu mais imediatamente por motivos didáticos e a necessidade de dar aulas sobre essas ideias, mas também para pôr em perspectiva as tradições psicanalíticas e, por assim dizer, fazer trabalhar a teoria por meio da história da psicanálise.

A primeira impressão que qualquer um que se debruça sobre o campo psicanalítico atual a partir da temática da sublimação é a de que as interpretações do legado freudiano divergem de forma clara, o que por si só justifica uma caracterização mais pormenorizada desse conceito. Contudo, ao fazer esse percurso de forma mais detida, fui percebendo alguns encaminhamentos que levaram à esterilização do que entendia como o grande potencial dessa noção para pensar a articulação do desejo nos vínculos interpessoais ou o que hoje se costuma chamar de “laço social”, principalmente, no que essa ideia ajuda a pensar de forma menos dicotômica a relação entre indivíduo e sociedade. Particularmente, parece-me que a saída sublimatória não só é uma forma de encontrar objetos de satisfação, mas fazer vínculo interpessoal e social além de implicar a co-constituição ou a mútua constituição de estruturas mentais e sociais, a partir da criação, da ressignificação e da apropriação de ideais como referências imaginárias e simbólicas para os processos de subjetivação. Essa tarefa ou trabalho ganha mais evidência e urgência no contexto da crise de valores e de referências institucionais da cultura e da sociedade contemporâneas, marcadas pelo que tenho chamado de *espectro do narcisismo* (Campos; Menezes; Bocchi, 2020).

Nesse sentido, tenho entendido também que a sublimação é um conceito privilegiado para pensar o nosso desamparo constitucional e circunstancial, como um trabalho de gestão

desse desamparo frente à pulsão em busca de destinos mais ou menos satisfatórios que se realizem por meio da relação com a alteridade e em seu suporte concreto e prático. Contudo, essa compreensão não é um ponto pacífico nas tradições pós-freudianas do movimento psicanalítico.

Nos meus trabalhos anteriores, abordei a riqueza dos momentos e modelos de sublimação que Freud indicou em sua obra, que se organizam em torno de uma noção geral de passagem da meta de satisfação no eixo erotização x dessexualização. Nesse eixo estão em jogo processos diversos, que se configuram por meio de defesas e processos de identificação, com saídas mais integrativas e disruptivas, bem como mais adaptativas ou criativas. Esse roteiro de múltiplas entradas ganha recortes e pesos diferenciados no momento definido por Mezan (1985, 2014) como *era das escolas*.

Assim, a minha intenção neste ensaio teórico é dar um passo além na problemática da sublimação, adentrando nas grandes teorias que organizam até os dias de hoje o campo psicanalítico. O objetivo é circunscrever minimamente esse campo de destinações e encaminhamentos nas três grandes escolas de psicanálise pós-freudiana: a psicanálise ortodoxa freudiana, incluindo Anna Freud e Psicologia do Ego; a psicanálise kleiniana como referência central nas teorias de relação de objeto e a psicanálise lacaniana como referência central no campo de língua francesa. Pretendo mostrar as contribuições desses destinos para a discussão contemporânea sobre a sublimação, bem como indicar alguns potenciais e limitações dessas diferentes perspectivas. Como o escopo de tal proposição é muito amplo, vou me limitar a uma abordagem mais panorâmica e livre dessa literatura, tentando organizar alguns eixos paradigmáticos de compreensão do conceito, sem me preocupar em fazer uma abordagem sistemática pela obra dos autores.

Resgate dos Fundamentos da Problemática

Partirei então de uma breve apresentação do conceito em sua formulação original e no pensamento freudiano, resgatando de forma sintética o que foi apresentado anteriormente para lhe dar um novo giro em nossa espiral problemática.

Sublimação é um termo que remete a um processo de transformação de estado físico da matéria em que se passa diretamente de um estado a outro sem intermediários (do gasoso para o sólido e vice-versa). Também remete à concepção filosófica de *sublime*, que no âmbito principalmente da estética é entendida como um movimento de transcendência em direção à perfeição formal, em que se alcança ou se inaugura um ideal como concepção norteadora para si e para os outros. Portanto, remete a processos da ordem tanto de natureza material e científica (uma transformação físico-química) quanto de natureza subjetiva e “espiritual” (no sentido original das ciências do espírito), e nesse sentido reflete curiosamente a hibridez das referências epistemológicas de Freud e da própria psicanálise: entre a ciência natural e o romantismo estético-filosófico.

A sublimação é um *destino pulsional*. O termo destino nesse caso se refere aos encaminhamentos e transformações próprias da economia pulsional independente de seus conteúdos representacionais – portanto, são destinos da pulsão, que subsistem às dinâmicas da libido. São então processos metapsicológicos onde há alteração dos parâmetros descritivos básicos que configuram o funcionamento pulsional, a saber: a fonte, a pressão, a meta, o objeto. Sigmund Freud (1915/1996) elenca em seu clássico texto sobre o assunto os quatro destinos da pulsão: retorno sobre si mesmo, transformação no oposto, recalque e sublimação. Em geral se compreende que os dois primeiros destinos pulsionais referem-se a modalidades de funcionamento próprias de estágios pré-genitais do desenvolvimento da libido, enquanto o

recalque seria próprio de modalidades de funcionamento genitais e, nesse sentido, a sublimação estaria a princípio ligada às circunstâncias e variações em torno do recalque.

A definição básica e essencial de sublimação é de que se trata de um destino pulsional em que há transformação na meta de satisfação e no objeto do investimento libidinal de forma a permitir a satisfação dos impulsos. Então é um desvio ou alteração no caminho associativo das representações que permita a satisfação do desejo mas que envolve uma transformação da própria qualidade libidinal e da finalidade da realização, que em geral passa a se referir a objetivos socialmente compartilhados, organizados e valorizados, em detrimento de objetivos individuais e particulares. Isso é o que pode se entender por *dessexualização* da meta de satisfação libidinal sexual e genital em direção a objetivos mais elevados e sublimes, de forma mais adaptada às exigências da realidade e em conformidade com os parâmetros culturais vigentes.

A sublimação se torna possível a partir da configuração de metas genitais de satisfação e pelas condições de simbolização e de relação com a realidade fornecidas pelas operações de recalque e de identificação a ideais superegoicos. Assim, ela é o destino privilegiado da resolução da fase fálica (ou genital infantil) do desenvolvimento psíquico e das pulsões parciais pré-genitais sob esse novo parâmetro de organização. Ela envolve então a inibição da meta de satisfação sexual direta e o encaminhamento de uma meta derivada que permita a satisfação. Essa meta derivada necessariamente implica uma transformação na qualidade sexual do impulso e pode resultar também em uma mudança no objeto e para tanto, envolve uma modificação na regulação promovida pelos ideais a qual o eu do sujeito se identifica.

O caso paradigmático nesse sentido é o ímpeto de socialização do período de latência (na passagem da primeira infância para a segunda) tendo como marco a aquisição das competências de simbolização e produção da linguagem escrita: a criança sublima seus

impulsos anais e orais para aprender a ler e escrever, domando e civilizando suas pulsões parciais pré-genitais apoiando-as na pulsão de domínio, transformando-a em um impulso epistemofílico criativo e adaptado. O mesmo raciocínio se aplica para os outros dois exemplos ilustrativos clássicos: a criação artística e a inovação científica. Não é por acaso que a análise paradigmática freudiana sobre o tema seja o estudo sobre Leonardo da Vinci: gênio, pintor e inventor (Freud, 1910/1996). O pintor ou escultor consegue sublimar sua meta de satisfação anal ou oral para a criação da obra de arte (no esteio da relação bem estabelecida no senso comum de transformar sua “merda” em coisa útil). Também o escritor consegue sublimar sua idealização do objeto genital feminino e sua inibição da meta sexual de satisfação por meio da escrita do romance (no caso do amor platônico celebrado pelo movimento romântico) e assim por diante.

Pois bem, avançando além dos exemplos descritivos estereotipados em direção a uma teorização, a coisa começa a se complicar. A primeira questão que se coloca é se a sublimação é um mecanismo de defesa ou não. O recalque certamente é um destino pulsional e um mecanismo de defesa, mas e a sublimação? Ora, nem todo processo dinâmico no aparelho psíquico é necessariamente um mecanismo de defesa. Processos como a idealização e as identificações são certamente processos psíquicos de transformação libidinal e não são mecanismos de defesa, embora possam ser utilizados para fins de defesa. Em geral, e desde Freud, estabeleceu-se uma distinção entre processos egodistônicos e egossintônicos. As defesas são mobilizadas pelo eu para evitar impulsos que vão contra sua integridade estrutural ou seus parâmetros ideais de funcionamento e, para evitar o sofrimento, principalmente a culpa diante da realização do desejo proibido, o eu se protege por meio de mecanismos de defesa. O recalque é claramente um mecanismo de defesa, que suprime da esfera do eu certos complexos representacionais que retornam em oposição a ele na forma de sintomas.

Outros mecanismos de defesa secundários foram descritos no âmbito das neuroses, como se sabe: conversão e dissociação histéricas; isolamento, racionalização, anulação retroativa e formação reativa nas neuroses obsessivas. Nas histerias o funcionamento em geral fica relegado ao inconsciente, mas nas neuroses obsessivas os mecanismos de defesa secundários permitem que os conteúdos se transformem em formações de pensamento, que podem ser mais distônicas - quando são então reconhecidas como sintomas compulsivos -, mas também podem conseguir algum grau de elaboração e de integração ao funcionamento egóico de forma relativamente adaptada à realidade, quando são então sintônicos e reconhecidos como “traços de caráter”, ou seja, características distintivas da personalidade que não são necessariamente disfuncionais ou patológicos.

A sublimação seria então um mecanismo de defesa dessa ordem ou poderia ser entendida como um traço de caráter? A princípio não, pois a sublimação envolve necessariamente a satisfação da moção pulsional, o que quer dizer que ela chega a uma realização no objeto e no outro. Um traço de caráter não seria uma sublimação, pois o traço é necessariamente libido represada e fixada em estruturas. Por isso, muitas vezes Freud insistiu em diferenciar as sublimações de traços oriundos de formações reativas contra moções pulsionais e outras formas de inibição pulsional, como as idealizações. Assim, uma chave básica de compreensão é que as sublimações são formas de satisfação e defesas são formas de inibição ou repressão de moções pulsionais.

Todavia, para além da inibição de impulsos e de fantasias, temos também a transformação em estruturas e nesse sentido, além de formações reativas, temos também processos de identificação. As identificações são de caráter secundário e primário, sendo que Freud conseguiu estabelecer mais ou menos bem o peso e as consequências da identificação paterna na instauração do supereu e do recalque primário. Nessa perspectiva, seria o funcionamento organizado segundo o mecanismo de defesa primário do recalque e orientado

pelo componente ideal do supereu que permite as saídas sublimatórias ao desejo sexual, criando vinculação social (na ideia de tornar o detrator em veículo da civilização, por exemplo). Nesse sentido, também a sublimação não deveria ser definida como um *mecanismo de defesa* e sim como um *processo* mais geral - portanto, um *destino*.

Por outro lado, a sublimação também continua aproximada de um *produto* ou efeito dos caminhos libidinais em sua expressão na terminologia mais atual de uma formação do inconsciente. Desse modo, compõe com os *sintomas*, mas em uma saída distinta deles. Em outras palavras, o eu se defende por meio de mecanismos defensivos e o efeito poderia ser da ordem do sintoma ou da sublimação, a depender das estruturas de personalidade configuradas na história de vida da pessoa.

É um pouco nesse tom de saídas sintomatológicas *versus* saídas sublimadas e civilizatórias que podemos ler a discussão freudiana inicial no texto de síntese de seu pensamento sobre cultura e sociedade (Freud, 1930/1996). Curiosamente, como vimos, o conceito de sublimação não tem o destaque que poderíamos prever. O problema maior, contudo, é que, a partir da virada dos anos de 1920, outra concepção de sublimação emerge na teoria freudiana, que envolve agora a erogeneização da pulsão de morte em libido por meio de processos de identificação narcísica, a ponto de podermos falar de dois tempos da sublimação na teoria (Loffredo, 2011, 2014; Campos; Loffredo, 2019; Campos, 2025), embora o próprio autor não entre no mérito de uma sistematização ou integração. Propusemos, contudo, que se pense uma teoria mais ampla e integrativa da sublimação, em que esses dois tempos possam ser integrados em uma concepção metapsicológica mais robusta, na qual comparece como um processo geral do funcionamento psíquico e da constituição subjetiva em relação ao circuito pulsional e tendo como horizonte a alteridade dos objetos e da cultura.

Tendo a acreditar que seja por conta desse coroamento da interpretação dos fenômenos culturais em que a sublimação é entendida como um mero produto descritivo – uma meta de satisfação que encontra realização social – que o conceito perdeu grande parte de seu potencial para pensar os vínculos sociais. Nesse sentido, acabou ficando relegado ao âmbito da caracterização do funcionamento da personalidade normal e patológica nos termos básicos e disjuntivos: sintomas distônicos x sublimações sintônicas.

Esse encaminhamento da problemática da sublimação ainda é o mais comumente reconhecido no senso comum das comunidades psicanalíticas, como ressaltai, mas não é o único. Cabe, assim, tentarmos apresentar um pouco como vão se configurar essas saídas ou destinos nas três grandes vertentes do campo psicanalítico.

Mezan (2014) propõe que se denomine o período pós-freudiano até meados dos anos 1970 de *era das escolas*, momento em que o *establishment* psicanalítico se configurou e a partir da consolidação de escolas centrais nos contextos institucionais das grandes áreas de produção da psicanálise no pós-guerra: Estados Unidos, Inglaterra e França. Cada uma dessas vertentes priorizou aspectos particulares do legado freudiano em resposta a demandas sócio-culturais específicas derivadas da inserção da Psicanálise no meio científico-acadêmico, profissional e cultural.

Nesse período, a Psicologia do Ego nos Estados Unidos e a Psicanálise Freudiana Ortodoxa no Reino Unido configuram uma aliança majoritária em torno da teoria das pulsões, enquanto o movimento kleiniano e a nebulosa marginal britânica fornecem o contraponto de uma genérica “teoria das relações de objeto” que então tensionará o campo da psicanálise de língua inglesa entre os paradigmas pulsional e objetual. Já no contexto de língua francesa, o movimento lacaniano trará uma revolução político-institucional e ético-epistemológica que lançará toda essa vertente psicanalítica em direção a uma teoria do sujeito do inconsciente que configurará um paradigma próprio e dissonante dos outros dois,

que Mezan (2014) denomina de *subjetal*. As interpretações dos conceitos metapsicológicos fundamentais evidentemente estará marcada por cada uma das tônicas dessas perspectivas e com o conceito de sublimação não será diferente. De fato, cada uma das vertentes do campo psicanalítico na era das escolas tem uma concepção própria de sublimação e essas diferentes interpretações vêm compor as linhas axiais do campo contemporâneo de discussões psicanalíticas.

Vertente Norte-Americana: Sublimação como Mecanismo de Defesa

O destino mais imediato da problemática da sublimação é aquele que foi construído a partir da primeira das tradições pós-freudianas, centrada no aprofundamento da compreensão e caracterização do funcionamento do eu e da estruturação da personalidade, cuja tônica foi dado pelo trabalho seminal de Anna Freud (1936/2001) e depois ganhou amadurecimento com o movimento da Psicologia do Ego norte-americana. Nessa perspectiva, que considero a vertente que consolida o paradigma pulsional na história da psicanálise, a teorização psicanalítica sofre um recrudescimento de seus fundamentos epistemológicos naturalistas para se aproximar, dialogar e integrar com o discurso e o modo de teorização próprios da psicologia experimental e da medicina psiquiátrica, com pretensões de se tornar uma *psicologia geral* como fundamento para a prática psicoterápica em um vertente psiquiátrica *psicodinâmica*. É também hoje em dia considerada, principalmente no Brasil, uma perspectiva ultrapassada e de interesse histórico para a Psicanálise (por conta do peso da revolução das duas outras tradições em nosso contexto), mas, por outro lado, suas derivações são muito atinadas e próximas das discussões freudianas originais e, por isso, merece destaque em nossa caracterização.

É preciso começar dizendo que as discussões sobre a sublimação que aconteceram nessa vertente de língua inglesa mais ortodoxa seguiram os termos que se configuraram a partir dos anos 1920 em torno de uma “análise do caráter”, ou seja, a consideração sobre os mecanismos egóicos diversos responsáveis pela modulação da estrutura da personalidade em suas formas específicas de sofrimento e de adaptação. É nesse sentido que nessa vertente a ênfase foi sobre a psicologia do eu e, dentro dela, pela descrição e categorização dos diversos mecanismos de defesa que o aparelho psíquico constitui ao longo de seu desenvolvimento. Novamente a tônica é o livro de Anna Freud (1936/2001), em que uma primeira tentativa de síntese das contribuições freudianas e psicanalíticas da época sobre o tema é feita, com o acréscimo de suas próprias sugestões.

No que interessa para o nosso assunto, é importante reafirmar que essa tendência coloca então a psicanálise em sintonia com uma perspectiva mais claramente psiquiátrica de apreensão da subjetividade. Como se sabe, a psiquiatria clínica se baseia em um diagnóstico descritivo e inferencial das chamadas funções mentais e a psicanálise contribuiu significativamente nessa época para a ampliação dessas funções para a dinâmica inconsciente. Portanto, o detalhamento na descrição metapsicológica dos conceitos e dos processos no nível dinâmico e tópico em um aparelho intrapsíquico na chave de mecanismos egossintônicos e distônicos é a tendência natural. Dentro desse contexto, a sublimação vai ser concebida e trabalhada como um *mecanismo de defesa adaptado*, ou seja, egossintônico e que permite a realização da moção pulsional nos objetos da realidade (sendo esta tomada apenas como objetivamente dada e naturalmente constituída).

No seu livro, Anna Freud faz uma síntese e compilação dos mecanismos de defesa que a psicanálise da época vinha trabalhando, elencando nove deles como bem estabelecidos na literatura: regressão, recalçamento, formação reativa, isolamento, anulação, projeção, introjeção, inversão contra o eu e reversão, ao que “devemos acrescentar um décimo método,

que pertence mais ao estudo da mente normal do que ao da neurose: a sublimação ou deslocamento dos anseios pulsionais” (1936/2001, p. 38). Foi nesse ponto que se estabeleceu definitivamente a tendência de categorização descritiva e restrição da sublimação como mais um mecanismo de defesa dentre outros, com um destaque particular por ser o que seria da ordem de uma defesa adaptada à realidade. Também estabeleceu a restrição da sublimação ao contexto de um funcionamento psíquico organizado em termos edípicos e genitais e, portanto, articulado ao recalque e aos ideais norteadores do supereu:

“A sublimação, isto é, o deslocamento da finalidade pulsional, em conformidade com valores sociais mais elevados, pressupõe a aceitação ou, pelo menos, o conhecimento de tais valores; quer dizer, pressupõe a existência do supereu. Nessa conformidade, os mecanismos de defesa pelo recalque e sublimação só relativamente tarde poderiam ser empregados no processo de desenvolvimento [...]” (Freud, A., 1936/2001, p. 42-43)

Essa tendência se mantém na tradição psicanalítica de língua inglesa, como se pode observar no clássico manual de Fenichel (1946/1981). Em seu capítulo sobre o assunto, faz a apresentação dividindo entre os mecanismos de defesa patológicos ou ineficazes (os mesmos nove estabelecidos por Anna Freud, acrescidos de um maior detalhamento sobre as defesas contra os afetos que a autora indicava) e os adaptados ou bem-sucedidos, que são denominados sob o título de *sublimação*. Cabe ressaltar que o autor indica que podem ser mecanismos distintos os envolvidos nesse processo desde que a meta de satisfação possa se realizar por meio das transformações sem inibição. Isso quer dizer que se destaca mais o aspecto descritivo do produto e não tanto sua dimensão de avaliação moral ou de

circunscrição conceitual, o que leva a uma caracterização ainda mais puramente metapsicológica do mecanismo:

“O fator comum está em que, sob a influência do eu, a finalidade ou o objeto (ou um e outro) se transforma sem bloquear a descarga adequada (O fator de valoração que habitualmente se inclui na definição de sublimação é melhor omitir). Deve-se diferenciar a sublimação das defesas que usam contratécnicas; os impulsos sublimados descarregam-se, se bem que drenados por uma trilha artificial, enquanto os outros não se descarregam.” (Fenichel, 1946/1981, p. 132)

O autor reconhece a dificuldade de compreensão das causas e determinantes que levam a esses processos e se preocupa em descrever as diversas formas e extensões que saídas sublimatórias podem ganhar em sua relação com os processos e estruturas do eu. Nesse sentido irá avançar na ideia de que as sublimações podem atuar na organização do eu, ou seja, se converterem em traços de caráter. Daí então a necessidade de diferenciar no âmbito dos transtornos de caráter os traços de tipos sublimado e os de tipo reativo. Nos de tipo reativo, que seriam os mais bem conhecidos e descritos pelo trabalho psicanalítico, haveria as atitudes de evitação, de natureza fóbica, e as de oposição, de natureza reativa. Já os de tipo sublimado diriam respeito às “repressões felizes” (Fenichel, 1946/1981, p. 437) em que as identificações superegoicas e a ausência dos traços reativos dariam condições para saídas sublimatórias. Nesse sentido, o autor se preocupa em esmiuçar as diferenciações entre formação reativa, idealização e sublimação nos termos que indicamos acima.

Portanto, pode-se afirmar que grande parte da discussão sobre a sublimação na tradição ortodoxa da psicanálise se resume a essa caracterização de sua especificidade como mecanismo de defesa no âmbito do funcionamento dinâmico da personalidade. A questão da

valorização social e da vinculação intersubjetiva fica definitivamente alijada e a própria amplitude da configuração inicial freudiana fica restrita. De fato, é a chave sintoma *versus* realização, tomada do ponto de vista do funcionamento intrapsíquico que se consolida.

O que nos interessa indicar é que esse tipo de abordagem acaba fomentando análises dos fenômenos sociais e culturais em que se tomam as realizações sociais dos indivíduos como expressão de suas fantasias inconscientes dentro das possibilidades de suas estruturas de personalidade em uma perspectiva funcionalista e adaptativa, como já apontado. Além disso, acabam por promover as *psicobiografias como forma principal da psicanálise aplicada*, ou seja, reforçando os expedientes de exercícios de ilustração do potencial interpretativo das categorias psicanalíticas para outras circunstâncias que não a prática clínica.

Como exemplo disso podemos citar o livro de Ernst Kris (1952/1968), que foi o autor seminal e de referência na Psicologia do Ego sobre a interpretação psicanalítica da arte. Sua proposta é paradigmática no sentido de estabelecer um método próprio de análise que envolveria estudar a “evolução do eu não apenas em relação a seus conflitos típicos, como também na medida em que suas capacidades e funções superam os conflitos e adquirem autonomia” (Kris, 1952/1968, p. 18).

Em sua análise do legado desse autor para a psicanálise, Dionísio (2012) aponta que essa proposta de *modus operandi* deveria contemplar o exame de dois elementos centrais: a história de vida infantil e adolescente do artista e as condições do meio em que surgiram as produções e criações dele. Decorreria daí o encaminhamento de três modalidades possíveis de análise de forma e de conteúdo da arte sob uma orientação psicanalítica “a psicanálise do estilo, a da expressão e a da imaginação criadora” (Dionísio, 2012, p. 193), que envolveriam recortes distintos - os quais o autor desenvolve e ilustra. De todo modo, é da aplicação das categorias psicanalíticas, centradas em uma concepção de sublimação como mecanismo de

defesa, que se trata. Embora seja possível derivar algumas ambiguidades e complexidades na obra de Kris sobre esse mérito, o fato é que ela foi seminal para consolidação de uma perspectiva de psicanálise aplicada à obra de arte no sentido de uma *psicobiografia* e que isso que gerou um intenso debate e resistências na aceitação da psicanálise no diálogo com a Arte.

Essas indicações são suficientes para dar a tônica do destino da sublimação nessa vertente mais ortodoxa das tradições psicanalíticas. Embora possamos reconhecer contribuições e desenvolvimentos importantes para a compreensão da sublimação como mecanismo de defesa e destino adaptativo para o desejo, esse encaminhamento nos parece muito específico e circunscrito, pois recorta apenas uma vertente do potencial metapsicológico do conceito – a sublimação como saída funcional para o desejo recalcado – de uma forma prioritariamente descritiva e avaliativa do funcionamento da personalidade. É uma posição coerente com os interesses da psiquiatria psicodinâmica e da clínica psicanalítica padrão, mas certamente é que guarda menos potencial para pensar a psicanálise como uma teoria da cultura e a subjetividade em uma perspectiva propriamente psicossocial.

Vertente Britânica: Sublimação como Reparação Simbólica e Criatividade

Passemos agora para aquela que é a segunda grande escola pós-freudiana e que irá se desenvolver inicialmente em contraposição às proposições técnicas de Anna Freud sobre a análise de crianças. O trabalho de Melanie Klein, diferentemente da tradição ortodoxa que vinha se constituindo na psicanálise, se preocupa com uma descrição menos abstrata em termos metapsicológicos, se afastando desse tom psicológico e psiquiátrico de caracterização de uma personalidade de representações mentais, de afetos e de mecanismos impulsionados pela libido. Sua grande contribuição é justamente pensar o psiquismo em termos de relações de objeto e posições subjetivas, o que quer dizer que sua tônica é em como os vínculos com

os objetos organizam o mundo interno do psiquismo por meio de uma concepção, por assim dizer, mais relacional da dinâmica psíquica. Assim, a mente não é um conjunto de representações que transitam em um aparelho psíquico como imagens em um projetor (na metáfora ótica clássica de Freud) ou no jogo coordenado de mecanismos e recursos funcionais do eu para lidar com as demandas das outras instâncias da personalidade (como se estabelece definitivamente na Psicologia do Ego), mas um mundo interno de objetos introjetados e projetados por processos de identificação, que tecem posições emocionais de relação e constituição da realidade objetiva e subjetiva. Nesse sentido, trata-se de uma metapsicologia bastante diferente, cujo tom é o vínculo emocional e o matiz fundante é o ódio, não o amor ou a sexualidade. Trata-se verdadeiramente de um inconsciente emocional como posição fundante da relação intersubjetiva (Knobloch, 1991).

Como se sabe, Melanie Klein desenvolveu uma teoria das posições, esquizoparanoide e depressiva, como momentos relacionais de configuração do mundo interno e externo, marcados por modos característicos de relação de objeto, de angústia e de defesa, em que basicamente temos uma constelação centrada nas cisões e identificações projetivas e outra nas reparações (Segal, 1964). Pois bem, como é pensada então a sublimação nesse quadro conceitual?

Melanie Klein (1929/1991) faz considerações importantes sobre sublimação logo no início de sua obra, uma vez que em seu percurso inicial de análise de crianças trabalhou justamente com as inibições nos processos de simbolização e de socialização em função dos conflitos derivados dos impulsos agressivos pré-genitais. Assim, ela dá duas indicações importantes e que vêm transcender o quadro conceitual ortodoxo: a sublimação deriva da capacidade de simbolizar e ela é expressão da elaboração da agressividade e da destrutividade. Na sequência de sua obra, na medida em que avança na proposição de uma

teoria geral das posições, irá então identificar mais claramente a sublimação como produto de um mecanismo de defesa - mas não o recalque, e sim a reparação simbólica.

Contudo, a própria noção de mecanismo de defesa em Klein é muito mais ampla do que na Psicologia do Ego, na medida em que se confunde com o próprio modo de relação de objeto e de fantasia. Nesse sentido, a distinção entre o mecanismo e o seu efeito perde muito de sua efetividade e necessidade, pois são todos em última instância *fantasias*, entendidas como expressões pulsionais na mente. Assim, a sublimação é uma expressão associada, efeito, mas também condição, para o vínculo criativo com a realidade objetiva e compartilhada. Cabe frisar que aqui também a própria noção de realidade começa a ser menos objetivamente dada, na medida em que a noção de vinculação se acrescenta a de mero investimento em objetos da realidade externa.

Isso quer dizer que também a concepção clássica freudiana perde sua ênfase inicial: não interessa tanto avaliar descritivamente se a transformação é da ordem da meta ou do objeto de satisfação, bem como se ela é de caráter reativo ou adaptado, e assim por diante. O que interessa é se há um vínculo com a realidade objetiva. Este vínculo, por sua vez, possui uma qualidade específica que não está tanto em seu valor social moral ou adaptativo quanto em seu valor epistemológico ou mesmo ontológico, por assim dizer: ser da ordem de uma relação de objeto total, assentada em uma simbolização verdadeira e com caráter flexível e criativo para habitar e operar sobre o mundo. Essas concepções gerais são decorrência do fato de que na teoria kleiniana temos uma relação muito estreita e bem estabelecida entre forma da relação de objeto e natureza da fantasia em termos de nível de simbolização e de modalidade da angústia, o que dá o tom da ideia de uma *posição* subjetiva e não tanto de um aparelho psíquico. Essa é a verdadeira questão em torno da ideia de um *mundo interno* nessa abordagem: não é exatamente a noção clássica de um intrapsíquico, mas relações de objeto

internalizadas configurando não tanto uma malha associativa e sim uma “visão de mundo” ideoafetiva.

Retomando a teoria das posições, o que acontece é que na posição esquizo-paranóide o sujeito se relaciona com a realidade por meio de vínculos de objetos parciais (seio bom *versus* seio mau) e formas concretas de simbolização. É o modo psicótico e narcísico de relação de objeto em que o sujeito funciona segundo *equações simbólicas*, ou seja, representações de palavra que funcionam segundo representações de coisa, na terminologia freudiana. É o império dos mecanismos de negação da realidade e cisão do *self*, com dinâmicas identificatórias introjetivas e projetivas que tentam isolar e integrar os objetos internos, defendendo-se da ansiedade de fragmentação e cisão, bem como da persecutoriedade dos objetos maus que buscam retornar.

A posição depressiva emerge como um estágio crucial do desenvolvimento psíquico, sucedendo a essa posição esquizoparanóide com o desenvolvimento natural de funções egóicas no sentido da integração e de recursos cognitivos. Assim, segundo a apresentação clássica da teoria, por volta do meio do primeiro ano de vida, o bebê começa a alcançar uma maior integração de sua percepção do objeto primário (Segal, 1964). As partes "boas" e "más" do objeto, que antes eram cindidas e projetadas na posição esquizoparanoide, tendem a se unificar em uma representação mais total e ambivalente. Essa integração traz consigo o reconhecimento de que o objeto amado (a mãe que nutre e protege) é também o mesmo objeto que pode frustrar e estar ausente. É essa percepção integrada do objeto que gera a angústia depressiva, a qual é caracterizada fundamentalmente pela qualidade da perda. Isso lança a criança em um luto próprio desse momento crucial do desenvolvimento. Essa angústia envolve o medo de perder o objeto amado, além do sentimento de culpa e de remorso pelos impulsos destrutivos que em fantasia o mataram. Há também uma preocupação com o bem-estar do objeto e o desejo de reparar o dano imaginário causado. A elaboração da

posição depressiva não é um evento único, mas um processo contínuo ao longo da vida, reativado em momentos de perda e luto. A capacidade de tolerar a ansiedade depressiva, o sofrimento e a culpa, sem regredir excessivamente a mecanismos de defesa mais primitivos, é um sinal de saúde mental (Klein, 1940/1991).

A posição depressiva implica uma transformação substancial nas relações de objeto e nos processos de simbolização, uma vez que os objetos parciais são reunidos em uma representação unificada e total do objeto primário, o que vem também modificar a estrutura do eu, diferenciando-o claramente da realidade. É nesse momento que passam a existir pessoas com mente própria e um eu com pensamentos abstratos e internalizados, por assim dizer. Essa passagem depende do luto pela perda do objeto primário com a elaboração das fantasias destrutivas relacionadas a ele e, portanto, das vicissitudes da pulsão de morte. Cabe lembrar que do ponto de vista kleiniano, as pulsões e os afetos são praticamente sinônimos, no sentido de que pulsão de vida e de morte se expressam necessariamente como amor e ódio, ou seja, não há uma dimensão traumática ou irrepresentável da pulsão, como havia em Freud. Então a falta ou o não-sentido são sempre vivenciados positivamente como afetos da ordem da persecutoreidade ou da perda.

Diante da angústia depressiva surge a necessidade psíquica de reparação. Inicialmente, essa reparação ocorre no nível da fantasia e da ação concreta direcionada ao objeto externo. No entanto, um aspecto fundamental para o desenvolvimento psíquico é a emergência da reparação simbólica. A reparação simbólica envolve a utilização de símbolos e atividades representacionais para tentar restaurar e curar o objeto internalizado que foi imaginariamente danificado pelos impulsos destrutivos. As manifestações da reparação simbólica incluem inicialmente brincadeiras e fantasias, pois a criança pode reencenar objetivamente ou subjetivamente situações de dano e restauração, utilizando objetos como substitutos e ensejando atos de cura e reconstrução.

Portanto, a angústia depressiva só encontrará uma destinação e transformação efetiva com o desenvolvimento de um novo mecanismo de defesa: a *reparação*. Reparar é consertar (não desfazer ou anular) um dano por meio de uma ação que compense, transforme e dê destino ao objeto, um destino que é efeito metafórico e, portanto, simbólico: enterrar o morto, despedir-se, fazer algo para lembrar dele e assim tê-lo simbolicamente ainda introjetado em si, mas ao mesmo tempo conseguir se desapegar de sua presença real e objetiva.

A elaboração da posição depressiva e o desenvolvimento da capacidade de reparação simbólica são cruciais para a constituição de um vínculo mais sólido e realista com o mundo externo. Ao integrar o objeto em sua totalidade, o indivíduo desenvolve uma percepção mais realista das outras pessoas, reconhecendo sua complexidade e ambivalência. A capacidade de tolerar a frustração e a ausência do objeto aumenta, pois a representação interna do objeto bom permanece como um suporte. A necessidade de reparar o objeto internalizado também se estende ao mundo externo, impulsionando comportamentos construtivos e de cuidado com os outros.

Por fim, a reparação simbólica fornece um caminho psíquico para a sublimação. Os impulsos agressivos e destrutivos, em vez de serem direcionados de forma prejudicial ao *self* ou aos outros, podem ser canalizados para atividades socialmente valorizadas e criativas. A pulsão de reparar o objeto danificado internamente se transforma no desejo de criar, construir, curar ou contribuir para o bem-estar dos outros no mundo real.

A arte, a ciência, a ajuda ao próximo e outras atividades podem ser entendidas como formas sublimadas da necessidade de reparação. Por isso a criação artística, em suas diversas formas, pode ser vista como uma tentativa de reparar, restaurar ou criar algo belo e significativo a partir de impulsos destrutivos ou sentimentos de perda e de dor. Entende-se ainda que na teoria kleiniana, mais claramente do que na vertente freudiana, o desenvolvimento da reparação é condição para os processos de simbolização verdadeira. Isso

se dá porque nessa perspectiva teórica se faz uma abordagem mais clara da constituição de recursos de simbolização em função dos efeitos defensivos, trazendo uma integração com as formas de produção de sentido emocional próprias das posições subjetivas. É nesse sentido que a posição esquizoparanóide é marcada tanto por um sentido e por uma lógica de simbolização concreta da ordem das equações simbólicas, enquanto que somente a partir da posição depressiva, com a integração definitiva do eu e dos objetos, se pode alçar a uma simbolização propriamente dita, ou seja, aquela em que uma significação verbal da ordem da abstração e da metaforização se configura.

Assim a elaboração do luto pelo objeto enseja uma operação de reparação: “o impulso a reparar e proteger o objeto danificado prepara o caminho para relações de objeto e sublimações mais satisfatórias, aumentando por sua vez a síntese e a integração do ego” (Klein, 1946/1991, p. 15). Essa integração do ego por sua vez, constitui o meio para alcançar um vínculo com a realidade compartilhada com os outros e, portanto, com a própria sociedade:

“Os sentimentos de culpa, que ocasionalmente surgem em todos nós, têm raízes muito profundas na infância, e a tendência a fazer reparação desempenha um papel importante em nossas sublimações e relações de objeto.” (Klein, 1959/1991, p. 289)

“Eu já disse que em nossas sublimações, que se originam dos primeiríssimos interesses da criança, as atividades construtivas ganham mais ímpeto porque a criança inconscientemente sente que desse modo está restaurando as pessoas amadas que havia danificado. Esse ímpeto nunca perde sua força, embora muito frequentemente não seja reconhecido na vida normal.” (Klein, 1959/1991, p. 293)

Entende-se nessas passagens que a elaboração da posição depressiva por meio da reparação simbólica é a condição para os processos sublimatórios. Nessa vertente, então, a sublimação é o produto de um processo metapsicológico próprio, da ordem de um resultado defensivo que estrutura uma posição subjetiva. Nesse sentido, a reparação é parte de um conjunto de processos que estruturam a realidade psíquica e seu vínculo com o mundo externo, portanto é mais do que um mecanismo de defesa no sentido descritivo estrito e se aproxima mais com um processo de elaboração, uma vez que está assentado no trabalho do luto pelo objeto primário.

Cabe apontar que nessa perspectiva se supõe uma série de processos em conjunto com a reparação, como o desenvolvimento de um processo de simbolização verdadeiro, uma relação de objeto propriamente dita, um abrandamento e amadurecimento do eu e do supereu, a entrada no Complexo de Édipo definitivo e assim por diante. É um ponto nevralgico do desenvolvimento de uma posição de inserção na ordem social, no sentido mais freudiano de que a resolução edípica concorre para o processo de socialização de uma forma mais ampla. Portanto, encontrar um destino socialmente valorizado que seja egossintônico também é o cerne da perspectiva kleiniana, mas isso é entendido de uma forma ligeira e essencialmente diferente. Ligeiramente diferente porque a metapsicologia é outra, com muito menos exigência de caracterização dinâmica de mecanismos e funções da personalidade, sendo entendida de uma forma mais totalitária, por assim dizer: a posição é uma totalidade de conjunto que fornece uma cosmovisão e uma inserção subjetiva, como já apontado. Mas o essencial é o vetor de compreensão da sublimação: não se trata de adaptação funcional como condição, mas como efeito de elaboração emocional. Nesse sentido é que se apresenta o cerne do debate entre kleinianos e freudianos: o vínculo com a realidade é produto da elaboração emocional de conflitos dinâmicos do mundo interno. O trabalho deve incidir sobre isso em primeiro lugar e não na adaptação funcional ou pedagógica a partir do ambiente. A adaptação

e vinculação com a realidade é efeito da elaboração emocional, como se costuma ensinar no clássico contraponto ao ímpeto pedagógico ana freudiano.

Assim sendo, a contribuição kleiniana sobre a sublimação é parcialmente revolucionária, por resgatar o potencial da elaboração pulsional na criação do vínculo com a realidade, embora, paradoxalmente, minimize o papel do objeto real. É verdade que essa discussão sobre o papel do ambiente e dos objetos reais no cuidado ganha destaque e encaminhamento na tradição kleiniana e outra ênfase nas teorias das relações de objeto em geral, o que ajuda a contrabalancear uma certa ortodoxia nessa perspectiva, mas o fato é que a sublimação permanece restrita a um mecanismo de defesa. Esse é entendido agora como uma forma de vinculação com a realidade e em um registro ainda mais primitivo do desenvolvimento. Reparação, simbolização, sublimação e vinculação com a realidade formam então um circuito fechado. Esse é o cerne da concepção sobre a sublimação nessa vertente, que, como vimos, se estabelece muito cedo na obra de Klein e se mantém até o final, condizente com sua visão geral de ser humano e de processo analítico.

O uso que os kleinianos fizeram dessa noção também não saiu muito da chave da psicanálise aplicada em sua dimensão mais ortodoxa. As interpretações de obras de arte como ilustrações de funcionamento mental perpassam a obra de Klein, a começar pelo que vemos no próprio texto citado inicialmente, em que a autora se vale da análise da obra de uma artista plástica. Cabe destacar que a autora não recai no ímpeto do escrutínio psicobiográfico, utilizando-se de uma abordagem mais ilustrativa dos processos dinâmicos e não tanto da reconstrução da história de vida passada, como nas tendências apresentadas anteriormente, até por conta de sua visão do funcionamento psíquico em que o infantil permanece sobretudo como um modo de relação com a realidade.

Nesse sentido, as críticas em geral aos expedientes kleinianos feitas a partir do campo da estética costumam endossar a ideia de que sejam regressivas e essencialistas,

principalmente por focar em dimensões emocionais arcaicas, descoladas do âmbito dos significantes verbais e estruturas sociais, como apontam Silva e Kosowski (2020). Além disso, uma abordagem kleiniana da experiência estética busca integrar os elementos destrutivos e caóticos no universo das obras de arte, de forma a fazer um contraponto e uma ponte com aspectos formais de beleza, harmonia e mesmo de vitalidade. Em outras palavras, trata-se de trazer o potencial estético da transformação do mal e da feiura em beleza, de forma tal que a experiência artística se baseia fundamentalmente na “vitória da reparação sobre a destruição” (Silva e Kosowski, 2020, p. 6)

Foram poucos os discípulos mais imediatos que avançaram nas considerações sobre as implicações sociais desse conceito. O grande destaque é o trabalho de Hanna Segal (1993) sobre os processos de simbolização e de criação na arte e no sonho, que já aparece nos livros-manifesto do movimento, mas que atravessa a obra dessa discípula e permanece como grande referência no mérito kleiniano da questão.

Retomando a chave da posição depressiva, Segal desenvolve com maior aprofundamento a compreensão desses mecanismos, indicando que o desenvolvimento de um vínculo criativo com a realidade seria função dos processos de simbolização que possibilitariam a introjeção do objeto materno e seu deslocamento simbólico para o mundo externo, permitindo o investimento afetivo e cognitivo sobre a realidade. Então, a elaboração da posição depressiva permitiria o estabelecimento definitivo de *representação simbólica* e, por meio desta, a possibilidade de criação. A criação artística, como exemplo ilustrativo paradigmático da sublimação, envolve a possibilidade de um destino ao objeto perdido, de forma que a partir de sua renúncia pode ser recriado na realidade:

“Assim, se minha suposição é correta – que o artista em seu trabalho está novamente elaborando sua posição depressiva infantil – então ele tem não apenas de recriar algo

em seu mundo interno que corresponda à recriação de seu mundo e de seus objetos internos, mas também de externalizá-lo, para lhe dar vida no mundo externo.” (Segal, 1993, p. 106)

Observa-se que temos aqui diferenças significativas em relação às abordagens psicobiográficas, pois mais do que analisar ou restringir a uma grade de interpretação fechada para fins de ilustração, há espaço para considerar a criatividade e compreendê-la, ou seja, mais do que pesquisar a biografia dos artistas para entender a obra, trata-se de pensar o que no desenvolvimento dos sujeitos nos leva a uma saída singular de criação (Novais; Campos, 2016). Também nessa abordagem a dimensão alteritária é mais evidente, não só porque envolve um pouco melhor a realidade intersubjetiva, mas porque por meio da recriação dos objetos há vinculação com a realidade. Isso é interessante pois, grosso modo, ainda temos o básico em jogo – transformações do objeto e da meta para satisfação não inibida – porém a dimensão mais afetiva e criativa é ressaltada: são recriações de objeto por meio de metaforizações simbólicas, as quais ensejam transformações de dor e ódio em amor.

Por fim, cabe ressaltar o que considero o mais importante: nessa vertente a sublimação é um destino pulsional que é fundamentalmente de caráter narcísico e melancólico, pois a reparação da perda do objeto primário é que está na base da criação de um vínculo criativo e relativamente integrado ao mundo. Esse ponto, inclusive, é o que resgata uma dimensão bastante ressaltada no senso comum e em uma visão mais romântica e expressiva dos processos de criação artística, a saber, a relação entre melancolia e criatividade. É a ideia de que a criação artística é uma forma de cura de si, no sentido mais aristotélico de realização de seu potencial humano, mas por meio de uma travessia pelo sofrimento, também no sentido original da ideia de trágico. Então algo da ordem de uma elaboração do sofrimento de si é o que permite recriar o vínculo com a realidade, por meio da instituição de novos objetos e

mesmo ideais, no qual o reconhecimento e não tanto a adaptação funcional ou moral é que é a tônica. Portanto, o fundamento da sublimação regride a processos da ordem do narcisismo e da diferenciação e vinculação à realidade, sendo só depois chancelada e consolidada pelos processos edípicos (recalque e supereu paterno) descritos na vertente ortodoxa freudiana.

Apesar dessa ampliação, contudo, a sublimação não ganha muito destaque como conceito dentro do arcabouço teórico kleiniano, ficando relegado a uma acepção genérica e um pouco dissolvida entre outras concepções. Talvez o principal é que ela ao final continue sendo entendida como produto, ou seja, um destino que possa ser interpretado como efeito da reparação simbólica e de elaboração da posição depressiva. Mais uma vez temos a impressão de que se presta a uma rotulação descritiva de um processo que foi efetivo do que de fato uma compreensão de seus determinantes.

É verdade que considerando as especificidades do modo de construção do conhecimento em psicanálise - em que a interpretação é sempre retrospectiva, no momento do “só depois” e a partir de sua atualização em vínculos transferenciais, bem como em destinos que precisam sempre ser pensados na singularidade de cada caso – não há muito como do ponto de vista estritamente clínico sair de uma posição de classificação de saídas mais ou menos sublimadas. Porém essa posição mais descritiva é insuficiente para a compreensão dos próprios processos sublimatórios como um fundamento para pensar a própria condição relacional humana como da ordem de um vínculo intersubjetivo. Nesse sentido, a abertura que se apresenta na teoria kleiniana para pensar a sublimação como uma forma de vínculo social e, portanto, ultrapassar a perspectiva estritamente intrapsíquica, não foi efetivamente explorada nessa tradição. Então a questão fica nos termos de uma ampliação na compreensão dos mecanismos ao longo do desenvolvimento e em diferentes posições subjetivas, algo como considerar que antes do recalque há a reparação simbólica ou que tenha

uma dimensão narcísica a ser considerada no efeito sublimatório para além da identificação aos ideais edípicos e assim por diante.

O que ainda falta, na minha compreensão, é a ousadia de ir além do limite intrapsíquico para pensar de fato em uma forma de vinculação social, ou seja, a sublimação como um processo de criação e manutenção de vínculo com a realidade compartilhada. Essa posição, contudo, se justifica na medida em que a revolução kleiniana no âmbito da teoria das relações de objeto ainda seja na verdade muito herdeira do paradigma pulsional e, por conta disso, de uma concepção intrapsíquica e constitucional de subjetividade.

O curioso é que mesmo se formos buscar perspectivas mais politicamente engajadas na tradição kleiniana a questão permanece. Um exemplo que considero bem ilustrativo é o manual de Bleger (1984), sobre a *Psicologia da Conduta*. Na tradição da psicanálise argentina de extração marxista e kleiniana, a consideração e a inclusão da dimensão social e concreta se dá por meio do arsenal conceitual da dialética e da atividade, ou seja, por uma tomada da ação humana enquanto *práxis* encarnada no corpo social. Seria de esperar que a sublimação pudesse ser melhor utilizada, mas o que vemos é um pouco mais conservador e cabe citar a passagem toda, pois há uma definição por contraste que nos interessa:

“Na formulação primitiva de Freud, na qual operava com a teoria dos instintos, o conceito de sublimação foi apresentado como as condutas que, socialmente aceitas e úteis, canalizavam ou descarregavam, no entanto, tendências que eram culturalmente rejeitadas em sua forma original. Toda a atividade e a produção científica, intelectual, artística, cultural em geral, incluídas as religiões, eram consequência da sublimação.

Na teoria das relações objetais, que é a que aceitamos, utilizamos e desenvolvemos aqui, a sublimação permite uma integração e resolução da ambivalência e, portanto, do conflito, fazendo que nessa integração canalizem-se harmonicamente e de maneira

socialmente produtiva tanto o objeto bom como o mau e as partes respectivas do eu ligadas a eles.” (Bleger, 1984, p. 142)

Como se pode notar, a descrição metapsicológica intrapsíquica é o que ainda prevalece e a ideia é que se trata somente da elaboração de um processo aqui dentro que dá as condições para que se relacione com o que está lá fora. O que muda é se é da ordem do destino pulsional (Freud) ou da relação de objeto (Klein) e pode se interpretar que implicitamente está em jogo a nossa ideia de que na reparação está em jogo uma forma de vinculação e operação sobre a realidade e não apenas a substituição por um objeto moralmente aceito. O peso do marxismo e da concepção de atividade também se faz notar: e da ordem do trabalho produtivo e das transformações da pulsão tomadas em relação intrínseca com a realidade e, portanto, da ordem de um *vínculo*, aqui no sentido da tradição argentina: a internalização de uma relação interpessoal e sua representação mútua (Pichon-Rivière, 1988).

Então podemos dizer que nessa vertente se avança em uma concepção intersubjetiva da sublimação, mas apoiada mais no aporte materialista histórico-dialético para pensar a ação humana como um contraponto necessário à mera pulsionalidade tomada em sua acepção biológica tradicional. Contudo, o lugar dessa operação sublimatória permanece marginal e relegada a um mecanismo de defesa renovado pela ótica kleiniana. De fato, em nenhum desses dois autores a sublimação é um conceito central para pensar as modulações psicossociais da pulsão, sendo que a própria concepção de pulsão é subdimensionada a dimensão biológica e somática da conduta. Cabe lembrar que esses autores também propõem uma concepção pluridimensional da subjetividade e da conduta humana, em que vêm se sobrepor e se integrar em uma espiral dialética de determinação nos diferentes âmbitos do que hoje chamamos de “bio-psico-social”.

Por fim, uma outra perspectiva de desdobramento da problemática da sublimação dentro da vertente da tradição das relações de objeto que considero importante apresentar e destacar são as contribuições winnicottianas, que em muitos aspectos trazem confluências para a ideia geral da sublimação como via de simbolização e criação de vínculo com a realidade, mas em uma chave de interpretação que normalmente se contrapõe à perspectiva kleiniana mais clássica, justamente no ponto da compreensão da reparação e do papel do sadismo e da destrutividade pulsional nesse processo. Creio que não cabe ao escopo deste capítulo abordar em pormenores a teoria winnicottiana, mas considero que dado o peso da contribuição desse autor e sua pertinência ao campo psicanalítico contemporâneo, principalmente no Brasil, algo de sua visão precisa ser apresentado e penso que o principal de sua contribuição esteja no sentido justamente de ampliar o papel do ambiente e da própria compreensão da cultura como meio e condição da própria existência.

Para nos atermos ao que é essencial da perspectiva winnicottiana, podemos partir de seu enfoque do papel do ambiente nos processos de maturação e desenvolvimento, dando ênfase às diversas funções e usos que o suporte parental dá à constituição da subjetividade humana, por meio de tarefas fundamentais (*holding*, *handling*, apresentação de objeto) no desenvolvimento de um senso autêntico de si mesmo (*self*) como cerne do funcionamento psíquico. Sua compreensão nuançada sobre os processos de integração psicossomática e constituição subjetiva do eu e do senso de realidade, partem de uma intencionalidade que precisa ser reconhecida em sua espontaneidade e criatividade mais do que em seu sadismo e destrutividade. Esses dois pontos: a criatividade como uma dimensão primária e a transicionalidade na constituição do senso de realidade são características distintivas de sua abordagem em relação à concepção kleiniana tradicional.

Do ponto de vista de uma teoria da cultura, sua abordagem também é original, na medida em que toma a realidade objetiva e social como efeito fundamental do brincar e da

interação entre as pessoas, que remonta às próprias condições de instalação dos objetos e fenômenos transicionais. As criações culturais são realizações simbólicas que se sustentam no gesto espontâneo e na ilusão de onipotência que permanece como fundamento de toda atividade humana. É da superposição inicial entre as áreas do brincar do “bebê” e da “mãe” e em seu progressivo afastamento por meio da transicionalidade que surge e se configura o espaço potencial dos fenômenos culturais. Esse é o fundamento básico de uma teoria winnicottiana da cultura, na qual brincar, gesto espontâneo, criatividade primária e verdadeiro *self* comparecem como operadores centrais. Um modelo de subjetividade que é muito mais existencial e descritivo do que preocupado com aspectos metapsicológicos e psicodinâmicos e no qual a compreensão dos processos em termos de defesas ou de identificações é secundário. De todo modo, sua abordagem prioriza a compreensão da cultura e da realidade como um espaço potencial que se abre e se sustenta a partir do modelo paradigmático do brincar, tal como pode ser constatado em seu clássico livro sobre o assunto (Winnicott, 1975). Nessa obra, observa-se como ao longo do processo de amadurecimento é operada a passagem de uma experiência não integrada no registro do corpo infantil para um objeto outro situado em um espaço intermediário, indicando que o autoerotismo está no fundamento do processo criativo. Isso depende de uma simbolização primordial que é efetuada pelos processos do brincar e pelos fenômenos transicionais.

Diante de tal configuração teórica, cabe perguntar então que compreensão pode emergir para os processos de sublimação, já que aparentemente eles se distinguem dos dois grandes modelos de abordagem da língua inglesa: a psicologia do ego com a sua ênfase nas defesas e a teoria das relações de objeto com sua ênfase nas posições. Além disso, pode-se afirmar que esse autor não dá destaque ou mesmo aborda de forma mais central o conceito de sublimação, embora possa eventualmente utilizar o termo.

Nesse sentido, algumas contribuições recentes do campo psicanalítico fazem essa articulação. Joel Birman (2008) propõe um ensaio comparativo entre os conceitos de sublimação em Freud e de criatividade em Winnicott. A finalidade central do trabalho é demonstrar que, apesar das notáveis diferenças em suas abordagens teóricas e epistemológicas, ambos os autores convergem na tentativa de solucionar uma problemática comum e fundamental para a psicanálise: a intrincada relação do sujeito com a cultura. O autor parte da caracterização freudiana tradicional, ou seja, como um destino da pulsão que permite o desvio da energia libidinal para finalidades socialmente valorizadas e culturalmente produtivas, funcionando como um mecanismo de defesa e uma via de integração do sujeito na civilização. Em contrapartida, a criatividade winnicottiana é apresentada como uma manifestação essencial do verdadeiro *self*, inerente ao processo de amadurecimento e à capacidade de o indivíduo se sentir real e de experienciar o mundo de forma genuína. Para Winnicott, a criatividade não se restringe à produção artística, mas permeia toda a experiência de viver, na medida em que o sujeito “cria” a realidade ao interagir com ela. Nesse sentido enfatiza uma diferença básica de posicionamento, na medida em que a concepção freudiana enfatiza a contenção e a transformação pulsional para a inserção cultural, enquanto a posição winnicottiana prioriza a expressão espontânea e a autenticidade do ser na relação com o ambiente facilitador. A sublimação freudiana permitiria ao sujeito habitar a cultura sem sucumbir à repressão total, enquanto a criatividade winnicottiana garantiria que essa habitação cultural não ocorresse à custa da vitalidade subjetiva e da capacidade de se sentir vivo e atuante no mundo.

Assim, Birman (2008) defende que o ponto de convergência entre os conceitos reside na exploração de como o psiquismo individual se constitui e se manifesta em seu engajamento com o campo cultural, seja pela via da transformação pulsional ou da expressão genuína do ser.

Outro autor importante do campo psicanalítico nacional que retoma as teses winnicottianas sobre a cultura com indicações importantes para a problemática da sublimação é Jurandir Freire Costa (1994, 2005). Já em seu trabalho sobre a ética como espelho da cultura, o autor traz a ideia que a ética não se dissocia da dimensão estética e cultural, configurando-se como um “espelho” que reflete as possibilidades de subjetivação de uma época. O autor argumenta que a cultura, ao oferecer objetos e narrativas simbólicas, atua como o suporte necessário para que a pulsão bruta seja transmutada em atos criativos e socialmente partilhados. Assim, o processo sublimatório na vertente winnicottiana defendida pelo autor é o que permite ao sujeito transcender o solipsismo narcísico, convertendo a urgência do desejo em uma “presença viva” no mundo. Quando a cultura falha em sua função de espelho a capacidade de sublimar é atrofiada, resultando em uma ética empobrecida que prioriza o consumo em detrimento da criação de sentido, como acontece nas perspectivas utilitaristas contemporâneas. Baseando-se no essencial da perspectiva de Winnicott (1975) sobre a função do espelho, afirma que a cultura deve devolver ao sujeito uma imagem que não seja apenas reflexo do imediato, mas uma promessa de sentido. O autor pontua que se o espelho cultural está trincado ou focado apenas na eficácia técnica, a sublimação é substituída pela atuação (*acting-out*). Nesse contexto, o ato sublimatório se reveste de uma dimensão fundamentalmente ética, na medida em que sublimar se configura como um compromisso com o “não-eu”, ou seja, implica a aceitação de que o prazer deve passar pelo reconhecimento do outro para se tornar valor cultural.

Em trabalho mais recente, o autor retoma essas questões pelo viés da corpolatria e da moral do espetáculo, indicando particularmente a marca do imediatismo e do consumismo impedindo a produção de sentido, ou seja, de um consumismo e imediatismo que ficar fixados na imagem, para uma temporalização e narratividade que abre espaço para o potencial sublimatório. Articulando a noção winnicottiana de objeto transicional com a crítica

à cultura do narcisismo, argumenta que a sublimação só é possível quando o sujeito consegue converter o 'corpo-vitrine' em 'corpo-vivente', capaz de gerar sentidos que transcendem a satisfação imediata da pulsão (Costa, 2005)

Pode-se assim afirmar que o autor propõe uma leitura da sublimação que se afasta do determinismo biológico para abraçar uma ética da criatividade. A sublimação, na clínica contemporânea, deve ser entendida como a passagem da violência pulsional bruta para a narratividade simbólica, onde o sujeito encontra um lugar no mundo sem anular a sua singularidade.

Um trabalho mais recente da literatura nacional, Oliveira (2023) aborda a questão winnicottiana da sublimação pela perspectiva mais direta dos objetos e fenômenos transicionais, indicando a pertinência desse conceito para pensar os processos sublimatórios. Mais especificamente, desenvolve a hipótese de aplicação desse modelo para compreender os processos de leitura e escrita como uma espécie de *brinquedo de palavras* como formação criativa e expressão de processos sublimatórios bem-sucedidos. O autor também discute os limites dessa via sublimatória na escrita literária, apoiado em considerações de Carvalho (2006). Indica as vias negativas que advêm da falha da transnacionalidade e de flexibilidade na criação literária, com consequências masoquistas e mortíferas para quem escreve:

“Levantamos a hipótese de que a escrita se assemelha ao objeto transicional usado pelo bebê para representar a ausência materna. Vimos anteriormente que Winnicott afirma que, quando há uma falha na figura de uma “mãe suficientemente boa”, o bebê não brinca adequadamente: ele diminui ou perde o jogo do faz de conta. A plasticidade do objeto transicional, que estabelece uma relação intermediária entre o mundo interno e externo, fica comprometida. O objeto se petrifica. Parece que esse processo se dá com a escrita.” (Oliveira, 2023, p. 63)

Estas referências são suficientes para indicar que embora o conceito de sublimação não seja tão explícito na vertente winnicottiana, sua concepção de espaço intermediário de brincar e de objetos transicionais acaba por valorizar a espontaneidade e a criatividade, dando o tom de sua contribuição à problemática.

É importante apontar que essa contribuição traz uma mudança importante em relação à própria vertente kleiniana. Isso porque na perspectiva anterior a questão também é da ordem de uma transformação, mas da ordem de uma reparação. Isso quer dizer que essa perspectiva renovada traz uma mudança de tônica no colorido emocional, pois não é tanto dos destinos da destrutividade que se trata, mas de uma espontaneidade que resguarde a ilusão da criatividade. Além disso, essa criatividade transita melhor em direção à sustentação da própria cultura, o que implica uma visão intersubjetiva mais clara e nuançada.

Tudo isso é muito interessante e acredito inclusive que são movimentos dessa ordem de ampliação que permitem o resgate da problemática da sublimação que está sendo feito hoje em dia, para além chave kleiniana mais imediata de uma perspectiva pulsional destrutiva e intrapsíquica. De qualquer forma, é importante então reter que a sublimação é efeito de um mecanismo de defesa que não só defende, mas cria condições de simbolização e, com isso, estabelece um vínculo diferenciado com a realidade que permite a recriação do mundo interno e do mundo externo. Penso que a principal contribuição nesse sentido, para além de uma questão meramente da localização do processo em termos de desenvolvimento (se é pré-genital ou genital, qual o mecanismo de defesa, qual a angústia, etc.), é na desconstrução de uma concepção epistemológica sobre a realidade objetiva “em si” mesma e em uma ligeira mudança no posicionamento ético: da adaptação reprodutiva estrita para produção criativa de um vínculo com a realidade “para si”, por assim dizer.

Portanto, a vertente das relações de objeto traz uma renovação significativa para a concepção freudiana mais ortodoxa, que nos ajuda a passar da chave intrapsíquica do mecanismo de defesa para uma dimensão mais propriamente relacional em que os processos de simbolização estão no cerne da questão. Veremos a seguir como essa questão da criatividade nos processos de simbolização também é central na perspectiva lacaniana, mas partindo de um esquema conceitual completamente distinto.

Vertente Francesa: Sublimação como Indicação da Negatividade Originária

A contribuição de Lacan ao campo psicanalítico é verdadeiramente original, na medida em que ele inaugura um novo paradigma de apreensão da natureza do inconsciente humano, distinto daqueles dois originais que se configuram já na obra de Freud, a saber: o centrado no desenvolvimento das pulsões e o centrado no desenvolvimento das relações de objeto. Lacan reconfigura o inconsciente freudiano em função de uma concepção estruturalista de linguagem, daí o seu conhecido adágio (“o inconsciente estruturado como uma linguagem”), concebendo verdadeiramente e legitimamente uma concepção de *sujeito* em psicanálise, que se distanciará verdadeiramente do âmbito de uma epistemologia científico-naturalista da qual Freud nunca conseguiu abrir mão.

Esse sujeito do inconsciente seria fruto do discurso do Outro, entendido como estrutura simbólica universal, impessoal e transcendental que atuaria como matriz de toda e qualquer subjetivação do organismo biológico humano. Essa estrutura simbólica, por sua vez, se assenta na concepção de signo linguístico e na chamada primazia do significante. É por meio das vicissitudes da articulação significante em relação a uma negatividade originária que se configura o campo fantasmático do sujeito, que se estrutura em diferentes os registros – real, simbólico e imaginário (Dor, 2004). Portanto, trata-se de um sujeito do inconsciente e

do desejo muito distinto, que não se configura como um aparelho psíquico ou mesmo uma personalidade, mas antes como uma articulação discursiva de sentido que incide sobre um corpo onde o real do gozo pode se efetivar.

Isso implica uma modificação essencial em relação a metapsicologia tradicional freudiana e também na kleiniana, que ainda estavam assentadas em uma lógica representacional e em uma verdade por correspondência: a ideia ou representação psíquica é verdadeira porque corresponde ao objeto lá fora. Há, portanto, a manutenção da ideia de um circuito pulsional que brota “de dentro” e se realiza em “um fora”, tendo o psiquismo como mediador. É por isso, inclusive que o paradigma pulsional e objetual se integra mais facilmente e essencialmente em uma ideia de psiquismo ou mente, como um mundo interno de objetos e vínculos. Já para Lacan, seguindo a revolução estruturalista, a simbolização é fruto da articulação diferencial dos significantes, ou seja, o sentido é produzido pelas diferenças que se estabelecem pelas posições dos significantes na estrutura simbólica da cultura o que quer dizer que sua verdade não se dá pela correspondência em essência ou em representação, mas pela sua consistência intrínseca. Isso implode muitas das concepções modernas no fundamento da psicanálise, incluindo a ideia de um sujeito psicológico. Por conta disso é legítimo falar de um paradigma próprio, que Mezan (2014) chama de *subjetal*, que está mais atinente com a revolução epistemológica e ontológica da filosofia contemporânea, para além de um modelo representacional da realidade objetiva e do sujeito (Campos, 2013c).

Então pensar dessa forma é muito diferente do que a psicanálise vinha fazendo até então, que era tomar o psiquismo como referência central e fundante na relação com a materialidade biológico-corporal e sócio-cultural. É o que vimos inclusive nos dois movimentos anteriores: a passagem de um intrapsíquico para um intersubjetivo, em que o social fosse incluído, pensar a articulação bio-psico-social desses diferentes âmbitos e assim por diante. Para Lacan, o sujeito do inconsciente não é intersubjetivo porque o Outro é

absoluto. O “pequeno” outro, aquele do vínculo intersubjetivo ou da alteridade encarnada em um rosto, é apenas o veículo imaginário da ordem simbólica. O “grande” Outro é o que de fato interessa e ele é uma estrutura própria - uma estrutura muito diferente, porque está assentado em uma lógica de significação diferencial e não essencial e, portanto, marcado ele mesmo pela falta e pela negatividade cujo anátema é a castração. Então o Outro é barrado, castrado, e o sujeito deve se constituir também na assunção dessa posição. Decorre daí também a sua resignificação do conflito central edípico, em que a sua resolução envolve não tanto a estruturação de um aparelho psíquico adaptado a realidade, mas uma lógica de funcionamento desejante que opere sob o registro do simbólico e que permite a entrada desse sujeito na ordem da cultura, como podemos acompanhar na clássica introdução de Joel Dor (2004).

Em Lacan a subjetividade é pensada na articulação entre os três registros do nó borromeano: Simbólico, Imaginário e Real. Basicamente entende-se que o fantasiar (que na tradição nacional costuma se chamar de “fantasma” por uma questão de viés de tradução) é da ordem das operações de sentido que se estabelecem em uma articulação simbólico-imaginária, em que o registro simbólico é o da significação em termos propriamente linguísticos e verbais (operar na lógica de simbolização diferencial) e o imaginário o da operação ainda por meio de representações imagéticas e sensoriais dos objetos (portanto em uma ilusão de correspondência e de essencialidade). Contudo, toda essa articulação se dá na tentativa de recobrir o que escapa aos registros de simbolização e permanece como inominável e irrepresentável, pulsando e demandando trabalho de elaboração, que é então da ordem do Real.

No aprofundamento das condições desse registro, Lacan vai chegar a um conjunto de conceitos que tentam dar conta dessa negatividade originária. Cabe apontar que apesar dessas concepções todas remeterem a uma certa leitura da pulsão de morte freudiana – aquela do

caráter irrepresentável, compulsivo e irracional do além do princípio do prazer – o autor não dá tanto destaque para o próprio conceito de pulsão, pelo menos em sua acepção tradicional de um ímpeto afetivo e motivacional que brota do corpo em direção ao psiquismo. De fato, Lacan (1964/1985) endossa a visão clássica de que os conceitos de inconsciente e pulsão são operadores metapsicológicos fundamentais, destacando sua articulação por meio da repetição e da transferência, mas não tanto a partir de uma fonte corporal própria. Pelo contrário, a pulsão não vem de dentro, mas incide de fora, ou melhor, é efeito de uma certa violência simbólica da linguagem sobre o corpo biológico humano. Isso é parte do esforço de descolar da montagem biológica e psicológica da pulsão, mas para nossos propósitos, podemos entender que essa concepção é recategorizada a partir do registro do Real e de alguns de seus conceitos-chave: *objeto a* e *coisa* (*Das Ding*).

O “objeto a” é um conceito bastante polissêmico e também polimórfico, sendo discutido em vários momentos da obra lacaniana. Ele adquire diferentes traduções subjetivas, incluindo a angústia, objeto causa de desejo, objeto da pulsão, resto da divisão do sujeito, lugar a ser ocupado pelo analista, mais-de-gozar, além de sua localização no centro dos três registros. Assim, não há um único texto onde o objeto a seja apresentado de forma isolada e específica, embora o seminário sobre a angústia se destaque no tratamento do tema. Nele, Lacan (1962-1963/2005) indica que o objeto a não é um objeto positivado, ou seja, diferentemente dos objetos do desejo no nível imaginário, quer sejam objetos totais ou parciais, o objeto a não é um objeto apreensível, visível ou imaginável em si mesmo. Ele não tem uma imagem especular consistente e não pode ser representado ou objetificado no sentido mais comum do termo. Ele é antes da ordem de um resto, de uma perda primordial, na medida em que emerge como resultado da própria entrada do sujeito na ordem simbólica da linguagem. Nesse processo de alienação e separação do Outro primordial, algo se perde, constituindo esse resto inassimilável que é o próprio objeto a. Ele é, portanto, uma

apresentação em negativo, o indício de uma falta e se expressa no registro do Real. Paradoxalmente, essa perda original, esse vazio estrutural, torna-se a causa do desejo. O sujeito busca incessantemente reencontrar esse objeto perdido, mesmo que ele nunca tenha sido plenamente possuído. O desejo, portanto, gira em torno dessa falta constitutiva.

Com isso, a compreensão lacaniana da angústia é de que essa constitui não o medo da falta de um objeto imaginário, mas sim a experiência da presença real desse *objeto a*, enquanto resto inassimilável e causa do desejo, que perturba a homeostase psíquica e sinaliza a confrontação com o Real. Por isso, a angústia é o sinal do Real, em uma presentificação do objeto que se apresenta como estranheza.

Nesse sentido, esse conceito também diz respeito a marcas muito originárias da ordem registro do Real, que irão ser enfatizadas no último período da obra do autor, em torno do campo do gozo. É a discussão sobre o *traço unário* que está aí implicada, que indica que o Real não só é aquilo que escapa à simbolização no sentido de uma negatividade (uma pulsão inominável e amorfa), mas aquilo que é da ordem de uma marca, um traço, um registro e, portanto, uma forma de apresentação material, embora não da ordem do sentido. O traço unário é uma primeira marca significativa, mas como inscrição primordial da diferença que funda o sujeito no simbólico por meio de um suporte identificatório arcaico. Ele não tem significado em si, mas funciona como suporte da diferença, possibilitando a emergência da cadeia significativa (Lacan, 1964/1985). Portanto, é a marca da alienação primordial do sujeito ao Outro. Dessa forma, entende-se que Real não é só o pulsar, mas tem “corpo” e esse corpo material é ao mesmo tempo o suporte e aquilo que escapa a todas as formas de conceber sentido e de agenciar o gozo.

Nessa consideração sobre as marcas originárias - entendidas como aquilo que se inscreve e ao mesmo tempo escapa - é que vai ganhar destaque o resgate que Lacan (1959-1960/1997) fará da noção de “coisa” aventada por Freud em seu *Projeto de Psicologia*

(Freud, 1895/1995). Naquele modelo inicial de aparelho neuronal fundado na regulação dos caminhos de satisfação da energia (Q) e constituído por sistemas de percepção (W) e memória (Ψ), Freud tentou conceber um fundamento para o teste de realidade do eu. Para isso tenta desenvolver algumas considerações sobre os processos de pensamento, particularmente os juízos de reconhecimento da realidade perceptiva na comparação com os núcleos de investimento de memória. Em outro lugar, faço uma consideração mais detalhada sobre essa concepção e sua interpretação (Campos, 2004), mas para nossos propósitos aqui o exemplo básico é suficiente: o reconhecimento perceptivo do objeto primário de satisfação, o seio materno.

Toda a questão filosófica moderna se coloca na análise: como reconhecer a essência do seio na pluralidade de suas manifestações e perspectivas perceptivas? Basicamente o que Freud vai dizer é que há diferentes componentes na representação imagético-sensorial do seio e que tem um núcleo de seus componentes associativos que embora seja a base para a identificação e julgamento, permanece não reconhecido. É daí que Lacan vai retirar os elementos para sua própria concepção, que consiste em indicar que, para além dos componentes associativos da representação de objeto (imagem acústica, visual, tátil, etc.), há algo que permanece não representado, algo que escapa e que, ao mesmo tempo, é sua base e seu avesso. As representações se fundam em algo da ordem da negatividade, ao que se acrescenta que essa negatividade não é apenas da ordem do hiato da diferença entre os significantes linguísticos no registro do simbólico ou dos significantes imaginários que escapam no reconhecimento perceptivo, mas de algo que escapa a toda e qualquer tentativa de significação ou de “positivar” a realidade última, que é da ordem do Real, como aquilo que insiste, persiste e nunca encontra total materialização ou significação -- portanto, subsiste como condição originária do sujeito:

“Digamos, hoje, que, se ela [*das Ding*] ocupa esse lugar na constituição psíquica que Freud definiu sobre a base temática do princípio do prazer, é que ela é, essa Coisa, o que do real - entendam aqui um real que não temos ainda que limitar, o real em sua totalidade, tanto o real que é o do sujeito, quanto o real com o qual ele lida como lhe sendo exterior - o que, do real primordial, padece do significante.” (Lacan, 1959-1960/1997, p. 149)

Não é à toa que essa caracterização apareça no seminário sobre a ética da psicanálise, pois o que se anuncia dessa concepção do sujeito fundada em uma negatividade originária é uma posição ética fundada no reconhecimento dessa alteridade radical: a ética do desejo é reconhecer que a verdade do desejo é que ele não se realiza em nenhum objeto e que suas fixações identitárias são ilusões. Isso quer dizer que as posições éticas da psicanálise em seus aspectos centrais (reconhecer a castração, tornar o inconsciente consciente, etc.) são compreendidas em nova chave e alçadas a um nível completamente diferente: a falta passa a ser fundamental não mais no nível moral, mas ontológica. Essa ética indica uma incompletude “essencial” (pois não temos essência, somos um nada pulsante coberto por uma rede de articulação de sentido que tecemos em resposta ao Outro) que nos lança então em direção a uma *ex-istência*. O ser humano então é necessariamente constituído por “um fora” e “um nada”, a negatividade é o tom e não a positividade do que imaginariamente se possa representar nos teatros da mente e do psiquismo.

Nesse contexto, a sublimação vai aparecer também em nova roupagem ou, melhor, ressignificada. A definição paradigmática indica que a “sublimação eleva um objeto à dignidade da Coisa” (Lacan, 1959-1960/1997, p. 141), apontando para um processo de constituição de um objeto no registro imaginário-simbólico para a explicitação de uma falta intrínseca ao registro do real. O mais importante é que se trata não apenas de uma criação

sobre o vazio, mas de um objeto que também indica algo desse vazio e originário. Nesse sentido, a sublimação consiste em um objeto que bordeje o real e ao fazê-lo, comunique algo inerente à humanidade (Kaufmann, 1996). Por isso, Lacan (1959-1960/1997) indica a fabricação do vaso como exemplo paradigmático de um processo sublimatório: se constitui em torno do vazio, dando-lhe forma, continência e, com isso, preservando-o.

Por fim, cabe destacar que a perspectiva trazida por Lacan à problemática da sublimação radicaliza o próprio fundamento ontológico da teoria das pulsões, na medida em que leva a ideia da dessexualização e da transformação da meta de satisfação sexual às suas últimas consequências, a saber, a relação com a função adaptativa e reprodutora da montagem biológica instintiva no ser humano. Explicando melhor, considerando a perspectiva que traz uma ruptura epistemológica definitiva com o campo naturalista, há uma distinção clara entre necessidade biológica e desejo simbólico, na clássica distinção entre instinto e pulsão que se torna uma oposição clara e definitiva nessa abordagem. A pulsão seria da ordem de uma transcendência a essa ordem, evocada pelo campo simbólico do Outro. Sendo assim, a pulsão tem necessariamente uma origem sublimatória em relação a montagem biológica do corpo, de forma tal que mais do que um destino ou vicissitude, faria parte da própria natureza do pulsional:

“A sublimação, que confere ao *Trieb* uma satisfação diferente de seu alvo - sempre definido como seu alvo natural - é precisamente o que revela a natureza própria ao *Trieb*, uma vez que ele não é puramente o instinto.” (Lacan, 1959-1960/1997, p. 140)

Isso quer dizer que a sublimação diz respeito a um arco pulsional de encadeamento significativo que é enlaçante em relação ao Real da Coisa e transcendente em relação ao Real do corpo. Ela diz respeito a uma posição paradoxal, na medida em que aponta para múltiplas

dimensões da negatividade, escapando ao que se constitui como sentido ou como amarração sintomática e justamente por apontar para essa dimensão enigmática obtém seu efeito mais característico de afetação e comunicação. O paradoxo se dá pela contradição no próprio ponto de vista econômico, na medida em que além de desvio do biológico ela também contorna a satisfação plena e última, ou seja, é um desvio necessário em relação ao gozo e, nesse sentido, sempre se satisfaz sem se satisfazer plenamente.

Portanto, na perspectiva lacaniana as inúmeras contradições e paradoxos que cercam a concepção de sublimação são retomados e aprofundados, mas sem uma expectativa de integração ou síntese - uma vez que para essa teoria esse tipo de fixação imaginária em uma significação unívoca seria necessariamente ilusória - mas de valorizar os múltiplos sentidos que constituem esse campo.

França Neto (2007), em sua abordagem ao tratamento lacaniano do tema da sublimação traz uma apresentação bastante abrangente das contradições de seu campo semântico de definição, abordando suas características de destino pulsional (desvio, dessexualização e pulsão de morte), suas proximidades com mecanismos de defesa e processos identificatórios (formação reativa, idealização e ideal do eu), bem como sua saída sintomática relacionado a mecanismos de defesa (recalque e denegação), para indicar sua localização privilegiada e paradigmática no campo da estética, em torno do belo e do sublime. Na sua discussão com o legado freudo-lacaniano, aponta o cerne da perspectiva lacaniana sobre a problemática da sublimação no desvio originário em relação ao sexual:

“Assim, e esta é mais uma ambiguidade do conceito de sublimação, se ela é desvio com relação à finalidade sexual (dessexualização), no entanto ela se inscreve, paradoxalmente, como portadora da finalidade última que define as pulsões sexuais. Apesar de dessexualizada (e essa é a principal característica da sublimação), sua

finalidade é, em última instância, sexual. Dizendo de outra forma, e o aspecto paradoxal agora está dirigido para Eros - o sexual se inscreve como a impossibilidade de sua satisfação.” (França Neto, 2007, p. 47)

Como se pode notar, há muitas diferenças em relação às vertentes anteriores e talvez a principal delas seja que a sublimação não se constitui nem como um mecanismo de defesa e nem mesmo como um destino pulsional no sentido estrito. Isso quer dizer que a sublimação na vertente lacaniana não diz respeito apenas a um trabalho de elaboração em sentido que esgota o impulso, como estamos acostumados a pensar a partir da definição original freudiana e mesmo kleiniana. Em primeiro lugar, porque embora derive das implicações de uma concepção de pulsão de morte como irrepresentável e traumática, o acento não está nas transformações específicas da pulsão em termos descritivos de mecanismos (pois traçar os deslocamentos e modificações de meta e objeto na rede associativa do aparelho psíquico simplesmente não faz sentido na concepção lacaniana de desejo e de sujeito), mas no objeto. Em segundo lugar, porque esse objeto é da ordem de uma resposta a um gozo real e traumático e, nesse sentido, tem uma característica que tradicionalmente chamaríamos de *ambivalente* ou *paradoxal*, mas que para Lacan se aproxima da experiência da angústia como *estranheza*: simultaneamente reconfortante e aterrorizante.

O objeto da sublimação então captura e concretiza algo da ordem do Real e da negatividade da Coisa, positivando-o e transformando essa experiência que é da ordem do abjeto (daquilo que é excluído dos processos de simbolização e insiste traumáticamente) em algo que se eleva à condição de sublime, dando-o dignidade e reconhecimento. Mas o reconhecimento não é por substituição metafórica, como os processos de simbolização da ordem do recalque, ou seja, um objeto que substitui outro ou uma transformação do que originariamente seria amoroso ou odioso. Também não se dá por identificações da ordem de

relações de objeto narcísicas. A questão não é o reconhecimento no que se mostra como positividade, mas no que se furta, no que escapa. Contudo esse escape é também minimamente capturado e “domesticado”, sem perder aquele ar bruto e indescritível que lhe dá o poder de sedução sobre o outro.

“A sublimação indica uma dificuldade na constituição do objeto do desejo. Próxima demais da Coisa, ela não se opera a partir de um corte, de um interdito segundo o modelo neurótico. Se para o neurótico a metáfora paterna permite uma solução para a angústia, para o ser sublime a angústia deve ser mantida à distância desde que um objeto externo condense a Coisa, paralisando-a. A satisfação advinda desse processo, tanto para o agente sublime quanto para a cultura, provém do distanciamento conseguido uma vez que uma dignidade é conferida ao que originalmente foi abjeto.” (Cruxên, 2004, p. 40)

Essa é uma noção muito importante na vertente lacaniana, além de frequente em seu jargão: a ideia de bordejar o furo. “Confrontado com os efeitos maléficos de um vazio constituinte, o criador não pode senão bordejar, criar algo que acalme o furo em seu aspecto voraz. Há, desta forma, uma substituição. Cria-se um objeto no lugar da Coisa” (Cruxên, 2004, p. 42). A sublimação é nesse sentido uma concepção valiosa e mesmo paradigmática dessa posição ética, ilustrada principalmente a partir de uma perspectiva estética: uma *estética da negatividade*, podemos dizer. É por isso inclusive que a concepção de estranho freudiana lhe é tão cara, pois o sublime no belo, no bem e na verdade não estão na perfeição formal ou na boa representação de um ideal, mas no que lhe escapa e produz o efeito de angústia e de mal-estar (Weijenborg; Campos, 2019).

Embora a concepção lacaniana de sublimação não se resuma à estética, é dela que toma seus principais exemplos e onde mais encontramos sua aplicação na literatura psicanalítica contemporânea, particularmente no Brasil, onde é a grande referência para as aproximações entre psicanálise e arte. Essa direção é bem ilustrada no trabalho de Tania Rivera (2002, 2007), que, em sua leitura da arte a partir da psicanálise, tende a enfatizar a dimensão da falta, do desejo e do objeto *a* na constituição da subjetividade e nos processos psíquicos. A arte comparece como uma forma de lidar com o que da experiência escapa à simbolização, o núcleo real que resiste ao sentido. Do mesmo modo permite uma elaboração do limite da castração, pois a criação artística pode oferecer uma via para lidar com a falta fálica e a perda de gozo primordial. De forma mais específica, a autora aborda a relação da sublimação com a duplicidade própria do estranhamento, que se expressa na tensão entre dignidade e indignidade, na medida em que muitas vezes algo do abjeto também se configura na criação artística:

“In-dignidade e dignidade seriam, nessa perspectiva, mantidas em tensão na sublimação, como o *Unheimliche*, refazendo esse arranjo significante que é uma modelagem do significante. Tal modelagem comporta uma dimensão de criação, ao refazer o vazio em torno do qual se constitui o significante.” (Rivera, 2007, p. 321)

De qualquer forma, nesse tipo de perspectiva a obra de arte pode constituir-se como um objeto substitutivo, um deslocamento no plano imaginário-simbólico por meio de um objeto singular que pode ocupar o lugar do objeto a perdido, oferecendo uma satisfação específica que não é a do gozo pleno, mas uma satisfação estética e simbólica.

Por fim, esse tipo de saída expressa a obra de arte como constituição de um *sinthoma*, do ponto de vista especificamente lacaniano. Além da ideia psicanalítica que o sintoma

carrega algo de uma verdade singular do sujeito, pois é sempre uma formação de compromisso do desejo, nessa perspectiva configura também uma forma particular de enlaçamento entre o simbólico, o imaginário e o real. É dessa forma geral que se opera uma aproximação da estética com a ética da psicanálise, na medida em que a arte comparece como um testemunho da singularidade do desejo, tanto do ponto de vista de quem a produz quanto de quem a contempla. A obra de arte possui uma condição de abertura inesgotável, que sustenta a interrogação e enseja as múltiplas interpretações, como na citação seguinte:

“A sublimação na definição lacaniana implica o vazio de *das Ding* exposto a partir de um objeto que, mesmo incapaz de representá-lo, pode expor sua opacidade sob uma nova perspectiva. Essa característica é o que confere a muitas obras de arte seu caráter de eternidade por nunca se poder dizer tudo sobre ela, por sempre haver um ponto inabordável. A obra está sempre aberta a interpretações; ela é inesgotável.” (Lucero; Vorcaro, 2013, p. 38)

Esses pontos me parecem suficientes para estabelecer a posição lacaniana, cuja presença é bastante evidente em nosso meio e também constante em seus argumentos e conceitos centrais. O que nos interessa destacar é como essa posição implica uma concepção de ato criativo a partir do sujeito como uma característica fundamental da sublimação em torno de um certo testemunho do vazio (Torezan; Aguiar, 2003, Ligeiro, 2021). Ela reproduz no âmbito da problemática o mesmo reposicionamento epistemológico e ético geral que essa vertente traz para o campo psicanalítico, implicando, no conceito específico de sublimação uma certa originalidade em relação a sua acepção original. De fato, estamos muito longe da ideia dinâmica de mecanismos e adaptações funcionais à realidade ou mesmo de uma posição valorativa moral no julgamento de mérito sobre a sublimação como uma realização social

específica. Nesse ponto talvez esteja o maior ponto de crítica dessa vertente às outras duas, pois a criatividade é pensada não tanto no que ela realiza e conquista, mas no que ela deixa de indicação como uma falha ou abertura. Isso implica uma certa postura de crítica, pelo menos na afirmação da singularidade em oposição a esforços de homogeneização e normatividade que possam vir do campo social. Considero importante frisar que na perspectiva lacaniana há essa comunicação, convocação e reconhecimento do vazio universal e constitucional da condição humana que se apresenta de forma sublime na arte: “É na arte que se entra em contato com o real e com a possibilidade de comunicação, além de haver a chance de firmar a solidão do desamparo humano e nesta característica não se sentir sozinho” (Weijenborg; Campos, 2019, p. 242).

Desse ponto de vista criar é então mais da ordem do perspectivar e ressignificar do que do consistir e por isso a dimensão mais objetual ou ideal dos processos sublimatórios é algo que fica em segundo plano em relação a essa concepção mais radical e fundamental sobre a condição humana. Sublimar então não é da ordem de instituir novos objetos ou ideais, nem de buscar melhor integração social e vinculação intersubjetiva, embora algo se comunique e nos tire da condição de desamparo.

Por fim, dessa compreensão particular de sujeito e do lugar fundamental da alteridade, é possível derivar uma *ética*, como vimos. Portanto, é no sentido de uma ressignificação ontológica que reposiciona uma ética do sujeito centrado na verdade do desejo, que é a de uma alteridade radical, marcado pela falta e pela diferença, que se configura o campo lacaniano e, por derivação, acaba marcando toda a tradição da psicanálise francesa.

Trabalhando a Partir das Diferentes Vertentes

Na medida em que a discussão sobre a sublimação foi se configurando nas diferentes vertentes psicanalíticas, observa-se a transposição de uma visão mais ortodoxa, centrada em uma compreensão psicodinâmica da personalidade, para considerar outras vertentes de aproximação, que, por vias diferentes, remetem aos processos de simbolização e aos destinos pulsionais em uma nova chave, incluindo uma concepção própria e original de sujeito, como foi frisado acerca desse paradigma.

Certamente é no campo psicanalítico francês que a problemática da sublimação acabou ganhando mais destaque, adentrando para uma compreensão mais propriamente contemporânea, em que o próprio legado lacaniano é posto em perspectiva. Veremos agora que encaminhamentos são possíveis a partir desse panorama.

Como indiquei acima, a originalidade da perspectiva lacaniana está em tomar os destinos da pulsão de morte no campo psicanalítico de uma forma particularmente revolucionária, no sentido forte da palavra, porque retoma a problemática e a transforma radicalmente a ponto de suplantá-la. Saímos do âmbito da pulsão para o registro do Real, bem como do objeto como representação ou relação de objeto para o objeto como negatividade. Estamos distantes da dinâmica funcional de defesas intrapsíquicas e das transformações de meta e de objeto para fins de satisfação. Estamos longe também da elaboração simbólica do luto pelo objeto primário e pela criação de um vínculo intersubjetivo com a realidade. Ainda assim, algo da noção originária e do “espírito” da sublimação permanece e é mesmo sublinhado: o mistério da criação do sublime e o seu apelo de comunicação.

Nesse sentido também temos um descolamento muito grande da questão do “valor” social ou da adaptação funcional à realidade. Certamente é fruto do avanço da perspectiva subjetal em direção a uma concepção ontológica e ética revolucionária sobre a subjetividade em psicanálise, na qual a diferença e a negatividade suplantam a essência e a positividade. Nesse sentido, a concepção de sublimação apenas ilustra bem a natureza da “coisa” que está

em questão. Contudo, podemos indagar sobre a relação dessa vertente de compreensão com a dimensão social e cultural e, para utilizar o termo mais específico dessa tradição, com o *laço social*. Os lacanianos utilizam o termo *laço social* para ressaltar esse movimento de bordejamento em torno do Real que os significantes fazem para construir redes discursivas que materializam e encarnam o “grande” Outro e, portanto, o corpo social é ordenado a partir de uma estrutura simbólica. É claro que há ainda o segundo Lacan enveredando pelo registro do Real e o campo do gozo, de onde vai se encaminhar mais especificamente a questão do *laço social* por meio dos discursos, do *sinthoma*, e assim por diante. De todo modo, a contribuição que ficou do legado lacaniano sobre a sublimação é bastante restrita e um tanto genérica, não tendo tanta relevância quanto outros conceitos do autor para sua compreensão de sujeito. Por fim, cabe ressaltar que essa concepção de sublimação em Lacan se dá justamente no momento da virada e do esgotamento da primazia do Simbólico.

Penso que a principal questão a se destacar da forma como o campo lacaniano aborda a problemática da sublimação é que a preocupação propriamente metapsicológica e psicodinâmica que marca a abordagem freudiana mais ortodoxa não é tão relevante. Isso se dá pelo motivo mais geral do reposicionamento epistemológico promovido por este autor, em que a própria noção de personalidade intrapsíquica é desconstruída em detrimento de uma subjetividade que é efeito de estruturas discursivas e articulações significantes que perpassam os registros de simbolização e também de subjetivação, ou seja, o corpo, o psiquismo e as instituições sociais.

Diante disso, é possível afirmar que o paradigma subjetal traz duas grandes originalidades para a discussão, que envolvem conceber um registro *transsubjetivo* para a configuração desse sujeito. A ideia de uma forma transsubjetiva para a alteridade foi proposta por Coelho Junior e Figueiredo (2004). De acordo com eles, a subjetividade não emerge de um núcleo isolado, mas é tecida por meio de diversas dimensões da alteridade que operam de

forma simultânea e não excludente. Os autores categorizam essas instâncias em quatro figuras fundamentais: a alteridade trans-subjetiva, que situa o sujeito em um horizonte histórico e cultural compartilhado; a alteridade interpessoal, caracterizada pelas trocas e papéis sociais estabelecidos na relação direta com o outro; a alteridade traumática, que se manifesta como a intrusão de um outro radical e inassimilável que interpela o ego antes de qualquer representação; e, por fim, a alteridade intrapsíquica, que reconhece o estranhamento e a multiplicidade internos ao próprio aparelho psíquico. Essa perspectiva transmatricial propõe que o amadurecimento e a saúde mental dependem da capacidade do sujeito de transitar entre essas diferentes formas de intersubjetividade, mantendo a abertura para o impacto do outro sem perder a coesão de sua própria singularidade. Podemos encontrar indícios dessas múltiplas dimensões no campo freudiano, como desenvolvi em outro lugar (Campos, 2007), mas o principal é que essas abordagens encontram pesos diferenciados nas diferentes matrizes do pensamento psicanalítico. Portanto, na perspectiva mais clássica da matriz freudiana a questão oscila entre a perspectiva pulsional, de caráter intrapsíquico, e a objetual, de caráter interpessoal. Já no paradigma subjetal, a marca do traumático e do transubjetivo se impõem.

Explicados os termos, vejamos agora o que isso implica. Em primeiro lugar, é pensar como se estrutura esse sujeito ou como se configuram suas relações em diferentes instâncias e registros de funcionamento. Nesse ponto a abordagem lacaniana traz um paradigma realmente novo, pois não se trata de pulsão versus objeto, ou de intrapsíquico versus intersubjetivo, ou de psicológico versus sociológico; mas sim da incidência do Outro em diferentes registros de subjetivação. O Outro é uma entidade abstrata impessoal e mesmo transcendental, compreendida a princípio e fundamentalmente nos termos do estruturalismo linguístico e antropológico. Isso quer dizer que o embate alteritário no nível dos “pequenos” outros, é secundário, sempre remetido à perspectiva de um ilusório e alienante imaginário.

Desse quadro de referência é que se depreende que a incidência do Outro é produtor de uma espécie de violência simbólica sobre o corpo, implicando a origem do circuito pulsional. Aí está, inclusive, a segunda contribuição do campo lacaniano para a compreensão da subjetividade, que é essa origem simbólica, alteritária e cultural para o sujeito, descolando-o de sua montagem natural entendida como necessariamente biológica. Portanto, essa visão transubjetiva e traumática do paradigma subjetal coloca a visão geral do ser humano em outra chave de leitura e interpretação, incidindo sobre a problemática da sublimação. Cabe ainda afirmar que essa contribuição não é exclusiva da perspectiva lacaniana, mas dá o tom para a psicanálise francesa em geral, estando presente igualmente em Laplanche e outros autores dessa vertente.

Penso que nesse sentido a contribuição lacaniana para a problemática da sublimação faz coro com outros autores franceses para a afirmação de uma dimensão propriamente originária dos processos pulsionais, na medida em que a sublimação indica um produto que remete à negatividade do objeto *a* e a própria natureza da pulsão. Essa ideia de sublimação está muito próxima da concepção geral de origem da pulsão, mas não se confunde com sua fonte. Na perspectiva lacaniana não há fortemente a ideia de que a sublimação é um processo de gênese da pulsão, tal como vimos em Laplanche. Há toda a discussão sobre o traço unário e outras marcas do Real, como os fragmentos de voz e do olhar, que levam a uma pulsão invocante, por exemplo, e em última instância o próprio objeto *a*, mas a compreensão metapsicológica desses processos não está apoiada diretamente na concepção de sublimação, principalmente no que diz respeito ao seu movimento regressivo, ou seja, que algo dessa alienação originária consista em uma sublimação. Como vimos, é antes no destino de produto sublimatório que se pode reconhecer algo da negatividade originária. Embora a ideia geral de que a pulsão seja sublimada desde o início esteja presente, não comparece como parte central do processo.

Mesmo assim, a concepção geral de um originário traumático certamente é uma tônica nas preocupações dos autores da psicanálise e mesmo das ciências humanas no campo da língua francesa. É o caso da ideia de violência simbólica e alienação ideológica que se expressam de forma mais clara com as ideias de Bourdieu e Althusser no âmbito da educação (Costa, 2003) e também de Jean Laplanche de uma teoria da sedução generalizada, na qual a situação antropológica fundamental é dada pela implantação da pulsão a partir do resto não metabolizado dos significantes enigmáticos que vem do outro (Campos, 2013b).

Dentro do contexto francês, este último autor nos interessa em particular. Em primeiro lugar porque embora influenciado e marcado pelos posicionamentos lacanianos que dão o tom da psicanálise francesa, sua concepção de alteridade é mais “personalística”, por assim dizer, compreendendo a dimensão encarnada dos objetos e a pluralidade das formas de significação, de forma a pensar a subjetividade em um registro mais próximo da metapsicologia freudiana. De fato, o retorno a Freud promovido por esse autor é bem mais ortodoxo do que o laciano, buscando derivar suas problemáticas de forma mais próxima ao fio condutor dos termos e concepções freudianas, embora com a mesma preocupação laciana e francesa de reparar o desvio biologizante promovido na psicanálise pela inflexão em direção a uma psicologia do ego (Laplanche, 1987/1992). Mas, em segundo lugar, esse autor tem também uma leitura muito particular sobre a sublimação, que indica, de forma paralela à laciana, a sublimação como um processo que remete ao *originário*.

Em outros trabalhos, bem como no capítulo anterior, apresentei de forma mais detalhada as contribuições laplancheanas à problemática freudiana da sublimação (Campos, 2013b, 2025). De forma bem sumária, a contribuição mais específica desse autor está em caracterizar a sublimação como a retroação da sexualidade sobre as funções autoconservativas, promovendo uma espécie de neoformação da pulsão. Trata-se de uma visão bem centrada no ponto de vista econômico da metapsicologia, ou seja, nas vicissitudes

do circuito pulsional, mas que também indica um posicionamento fundamental, que é a abertura para a *criatividade*. Trata-se de criar novas moções pulsionais, quebrando circuitos repetitivos de simbolização e destinação, abrindo para um potencial de realização que em última instância é negativo, pois da ordem de um resto que pulsa e demanda elaboração, não se esgotando em um produto ou objeto específico.

Em um texto mais recente sobre o assunto, Laplanche (2016) faz uma síntese bastante pertinente da problemática da sublimação e traz uma contribuição adicional ao debate. Trata-se do texto de uma conferência que foi publicada como capítulo em um livro de 1999 sobre as relações entre sedução e inspiração, portanto, já no contexto da teoria propriamente laplancheana sobre a subjetividade. Nesse texto o autor faz uma revisão crítica do conceito, avaliando a sua pertinência nos dias de hoje e indicando um caminho convergente com o nosso, na medida em que indica a necessidade de ultrapassar o quadro de referência restrito da teoria das pulsões na metapsicologia e resgatar a questão da “valorização do social” no contexto dos primeiros trabalhos de psicanálise aplicada, em especial nos freudo-marxistas. Nesse retrabalho, a tônica é pensar a própria civilização como um trabalho de sublimação, na medida em que a civilização é produto e expressão de *Eros*. Também implica reposicionar a questão em um novo contexto epistemológico mais propriamente “pós-moderno” em que múltiplos paradigmas e modelos de inteligibilidade podem ser integrados mais facilmente, sem a tentação do purismo teórico.

O argumento de Laplanche nesse texto vem no sentido de priorizar as passagens nos registros pulsionais que temos enfatizado como aspecto central nos processos de sublimação, Isso implica tomar a sublimação como um processo geral e elaboração psíquica e realização cultural no sentido da ligação e também do desligamento:

“Se compreendermos bem que o núcleo do Isso é a pulsão sexual de morte, esta fórmula poderia ser transposta da seguinte maneira: lá onde era a pulsão sexual de morte, Eros, a pulsão de vida, deve advir. Freud acrescenta que se trata de um ‘trabalho cultural, comparável à drenagem do Zuydersee’: isso nos indica explicitamente que o *conjunto deste processo psíquico*, que pode se chamar ‘ligação’, pode ser finalmente assimilado ao campo anteriormente chamado de sublimação.” (Laplanche, 2016, p. 40)

Para tanto faz um recenseamento dos aspectos metapsicológicos de transformação de meta e objeto, que já conhecemos e trabalhamos, mas insiste no ponto que tenho ressaltado: o fato de que a valorização social não é tanto uma questão de adaptação ou julgamento de valor mas um processo cultural, ou seja, um processo de elaboração pulsional que cria laços intersubjetivos e também sustenta realizações culturais. Propõe que as ligações consistentes do Eu em relação à realidade compartilhada se sustentam na associação e complementaridade entre a tendência unificante do narcisismo e a mediação dos códigos mito-simbólicos da cultura, em um verdadeiro processo de *aculturação*. Em outras palavras, o autor reconhece a amplitude da sublimação como um verdadeiro processo de elaboração psíquica e cultural. Ela diz respeito não apenas transformações no ponto de vista econômico, mas também implica os próprios processos de simbolização.

Por fim, e esta seria a contribuição original que eu gostaria de destacar, o autor retrabalha a clássica questão da oposição entre sintoma e sublimação, que herdamos da perspectiva freudiana ortodoxa. Nesse ponto, a mudança de perspectiva está em tomar não tanto o aspecto funcional e adaptativo como parâmetro, mas o próprio movimento em jogo no processo sublimatório. Isso implica a retomada da posição sobre a relação originária da sublimação com a fundação do inconsciente a partir da sedução generalizada e as mensagens

enigmáticas do outro, com o acréscimo de renomear esse momento de *inspiração*. O autor argumenta que mais do que pensar a sublimação como um destino pulsional que satisfaz e produz reconhecimento ao eu, ou seja um movimento do eu para a cultura, haveria também o movimento contrário e mais originário, que vem da cultura para o eu: a inspiração criativa que vem do campo da alteridade. Esse movimento entre produto sublimatório e inspiração sedutora é complementar. O processo criativo passa necessariamente por sua dimensão narcísica de satisfação, mas também pela sua abertura à alteridade representada no público que recebe a obra, sendo que em ambos algo permanece não metabolizado ou simbolizado:

“Há então abertura, no duplo sentido de *ser aberto por e estar aberto para*: abertura pelo encontro, que renova o traumatismo dos enigmas originários, abertura para, e, pelo público indeterminado, disperso no futuro.” (Laplanche, 2016, p. 51)

Considero essa citação muito importante para reposicionar a questão da negatividade tal como colocado pela perspectiva francesa. Laplanche de certa forma mantém a concepção básica lacaniana da manutenção de um resto irrepresentável, mas o coloca em uma perspectiva de alteridade mais personalizada ou mesmo “encorpada”, mas, de todo modo, intersubjetiva. Isso porque é no encontro com outros sujeitos que a diferença se sustenta. Penso que nesse ponto a tradição francesa sobre o sujeito encontra as melhores contribuições do paradigma das relações de objeto. Além disso, as considerações de Laplanche nos permitem avançar em direção a uma concepção mais processual de sublimação, que indicam mais claramente a sua relação com os processos de simbolização e de elaboração psíquica.

Neste ponto podemos fazer convergir também as contribuições de outro grande teórico da psicanálise francesa, André Green (2008, 2010). Trata-se de um autor ainda mais contemporâneo, na medida em que faz um diálogo interdisciplinar explícito com o campo das

teorias de relações de objeto, já que sua proposta de reorientação para a psicanálise contemporânea visa a integração explícita entre a linhagem subjetal e a objetar (Green, 2008). Nesse sentido, sua proposta faz convergir elementos das duas vertentes, por onde faz uma ressignificação do legado freudiano. Além disso, sua leitura também é muito marcada pela ideia de uma negatividade, convergindo então com a perspectiva lacaniana e laplancheana, além da própria tradição das relações de objeto, mas de uma forma bem mais ampla, expressa em sua concepção central de um *trabalho do negativo*.

Esse trabalho diz respeito a uma concepção multifacetada que aborda como as figuras da negatividade – a negação, a perda e a ausência – possuem um lugar fundamental na elaboração dos processos de simbolização e de constituição das estruturas e limites do aparelho psíquico. No contexto dessa discussão geral, que passa por uma série de fenômenos, desde a alucinação, a clivagem e o narcisismo, há também uma consideração sobre as vicissitudes no âmbito da sublimação, em que a grande modificação consiste em colocá-la agora ao lado da pulsão de morte, para enfatizar não só os aspectos masoquistas da desfusão pulsional, mas também as aberturas para a ausência como possibilidade de elaboração.

Para esse autor, o trabalho do negativo consiste em um conjunto de processos psíquicos fundamentais que operam em diferentes níveis e instâncias do aparelho psíquico com funções tanto estruturantes quanto desestruturantes. Eles visam a elaboração em representação e simbolização de aspectos das experiências de prazer e desprazer que se organizam em torno ou do excesso traumático ou das marcas da perda e da ausência. Isso se dá porque na tarefa de constituição das instâncias psíquicas são necessários múltiplos níveis de negatividade. Em primeiro lugar, o próprio excesso traumático dos impulsos afetivos, que precisam ser negativados por meio de processos de ligação em libido e representação em fantasia. Em segundo lugar, a elaboração da perda do objeto primário, que depende então da experiência e tolerância da ausência do objeto, por meio de expedientes como a alucinação

negativa e o desligamento. Em última instância, a própria lógica das defesas, buscando além do recalque formas de operar a negatização e a instauração de limites para o aparelho psíquico: forclusão, desmentido e, principalmente, a clivagem.

Em seu aspecto mais saudável, o trabalho do negativo permite a diferenciação entre o eu e o não-eu, a capacidade de suportar a frustração e a ausência, bem como o desenvolvimento da simbolização. Ele é crucial para a formação das instâncias psíquicas e para organizar o duplo limite do psiquismo em relação ao corpo e a realidade objetiva. Em seus aspectos patológicos, o trabalho do negativo pode levar a um desligamento radical, à anulação do desejo, à incapacidade de formar representações e à dissolução da própria unidade interna do sujeito. Isso é observado em casos de "loucura privada" e nos pacientes-limite, onde há uma dificuldade em criar laços e um predomínio de vazios psíquicos (Green, 2010).

Nesse quadro de referência, a sublimação é compreendida a partir da ideia geral de um trabalho do negativo e mais especificamente em torno das transformações no âmbito da pulsão de morte. Nesse sentido, o autor resgata o essencial da chave freudiana, pois são as transformações de meta e de objeto no âmbito das fusões e desfusões libidinais que estão em jogo nos processos sublimatórios. Porém, ele vai além da ideia de mera defesa ou de produto adaptado à realidade social, para apontar múltiplos níveis de operação desses processos. Basicamente ele irá associar as transformações sublimatórias em termos de processos de ligação pulsional, em contraste com os processos de *desligamento* associados à pulsão de morte e ao trabalho do negativo. Ela envolve a capacidade do psiquismo de criar novas ligações entre as representações e os afetos, permitindo a transformação e a elaboração. No entanto, ele também sugere que a sublimação, em certas condições, pode estar a serviço da pulsão de morte. Isso ocorre quando a busca pela perfeição, pela pureza ou pela abstração nas

produções sublimatórias leva a um desligamento excessivo dos afetos, da realidade e das relações objetais, no âmbito de um narcisismo negativo e de posições subjetivas masoquistas.

Além disso, a sublimação está ligada à capacidade de lidar com a perda do objeto. O objeto “sublime” ou a realização sublimatória pode ser uma forma de criar algo novo que, de alguma forma, substitui ou elabora a ausência do objeto original. Por isso, podemos afirmar que para este autor a sublimação não é um mero desvio de energia, mas um processo de transformação da qualidade da energia pulsional e de seus objetos. Ela implica uma dessexualização e desobjetalização das pulsões, permitindo que elas se invistam em novos alvos que não são diretamente sexuais ou agressivos, mas que ainda assim proporcionam um tipo de satisfação.

Isso implica mais particularmente a ideia de desligamento e de sustentação da ausência - ponto no qual particularmente se apoia nas ideias winnicottianas que apresentamos acima. Pode-se então entender que a sublimação consiste no auge do trabalho do negativo em sua função civilizatória. Diferente daquele “negativo radical” que leva ao desinvestimento e à psicose, o negativo na sublimação opera como uma espécie de suspensão, o que envolve uma possibilidade de reserva e de temporalização. Assim, o negativo desliga-se da meta sexual direta e o vazio deixado pela renúncia pulsional é preenchido pela atividade simbólica em uma busca de figuração e representabilidade. Isso implica também o reinvestimento narcísico, pois a sublimação permite que o eu recupere a libido que foi perdida na renúncia ao objeto primário, transformando-a em idealização estética ou intelectual (Green, 2010).

Por fim, o autor defende caminhos progressivos e regressivos no processo sublimatório, possibilitando o reconhecimento de que as pulsões estão na origem de toda atividade subjetiva (individual e social). Nesse sentido, endossa essa visão processual e relacional sobre a sublimação que temos tentado desenvolver no percurso da teorização psicanalítica:

“O ponto mais notável de nossa exposição é a descrição do que denominamos de *função objetalizante*, e seu antagonista, a *função desobjetalizante*. (...) Esses termos, ligação e liberação, devem ser concebidos sob o duplo ângulo das ligações internas ao Ego e aos objetos internos, assim como das ligações que unem o Ego aos objetos externos. (...) Mas a função objetalizante pode se manifestar também quando há sublimação ou na produção dos objetos transicionais que nascem a partir do espaço intermediário (Winnicott). O objeto da sublimação não é o livro, é a leitura.” (Green, 2008, p. 151)

Em sua apreciação das diversas reverberações da sublimação na teoria freudiana, ele indica as múltiplas entradas que temos abordado, dando ênfase a uma perspectiva teórica que coloca a sublimação também ao lado das pulsões de morte, ou mais especificamente, em seus efeitos negativos. Diferentemente de Laplanche, que considera todas as pulsões sexuais, este autor, em uma perspectiva mais alinhada à metapsicologia clássica, mantém a tensão entre *Eros* e *Tânatos*, insistindo que os movimentos de dessexualização promovidos pela sublimação são verdadeiras negações da sexualidade, ao que ele indica que “tenderia a qualificar a sublimação de ‘negsexualidade’, do mesmo modo que se diz neguentropia” (Green, 2010, p. 240).

Cabe ainda indicar o destaque que o autor dá para a dimensão regressiva dos processos sublimatórios, que indicamos como uma via importante para a produção do mal-estar, que é a incidência do ideal de eu e do superego para a formação da sublimação em termos de disjunção e desobjetalização. Portanto, há uma relação sublimatória positiva da relação com o eu e os ideais que promove saídas integrativas em direção à cultura, mas também há a incidência das pressões desses mesmos ideais impactando sobre os

investimentos e identificações que mantêm a regulação narcísica dos sujeitos. Assim, podemos dizer que Green endossa a nossa compreensão de que no âmbito da sublimação secundária há também movimentos regredientes de dessexualização como uma dimensão implícita: “E há outros exemplos que confirmam essa hipótese dos efeitos da sublimação como provocando regressões narcísicas autodestrutivas” (2010, p. 246).

Ainda no âmbito de contribuições contemporâneas ao quadro de referência freudiano, encontramos outras indicações importantes sobre mecanismos e dinâmicas que estão implicados nos processos sublimatórios. No que diz respeito à regulação narcísica dos ideais, Mijolla-Mellor (2010), aborda outras formas de “trabalho do negativo” nesse jogo, em particular o processo de desidealização e desidentificação com o objeto. Como visto no capítulo anterior, há algumas diferenças metapsicológicas entre idealização e sublimação, a começar pela ideia freudiana básica de que a idealização ocorre às expensas de um engrandecimento do objeto, enquanto a sublimação seria propriamente uma destinação. Esses processos não são díspares, na medida em que a sublimação pode ser orientada pelos ideais. Decorre daí a noção, altamente explorada pela perspectiva das relações de objeto, de que é necessário fazer o luto pela perda do objeto idealizado, no movimento de reparação e destruição, para que haja uma internalização deste como ideal do eu e, ao mesmo tempo, um descolamento dele como objeto. Em outras palavras, há nos processos de elaboração psíquica próprios do desenvolvimento de uma posição de sujeito o movimento de descolamento do objeto e de transformação da meta de satisfação, o que se dá por meio de mecanismos sublimatórios dinamizados por ideais.

As contribuições dessa autora são muito convergentes com a leitura que temos proposto, confluindo com muitos dos pontos que temos retomado em nossa espiral de problematização. Um ponto que nos interessa particularmente destacar é a ênfase na

negociação narcísica como critério e palco dos processos sublimatórios, o que retoma então a questão do segundo tempo da sublimação:

“As atividades sublimadas podem ser intensamente valorizadas pelo grupo social de pertinência, ignoradas por ele ou rejeitadas e condenadas. O critério que fará delas sublimações nos remete a essa negociação interna do sujeito com seu narcisismo e suas instâncias ideais”. (Mijolla-Mellor, 2005, citada por Loffredo, 2014, p. 359)

A autora considera então esse duplo movimento sublimatório que temos apontado, enfatizando as forças de erotização como contraponto à tendência regrediente mais originária. Mais especificamente, traz também para o centro da problemática a questão que apontamos anteriormente sobre a temporalização e a narratividade própria aos processos de elaboração. Nesse sentido, ela endossa dentro da questão da relação entre o eu e o ideais culturais a proposição específica sobre a desidentificação com o ideal como uma forma criativa de saída sublimatória, indicando o expediente do humor como a forma pela qual essa desidentificação se opera:

“É o modelo do humor que permite melhor compreender o trabalho de reconstituição sublimatória do eu no eu, porque ele constitui uma vitória contra o que normalmente deveria levar à depressão, ao sentimento de injustiça ou de vazio. Nesse sentido, não é exagerado dizer que toda escolha sublimatória efetua-se contra o deslizamento em direção à via mais direta, a da morte”. (Mijolla-Mellor, 2010, p. 504)

Por fim, esse tipo de encaminhamento envolveria um verdadeiro trabalho de sublimação, que se associa diretamente a outros processos que a metapsicologia costuma descrever:

“A sublimação está, na verdade, ligada ao investimento de um tempo futuro e ao trabalho para conseguir isso. Essa é a razão pela qual se pode legitimamente aproximar a sublimação desses momentos de reelaboração identificatória que constituem o trabalho de luto, o do humor, o tempo do período de latência, bem como o da cura psicanalítica.” (Mijolla-Mellor, 2010, p. 503)

Essas considerações confluem com a perspectiva de Green, pois o autor também faz uma densa discussão sobre os efeitos objetalizantes e desobjetalizantes por meio das relações entre eu e o ideal, buscando demonstrar o jogo entre destruição, reparação e criação que ele implica. Isso envolve pensar a complexidade do duplo limite do aparelho psíquico, em que os ideais comparecem como mediadores pela busca de objetos que estão simultaneamente “dentro e fora”, por assim dizer, em arcos pulsionais que são, necessariamente, somáticos, psíquicos e sociais. Encontramos assim o ponto derradeiro que temos destacado como necessário de resgate na compreensão da teoria freudiana da sublimação, que é a necessidade de pensar os destinos pulsionais em direção à cultura.

Como se pode notar, o encaminhamento da questão na psicanálise francesa contemporânea parece ser bastante útil e enriquecedor para a atualização da problemática da sublimação. Um último ponto que eu gostaria de indicar é justamente a ênfase que esses autores dão ao que hoje em dia se concebe mais claramente como *processos de simbolização* e a ideia de tomá-los como um eixo central para a compreensão da subjetividade e da própria clínica psicanalítica.

Nesse sentido, entendo que há uma confluência muito grande com a tradição das relações de objeto, na medida em que desde Klein a sublimação se constitui então como condição de simbolização e vinculação intersubjetiva e realização sócio-cultural. Autores como Laplanche, por meio de sua ideia geral de metabóles e transcrições sucessivas, e Green, por meio de sua ideia de função objetalizante e desobjetalizante, tomam esses processos de forma central.

Um outro autor que faz esse movimento de resgate e reposicionamento dos processos de simbolização no contexto da psicanálise contemporânea é René Roussillon, que o faz de uma forma bastante interessante para nosso próprio percurso sobre a teorização em psicanálise na medida em que, além de dialogar diretamente com a tradição das relações de objeto, em especial Winnicott, também caracteriza os processos de simbolização diretamente a partir da referência a teoria da representação freudiana, com sua concepção de associatividade entre representações de coisa e de palavra. Nesse sentido, também dialoga diretamente, embora não explicitamente, com Laplanche, que utiliza o mesmo esquema freudiano de três níveis de inscrição mnêmica (traço perceptivo, representação de coisa e representação de palavra) para pensar os processos de significação no aparelho psíquico.

A obra de René Roussillon encontra uma sistematização bastante pragmática em seu *Manual da prática clínica em psicologia e psicopatologia* (2019), onde sua proposição de extensão da metapsicologia freudiana para abarcar as chamadas “situações-limite” e os sofrimentos narcísico-identitários se coloca de forma programática e instrumental. Para esse autor, a clínica contemporânea exige uma escuta que não se restrinja às associações verbais em regime de processo secundário, mas que seja capaz de acolher a *polifonia* da psique, incluindo as linguagens do corpo e do ato.

No que nos interessa destacar, o cerne de sua teorização está na complexificação do conceito de simbolização, o qual o autor divide fundamentalmente em dois tempos lógicos e

cronológicos: a *simbolização primária* e a *simbolização secundária*. A simbolização primária constitui o alicerce da vida psíquica. Ela diz respeito à primeira transformação dos traços mnêmicos perceptivos e das impressões sensorio-motoras em representações de coisa. Diferente da concepção clássica que associa a simbolização fundamentalmente à ausência do objeto, Roussillon argumenta que a simbolização primária ocorre na *presença* do objeto e através da interação com ele, seguindo assim uma perspectiva mais winnicottiana. Neste estágio, a materialidade do corpo e a sensorialidade são protagonistas. Para que a experiência bruta se torne psiquicamente representável, o sujeito necessita de um objeto e ambiente que funcionem como um *meio maleável*. Este meio deve ser capaz de receber as impressões do sujeito, sobreviver à sua destrutividade e refletir a experiência de volta para ele, permitindo uma apropriação subjetiva. Quando esse processo falha, a experiência não é simbolizada, restando como traços perceptivos brutos, muitas vezes expressos na clínica através de agires, somatizações ou alucinações sensoriais. Já a simbolização secundária corresponde ao domínio da linguagem verbal e da representação de palavra. Esse é o nível clássico da interpretação psicanalítica, onde o sujeito torna-se capaz de narrar sua experiência, estabelecendo conexões lógicas, simbólicas e temporais entre passado, presente e futuro.

Assim, enquanto a simbolização primária dá forma à matéria psíquica em processos da ordem da *figurabilidade* (como nos processos oníricos e alucinatórios), a simbolização secundária permite a tradução e o compartilhamento social dessa experiência na forma de *narratividade*. Essa passagem pressupõe o trabalho do negativo e a capacidade de suportar a ausência do objeto, operando um desligamento parcial da sensorialidade imediata em favor da abstração e do pensamento reflexivo:

“Para terminar este capítulo, quero lembrar que a existência de um nível de simbolização secundária, que se efetua a partir do aparelho de linguagem verbal, não

faz com que desapareçam os outros níveis de linguagem - o corpo e seu gestual, suas posturas, as expressões do rosto -; eles acompanham e frequentemente até são necessários à troca e à comunicação humana, contribuem para conceder a ela o seu matiz sensorial e afetivo: a expressividade humana é polimorfa e só se concebe como tal. É justamente por isso, como já evocamos, que a escuta clínica da associatividade-dissociatividade/narratividade psíquica deve ser ‘plural’ e ‘polimorfa’.” (Roussillon, 2019, p. 195).

Em termos clínicos, a proposta do autor tem o mérito e a intenção de buscar suplantiar certos impasses terapêuticos das formas contemporâneas de sofrimento psíquico, que operam sobretudo em problemáticas narcísico-identitárias (Roussillon, 2012), em que estão em jogo sobretudo níveis de simbolização primária ou, pelo menos, deficiências na simbolização secundária. Isso se dá pela centralidade de questões sobre consistência estrutural do eu e a incidência de dinâmicas da ordem do trauma e do não-simbolizado. Nesse sentido, o autor destaca que muitos impasses terapêuticos ocorrem porque o paciente é convidado a operar em nível secundário, ou seja, “falar sobre o trauma”, sem ter constituído as bases primárias daquela experiência. O trabalho clínico fundamental, portanto, consiste frequentemente em restaurar ou construir a simbolização primária. O analista deve atuar não apenas como intérprete do sentido oculto, mas como um verdadeiro objeto mediador e transformador que, através do enquadre e de sua presença viva, permite que experiências sensório-motoras não integradas ganhem figurabilidade e, posteriormente, acesso à palavra.

Nesse sentido é que ganha destaque e peso o papel dos objetos humanos no agenciamento desses processos de simbolização do sensível para o inteligível, o que se configura então na clínica e em seus diversos dispositivos por meio da ideia de uma *simbolização terciária*. A simbolização terciária é aquela que acontece na mediação

relacional que permite a passagem entre os processos primários e secundários de simbolização. Isso se dá necessariamente nas relações intersubjetivas e em seus suportes materiais, ou seja no compartilhamento da experiência sensível e nas relações interpessoais. Com isso a simbolização terciária configura um modo que não se restringe à dimensão intrapsíquica, inscrevendo-a necessariamente no campo social e cultural. É nesse ponto que podemos relacionar os processos de simbolização terciária com os destinos sublimatórios e, principalmente, entender que esses ‘produtos’ são resultantes de um processo de simbolização e elaboração que é necessariamente intersubjetivo e também criativo. Podemos então entender que a simbolização terciária é aquela que permite a passagem da simbolização para o ‘uso’ do objeto, aquela que permite o encontro entre o que o sujeito cria e o que ele encontra no mundo exterior, abrindo caminho para a sublimação e a partilha cultural.: “É nesse jogo complementar de processos primários e secundários que a sublimação encontra todo o seu sentido e sua melhor inteligibilidade metapsicológica” (Roussillon, 2010, p. 256).

Isso reitera o ponto que tem sido ressaltado desde o começo deste capítulo e que agora se torna mais inteligível: *a sublimação não é apenas um mecanismo de defesa bem-sucedido ou um destino que encontra um objeto adaptado, mas o ápice de um processo de elaboração das demandas pulsionais que passa pela simbolização da experiência e o trabalho sobre o negativo de forma ativa e criativa, em uma gestão da economia libidinal entre narcisismo e cultura.*

Encontramos assim pela via da psicanálise francesa não alinhada necessariamente a escola lacaniana uma via frutífera de articulação de nossa problemática. Certamente muitos outros autores poderiam ser convocados para a composição dessa discussão e se nos restringimos a estes foi, para além de um critério pessoal de familiaridade, o fato que se mantêm relativamente próximos das balizas freudianas e do campo de problematização tal qual se organiza nas grandes vertentes das escolas. No entanto, cabe reconhecer que já nos

aproximamos perigosamente de nosso próximo período histórico, adiantando a caracterização para o nosso terceiro ensaio.

Avançando agora no tempo de concluir, espero ter podido apresentar de forma minimamente plausível que o encaminhamento da problemática da sublimação na era das escolas, na medida em que avança para uma teorização mais contemporânea, acaba por resgatar indicações de leitura mais próximas à compreensão do campo freudiano em sua complexidade original e em suas linhas de fuga.

Embora no geral haja uma certa preponderância da leitura lacaniana no ambiente acadêmico nacional e em uma certa difusão para a discussão com as artes, entendo que o caminho para compreensão da problemática da sublimação precisa passar por outras veredas. Nesse sentido, autores da psicanálise francesa contemporânea, embora mantenham a tônica da concepção fundamental que se apresenta no paradigma subjetal, a saber, uma criatividade originária a partir de uma condição negativa, eles os fazem por caminhos originais em relação ao legado lacaniano e ligeiramente distintos entre si. Enquanto Laplanche enfoca mais a questão da inversão de perspectiva sobre a concepção de sujeito, para ressaltar o papel da alteridade na sedução e inspiração que desperta a fagulha da criação, a concepção de Green retorna às transformações no âmbito dos processos e mecanismos nas articulações entre os limites do psiquismo, mas ressaltando as transformações nos destinos da pulsão de morte. Enquanto Mijolla-Mellor ressalta o trabalho de identificação e desidentificação em relação aos ideais, Roussillon indica mais claramente o peso dos processos mediadores relacionais na forma de simbolização terciária. De todo modo, pode-se afirmar que todos contribuem para a ampliação da teoria da sublimação, endossando a ideia de um nível originário da sublimação e das múltiplas passagens entre erotização, dessexualização e mortificação nesse processo. Podemos também reconhecer que esse segundo giro de nossa problemática reencontra o campo que caracterizamos no ensaio anterior, permitindo uma melhor compreensão da

pluralidade e diversidade do que está em jogo os processos de simbolização secundária, conforme a terminologia de Loffredo (2014), ou dos processos efetivos de sublimação, como indiquei.

Concluindo nossa própria discussão, podemos então afirmar que esses encaminhamentos da problemática da sublimação implicam uma verdadeira mudança de paradigma sobre o lugar desse conceito na compreensão da “visão de mundo” psicanalítica. Essa mudança de paradigma se confirma apenas no contexto da era contemporânea da psicanálise, como veremos melhor no capítulo a seguir.

Por enquanto é importante indicar que a clínica atual sobre as psicopatologias contemporâneas se dirige a níveis narcisistas da personalidade, como bem desenvolveram Green (2008, 2010) e Roussillon (2012, 2019). Nesse nível, são cruciais os efeitos dos impulsos violentos e das experiências traumáticas sobre a regulação do eu e dos ideais, bem como a falha nos processos de simbolização, sendo comum relacionar o domínio narcisista e os processos de simbolização à regulação das relações objetais. Essa questão da dinâmica do eu também é geralmente entendida em termos da constituição de um sujeito. Por sujeito, entendemos não apenas o sentido do eu, mas sua condição de agente mobilizado pelo desejo inconsciente. É bem estabelecido na área que o tipo contemporâneo de sofrimento implica alguma recuperação dessa condição subjetiva, tanto no nível sintomático quanto psicossocial (Birman, 2010). Nesse sentido, é comum indicar a objetificação, o fetichismo e a perversão dos laços sociais na cultura contemporânea do narcisismo, mas não é muito comum reconhecer que essas dinâmicas também sejam chamadas de sublimação. Fazer aparecer melhor a problemática da sublimação na psicanálise contemporânea e no contexto brasileiro será a tarefa a seguir.

Em suma, os destinos da sublimação no campo psicanalítico na era das escolas acabam se encaminhando para uma consideração desse conceito em uma dimensão originária

e fundante, que remete a um trabalho complexo de elaboração e realização frente ao nosso desamparo. Nesse sentido, a ideia que colocamos no capítulo anterior da pertinência de uma sublimação *originária* ganha sua devida legitimidade e reconhecimento. Assim endosso a afirmação de Ungier como representativa do cerne da posição sobre essa temática nos dias de hoje, que é reconhecer no movimento sublimatório “mais do que a base de toda e qualquer criação, ética e estética, e sim o caminho ímpar para o sujeito recriar, a cada momento, o mundo e a si mesmo, ainda que diante do desamparo primordial” (2011, p. 67).

Considerações Finais

Ao fim desse percurso, espero ter estabelecido uma caracterização mínima dos destinos axiais que a concepção de sublimação encontrou no movimento psicanalítico na era das escolas. Pretendo ter demonstrado que, em primeiro lugar, a concepção de sublimação não pode ser restrita a um mecanismo de defesa adaptado à realidade em oposição aos sintomas. Essa perspectiva meramente descritiva reduz o potencial do conceito em fundamentar uma compreensão dos modos de constituição e manutenção dos laços e vínculos sociais. Em segundo lugar, pretendi indicar que de formas muito distintas a perspectiva kleiniana e lacaniana avançam em relação à concepção tradicional do paradigma pulsional estrito, saindo de uma perspectiva psicológica de economia da libido sexual para considerar a dimensão que escapa aos processos de simbolização a partir das exigências pulsionais mais amplas e originárias. Isso quer dizer que por esse caminho é possível sair de uma visada puramente funcional para uma perspectiva mais relacional e mesmo existencial, embora por vertentes muito diferentes e que não se articulam facilmente.

Tanto a perspectiva kleiniana quanto a lacaniana conseguem ultrapassar a dimensão intrapsíquica e tematizar o que escapa à representação, mas a perspectiva objetal e subjetal

trazem saídas bem distintas e isso implica também a concepção de sublimação. Ambas acabam por ressaltar a sublimação como efeito de processos de simbolização em que algo escapa e por isso mesmo é criativo, indicando um trabalho de elaboração sobre a perda e a falta. O principal é que por mais que elas renovem a concepção de sujeito no sentido de *persona* encarnada, elas falham na consideração de aprofundar a noção de que a criação de si também implica a criação e vinculação com o outro. Isso envolve não apenas o outro intrapsíquico como em Klein (o outro objeto) ou o outro transubjetivo e impessoal como em Lacan (o Outro), mas o outro intersubjetivo e interpessoal que é vínculo ou laço. Trata-se do sujeito vivo, concreto e singularizado; respaldado e fundamentado coletivamente.

Sugeri um caminho de integração possível em autores da tradição francesa não necessariamente alinhada com a escola lacaniana. Embora mais freudianas em sua configuração metapsicológica e em diálogo com o paradigma objetal, ainda se aproximam em linhas gerais da interpretação lacaniana sobre a sublimação, porém reposicionando-a sobre uma certa concepção originária, negativa e criativa de sujeito a compreensão desse processo. Nesse sentido, podemos afirmar que há um estilo propriamente francês de compreensão dessa problemática, que a toma principalmente a partir de sua dimensão negativa. O adágio de elevar o objeto à dignidade da coisa, embora possa ser nomeado de outras formas, ainda permanece um eixo central da compreensão de sublimação na tradição francesa.

Contudo, essa abordagem da cultura como repositório de significantes que se organizam como laços sociais discursivos, não adentra muito facilmente e imediatamente para uma perspectiva do social como vínculos intersubjetivos, o que levaria propriamente a registros da coletividade e da grupalidade como o que constitui e mantém instituições sociais. Essa visão desencarnada e abstrata dificulta o acesso ao conflito no âmbito das relações sociais, quando entendido a partir da materialidade e concretude da dimensão econômica e de poder, ou seja, a luta de classes e entre estados-nação, com seu agenciamento ideológico. Em

outras palavras, a dimensão propriamente política da subjetividade é algo que na ortodoxia lacaniana encontra restrições, embora, por outro lado, é justamente no campo psicanalítico e acadêmico francês e a partir desse mesmo movimento que irá encontrar seus maiores desdobramentos e interlocuções, como ainda veremos na sequência desta tese.

É nesse sentido que o aporte da vertente das relações de objeto pode ser um contraponto interessante à problemática da sublimação. Isso porque a compreensão de alteridade nessa outra vertente se coloca em termos propriamente intersubjetivos, de forma tal que a concretude da formação de vínculos se coloca de forma mais imediata. Há aqui uma dimensão positiva da sublimação, na medida em que ela se presentifica na constituição de relações de objeto, por meio de uma posição de reparação simbólica. Do mesmo modo, as vicissitudes das dinâmicas sadomasoquistas, como formas de agenciamento da economia das pulsões de morte, elaboram-se a partir da perda e da ausência em direção a uma vinculação criativa com a realidade. Podemos reconhecer então nas contribuições de Green e Roussillon sobre o trabalho do negativo e os processos de simbolização os ecos de uma vertente britânica das relações de objeto. Contudo, a dimensão grupal e institucional desses processos é algo que não costuma receber tanta ênfase nos autores mais clássicos, embora certamente tenha um destaque nas preocupações de autores da América Latina.

Trata-se então de configuração subjetiva de espaços, relações e temporalidades para além da integração “bio-psico-social” ou de uma criatividade puramente estética. Nesse sentido, é trabalho de ligação e elaboração produzindo *realizações* e fazendo *acontecimentos*, no contexto de uma concepção verdadeiramente psicossocial de subjetividade.

Diante disso, se avança de uma mera defesa para um processo de simbolização e vinculação que resgata o potencial de um verdadeiro destino pulsional. Isso nos aproxima da consideração de um horizonte traumático de desamparo originário e da sublimação como um destino em direção à alteridade. Contudo, o pleno desenvolvimento disso é um trabalho que

ainda está sendo realizado no campo da psicanálise contemporânea e uma abordagem mais pormenorizada disso será feita na sequência. De qualquer forma, espero ter podido nesta apresentação panorâmica ter demonstrado a riqueza da problemática da sublimação no campo psicanalítico escolástico, defendendo que se trata muito mais do que uma questão sobre o nível de adaptação de um mecanismo de defesa, o que faz da abordagem freudiana tradicional da vulga “psicologia do ego” poder ser considerada de fato anacrônica. Contudo, a principal desafio para a psicanálise contemporânea, continua sendo a necessidade de repensar a sublimação no âmbito da sociabilidade e dos vínculos sociais.

CAPÍTULO III - A SUBLIMAÇÃO À PROVA DO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

Introdução

A sublimação é um dos conceitos metapsicológicos fundamentais para compreender a articulação entre indivíduo e cultura em psicanálise. Sua definição mais clássica e conhecida, é a de ser o destino pulsional em que há modificação da meta e do objeto de satisfação da pulsão por meio de um objeto reconhecido e valorizado socialmente, distinguindo-se dos outros destinos pulsionais, a saber, o recalque, o retorno sobre o eu e a reversão em seu oposto. Seguindo esta caracterização, muitas vezes a sublimação é tomada como a possibilidade de transcendência da repetição dos roteiros fantasísticos e sintomáticos, alcançando então a representação de um objeto substituto que é reconhecido no âmbito extrapsíquico da realidade socialmente compartilhada. Isso indicaria uma saída mais adaptativa e integrativa para o desejo em contraposição a saídas desadaptativas e sintomáticas. Vimos no capítulo anterior como essa vertente de interpretação se consolidou na ortodoxia psicanalítica da era das escolas. Contudo, essa perspectiva de abordagem é estreita e não faz jus à complexidade da temática da sublimação desde a obra de Freud e, certamente, não acompanha os desenvolvimentos e elaborações que se produziram em outras vertentes do campo psicanalítico.

A noção de sublimação tem um escopo bem mais amplo na psicanálise, já que além de um destino pulsional, está intimamente articulado à constituição do eu e de seus ideais, além da formação de vínculos sociais. Nesse sentido, é um conceito metapsicológico que está implicado nos níveis descritivos econômico, dinâmico e tópico, além de ser um dos fundamentos para pensar a relação do desejo com a cultura. Assim, pode-se afirmar que a

sublimação é um conceito fundamental na psicanálise. Contudo, trata-se de uma concepção que ganhou pouca evidência, desenvolvimento e sistematização na obra freudiana, aparecendo em diferentes níveis e com diferentes encaminhamentos, formando mais um mosaico de indicações do que propriamente uma teoria, configurando uma espécie de uma encruzilhada em que se encontram a teoria, a clínica e a cultura.

Em trabalhos anteriores (Campos; Loffredo, 2019; Campos, 2021, Campos, 2025), os quais foram reapresentados de forma ampliada nos capítulos precedentes desta tese, desenvolvi os dois primeiros momentos dessa problemática. No campo estritamente freudiano, abordei os dois modelos de sublimação que se constituem na obra do fundador da psicanálise, ressaltando a necessidade de integração no âmbito metapsicológico entre os momentos de uma sublimação primária, de cunho erotizante e narcísico, e uma sublimação secundária, de cunho dessexualizante e edípico. Indiquei também a necessidade de se resgatar uma dimensão mais originária para pensar o encaminhamento da problemática no plano dos processos de sublimação.

Abordei também como no campo psicanalítico pós-freudiano da era das escolas a sublimação é tomada por perspectivas muito diferentes que se sustentam em interpretações e recortes do legado freudiano diversas e que não se articulam facilmente entre si. Assim, permanecem ainda algumas concepções mais diretas e imediatas sobre o conceito. Foi o caso da vertente mais ortodoxa, em que ela é tomada como um mecanismo de defesa bem adaptado, que tem como produto um objeto cultural valorizado socialmente, indicando um parâmetro de saúde e mesmo de cura. Curiosamente, o peso dessa noção contrasta com a sua característica descritiva mais essencial e pungente: a sua condição etérea, sublime e inefável.

Outras vertentes no campo psicanalítico, contudo, trazem aportes mais originais com relação à sublimação, nos quais a dimensão criativa e negativa desse conceito são mais evidenciadas. A sublimação, na perspectiva kleiniana, está referida a reparação simbólica

diante da elaboração da posição depressiva, e na lacaniana, ao que por meio do objeto se comunica do que escapa ao sentido no registro simbólico-imaginário. Ambas as perspectivas, por caminhos diferentes, saem da noção mais restrita de um produto adaptativo à realidade objetiva, para pensar a própria constituição da realidade cultural humana. Trazem, portanto, implicações para um posicionamento mais radical com relação ao potencial do conceito para pensar as vicissitudes da condição humana enquanto uma existência necessariamente psicossocial.

Esses modelos teóricos, produzidos ao longo dos momentos históricos, convergem para a pluralidade dessa problemática no campo psicanalítico hoje. Esse percurso aponta para a necessidade de pensar a sublimação como um mecanismo paradigmático para a compreensão do destino das pulsões no âmbito sociocultural e no contexto de uma *psicanálise aplicada*. Esse termo refere-se à caracterização originalmente proposta para os expedientes de aplicação do método e das categorias conceituais da psicanálise para a compreensão de fenômenos sociais e culturais. É uma dimensão importante e central no movimento do pensamento freudiano, constituindo uma fonte legítima do saber psicanalítico. Embora muitas vezes mal compreendida e relegada a um plano secundário de importância no desenvolvimento teórico e prático do campo, encontra resgate e relevância na psicanálise contemporânea, na medida em que uma visão mais ampla e crítica da subjetividade humana tende a se configurar. De fato, pode-se considerar que para além do modelo padrão de clínica psicoterápica ou de consultório, a escuta psicanalítica ganha na atualidade uma extensão tanto no âmbito das práticas de saúde no sentido ampliado quanto na interlocução com o campo social mais geral, de modo tal que se pode afirmar que a clínica ampliada e a psicanálise aplicada constituem dois vetores importantes para o campo psicanalítico contemporâneo (Campos, 2010).

Nesse contexto, uma psicanálise mais orientada por uma perspectiva de crítica social e compromisso político com o sofrimento humano é uma vertente importante e original da psicanálise brasileira, a qual se constituiu e se adensou de forma mais clara na passagem para o século XXI, a partir de alguns núcleos de formação e autores centrais, ligados à inserção institucional da psicanálise na universidade, em especial por meio do trabalho em programas de pós-graduação. O eixo de interlocução entre Rio de Janeiro e São Paulo, por meio de suas universidades católicas e públicas (PUCs, UFRJ, UERJ e USP), produziu muitas das contribuições para o debate que permitiu estabelecer os fundamentos de uma psicanálise orientada para as questões sociais e assentada em uma perspectiva mais crítica sobre a condição cultural humana.

Contudo, curiosamente a discussão sobre a sublimação não costuma ganhar um lugar de destaque no meio psicanalítico nacional. Isso se dá pela visão geral de que a problemática da sublimação constitua uma questão ultrapassada, na medida em que a própria articulação do circuito pulsional entre natureza, psiquismo e sociedade - no qual a sublimação constituiria um elo de ligação - perde relevância diante de uma concepção geral de sujeito na qual essas passagens não são consideradas uma questão, pois são, na verdade, pensadas de outra forma. Concomitantemente, a própria noção de desejo se amplia e diversifica, perdendo a referência estrita da sexualidade e mesmo do corpo como modelos paradigmáticos, fazendo com que a questão central para a sublimação – múltiplas operações de dessexualização e sexualização – se torne menos relevante. Em outras palavras, na medida em que a noção de psiquismo individual se dilui em uma concepção psicossocial de subjetividade na qual a própria vida pulsional se configura no plano dos sentidos discursivos, a problemática da sublimação torna-se menos relevante.

Não obstante, alguns autores do campo psicanalítico brasileiro têm se destacado na proposição de contribuições teóricas relevantes para a problemática da sublimação. São em

geral autores orientados ou influenciados pela tradição francesa de psicanálise e estudos psicossociais, embora não necessariamente filiados institucionalmente ao campo lacaniano. Entendo que a segunda teoria freudiana da sublimação seja um operador essencial para esse debate e percebo um caminho convergente de ideias que indicam um eixo de desenvolvimento muito pertinente para pensar as questões da atualidade.

A questão do mal-estar na atualidade a partir de uma perspectiva psicanalítica passa por múltiplos fenômenos e processos psicossociais, que abordei em maior profundidade em outros trabalhos (Campos, 2016, Campos; Menezes; Bocchi, 2020), mas converge para alguns pontos centrais.

O primeiro é justamente a discussão de uma psicanálise à prova dessa sociabilidade contemporânea, distante de referenciais modernos de compreensão do eu psicológico e dos imperativos morais e culturais, em que a dimensão edípica de incidência de uma lei paterna se dilui nas questões narcísicas e identitárias, produzindo novas formas de sofrimento psíquico que demandam um reposicionamento geral da prática clínica. Nesse contexto mais geral se destaca a necessidade de repor a questão freudiana fundamental sobre como lidar com o mal-estar intrínseco à condição humana e encontrar saídas para o desejo e possibilidades de realização pessoal por meio das tarefas “impossíveis” de amar, trabalhar e governar.

O segundo é trazer a primazia da dimensão social da subjetividade para o pensar a posição ético-política da psicanálise, o que envolve um olhar mais crítico e contribuições sobre problemas que são de alçadas de competência mais ampla, mas que constituem as formas de sofrimento hoje. Assim, a psicanálise tem abordado múltiplas dimensões do imaginário contemporâneo, para pensar em como o desejo e a subjetividade têm sido constituídos e agenciados nesse meio. Um meio político neoliberal em uma economia capitalista pós-industrial, sustentados por tecnologias de comunicação e de informação de

alcance global, no qual o desamparo e a violência se expressam em múltiplos níveis. Fenômenos como o traumatismo e a violência, desde sua dimensão objetiva e real, nas vulnerabilidades sociais e riscos à vida para diferentes estratos da população, até sua dimensão simbólica e ideológica, ganham hoje destaque no campo psicanalítico. A tensão entre os refluxos ideológicos conservadores e liberais são o pano de fundo para o debate sobre temas como o consumismo e a espetacularização, a objetificação e fetichização, a corpolatria e idolatria, a medicalização e a judicialização, entre outros.

O terceiro é o aporte de alguns operadores conceituais propriamente psicanalíticos para pensar e um dos que mais tem ganhado destaque é o do narcisismo em suas variadas vertentes. Já se tornou um jargão no senso comum psicanalítico evidenciar a crise da função e da imago paterna como veículos dos ideais sociais na atualidade e que esse declínio contribui para uma retirada da condição do sujeito desejante e implica uma regressão ao narcisismo negativo ou patológico. Também não é nosso propósito passar agora em revista este debate, deixando-o para um outro momento, mas apenas apontar que um outro operador conceitual do arsenal metapsicológico psicanalítico para a compreensão dessas questões é justamente o conceito de sublimação.

Diante disso, tenho considerado pertinente fazer um retorno à problemática da sublimação por meio dos trabalhos desses autores, como forma de evidenciar seu potencial para a compreensão crítica das formas de sofrimento psíquico na atualidade. Nesse sentido, este ensaio teórico visa aprofundar o debate sobre a sublimação na psicanálise contemporânea brasileira, por meio de uma apresentação do que considero como as principais e mais relevantes contribuições desse meio. Além de passar em revista de forma não-sistemática alguns trabalhos da literatura recente da área em torno dos núcleos de produção de conhecimento psicanalítico que indiquei, apresentarei a hipótese – sustentada prioritariamente nas contribuições de Joel Birman, Maria Rita Kehl e Jurandir Freire Costa – de que é preciso

ressignificar a sublimação como *um processo instituinte* da ordem da vinculação social e também da ação política. Esse processo ganha na atualidade a necessidade de ser concebido prioritariamente de modo horizontalizado como forma de fomentar a gestão do desamparo.

Este ensaio resgata e congrega uma série de trabalhos que apresentei ao longo dos últimos anos, mas especialmente e diretamente um capítulo de livro sobre a sublimação e a violência como destinos pulsionais no âmbito social (Campos, 2013b) onde essa hipótese foi originalmente apresentada. Nesta versão ampliada e revisada trago uma fundamentação mais abrangente e uma revisão de literatura mais atualizada para discutir um último giro da problemática da sublimação.

Resgate da Problemática à Francesa

Como foi visto nos capítulos anteriores, o conceito de sublimação é introduzido na primeira parte da obra freudiana, com as primeiras aplicações do método psicanalítico ao campo da literatura e das artes plásticas. Nesse sentido, a análise da lembrança de Leonardo da Vinci (Freud, 1910/1996) ainda é o texto fundamental sobre o assunto. Nele a sublimação é inicialmente definida como uma modificação do regime pulsional em que haveria a mudança da meta de satisfação sexual, criando uma relação dessexualizada com o objeto. Na sequência, no texto sobre as pulsões (Freud, 1915/1996), foi acrescentada a ideia de uma modificação também de objeto, que implicaria propriamente a escolha de um objeto substituto valorizado socialmente. Essa primeira concepção organizou-se na síntese da primeira tópica e teoria pulsional freudiana, no momento da redação dos artigos de metapsicologia. Esses dois textos constituem ainda as referências clássicas sobre a sublimação no pensamento freudiano, embora a referência à sublimação permeie uma série de outros textos do período de constituição e consolidação da psicanálise freudiana.

No entanto, essa concepção de sublimação clássica em Freud foi acrescida por outros desdobramentos, que constituem caminhos indicativos de uma segunda teoria da sublimação, que é enunciada no auge da sistematização do segundo modelo tópico e pulsional. Ela inicialmente descreve a sublimação como o mecanismo narcísico por excelência, já que seria o recurso que o ego em constituição utilizaria para capturar para si a libido do objeto, tornando-a libido do ego (Freud, 1923/1996). Posteriormente, novos adendos são trazidos, em particular a afirmação de que os mecanismos de defesa em geral operam produzindo uma desfusão da libido em seus componentes erótico e tanático, cujos efeitos afetivos seriam o sintoma e o sentimento inconsciente de culpa, respectivamente. Na resolução edípica que se fixa na relação de objeto mediada pela fantasia fálico-genital e pelo recalque, o destino da pulsão de morte seria o sentimento inconsciente de culpa, por meio de um investimento desta no superego. Esse seria, inclusive, o maior fator para a produção do mal-estar na vida civilizada, uma vez que os ideais culturais não forneceria amparo contra essa destrutividade e, na verdade, o meio social seria a arena privilegiada para a expressão da violência. (Freud, 1930/1996).

Nesse sentido, o destino da pulsão de morte consistiria em ser defletida para o exterior na forma de violência e sadismo ou ser refletida sobre o ego via superego na forma de masoquismo por meio do sentimento inconsciente de culpa, já que por ser em si mesma irrepresentável, não poderia encontrar vias sublimatórias. É dessa concepção geral da projeção ou introjeção da pulsão de morte na forma de violência e da ideia de que a pulsão de morte em si é irrepresentável que surge a ideia de que a pulsão de morte não poderia então ser efetivamente sublimada, apenas quando em sua fusão com a pulsão de vida na forma de libido sádica.

Contudo, nesse último momento da obra freudiana também persiste a concepção inicial de sublimação. A consulta do grande texto freudiano sobre a cultura, aquele em que

aparece a discussão sobre o mal-estar na civilização (Freud, 1930/1996), permite reencontrar a categoria inicial de sublimação bem representada. O autor afirma que a libido erótica encontraria nos ideais culturais da arte, ciência, religião e política os substitutos socialmente valorizados dos objetos parentais. Esses ideais culturais atuariam como contrapartidas à renúncia do objeto incestuoso na saída do complexo de Édipo. Isso quer dizer que a constituição do superego garantiria o acesso e adequação do indivíduo à vida social, indicando tanto o limite ao objeto primeiro de desejo quanto os seus substitutos e garantindo a entrada do sujeito na cultura. Nesse sentido, a sublimação seria o deslocamento do objeto de desejo em função da identificação com um ideal paterno e, portanto, uma operação e um destino apoiado integralmente na resolução da dinâmica edípica. Assim, sublimar seria submeter-se à lei, identificando-se com um ideal e passando a almejar os objetos destinados a esse papel. É ainda nesse sentido que naquele mesmo texto Freud (1930/1996) vai afirmar o valor da cultura na produção de um amparo para a angústia humana. O recalque da libido levaria a uma potencial liberação de angústia, a qual poderia ser equacionada por meio de um investimento em ideais sociais. Isso quer dizer que por meio da sublimação o componente erótico da libido teria possibilidades de encontrar um destino em objetos culturais.

Há contradições e ambiguidades no âmbito da teoria freudiana da sublimação, em especial uma série de indicações que delineiam pelo menos duas concepções de sublimação (mudança de objeto x dessexualização) que indicam dois níveis de processos sublimatórios (edípicos x narcísicos). No encaminhamento dessa questão, afirmei, apoiado na proposição original de Ana Loffredo (2011, 2014), que se compreenda na teoria da sublimação a necessidade da articulação necessária de pelo menos dois tempos da sublimação na constituição e dinâmica do aparelho psíquico. Defendi que no primeiro tempo, de caráter constitutivo, devemos reconhecer os níveis originário, primário e secundário de sublimação. A *sublimação originária* está associada à própria implantação e neogênese das pulsões, no

âmbito da sedução generalizada. A *sublimação primária* está mais propriamente articulada às identificações narcísicas com o objeto primário e à exigência de ligação e libidinização da pulsão de morte por meio da relação com a alteridade. Já a *sublimação secundária* se daria no âmbito das relações triangulares, estabelecendo-se a partir da resolução do complexo de Édipo na forma da assunção de objetos substitutivos por meio da identificação com ideais paternos. A essa dimensão constitutiva, vem se associar o segundo tempo proposto por Loffredo (2011, 2014), que denominei então de efetivo e operativo dos processos de sublimação. Nesse segundo nível dos processos sublimatórios estariam presentes diferentes formas de dessexualização e ressexualização da libido na relação com os objetos, em que caberiam então as diferentes modalidades de estratégias sublimatórias descritas na tradição psicanalítica. Seria possível por esse expediente pensar em um teoria da sublimação que integre um complexo arco de processos progredientes e regredientes nas operações de erotização e dessexualização (Campos; Loffredo, 2019; Campos, 2025).

Dentre as vertentes pós-freudianas, aquela que mais colabora para a composição dessa discussão na psicanálise brasileira contemporânea é a de extração francesa ou subjetal, ainda que com alguns ingredientes da vertente das relações de objeto, na qual os aspectos criativos e negativos da sublimação, pertinentes então ao segundo modelo freudiano da sublimação, são desenvolvidos. A sublimação nessa perspectiva está muito ligada à própria dimensão originária das pulsões, algo como um resgate das fontes e de uma abertura à alteridade fundamental que escapa a todas as possibilidades de contenção e restrição em um único sentido ou objeto.

Como vimos, essa mudança paradigmática é fomentada pelo novo direcionamento dado ao tema por Jacques Lacan. Em vez de uma substituição ou deslocamento significativo sobre ideais sociais, esse autor relaciona a sublimação ao próprio núcleo negativo da subjetividade. Nessa concepção, entende-se que a sublimação é fundamentalmente a criação e

a instituição de uma nova articulação significativa que por sua singularidade e originalidade aponta para o intangível e para o que resiste às tentativas de recobrimento simbólico. Em outras palavras, é um processo “sublime” porque indica o Real próprio do *objeto a*, como pura negatividade que enseja todo o circuito pulsional. Daí o célebre aforisma lacaniano de que a sublimação consiste em “elevar um objeto à dignidade da Coisa” (Lacan, 1959-1960/1988, p. 140).

Essa nova orientação traz uma série de aberturas para pensar a questão da sublimação, a começar por reposicionar a problemática narcísica envolvida nos processos sublimatórios. O essencial da sublimação não está em adaptar-se aos destinos indicados pela função paterna, mas em produzir uma articulação original de sentido que aponte para o campo do gozo. É, portanto, para além do âmbito das vicissitudes imaginárias da função materna e em direção de uma articulação no âmbito do Real em torno do objeto *a*, por meio das inscrições de *traços, letras e coisas* que passará a transitar a problemática da sublimação. Esse reposicionamento tem como consequência que a sublimação se constitui como um efeito de sujeito, em um ato criativo, libertário e singularizante, mas, sobretudo, em aberto e em negativo (Campos, 2021).

Essa tendência se mantém na psicanálise francesa. Laplanche (1980/1989), em seu clássico estudo sobre a sublimação, faz uma série de considerações sobre a temática para ao final afirmar a importância de se pensar a sublimação como um mecanismo originário de *neoformação da pulsão* na incidência da sexualidade sobre o corpo, no escopo de sua teoria da sedução generalizada. Pode-se afirmar que esse autor remete então a sublimação ao próprio traumatismo de criação do objeto-fonte da pulsão, como incidência do resto não metabolizado dos significantes enigmáticos que provém da sedução materna. Essa importante derivação contempla a relação entre o sexual e o não-sexual para pensar os intercâmbios entre a pulsão e as funções do corpo orgânico em sua dimensão originária (Campos, 2013a).

É interessante reafirmar que por um caminho paralelo e concepções divergentes sobre a abrangência do “significante” a caracterização laplancheana chega à mesma noção de *criatividade originária* que a lacaniana, pois ambos remetem a uma fonte negativa seminal para a pulsão que remete à incidência da linguagem. Apesar das diferenças epistemológicas mais profundas, o mesmo também pode ser dito da vertente das relações de objeto, em especial na perspectiva winnicottiana sobre a criatividade como condição fundamental da relação do brincar com a realidade. Como apontado anteriormente, aproximações entre essas tradições existem, com destaque para a integração de André Green em torno do trabalho do negativo e René Roussillon sobre os processos de simbolização.

Esse percurso que propus encontra ressonância na comunidade psicanalítica brasileira, estando o tema da sublimação novamente em voga. Em artigo recente, Fábio Belo, um autor reconhecido pela preocupação com a inserção sócio-cultural da psicanálise, retoma a problemática da sublimação pela pergunta da suposta irrelevância do conceito na atualidade: *Deve-se queimar a noção de sublimação?* (Almeida; Belo, 2025). Os autores partem especificamente das considerações laplancheanas sobre a utilidade do conceito e sua preocupação de que tenha se tornado um verdadeiro depósito ou “guarda-chuva” para tudo o que a psicanálise não consegue explicar sobre a cultura. Denunciam o pretensão moralismo e imprecisão da definição clássica de sublimação, na medida em que o julgamento de valor sobre o que é reconhecido como realização social é historicamente contextualizado variável, além de que a própria noção de “dessexualização” possui diferentes acepções e compreensões, em geral superficializadas e simplificadas:

“Procuramos defender que a sublimação não pode ser definida pelos seus objetos, como que num esquema tautológico: criação artística equivale à sublimação e a sublimação é o mecanismo responsável pela criação artística; ou por um critério de

valorização social externo à psicanálise, o que implicaria num campo normativo. Faltam também critérios metapsicológicos, a tese da dessexualização nos parece antifreudiana e a diferenciação com os produtos do recalque não é verificável na clínica. Retomamos a pergunta: a ‘[...] sublimação ainda é útil, utilizável, utilizada?’.” (Almeida; Belo, 2025, p. 10)

O argumento do artigo baseia-se fortemente na teoria da sedução generalizada, indicando então que a sublimação não deve ser encarada como uma mera operação de troca de objeto ou transformação de meta, mas como um processo de tradução e metabolização. Para isso retoma a dimensão originária da noção de sublimação a partir da tradução das mensagens enigmáticas enviadas pelo adulto ao bebê, enfatizando que a sublimação não pode ser entendida apenas como o abandono do processo primário em favor do secundário, na ideia genérica de uma “substituição do sexo por arte”. Isso porque há uma tensão necessária no processo sublimatório que mantém a vitalidade do primário dentro de uma estrutura de secundário, que pode ser melhor compreendida com o que hoje entendemos como processos de simbolização. A principal contribuição do artigo é indicar como essa ideia mais contemporânea de processo de simbolização pode se sustentar a partir de uma referência laplancheana, levando a proposta de refinamento do conceito de sublimação que possa preservar a dimensão criativa e negativa que constitui o verdadeiro valor de uma via sublimatória. Com isso, o artigo defende uma renovação metapsicológica da abordagem à problemática, indicando que a sublimação não é um estado alcançado, mas um processo incessante de tradução do pulsional. A utilidade do conceito residiria na sua capacidade de descrever como o sujeito maneja o excesso traumático, transformando a angústia da mensagem enigmática em sentido vital e realização cultural.

Como se pode notar a essa altura de nosso percurso, contribuições como esta e outras que temos trazido indicam uma convergência importante de renovação metapsicológica na compreensão dos processos sublimatórios. A amplitude dos processos de elaboração e simbolização, bem como as ressalvas na polarização entre defesa e adaptação são amplamente ressaltadas. Contudo, o que nos parece uma grande limitação desse tipo de abordagem, que já apontamos anteriormente, é que a discussão não entra propriamente no mérito da dimensão cultural e principalmente social. Ela está sempre como um horizonte externo à discussão que é fundamentalmente metapsicológica. Embora em Lacan a questão da cultura enquanto sistema simbólico próprio ganhe maior peso e mesmo preponderância a partir do registro do Outro, a sublimação também fica relegada ao nível do originário e ao que escapa à significação.

Cabe lembrar que o movimento lacaniano propôs também uma contribuição fundamental para a compreensão das relações entre personalidade e cultura, ao recolocar a questão da universalidade do Complexo de Édipo nos termos do estruturalismo linguístico e antropológico. Reforçou uma chave de leitura que depois se tornou central, que é tomar a assunção da função paterna como condição de entrada no registro simbólico e, portanto, de operar na ordem da cultura. Então a cultura passa a ter um lugar de destaque na tradição francesa clássica de psicanálise, pois está na origem da pulsão, na constituição narcísica e na instauração da lei do desejo.

Todavia, aqui entra em jogo um certo dilema que se observa tanto em Lacan como em Laplanche e outros autores do campo psicanalítico francês, que é a marca ainda de um certo tradicionalismo psicanalítico mesmo diante de tantos avanços epistemológicos e ontológicos. Nesses autores a subjetividade deixa de ser pensada como uma personalidade psíquica e sim como um agenciamento da corporeidade no campo discursivo da ordem simbólica da cultura, ou seja, em uma perspectiva que poderíamos chamar de psicossocial, no sentido de

considerar a subjetividade humana necessariamente como o que se configura nesse contínuo “dentro-fora” operado pela linguagem. Contudo, nota-se ainda a falta ou relevância das categorias mais propriamente sociais em que essas instituições se sustentem em dinâmicas grupais e jogos de poder. Em outras palavras, carecem de uma implicação mais política.

Certamente o ambiente acadêmico e psicanalítico francês, em que se apresentam tanto autores do movimento lacaniano como vinculados à associação psicanalítica internacional, foram fundamentais para a articulação mais ampla da psicanálise com as ciências humanas e sociais, pavimentando o caminho para a psicanálise contemporânea. Agora iremos abordar como essa discussão tem se desenvolvido no Brasil, onde acredito que as implicações políticas ganham uma relevância maior.

Subjetividades Contemporâneas à Brasileira

Para a caracterização dessa temática irei apresentar inicialmente um resumo da concepção de Joel Birman (2000, 2006, 2014), que não só é referência para essa discussão no campo psicanalítico brasileiro, como faz um encaminhamento da questão das subjetividades contemporâneas para a problemática que nos interessa particularmente, que é a da sublimação. É um autor que tenho como referência básica em meu trabalho e que já apresentei suas ideias gerais em outros momentos (Campos, 2013b, 2016). Sua abordagem é muito convergente com a de outro autor do campo psicanalítico brasileiro, Jurandir Freire Costa (1994, 2003, 2005), que transita pelas mesmas discussões e a partir do mesmo conjunto geral de referenciais nas ciências sociais e filosofia. Trarei também outros autores que se vinculam a essa visão, de forma a configurar uma contextualização geral sobre como se dá a discussão psicanalítica sobre as subjetividades contemporâneas no país, para ressaltar o diferencial de sua implicação sócio-política.

Há toda uma polêmica, que não interessa tanto ao escopo da presente discussão, sobre se o momento contemporâneo configura, de fato, uma ruptura com o período moderno e, portanto, uma pós-modernidade ou nada mais que um desdobramento, aprofundamento e mesmo radicalização das próprias teses que fundamentam a modernidade. De qualquer forma, este momento histórico da atualidade diz respeito à crise e desilusão quanto às promessas iluministas e liberais da modernidade, centradas em um referencial antropocêntrico, racional e laico de compreensão do sujeito e de organização da sociedade. Esse fenômeno se expressa de formas muito variadas, em diferentes níveis da cultura e da sociedade, sendo tematizado também por diferentes perspectivas dentro das ciências humanas, filosofia, política e estética. Em geral, diz respeito a uma modificação da experiência e configuração da subjetividade, em função de uma ampliação das referências simbólicas e espaciais, trazendo uma pluralidade de parâmetros culturais, que não mais se organizam de forma a pautar ideais consistentes, persistentes e definitivos para pautar as referências éticas, políticas e estéticas, além de servir de parâmetro para a definição de uma identidade. Essa ampliação no âmbito do espaço e das referências simbólicas é acrescida de uma aceleração no âmbito da temporalidade, marcada pela fragilidade e fugacidade dos parâmetros pautados pela cultura, que desvanecem e se modificam rapidamente, mas cuja perenidade se torna ela própria um princípio e um ideal, de forma tal que a transformação constante para dar conta de um presente que nunca se esgota se torna imperiosa.

Por fim, essa lógica de constante atualização e transformação em relação ao que se apresenta imediatamente e logo se esvai, ou se torna datado e ultrapassado, implica uma transformação em relação ao sentido do passado e do futuro, já que os ideais simbólicos que costumavam referenciar o planejamento em relação a um projeto e se embasar no peso de uma tradição que se confirma historicamente se fragilizam. Tudo isso caracteriza essa ideia geral da falência do ideal de sujeito moderno e da perda de referências sociais e culturais

consistentes para a produção de identidades, cujo efeito psíquico sobre as pessoas é a da ordem do desamparo e da insegurança, além do individualismo. Decorre daí uma posição de trocar a segurança do amparo social pela insegurança de prazeres transgressivos e lábeis, em que o desapego dos vínculos relacionais em uma vertiginosa e constante reinvenção de si se apresenta como imperativo de felicidade e realização. O mal-estar na atualidade é, portanto, marcado pelo *desamparo* em suas diferentes acepções, que Birman (2014) indica como da ordem do *desalento* e Costa (2005) como do *desenraizamento*.

Esse individualismo desamparado de um sujeito “cidadão do mundo” e, por isso, mesmo, identificado com lugar nenhum, é o exemplo mais ilustrativo dessa configuração subjetiva. Nesse sentido, na pós-modernidade configura-se um modo de subjetivação bastante especial. Apoiado na já longa tradição de discussão sobre essa temática, Birman (2000) e Costa (2003), caracterizam as subjetividades contemporâneas como centradas em um vínculo intersubjetivo fundamentalmente narcísico, permeado por exigências estéticas e performáticas. Esses autores partem centralmente das proposições de Lasch (1979/1983) sobre uma *cultura do narcisismo* como característica das sociedades capitalistas tardias, em especial a americana a partir do pós-guerra, cujos reflexos analisa em seu livro do final dos anos 70, em que a lógica do consumo que fundamenta as relações econômicas passa também a pautar as relações pessoais e os princípios éticos gerais, refletindo sobre as identidades dos sujeitos. Na cultura do narcisismo os indivíduos têm a tarefa de construir-se e manter-se a partir do que é produzido nas relações de consumo, definindo seu status a partir desse circuito de aquisição de bens materiais e culturais, gerando um imperioso hedonismo e individualismo, em que o outro aparece como aquele que pode confirmar a projeção de sua auto imagem, gerando uma catastrófica corrosão nos ideais políticos comuns e coletivos de produção do bem-estar social.

Desse tipo de análise, extrai-se então a noção de um individualismo exacerbado na atualidade, em que os sujeitos vivem um autocentramento excessivo que, contudo, está o tempo todo remetido ao olhar do outro e, portanto, tem uma característica exteriorizada, em oposição ao individualismo moderno, que tinha características interiorizadas, íntimas e reflexivas. Constitui-se assim a condição de que as pessoas precisam cada vez mais do reconhecimento do outro na diferenciação, constituição e manutenção de suas identidades, por meio de dispositivos culturais cada vez mais próximos de performances e espetáculos.

Nesse segundo ponto, os autores se apoiam na proposição de Debord (1967/1997), de uma *sociedade do espetáculo*. Esse conceito aprofunda a análise marxista sobre o fetiche da mercadoria e seus desdobramentos na teoria crítica da sociedade, lançando-a para um contexto do capitalismo pós-industrial e das mudanças políticas e culturais que já se anunciavam no final dos anos 1960, quando a obra foi originalmente escrita. Em especial, discute o impacto do consumo e da comunicação de massa sobre as relações sociais e a produção de ideologias, produzindo uma transformação crucial na configuração desses vínculos, que configura propriamente a noção de espetáculo como conjunto de relações sociais mediadas pelo imaginário das produções midiáticas. Assim, as imagens se tornam o próprio meio da relação social e a sociedade do espetáculo seria a forma mais perversa da sociedade capitalista, pois nela a dimensão reificante do fetiche da mercadoria se tornaria ilusoriamente e sedutoramente desprendido de sua base material. Nesse sentido, o que aponta também é a valorização do consumo como organizador das relações econômicas e sociais, mas ressaltando o papel da imagem e dos meios de comunicação como modos de manutenção da alienação e da dominação social, porém ocorrendo agora de forma difusa, menos dicotomizada e diferenciada, de forma tal que âmbitos como produção e consumo, lazer e política, público e privado se mesclam.

Dessa análise sobre a forma midiática e imaginária dos vínculos contemporâneos, Birman (2000) vem ressaltar e aprofundar também a sua dimensão *performática* e Costa (2005) uma *moral do espetáculo* que incide sobre o corpo por meio de uma lógica de consumo. A produção do sujeito mediada fundamentalmente pelo âmbito da imagem que produz seu senso de si mesmo (*self*) em uma performance mediada pelos meios de comunicação, demanda a projeção de uma imagem ideal encarnada no corpo como forma de reconhecimento, a qual se torna imperativa e central na organização subjetiva. É nesse ponto que o culto à imagem e se liga à noção de uma cultura do narcisismo, o que pode ser ilustrado pelo fenômeno contemporâneo de um ideal *big brother* de relações e pela noção de uma celebridade instantânea, em que o artifício da estética parece ser a única porta de reconhecimento, mesmo que por meros e fugazes quinze minutos de fama.

Por sua vez, essa noção do outro atuar como um reflexo que possibilita a configuração de uma imagem do que o eu seja, constitui também uma certa dimensão de alienação. Essa alienação, como se sabe, foi tematizada pela psicanálise particularmente em sua vertente francesa, porém pela perspectiva da dimensão desejante do sujeito. Nesse ponto, Birman (2000) se apoia mais especificamente na concepção psicanalítica lacaniana de narcisismo, enquanto Costa (2005) tende a uma perspectiva mais winnicottiana sobre esses processos.

O conceito de narcisismo diz respeito ao investimento da libido no eu e consiste em um momento essencial na constituição do sujeito, já que é nele que se constitui a identidade do eu e a diferenciação dessa instância do aparelho psíquico por identificação com os objetos primários de desejo, configurando um passo no desenvolvimento psicosssexual da libido e das relações de objeto (Freud, 1914/1996). Essa dinâmica estabelece um modo de relação com os objetos e de imagem de si que é mediada por representações que se colocam como ideais, fruto de processos de identificação e idealização. As dinâmicas narcísicas são constituintes da personalidade, mas também se configuram no nível dos vínculos sociais e dinâmicas grupais,

uma vez que a identificação com um objeto no lugar de ideal de eu é elemento fundamental da constituição dos laços e identidades grupais, configurando o que Freud (1921/1996) definiu como o fenômeno do *narcisismo das pequenas diferenças*.

Lacan (1949/1998) resgata a problemática do narcisismo em psicanálise, propondo tomá-lo como momento formador da função do eu, por meio da identificação do bebê com os significantes fornecidos pela função materna, dando-lhe uma unidade imaginária. Desse modo, enfatiza a dimensão alteritária na constituição da subjetividade, por meio da ideia de que o eu se constitui por identificação com o outro, sujeito encarnado por meio do qual se expressa a dimensão simbólica estrutural da linguagem, denominada de Outro. Contudo, a compreensão lacaniana da dinâmica narcísica está calcada no registro do imaginário, ou seja, de significações que funcionam segundo a lógica das imagens mentais, que tem como característica principal a completude e a correspondência nos processos de representação. Nesse sentido, as identificações imaginárias criam um estado de correspondência e reflexividade entre o eu e o outro que produzem uma dialética alienante, na medida em que o eu está totalmente referido ao desejo do Outro, mas também extremamente violenta, na medida em que qualquer diferença mínima é energicamente rechaçada ou retroage sobre o eu, fragmentando-o.

Já do ponto de vista winnicottiano, os processos narcísicos são pensados de forma menos traumática e mais transitiva. Isso porque, mais do que a constituição do eu, sua preocupação é com o desenvolvimento do senso de si mesmo (*self*), entendido como núcleo de autenticidade, sustentado na experiência de continuidade do ser. Nesse sentido, a constituição do eu, sua integração e personalização estão apoiados em tarefas do ambiente, onde se destaca o momento de diferenciação definitiva em relação aos objetos e na constituição de um campo propriamente cultural a partir do espaço potencial. Esse momento do desenvolvimento, onde está em jogo a apresentação do objeto, é marcado pela ilusão da

criatividade e pelo suporte dos objetos e fenômenos transicionais. É no contexto dessa teoria geral que Winnicott (1975) revisita a proposição lacaniana de um estágio do espelho para ressaltar o papel de espelhamento da função materna para constituição do *self*. Na sua perspectiva, a ação materna é mais da ordem de uma resposta aos gestos criativos da criança em que o essencial é conseguir refletir em seu olhar a antecipação de um sujeito, mas não em termos de unidade corporal imaginária que se dá em função do desejo materno, mas sim em um verdadeiro reconhecimento existencial, ou seja, ser visto pelo outro como um ser especial. A ideia central é que sendo visto e reconhecido como alguém em uma unidade, espontaneidade e singularidade, reforça-se a constituição de um verdadeiro *self*.

Portanto, como apresentamos melhor em outra ocasião (Sakiyama; Campos, 2016) a questão no debate entre as perspectivas lacaniana e winnicottiana sobre o narcisismo é a compreensão do papel da ilusão na constituição do senso de identidade do eu, se mais da ordem da alienação ou do potencial criativo. De todo modo, na contemporaneidade são as falhas nessas operações narcísicas de erotização e singularização imaginárias que estão no cerne das formas de adoecimento psíquico. Elas levam ao que se costuma indicar como um narcisismo patológico que encontra diferentes vertentes de abordagem, em que costumamos destacar as que se relacionam ao narcisismo negativo e variações sobre o trabalho do negativo a partir de André Green (1988, 2010), abordado anteriormente, além da proposição de Costa (1994, 2003) do uso do próprio corpo como objeto transicional como forma de resposta aos imperativos da moral do espetáculo.

O que podemos afirmar no geral e para fundamentar a discussão que se segue é que o narcisismo, tal como tematizado por essas vertentes psicanalíticas, se revela um operador conceitual importante para pensar o regime de ilusões imaginárias e o recrudescimento da identidade do eu em que as relações com a alteridade do outro tendem a ser desconsideradas. Portanto, como bem ressalta Costa (2003, 2005) o narcisismo se revela um momento

constitutivo da subjetividade, mas seus descaminhos na forma de enlaçamento e vinculação social na atualidade são sobretudo da ordem de uma *reatividade* defensiva ao desamparo e à violência particulares desse momento histórico.

Por esse caminho é que esses autores acrescenta um olhar psicanalítico à discussão sociológica e filosófica precedente, trazendo aportes significativos para a compreensão da subjetividade contemporânea, propondo especificamente a noção de um ideal *performático e estético* como regulador preponderante do modo de subjetivação na atualidade. Dentro dessa perspectiva, é preciso então entender que o narcisismo não pode ser entendido como mero egoísmo ou individualismo, no sentido de um auto-investimento de si que desconsidera a posição dos outros. O indivíduo contemporâneo é autocentrado, mas a referência ao outro é fundamental, porém a relação com esse outro é narcísica. Isso quer dizer que a mediação e o suporte na relação com os objetos são centrais para a manutenção de fantasias de expressão identitária. Além disso, essa expressividade autocentrada traz as marcas da violência, da falha e da reatividade, de forma que não ocorre sem sofrimento. Sem isso, não se pode entender a urgência de reconhecimento efêmero que move a subjetividade na atualidade. Isso leva ao ponto ressaltado de uma verdadeira estetização da existência e de um imperativo performático cujo resultado é uma inflação do eu marcada pela imagem, pelo imediatismo e pelo consumismo, de forma tal que é a aparência o diferencial da identidade e o corpo o veículo preferencial de expressão e suporte da subjetividade.

Essa configuração do modo de subjetivação na atualidade incide sobremaneira nas formas de constituição e expressão do mal-estar e dos sintomas, modulando o que se convencionou chamar de psicopatologias contemporâneas. Nessas, a depressão ganha destaque não só por sua prevalência epidemiológica, mas também por seu lugar paradigmático nesse contexto (Birman, 2000, Campos, 2016). Isso porque nesse tipo de quadro há um embotamento afetivo e desejante, por meio de uma aversão ao contato e à

visibilidade, com um desinvestimento do eu e do corpo, por meio de inibições afetivas e desobjetalizações mortíferas de tal forma que o apelo estético, consumista e performático não consegue capturar o sujeito. A depressão, portanto, é um dos avessos desse ideal contemporâneo, assim como a histeria era o avesso da sociedade repressora do final do século XIX. De fato, hoje em dia viver a sexualidade de forma plena não é mais pecado; pecado é ficar deprimido. É interessante notar que por meio dessa configuração o psiquismo passa a ser regulado por um princípio, literalmente econômico, de poder de compra e venda de si, não sendo por acaso que as depressões psíquicas tendam a assumir configurações cíclicas, tal como a dinâmica da sociedade capitalista.

As depressões, contudo, não são as únicas formas de sofrimento psíquico da atualidade. Uma outra vertente é a das personalidades narcisistas e borderline, onde a dinâmica entre recrudescimento e difusão identitária do eu se colocam de forma ainda mais clara. Nesse ponto ganham destaque as contribuições de André Green e Jurandir Freire Costa, já destacadas, configurando a ideia geral que venho defendendo nos últimos anos de um verdadeiro *espectro do narcisismo* na atualidade.

O que se observa nas psicopatologias contemporâneas pode ser sintetizado na indicação de Birman (2000) de um perigoso *conluio na retirada do sujeito*: as configurações da pós-modernidade, em sua cultura narcísica, trazem como resultado negativo a emergência de pessoas inibidas e desinvestidas ou reativamente auto afirmadas no âmbito do corpo e da ação, que recusam a penetração na dimensão propriamente psíquica. Essa recusa, por sua vez, encontra respaldo na descrição psicopatológica que efetua uma retirada da etiologia subjetiva e vende a ilusão da felicidade fácil que, em contrapartida, retroalimenta o ideal da cultura performática e da moral do espetáculo. Tal condição subjetiva implica uma perpetuação do mal-estar por meio de um processo de desresponsabilização de si, que se manifesta na necessidade cada vez mais evidente de auto alienação das pessoas.

Por fim, de forma mais específica Birman (2000) faz uma autocrítica dos descaminhos do movimento psicanalítico que levaram à chamada crise da psicanálise a partir dos anos 1970 e que chegaram ao auge na virada do século XX para o XXI. Indica que a crise da psicanálise decorreu de uma tendência de restrição da clínica psicanalítica a uma abordagem muito restrita ao modelo psicoterapêutico que se configurou a partir de uma perspectiva médico-psiquiátrica e psicológica, deixando em segundo plano a abordagem dos fenômenos socioculturais em uma perspectiva mais crítica e ampliada sobre as subjetividades, descolando-se do legado freudiano original. Esse centramento em uma clínica de consultório foi a tônica no *establishment* psicanalítico durante o auge da influência da psicanálise na visão de mundo ocidental. Porém essa representação social da psicanálise deixou de lado a dimensão propriamente sócio-política da subjetividade, alijando a própria leitura freudiana sobre a condição humana.

Por outro lado, os encaminhamentos da psicanálise como uma prática psicoterapêutica também implicaram um certo abandono do potencial revolucionário de sua abordagem sobre o corpo como matriz de subjetivação. Por diferentes caminhos, tanto nas vertentes de língua inglesa quanto na francesa, os discursos e práticas psicanalíticas abandonaram o primado da sexualidade e da corporeidade, em detrimento de uma visão mais geral de conflito emocional ou de desejo como encadeamento de sentido. Essa operação deixou o corpo erógeno de lado e o relegou sua dimensão somática a uma visão estritamente biológica, sendo apropriado posteriormente por uma visão médico-psiquiátrica estritamente organicista, integrando neurofisiologia e farmacologia em um novo paradigma de compreensão das psicopatologias que se desvinculou completamente da perspectiva psicanalítica. Esse descompasso instaurado entre psicanálise e medicina, inclusive, seria o principal motivo imediato para a crise da psicanálise e a perda do seu prestígio como representação social.

Dessa forma a crise da psicanálise constitui-se em um paradoxal confronto com o contexto sociocultural mais amplo da modernidade ocidental, no qual a retração dessa abordagem do âmbito do corpo e do social implicou a redução de seu escopo e de seu potencial crítico e transformador. Por conta disso o dilema da psicanálise contemporânea consistiria em estar *à prova do social* e somente pelo resgate dessa via poderia ultrapassar sua crise.

Para tanto, o autor resgata a leitura freudiana da cultura, tomando como partida a ideia de que a reflexão psicanalítica consiste em uma crítica da própria concepção de subjetividade ocidental. O que gostaria de destacar é a leitura que esse autor faz do discurso freudiano sobre o social em seu livro paradigmático, *O Mal-Estar na Atualidade* (Birman, 2000), em especial no capítulo sobre os supostos dois discursos freudianos sobre o social. Nesse texto, o autor se dedica a aprofundar a hipótese de que a psicanálise foi posta à prova do social na medida em que se passou do discurso freudiano inicial sobre a modernidade para o seu discurso final.

O discurso freudiano inicial foi aquele que prevaleceu até o momento de consolidação da teoria psicanalítica e que se expressa de forma paradigmática no texto sobre a moral sexual civilizada e suas implicações para as doenças neuróticas modernas (Freud, 1908/1996), em que está presente certo otimismo quanto às possibilidades de a psicanálise suprimir o mal-estar da modernidade. Basicamente, é a aposta em uma harmonia possível entre os registros do desejo e do social, por meio da sublimação do desejo sexual por meio de ideais civilizatórios menos repressivos e irracionais. Já o segundo discurso é aquele que surge no final da teoria psicanalítica, depois da virada dos anos 1920, e que se expressa de forma paradigmática no texto sobre o mal-estar na cultura (Freud, 1930/1996). Nesse momento, como abordado anteriormente, se apresenta uma posição mais pessimista quanto às possibilidades de suprimir o mal-estar, uma vez que a destrutividade da pulsão de morte se

mostra como limite irredutível e verdadeiro negativo tanto da mente quanto do processo civilizatório.

Esse movimento, segundo Birman (2000), virá assinalar a desarmonia desses mesmos registros, implicando o desamparo do sujeito no campo social e, com isso, imprime-se uma marca decisiva para a compreensão da inserção do sujeito na modernidade. É só nesse segundo discurso, sob a égide da pulsão de morte, que o desamparo diante do outro se coloca como originário, configurando uma leitura propriamente *trágica* da subjetividade moderna. Nesse momento final não há ultrapassamento possível do conflito, configurando uma condição estrutural de desamparo. Diante disso sobressai a necessidade de uma gestão interminável e infinita do conflito pelos sujeitos, assumindo uma perspectiva ética e social para além de qualquer terapêutica individual.

Nessa perspectiva, a vida seria, agora, um bem a ser produzido e conquistado após a condição originária de desamparo. Portanto, a vida seria produto de um trabalho continuamente engendrado de gestão dos destinos da pulsão, em que o sujeito precisaria do outro para ordenar o circuito pulsional e instaurar o princípio de prazer por meio da ligação da pulsão de morte em libido erótica. Essa teoria viria confirmar a hipótese de uma dívida simbólica na existência humana: a mediação do outro transformaria o mortalismo originário em prazer e erotismo.

Por essa via de caracterização encontramos os ecos de uma leitura francesa de subjetividade em psicanálise, ressaltando a negatividade da pulsão de morte como condição ontológica, além de indicar o peso da violência simbólica na própria constituição e manutenção da subjetividade. A temática da violência, por sua vez, é um outro ponto de destaque para a compreensão das subjetividades contemporâneas e que encontra alguns desenvolvimentos importantes nos autores que abordam essa temática.

O ponto de partida para a compreensão da violência em psicanálise é, novamente, o contexto do segundo discurso freudiano sobre o social e a tese de um mal-estar intrínseco ao processo civilizatório. A leitura freudiana mais tradicional passa pela questão dos destinos da pulsão de morte entre sua introjeção no superego e sua deflexão no âmbito social, fazendo das relações entre grupos e instituições a arena privilegiada para a expressão do sadismo e da destrutividade, por meio da lógica do narcisismo das pequenas diferenças. Nesse contexto, comparece também a ideia de um agenciamento da violência por meio do Estado na forma de força de lei, como forma de garantir um certo ordenamento social (Freud, 1933c/1996). O que converge para a noção de que as organizações sociais se constituem e se mantêm por meio da identificação com ideais a partir do registro edípico da constituição da personalidade, o que Lacan posteriormente irá ressignificar mais propriamente com a ideia de uma *função paterna*.

Nessa vertente francesa de interpretação sobre as subjetividades contemporâneas, a discussão recai sobre a crise dos ideais paternos e da função paterna sobre a organização do tecido social, engendrando uma nova modulação do mal-estar e constituindo novos sintomas. Encontramos em muitos autores brasileiros uma convergência de interpretações nesse sentido, indicando na perda do reconhecimento alteritário e da vinculação simbólica as condições para a expressão da violência.

Um complicador importante para a compreensão dessa questão é o fato de que a tradição psicanalítica, desde Freud, tende a interpretar de formas muito diferentes o que viria a ser a expressão destrutiva da pulsão de morte como um modelo para pensar a *violência*. A questão se inicia com o estatuto irrepresentável da pulsão de morte e sua contribuição para a expressão de uma libido destrutiva ou agressiva. Nesse aspecto, as tradições inglesa e francesa têm saídas muito diferentes para a compreensão do problema. No que concerne ao modelo lacaniano, entende-se que o afeto de destrutividade ou agressividade é efeito da

frustração da demanda de amor em um nível narcísico de simbolização. Já a violência é propriamente da ordem simbólica e opera em dois níveis. O primeiro, propriamente originário, é aquele da incidência da linguagem sobre o organismo, produzindo o descompasso constitutivo da fonte pulsional. O segundo já é próprio de um registro Simbólico de operação, em que a produção da metáfora paterna constitui a metonímia do desejo. Nesse segundo nível, a violência diz respeito às diversas formas afetivas de submissão, predação, destruição, porém recobertas pela dimensão propriamente simbólica. Essa ressignificação simbólica dos afetos destrutivos e agressivos da ordem imaginária faz com que eles fiquem parametrizados pela lei, de forma que a violência passa a se caracterizar propriamente como um abuso de poder ou irracionalidade e arbitrariedade no campo do sentido.

Uma apreciação dessa temática pode ser encontrada no já clássico trabalho de Jurandir Freire Costa (2003), *Violência e Psicanálise*. Embora não seja exatamente um autor lacaniano, este autor defende, a partir de uma referência ao campo da linguagem, que violência é mais do que um impulso afetivo agressivo e também é mais do que o mero excesso de força; condutas estas que ocorrem até mesmo no nível biológico da vida. A violência implica certa intencionalidade na forma de significações, ou seja, algo do plano propriamente do sentido. A violência está não tanto na intensidade do ato, mas no deslocamento que provoca na articulação das significações (em nível consciente e também inconsciente), caracterizando propriamente uma conduta irracional. Seria, portanto, uma qualificação eminentemente humana da conduta, o que se posiciona diretamente contra concepções que tendem a naturalizar a violência e, com isso, deixam de questionar suas implicações éticas e morais.

Essa diferenciação estabelecida é muito pertinente para a compreensão das diferentes formas afetivas em que aspectos mortíferos pulsionais se articulam no nível das experiências

subjetivas e nas relações sociais. Tenho insistido na necessidade de diferenciar no âmbito metapsicológico essas múltiplas facetas. Isso se dá tanto no descolamento dessa ideia reificada de violência fundamental, quanto na distinção entre sadismo e violência. Então embora haja algo de um traumatismo fundamental na implantação da pulsão e nas tentativas de sua ligação na integração psicossomática do eu, ele não é necessariamente da ordem da violência. No âmbito próprio do desenvolvimento das funções auto conservativas é possível reconhecer tendências agressivas e destrutivas do organismo. Agressividade é da ordem de uma atividade de ímpeto, posse e defesa, que pode se tornar destrutiva na medida em que causa danos a objetos e outros seres. A agressividade e a destrutividade costumam ser intencionalmente orientadas para o propósito de defesa e é nesse sentido que tradicionalmente foram remetidas em psicanálise a uma expressão das pulsões de autoconservação. Porém os impulsos agressivos e destrutivos de autoconservação são também erotizados e sexualizados, em que o prazer na dor e na destruição se tornam o cerne.

Nesse ponto se adentra no âmbito do sadismo e do masoquismo, que é onde propriamente se detêm as discussões e preocupações da psicanálise. No contexto das fantasias sadomasoquistas há também a incidência de posições de violência, no sentido preciso que definiu Costa (2003): o exercício de poder sobre o outro de forma intencional e irracional. Nesse ponto o autor transcende uma abordagem puramente discursiva sobre a linguagem, pois ressalta os efeitos pragmáticos e também políticos desses sentidos, na medida em que a violência implica necessariamente uma relação de poder, como forma de submissão e objetificação do outro.

As preocupações com a *violência* no contexto das subjetividades contemporâneas encontram múltiplos desdobramentos, que levam a uma reflexão mais ampla sobre a própria posição ética da psicanálise. Nesse sentido, outra contribuição fundamental da psicanálise brasileira do período e representativa da vertente freudo-lacanianiana é o livro de Maria Rita

Kehl, *Sobre Ética e Psicanálise* (2002). Nessa obra, a autora explora a intrincada relação entre a psicanálise e a ética, especialmente no contexto da modernidade e contemporaneidade. A autora observa uma crise ética multifacetada, marcada pela dificuldade no reconhecimento da lei simbólica como aquela que interdita o incesto e estrutura o laço social, bem como pela desmoralização dos códigos de conduta tradicionais. Essa crise é agravada pelo individualismo narcisista, pela cultura de consumo e pela influência da mídia, que muitas vezes priorizam a imagem e o gozo imediato em detrimento de valores éticos mais profundos.

Diante desse contexto, é argumentado que a psicanálise, mais do que oferecer respostas fáceis ou um novo código moral, fornece um método de investigação e uma prática da dúvida que enseja uma postura crítica. A psicanálise pode vir a contribuir para a ética ao revelar a complexidade da subjetividade humana, a influência do inconsciente e a importância da responsabilidade individual diante do desejo. Nesse sentido, ela resgata que inicialmente o inconsciente não conhece o bem e o mal, de forma tal que o desejo é indiferente à ética e o id uma instância amor al. No entanto, a análise pode levar o sujeito a se responsabilizar por seu inconsciente, em vez de projetar no outro aquilo que não quer reconhecer em si mesmo.

Assim, a partir de uma concepção lacaniana de sujeito desejante e de uma perspectiva de responsabilização, propõe que a ética da psicanálise se manifesta principalmente na clínica, onde o sujeito é convidado a confrontar seu desejo, a aceitar a falta e o conflito como constitutivos da condição humana. A análise pode promover uma mobilidade criativa em relação ao sintoma, permitindo ao sujeito dar um novo sentido àquilo que se repete em sua vida. Portanto, pode-se entender que o resgate de uma posição clínica de escuta à alteridade e de responsabilização pelo desejo constitui uma vertente importante da contribuição psicanalítica para a compreensão da subjetividade humana nos dias atuais.

A psicanálise pode contribuir para a ética ao revelar a complexidade da subjetividade humana, a influência do inconsciente e a importância da responsabilidade individual diante do desejo. Nesse sentido, Kehl (2002) distingue duas formas de a psicanálise ser absorvida pela cultura: uma mais “apaziguadora”, que busca explicações fáceis para o sofrimento, e outra “analítica”, que coloca a palavra para trabalhar e convida o sujeito à indagação e à angústia. A autora defende a segunda vertente, de caráter também mais crítico, que não oferece certezas, mas sim um caminho para a reflexão e a responsabilidade. Por fim, procura refletir sobre qual a contribuição que a psicanálise traria para uma ética na contemporaneidade, mas, ao mesmo tempo, questiona o sentido de se pedir justamente à psicanálise o estabelecimento de critérios para o advento de uma ética contemporânea, dado o momento atual no qual ela é questionada e criticada por sua terapia lenta e que insiste na existência do conflito no cerne da constituição do sujeito e na produção de seus sintomas. Nesse ponto, suas reflexões se alinham à de outros autores, como Birman, sobre a paradoxal posição da psicanálise diante da crise de valores da atualidade, pois ao mesmo tempo em que é criticada é também interpelada para oferecer uma saída. De todo modo, a constatação de uma crise ética mundial com o desencadeamento de alarmantes sintomas sociais demandam respostas e a autora situa esta crise no problema do reconhecimento da lei simbólica e na desmoralização dos códigos de sociabilidade.

Kehl (2002) também relaciona a crise ética ao desamparo moderno, que fez com que as pessoas perdessem as suas referências tradicionais de verdade e sentido. O individualismo exacerbado, a fragmentação do laço social e a crescente influência da tecnologia contribuem para essa sensação de desorientação e ensejam também marcas de violência. Nesse contexto de discussões, é importante destacar que a autora também faz um resgate da necessidade de se ressituar a noção de cura a partir da psicanálise, na vertente da posição lacaniana da ética do desejo, mas ampliando-a para o campo dos fenômenos e processos sociais e, nesse

sentido, aborda a questão da sublimação. Essa abordagem é bastante convergente com o tom geral da discussão que acontece dentro dessa vertente do campo que temos caracterizado e implica a transformação na compreensão essencial da sublimação de um destino adaptativo defensivo para um processo criativo de realização. Sublimação é assim criar falas e destinos próprios, como um certo estilo existencial autêntico. A contribuição particular da autora está em caracterizar como esse giro implica um *alcance ético* para o conceito de sublimação, por meio de uma aposta no poder de gestão do desamparo e de emancipação contra a submissão cega ao moralismo superegóico. A citação é longa, mas acredito que seja muito pertinente para a aposta que tenho defendido:

“A sublimação tem um alcance ético na psicanálise, isto é, um alcance que pode contemplar a todos os que se interessam pelo processo analítico, se ela for o que nos permite suportar o vazio e fazer algo a partir dele – algo que não seja uma reação violenta de pânico, uma submissão do outro à minha exigência de gozo, ou uma recusa do mal que o vazio representa, ao projetá-lo sobre um outro que o sujeito se permite considerar inferior a si. Algo que não seja a submissão à crueldade do *supereu* em busca de amparo, a submissão a um tirano colocado no lugar do Outro onipotente, a submissão aos dogmas que obturam tanto o vazio como a subjetividade.

A sublimação tem um alcance ético se ela nos permite enfrentar a falta-a-ser com a produção de um estilo, um modo de vida que contemple a dimensão do desejo, em vez de tentarmos ser o objeto para o Outro, mantendo a ilusão de filhos diletos à custa da angústia de castração e do masoquismo moral.” (Kehl, 2002, p. 169-170)

A sublimação, portanto, é um trabalho de produção de uma estilística da existência e pode ser uma resposta ética à crise de valores da sociedade moderna, chamando-nos para uma

responsabilização no plano individual e também no coletivo e para uma saída em direção a realizações que se sustentem e possam operar no plano social contemporâneo. Esse tipo de posição ética nos ajuda a fazer contraponto às outras formas de lidar com o desamparo que se configuram na sociabilidade atual, marcada pelo culto e idolatria do espetáculo e da imagem em uma posição de alienação e mesmo de submissão ao gozo do Outro.

Nesse sentido, é interessante avançar um pouco mais sobre a obra dessa autora na abordagem dos fenômenos sociais e culturais a partir da reflexão sobre as configurações da indústria cultural contemporânea, marcada pelos meios de comunicação de massa e sua convergência na mídia televisiva e na internet. Em outro livro (Bucci; Kehl, 2004), é apresentada uma articulação mais próxima entre teoria social marxista e psicanálise para analisar a mídia, especialmente a televisão, como uma operação imaginária que influencia a subjetividade e a percepção da realidade. Esse livro traz uma caracterização que considero muito seminal e potente para entender os descaminhos do império das imagens. Trata-se da proposição de que a sociabilidade contemporânea é marcada por *videologias*, entendida como a nova forma de mitologia que molda a realidade contemporânea, onde o fetiche prevalece na cultura midiática.

Partindo de uma inspiração na interpretação da mitologia contemporânea proposta por Barthes, apresentam como a televisão e outras mídias industrializam a confecção do mito, influenciando a linguagem e as práticas sociais, na medida em que comparecem como o elo que coloca o mito na comunidade falante, autorizando e legitimando práticas de linguagem:

“A polissemia de um neologismo - videologia -, tomado tanto como referência à obra de Barthes, Mitologias, como com relação à palavra ideologia, é o ponto de partida, neste livro, para uma reflexão sobre os meios de comunicação de massa (particularmente a televisão) enquanto operação imaginária, na medida em que a

imagem é simultaneamente alicerce, instrumento e resultado da operação midiática.”

(Bucci; Kehl, 2004, p. 7)

Por esse caminho, passam a explorar como a mídia transforma produtos e mercadorias em fetiches, atribuindo-lhes um valor simbólico que vai além de seu valor real e material. No esteio da proposição de uma sociedade do espetáculo, eles buscam aproximar as teorias de Marx e de Freud sobre o fetichismo para entender como a mídia oculta as relações sociais subjacentes por meio de objetos imaginários que ganham estatuto de fetiches. Resgatam que a teoria marxista contribui para pensar o ocultamento das relações de dominação/exploração entre homens sob a aparência das relações de troca entre as coisas. Já a teoria psicanalítica contribui para pensar o ocultamento de uma perda e uma falta intoleráveis, pois o fetiche é o objeto mágico de satisfação do desejo pela denegação da perda e da falta, exprimindo a impossibilidade de lidar com a ausência e com a alteridade. As produções imagéticas midiáticas produzem um investimento que sustenta o fetiche, sendo que muitas vezes esse investimento se dá para com outros sujeitos, como os famosos, em que estes assumem o caráter de mercadoria.

A lógica do fetiche passa a ser então o que regula as relações sociais na sociedade do espetáculo e a revolução dos meios de comunicação desde os anos 1960 até os dias de hoje só vem amplificando e potencializando esse movimento. Mas o principal na contribuição desses autores é demonstrar como se configura um ideário que sustenta e organiza o próprio meio cultural a partir de um lugar muito particular de objetificação de si e do outro em uma submissão cega ao olhar anônimo, impessoal e voyeurista das câmeras. Essa perspectiva onipresente do olhar por meio do vídeo como metáfora de sustentação do imaginário coletivo é o ponto central da proposição das *videologias*. Nessa perspectiva, as modificações nas trocas intersubjetivas também são marcadas pela alienação e pela violência.

Os autores argumentam, em consonância com o que temos destacado, que a violência nos meios de comunicação não se limita às representações explícitas de agressão física, ocorrendo principalmente através da imposição de imagens e narrativas que moldam e controlam a subjetividade dos telespectadores. Isso se dá porque a televisão e outros meios de comunicação não refletem a realidade, mas participam ativamente da construção de um imaginário coletivo que legitima a violência como algo normal e aceitável, ao mesmo tempo em que se inviabilizam e se ocultam na produção de uma realidade em que as fronteiras de verdade e ficção se apagam na construção de um *simulacro*. A repetição incessante de imagens violentas e estereótipos produz uma insensibilidade emocional nos espectadores, ao mesmo tempo em que reforça a naturalização da violência na sociedade, por meio da eliminação ou violação do corpo do outro, como única forma de lidar com a diferença. Do mesmo modo, a espetacularização da violência e do sofrimento esvazia o sentido dessas experiências e as transforma em entretenimento, contribuindo para a banalização da violência real e simbólico-imaginária.

Em suma, o espetáculo midiático das *videologias* é o próprio meio de subjetivação da contemporaneidade, onde se destacam a violenta estetização da existência e a supressão das fronteiras entre público-privado e realidade-ficção, reforçando o desamparo e lançando as pessoas em uma voraz busca de objetos de consumo como forma imediata de estabilização de suas identidades. Portanto, as videologias são os veículos de comunicação do mal-estar na atualidade.

Uma outra vertente do mal-estar na atualidade pode ser encontrada na concepção de uma razão diagnóstica e na aliança entre discurso psiquiátrico e ideologias neoliberais, em que o livro de Christian Dunker (2015) sobre o mal-estar, sofrimento e sintoma, figura com destaque na literatura recente e representa bem o tipo de pesquisa desenvolvido em seu laboratório sobre as patologias do social em sua relação com a gestão neoliberal do

sofrimento psíquico. Neste livro em particular, o foco é pensar como as formas de sofrimento psíquico se configuram no contexto sociocultural a partir da dependência de uma racionalidade diagnóstica específica que se constitui necessariamente como uma construção ideológica. Para tanto, o autor propõe uma análise crítica, antropológica e histórica das categorias discursivas e patológicas emergentes a partir da consolidação do discurso psiquiátrico em seu direcionamento para o modelo atualmente vigente de aliança entre uma visão organicista e sindrômica de doença mental com o modelo farmacológico de terapêutica. Nesse sentido, passa em revista os conceitos fundantes da alienação e anomia, prosseguindo em direção às diferentes enunciações do páthos – doença, sintoma, transtorno, etc. – para elucidar o processo de nomeação clínica do sofrimento.

O objetivo central é desenvolver um conceito de sofrimento fundamentado na psicanálise, que possa contribuir tanto para a ação terapêutica sobre os sintomas quanto para a intervenção em experiências de mal-estar socialmente compartilhadas. A metodologia empregada é a análise histórico-antropológica das patologias do social, baseada na perspectiva de uma ontologia negativa. O autor propõe três modalidades de análise comparativa como percurso metodológico: a construção de casos clínicos, a análise de discurso psicanaliticamente orientada e a crítica filosófica das gramáticas de reconhecimento implicadas no mal-estar, no sintoma e no sofrimento.

Como resultado dessa última modalidade, chega a uma melhor distinção entre esses termos, reiterando que o mal-estar, do ponto de vista psicanalítico, diz respeito à própria condição ontológica do ser humano, pois está intrinsecamente ligado à perda de uma espécie de “lugar natural” do ser humano. Ao nos tornarmos descolados de nossas determinações biológicas e, principalmente, ao nos tornarmos sujeitos da linguagem, nos descentramos de um destino predeterminado e nos lançamos à liberdade. Essa indeterminação, que pode parecer animadora por permitir a criação do próprio destino, é também uma fonte permanente

de mal-estar. O mal-estar, nesse sentido, é a expressão de uma satisfação que não admitimos em nós mesmos, uma contradição que se manifesta em sofrimentos que não conseguimos simbolizar ou circular socialmente. Nessa perspectiva, cuja ideia de ontologia negativa se apoia no referencial lacaniano, o mal-estar é uma espécie de angústia existencial originária, entendida como expressão no registro do Real de um gozo que escapa a possibilidades de codificação simbólico-imaginária. Esse gozo não simbolizado também expressa as contradições entre as diversas instituições discursivas e materiais da vida cultural e, portanto, pode ser agravado a partir de condições particulares do convívio e ordenamento social. Assim, o mal-estar, embora permeie a todos, fundamentalmente é da ordem da condição humana e se configura particularmente no âmbito dos conflitos e relações estruturais das instituições socioculturais.

Já o sofrimento diz respeito a como o mal-estar que se expressa a partir desses conflitos ganha consistência e enunciação imaginária e singular nas pessoas a partir das construções que codificam as formas de viver e também de sofrer, ou seja, os ideais e discursos que se propagam na cultura e a partir de onde as pessoas articulam seu sentido singular. Em outras palavras, como os diferentes ideários - mitológicos, religiosos, étnicos, de classes e assim por diante – acabam modelando e dando o sentido para a angústia e o desprazer, construindo narrativas de si que encontram seus suportes de identificação. Nesse sentido é que podemos afirmar que as videologias são o veículo privilegiado do mal-estar na atualidade, proporcionando formas de codificação do sofrimento para as pessoas. O sofrimento de não poder alcançar o status de celebridade, ensejando a busca de suportes identificatórios parciais por meio do consumo de bens da indústria cultural, por exemplo.

Por fim, os sintomas dizem respeito a uma codificação mais específica, que se dá a partir dos discursos e práticas científicas de cura, que na tradição moderna e ocidental se fundam a partir do modelo médico e psicológico, herança a partir da qual a própria

psicanálise se constitui. Entram aí os discursos que desde o nascimento da clínica médica e depois na psicopatologia vão constituindo o movimento de medicalização do social próprio da tradição moderna e ocidental, como estabelecidos inicialmente por Foucault em sua discussão sobre o biopoder (Dunker, 2015). A etapa mais recente e evidente desse processo se encontra justamente nas transformações da razão diagnóstica que se aprofundaram a partir do final do século XX no discurso médico e psiquiátrico, bem como sua difusão para a cultura como um todo, criando uma nova cartografia de entidades psicopatológicas que por sua simplicidade e universalidade descritiva acabou por popularizar e banalizar os rótulos diagnósticos, com várias consequências, que em geral são bem conhecidas e que são bem exploradas no livro e em outros trabalhos do mesmo autor.

Considerando esse contexto, o autor aborda a relação complexa entre mal-estar, sofrimento e sintoma, aprofundando e ampliando essa chave de leitura, destacando como as transformações sociais e políticas, como a privatização do espaço público e as exigências do neoliberalismo, impactam a forma como experimentamos o sofrimento psíquico. A hipótese central é que uma série de discursos, dispositivos e retóricas que agenciam e normatizam situações críticas de adoecimento em instituições, práticas clínicas e políticas de saúde mental podem ser comparadas visando um conceito clínico e metodologicamente crítico de sofrimento. Para tanto, avança na construção de uma concepção que faça contraponto a essa visão hegemônica a partir de um fundamento psicanalítico.

Como se sabe, o cerne da concepção psicanalítica de sintoma desde o início é que ele representa um conflito e expressa a verdade de um desejo, bem como o fato de que só escutando e elaborando isso que nele se materializa que pode haver cura. Essa é a razão pela qual o sintoma é da ordem de uma positividade e de uma efetividade, não uma negatividade, desvio ou disfunção. Considerando uma perspectiva lacaniana e contemporânea, o autor propõe que o sintoma seria a expressão cifrada e muitas vezes paradoxal de uma verdade e de

uma forma de gozo que não consegue ser simbolizada, integrada ou traduzida de forma eficaz no laço social. Por isso não é apenas o sinal de uma doença interna, mas um significante de um impasse coletivo ou subjetivo que se manifesta no corpo, na psique ou nas relações. Em sua análise, o sintoma é um código que revela uma contradição: ele aponta para algo que insiste em não ser dito, que resiste à linguagem e à significação. Esse "algo" pode ser uma demanda não escutada, um desejo barrado, uma satisfação que a moral ou a organização social não permite reconhecer. Dessa forma, o sintoma é um paradoxo de satisfação e sofrimento: mesmo causando dor, ele contém uma forma de satisfação ou de organização da existência que o sujeito, ou a sociedade, não consegue abandonar ou transformar plenamente.

É importante indicar que esse tipo de reflexão encontra ressonância com os demais autores que apresentamos anteriormente, pois recai na questão de uma posição ética e também política da psicanálise na vertente de uma responsabilização e de uma ação. Nesse sentido, vem ampliar a discussão ao argumentar que na contemporaneidade, com a privatização do sofrimento e a hegemonia de discursos que individualizam e medicalizam o mal-estar, o sintoma torna-se na verdade cada vez mais um *sintoma social*. Indica então que se faça uma reflexão contraintuitiva em relação às codificações hegemônicas que tendem a individualizar o sofrimento e o sintoma, revelando seu avesso e indicando a necessidade de uma crítica no sentido de compreender suas condições de produção. Assim sendo, o sintoma não é apenas a doença da pessoa como indivíduo, mas um significante da patologia do próprio laço social, por conta da dificuldade de criar espaços de simbolização e de elaboração coletiva para o sofrimento que emerge dos impasses da civilização. O sintoma, nessa perspectiva, é a "cifra" do que nossa sociedade produz como excedente de gozo e como déficit de sentido.

Essa linha de argumentação e crítica marca a especificidade de outros trabalhos do LATESFIP-USP, que vão no sentido de pensar não só as psicopatologias a partir de um

enfoque psicossocial, mas como verdadeiras patologias do social. No caso específico do livro de Dunker, a análise recai sobre uma análise das formas de sociabilidade específicas ou particulares do contexto nacional. Uma que é central e que merece destaque é a denúncia de uma pretensa *lógica do condomínio* como ilustração da forma de convívio social. Como se sabe, o ideário do condomínio como pretensão de lugar para morar é uma aspiração das classes sociais mais ricas no nosso país, mas se espraia para todo o tecido social como uma lógica de organização. Portanto, configura-se como uma ilustração paradigmática de uma tendência de segregação dos espaços sociais e privatização dos espaços públicos que é uma forma contemporânea de estruturação da dinâmica de grupos do *narcisismo das pequenas diferenças*, com todas as características típicas de funcionamento esquizo-paranóide que costuma mobilizar. É também a expressão última das vicissitudes do regime disciplinar e das exigências de controle das sociedades contemporâneas.

A noção básica da lógica do condomínio é a produção de segregação e isolamento, com a construção de “muros” (físicos, sociais ou simbólicos) para separar o "dentro" do "fora". O "dentro" é percebido como seguro, controlado e homogêneo, enquanto o "fora" é visto como perigoso, caótico e ameaçador. Isso leva ao isolamento social, à desconfiança em relação ao diferente e à perda de espaços públicos de convivência. Como consequência, tem-se, em primeiro lugar, a privatização do sofrimento, pois dentro da lógica do condomínio, os problemas são vistos como questões estritamente individuais. O sofrimento e as dificuldades deixam de ser compreendidos como manifestações de impasses sociais ou políticos e passam a ser tratados como falhas pessoais, a serem resolvidas com consumo ou com a eliminação de qualquer “anormalidade”.

Esse espaço reflete uma busca por segurança e controle que se mostram ilusórios e, sobretudo, se tornam sintomáticos, pois a fantasia paranóica do retorno do que é recusado acaba por mobilizar defesas. Diante disso configura-se uma obsessão pela segurança que leva

à criação de sistemas de controle e vigilância cada vez mais sofisticados. No entanto, essa busca incessante por segurança acaba gerando mais angústia e paranoia, pois a ameaça externa é constantemente reforçada e nunca é completamente eliminada. O que há de particularmente novo ou específico nessa dinâmica é sua articulação com o capitalismo tardio e a gestão neoliberal de produtos e serviços, de forma tal que a segurança se torna uma mercadoria constantemente investida e valorizada como símbolo de status. A própria busca por uma vida idealizada dentro do condomínio é mediada pelo consumo. A felicidade e a segurança são prometidas através da aquisição de bens e serviços, que se tornam substitutos para a construção de sentidos mais profundos e coletivos. Por fim, os ambientes condominiais tendem a valorizar a homogeneidade e a exclusão do que é percebido como disruptivo ou diferente. Isso se traduz em intolerância, preconceito e na dificuldade de lidar com a diversidade cultural, social ou de pensamento.

É possível afirmar que a lógica do condomínio acaba por produzir também um perigoso conluio na retirada do sujeito, dessa vez de seu espaço de sociabilidade pública. É o espaço público que é privatizado e também a própria concepção de política como defesa de interesse público e bem comum que é esvaziada. Além disso, ao promover o isolamento e a desconfiança, essa configuração corrói quaisquer laços sociais mais amplos e solidários. As pessoas se tornam mais voltadas para si mesmas e para seus pequenos grupos, perdendo a capacidade de construir projetos coletivos e de se reconhecerem na alteridade. Em suma, a *lógica do condomínio*, é uma metáfora poderosa para descrever uma forma de organização social que, ao tentar controlar e proteger, acaba por aprisionar, segregar e paradoxalmente aprofundar o mal-estar ao impedir a simbolização e a elaboração coletiva do sofrimento.

Como se pode observar, esse tipo de encaminhamento da discussão sobre o sofrimento psíquico nas subjetividades contemporâneas traz já mais claramente a dimensão política para o campo psicanalítico. Uma última contribuição que considero relevante para nossa

caracterização é o livro de Miriam Debieux Rosa (2016), sobre *A Clínica Psicanalítica em Face da Dimensão Sociopolítica do Sofrimento*. Nessa obra, a autora explora a intrincada relação entre a psicanálise, a política e a cultura, com foco central na produção do sofrimento, partindo de uma visão contemporânea do campo psicanalítico a partir da vertente lacaniana e francesa.

Tal como Dunker, Rosa argumenta que o sofrimento psíquico não é meramente um fenômeno individual, mas está profundamente entrelaçado com as dinâmicas sociais e políticas. A autora parte igualmente da crise dos ideais normativos modernos, incluindo o declínio da função paterna e dos ideais baseados na renúncia pulsional em prol do bem comum. Como vimos, essa crise fomenta uma cultura narcísica excessiva e indiferente, com esvaziamento da solidariedade, no que se destaca o individualismo da vida neoliberal. Diante disso se apresentam as modulações nas formas de sofrimento, em consonância com as indicações gerais das chamadas psicopatologias contemporâneas, nas quais a dimensão histórica e narrativa é substituída pelos registros do corpo e da ação. Retoma também o conceito de desamparo como uma condição estruturante da subjetividade humana. No entanto, ela expande esse conceito para incluir o *desamparo discursivo*, que se refere em última instância à fragilização das estruturas discursivas que dão suporte ao laço social.

Diante disso, podemos afirmar que Rosa (2016) vem se somar aos nossos autores precedentes na tematização da gestão do desamparo contemporâneo no campo psicossocial, com a definição específica de um desamparo discursivo e na análise de suas consequências para a produção de sofrimento. Sua ênfase é que o sofrimento seja produzido e administrado política e discursivamente. Isso porque quando o discurso do sujeito é desqualificado ou silenciado, soma-se ao seu desamparo social um desamparo discursivo, dificultando o reconhecimento de seu sofrimento e sua inserção no laço social. Discursos hegemônicos e

universalizados podem desalojar o sujeito de sua história pessoal, sociocultural e política, apagando sua força discursiva e culpabilizando-o por sua condição social.

É importante frisar que essas condições de desenraizamento são ainda mais nefastas para as pessoas que estão em posições marginais de poder e em condições de vulnerabilidade social. Isso se dá porque quando a pessoa é destituída da capacidade de se nomear, de dar sentido à sua experiência e de ser reconhecida no laço social por meio de seu próprio discurso, alija-se sua posição de sujeito e de cidadão. Em outras palavras, discursos hegemônicos, muitas vezes impregnados de interesses de poder, podem colonizar o campo da linguagem e produzir situações de exclusão social e de destituição subjetiva. Isso é frequentemente resultado de processos de silenciamento, estigmatização e invisibilidade social, que impedem a subjetivação e a construção de uma posição de pertencimento:

“Em nova articulação sobre o desamparo discursivo, destacamos o modo como o discurso social e político, carregado de interesses e visando manter ou expandir seu poder, mascara-se de discurso do Outro (campo da linguagem) para enredar o sujeito em suas malhas — seja na constituição subjetiva, ou nas circunstâncias de destituição subjetiva.” (Rosa, 2016, p. 17)

Isso tem repercussões significativas sobre as posições narcísico-identitárias nas subjetividades e demanda uma clínica psicanalítica *implicada*. Essa autora também é uma das principais promotoras de uma renovação sobre a perspectiva da psicanálise dos fenômenos sociais e culturais, que inicialmente foi definida como psicanálise aplicada. A mudança no termo reflete em primeiro lugar o descolamento de uma noção tradicional de ciência aplicada, ou seja, de que a técnica é derivação aplicada de um saber que se constitui no campo da pesquisa básica e fundamental. Essa ideia já havia inicialmente sido desconstruída pela

psicanálise na abordagem freudiana, mas ainda trazia as marcas e riscos de uma certa transposição de categorias interpretativas e, principalmente, uma certa ideia de neutralidade e isenção na intervenção. Essa “neutralidade” encarnava uma suposta representação social de isenção médica de implicações políticas e ideológicas, a qual a psicanálise ortodoxa buscou se ater. É justamente esse limite que foi paulatinamente sendo ultrapassado pela psicanálise rumo ao que temos hoje, reconhecendo cada vez mais as implicações políticas dos saberes e práticas psicanalíticas (Rosa, 2004).

Nesse contexto, uma psicanálise implicada é fundamentalmente da ordem de uma implicação ético-política, com um posicionamento ideológico de compromisso com a emancipação e ruptura de posições cristalizadas de poder que trazem sofrimento e desconhecimento da alteridade. Além disso, a implicação se dá também no sentido de uma prática interventiva mais proativa, cuja atuação não se limita ao *setting* tradicional. Trata-se, portanto, também de uma clínica ampliada, pois desenvolve enquadre diferenciados da clínica e os articula com outras perspectivas profissionais e mesmo disciplinares, mas se implica no tecido social para além de dispositivos de saúde tradicionais, buscando atuar não só na atenção psicossocial, mas nos próprios espaços comunitários e mesmo públicos. Entende-se que somente nesse grau de implicação e deslocamento pode-se de fato abrir a escuta e intervenção psicanalítica para a dimensão sociopolítica do sofrimento. Assim, não se trata de “aplicar” a psicanálise a problemas sociais, mas de entender que a própria subjetividade é constituída e afetada pelos contextos em que o sujeito está inserido. Por isso o conceito de psicanálise implicada representa uma postura ética e clínica que reconhece a indissociável relação entre o sofrimento psíquico individual e as dimensões sociopolíticas, históricas e culturais que o atravessam.

Se Dunker dá destaque aos efeitos da lógica do condomínio sobre os que estão do “lado de dentro”, Rosa destaca os efeitos sobre os que se encontram do “lado de fora”, na

periferia ou à margem. Nesse sentido, ela propõe a escuta do trabalhador e de outros sujeitos submetidos a condições de exploração e exclusão, como migrantes e outras populações discriminadas, buscando separar a alienação estrutural do sujeito da alienação ao discurso social e ideológico. A autora dá especial destaque à relação entre o sofrimento e o mundo do trabalho, especialmente no contexto da precarização e da exploração. Ela argumenta que o trabalho pode ser uma fonte de saúde e de sublimação, mas também pode se tornar um fator de sofrimento quando é desprovido de sentido e marcado pela instabilidade, pela flexibilidade excessiva e pela desregulamentação. Com isso acaba abordando também os efeitos do neoliberalismo econômico sobre as subjetividades.

Por fim, enfatiza a importância de criar dispositivos clínicos que permitam a emergência da palavra e a ressignificação do sofrimento. Por conta disso é dado um enfoque importante à dimensão discursiva na produção do sofrimento, ou seja, de como o discurso social dominante e as narrativas que circulam afetam a maneira como as pessoas vivenciam e expressam seus sofrimentos. Assim, é possível afirmar que desamparo discursivo e clínica implicada são duas concepções centrais para uma proposta de clínica psicanalítica que considere a dimensão sócio-política do sofrimento.

Considero essa proposta particularmente rica e ilustrativa de como pode se efetivar uma prática psicanalítica contemporânea orientada por uma concepção verdadeiramente psicossocial de subjetividade, no qual a dimensão do poder, da violência e da ação estejam centralmente colocadas e descoladas de uma razão diagnóstica centrada nos sintomas. É importante também o destaque que essa autora traz para a dimensão dos processos de trabalho e os fatores econômicos, que são em geral aqueles que mais comumente estão relacionados ao campo da política e que curiosamente recebem pouco desenvolvimento na tradição psicanalítica. Um outro ponto importante, o qual nos reconduz de volta ao nosso

objeto de investigação, é que em suas considerações a autora também retorna à discussão sobre a sublimação.

A autora parte da ideia geral de que a sublimação é entendida como um processo psíquico que permite a transformação de investimentos pulsionais de natureza sexual e agressiva em atividades socialmente valorizadas e produtivas. No entanto, sua caracterização vai também além da visão freudiana clássica de dessexualização e redirecionamento. Ela enfatiza que a sublimação não é um processo puramente individual e intrapsíquico, mas que se articula com o laço social e as possibilidades de criação e reconhecimento no campo cultural. Contudo, embora aborde o cerne da problemática, o conceito propriamente não comparece como um operador de destaque em sua argumentação e proposição, permanecendo mais como um pano de fundo para a abordagem das diversas cenas que compõem os âmbitos de sofrimento que aborda e que compõem sua linha de pesquisas: o desamparo discursivo no âmbito da infância e adolescência, dos fluxos migratórios e da marginalização, bem como seu agenciamento político e jurídico.

Contudo, ao longo trabalho, especialmente ao discutir essa clínica implicada em contextos de vulnerabilidade, a sublimação aparece de forma implícita como uma via para a construção de saídas criativas e de resistência diante de experiências traumáticas e de desamparo discursivo. Não se trata de negar o sofrimento, mas de encontrar formas de simbolizá-lo e de investir a energia psíquica em produções que podem ir desde a arte até a participação política e a construção de novos laços sociais. Trata-se assim de um trabalho não só de escuta, mas de fomento da instauração da condição de sujeito, não só como sujeito desejante, mas como sujeito psicossocial, com garantia de direitos dentro de um estado democrático, na medida em que os ideais sociais são também discursos de legitimação, amparo e reconhecimento sem os quais o sujeito não pode se sustentar. Nesse sentido, a autora também faz uma aposta na responsabilidade da psicanálise em uma implicação política

e no compromisso com a emancipação humana, pela perspectiva de uma concepção de sujeito desejante, como se pode depreender de sua conclusão:

“Há um sujeito, essa é a aposta psicanalítica. E, na atual fase de acumulação capitalista, ordena-se que o sujeito se faça coisa para o funcionamento da ordem econômico-social e política, negado em sua condição desejante. É nessa dimensão que a escuta psicanalítica pode contribuir para a emergência de um sujeito que se separa dessa ordenação, para comparecer como quem questiona essa ordem e se movimenta criando ações de transformação; nessa dimensão, é reconhecendo-se como falta-a-ser que a alteridade, a diferença, não é significada como ameaça, mas como encontro, com o qual se faz o novo.” (Rosa, 2014, p. 197)

Com Miriam Debieux Rosa, fica mais clara ainda a passagem de uma posição ética para uma implicação política na gestão do desamparo, onde podemos interpretar que se integra bem ao nosso caminho na problemática da sublimação. Assim, podemos afirmar que, a partir dos trabalhos desses autores, a sublimação não seria apenas a negação ou o desvio da pulsão, mas a capacidade de criar e de inscrever-se no mundo de forma produtiva, transformando o que poderia ser fonte de adoecimento em potência criativa e de subjetivação, muitas vezes em diálogo com os impasses e as possibilidades do campo social. Ela seria uma forma de trabalho psíquico que contribui para a constituição do sujeito e para a sua inserção digna no laço social, especialmente quando há um excesso de gozo não simbolizado. A sublimação, assim entendida, consiste em uma forma de ação e elaboração do mal-estar por meio de uma realização no campo psicossocial.

Como se pode perceber, essas posições se baseiam na tradição psicanalítica freudo-lacaniana, mas a situa e a articula de forma mais enfática com o campo sociopolítico,

vendo a sublimação como um mecanismo que permite ao sujeito se posicionar ativamente e criar mesmo e sobretudo em condições adversas. Considero assim que esse panorama geral de autores seja suficientemente representativo de uma posição bastante consistente de trabalhos que versam sobre a compreensão das subjetividades contemporâneas em uma vertente psicossocial mais ampla, que inclui uma implicação política e crítica em relação a certas estruturas ideológicas e político-econômicas dominantes. É importante reter desse percurso expositivo como a questão das psicopatologias contemporâneas não diz respeito somente a uma questão técnica (como trabalhar com novas configurações de sintomas em um modelo clínico ainda psicoterápico) ou teóricas (como compreender a transição de um paradigma edípico para um narcísico em termos de estruturas subjetivas), mas a uma visão mais ampla de como essa sintomatologia, esse sofrimento e esse mal-estar se configuram de formas complexas na interpenetração entre discursos e dispositivos de diferentes âmbitos: na saúde, nas formas de sociabilidade, nos ideais culturais e na própria organização produtiva do trabalho e do consumo. Nesse percurso já é possível antever como essa reorientação da psicanálise colocada à prova do social implicitamente amplia a própria compreensão geral da formação e manutenção dos vínculos sociais e seu lugar na economia psíquica, onde o conceito de sublimação comparece como um operador importante.

Com essa fundamentação teórica geral estabelecida, iremos agora nos deter sobre como na literatura nacional atual a temática da sublimação tem surgido e tem sido tematizada de forma mais circunscrita em artigos e também de forma mais específica em alguns recortes e proposições, para apontar o que interpreto serem os modelos mais interessantes sobre este conceito para encaminhar e sustentar uma psicanálise contemporânea dos fenômenos sociais e culturais. Contudo, para podermos seguir no caminho que se abre neste terceiro momento histórico do movimento psicanalítico a partir da injunção de ele estar à prova do social, precisarei voltar rapidamente ao percurso freudiano para apontar alguns descaminhos e

potencialidades para pensar o conceito de sublimação, propondo o resgate de um outro eixo: a dimensão do *trabalho*.

Retorno à Sublimação pela Categoria do Trabalho

Penso que a primeira coisa a se destacar e que talvez fique agora mais claro em retrospecto é a restrição que o discurso sobre a sublimação tem desde as origens freudianas no sentido de caracterização do escopo de seus produtos. Trocando em miúdos e para ficar no que se configura como modelo geral de inteligibilidade, a caracterização dos produtos sublimatórios tende a se restringir a realizações culturais da ordem da ciência e da arte. Aqui é interessante retomarmos o fio da meada, tal como indicado por França Neto (2007): a sublimação em Freud aborda diretamente arte e ciência, tendo como fundamento a psicologia do amor, mas só tangencialmente aborda sua dimensão política.

Desde a leitura inicial sobre o gênio artístico e científico de Leonardo da Vinci (Freud, 1910/1996) até a caracterização das saídas diante dos conflitos e exigências sociais na gestão do mal-estar intrínseco à cultura (Freud, 1930/1996), a sublimação é vista prioritariamente como a saída criativa que produz uma realização cultural. Essas realizações culturais são indicadas em três diferentes vertentes: no plano da estética, da moral e do conhecimento. Então temos as questões do belo e do feio, no âmbito do juízo estético e no campo das Artes; a questão do verdadeiro e do falso, no âmbito do juízo de conhecimento e no campo das Ciências; a questão do bem e do mal, no âmbito do juízo moral e no campo da Religião e da Filosofia. Já aí notamos a ausência do campo da Política, como o lugar igualmente de agenciamento e codificação da moralidade e de legitimação de todos os outros códigos. É particularmente interessante que a questão da Lei desde Freud tenha se voltado

muito mais para o modelo da Religião do que o da Política e penso que isso não seja apenas um acaso circunstancial ou predileção pessoal.

Prosseguindo no argumento, a concepção freudiana toma então que a cultura ou civilização é o que nos dá amparo contra o nosso desamparo estrutural orgânico e social e nos protege do sofrimento que advém em primeiro lugar da natureza – os perigos externos do ambiente e internos ao corpo que nos levam à morte – mas sobretudo das relações interpessoais e, portanto, da cultura. Nesse ponto, é importante ressaltar que há a dimensão geral da submissão à lei e a ordem, que se resume em última instância à renúncia pulsional e ao pacto edípico como fundamento do pacto social, mas há também a dimensão particular dos conflitos interpessoais, grupais e institucionais. As discussões freudianas se centram ao geral, em uma visão filosófica e macroscópica, deixando em segundo plano ou não tomando como objeto de trabalho especificamente ou propriamente psicanalítico essa visada microscópica sobre os embates e conflitos sociais, embora alguns modelos metapsicológicos permitam pensar a dinâmica dos grupos. Assim, a ideia geral de um processo civilizatório como aquilo em que o ser humano se erige de sua condição natural acaba prevalecendo na compreensão freudiana, o que é condizente com os modelos de seu período histórico de inserção.

Se retomarmos a listagem clássica de saídas diante do sofrimento que Freud (1930/1996) acaba configurando em seu livro, podemos pensar em algumas variações interessantes. Tomando alguma liberdade de reorganização, costumo dizer que a classificação freudiana se detém em indicar três níveis de modalidades: as que incidem sobre a fonte pulsional, as que se desenrolam fundamentalmente no nível de dinâmicas psíquicas e as que se desdobram para as relações com o ambiente em formas de ação e realização. Nessas últimas é que encontramos propriamente os destinos sociais para os conflitos pulsionais. No primeiro grupo estão os mascaramentos e modulações pulsionais por meio da ação de drogas no sistema nervoso e a anulação das próprias moções pulsionais por meio de práticas

espirituais de desprendimento e superação do desejo em direção ao nirvana. No segundo grupo estão o controle e modulação das pulsões por meio de defesas psíquicas, que implicam tanto modulações no fluxo e refluxo de investimentos quanto estruturações de personalidade propriamente ditas. Assim, há uma parte que indica a retirada da libido para um refúgio da vida de fantasia e imaginativa, bem como as transformações do amor em seu destino de satisfação sexual direta, e outra parte que indica simplesmente uma genérica fuga para neurose. Aqui já cabe nos determos um pouco em alguns pontos.

O primeiro ponto é essa indicação de encaminhamentos psicopatológicos ser muito superficial. Isso é justificado pelo texto não ter como objetivo entrar nos meandros mais teóricos e técnicos da psicanálise enquanto prática clínica, almejando uma discussão geral sobre a condição humana em sua relação com a cultura. Esse tópico poderia ser desdobrado em muitos outros, já que “neurose” aqui é simplesmente um sinônimo para doença mental. Caberia definir melhor que cada estrutura psicopatológica organiza e modula a relação do desejo por meio de mecanismos de defesa específicos. Isso é apenas indicado, mas não desenvolvido. É uma pena, pois é todo o campo da relação entre cultura e personalidade que se anuncia aqui.

O outro ponto é justamente o fundamento na “psicologia do amor”, que também não é desenvolvido. Afinal a questão do fluxo e refluxo dos investimentos libidinais na esfera do amor é uma das vias régias para a constituição de vínculos libidinais e para a própria manutenção da saúde mental – afinal poder amar e trabalhar é o parâmetro geral para uma concepção freudiana de cura. Então primeiramente os investimentos libidinais uma vez frustrados podem retornar o eu, em uma introversão que pode levar ao superinvestimento de vida imaginativa e de fantasia. Isso implica um certo refúgio do convívio social e a possibilidade de reinvestimento propriamente narcísico, mas é também oportunidade para os processos de pensamento e criação. Já os investimentos propriamente sexuais – leia-se então

objetais e genitais – em relação ao objeto de amor podem também sofrer transformações diante das frustrações e proibições. Eles são inibidos em sua finalidade passando por transformações de meta, deixando de ser amor sexual e passam a ser amor parental ou fraternal. Nesse ponto o destaque é que os vínculos de natureza social, ou seja, as filiações grupais e institucionais, estão assentados em amor dessexualizado e transformado em fraternidade.

Aqui já há todo o caminho para se pensar a sublimação, principalmente em sua concepção mais tradicional, oriunda do que temos chamado de primeiro modelo ou tempo da sublimação, em que o destino pulsional encontra por deslocamento simbólico um objeto valorizado socialmente. Então na esfera do amor em seus trâmites intrapsíquicos, já se encontra um destino libidinal para a formação de vínculos sociais – os grupos e instituições se mantêm por laços libidinais, essa é a grande lição da análise freudiana da psicologia das massas. Portanto, esse é um caminho sublimatório que indicaria uma destinação mais propriamente social para a questão do amor.

O problema é que embora esteja inicialmente indicada e seja no fundo o que está implícito em todo o ensaio freudiano - centrado no final na ideia de forças de vinculação eróticas e desvinculação tanáticas do próprio tecido social - a dinâmica específica da sublimação enquanto mecanismo não é ressaltada ou ganha centralidade no argumento. Novamente há a questão da natureza do próprio ensaio que não recai em extensas teorizações ou discussões técnicas, mas é algo que chama a atenção e dá o que argumentar.

Passando agora para o terceiro grupo, há os destinos que envolvem mais diretamente a relação com o ambiente e vias de ação. Nesse grupo está o dilema entre engajar-se na vida social ou isentar-se dela, de forma tal que o isolamento social nos termos radicais de uma recusa do convívio em sociedade é sempre uma possibilidade no horizonte da vida humana. No outro extremo está a ação em direção à realidade e que se materializa, segundo a

caracterização freudiana, no remodelamento da realidade e nas realizações culturais. As realizações culturais são justamente as clássicas que apontamos acima, centradas no binômio arte-ciência como paradigma, e que são o lugar privilegiado para se compreender as sublimações. De fato, é aí que encontramos no texto a menção mais direta e explícita à sublimação. Já o remodelamento da realidade fala de ações mais concretas e menos “sublimes”, pois implicam fundamentalmente a ideia de transformação da natureza na consecução do ímpeto civilizatório e de uma certa modificação dos parâmetros e ideais de organização social. É aí que está indicada a dimensão da materialidade econômica e do poder político como um campo para se pensar os destinos e vicissitudes do desejo, o ponto que nos interessa agora em particular.

Nesse ponto cabe destacar em primeiro lugar que a própria ideia de realização cultural comporta a noção de remodelação material da realidade, afinal a criação ou transformação no âmbito da realidade implica sempre uma dimensão material de ação sobre a natureza objetiva, além da sua necessária e complementar dimensão subjetiva, ou seja, os vínculos e símbolos que sustentam e dão efetividade humana a essas atividades. Portanto, toda ação humana implica transformação e realização da natureza, que em seu âmbito humano é necessariamente objetiva e subjetiva, pois é concretude permeada de sentido e sentido que, pelo fato de se concretizar, tem efeito de realidade. Essa visão mais nuançada e complexa da natureza da realidade psicossocial humana, contudo, é algo que não podemos exigir do texto freudiano, na medida em que os referenciais teóricos que sustentam melhor essa discussão lhe eram alheios ou mesmo extemporâneos. Porém é algo que está presente no escopo da caracterização que ele monta em sua discussão sobre a natureza humana e por isso é um fio da meada possível de prosseguirmos.

De qualquer forma, entendo que essa divisão marcada na caracterização freudiana tem um caráter mais didático de repor categorias do senso comum, diferenciando o âmbito

propriamente “cultural” dos símbolos e ideais, do âmbito mais propriamente “social” dos conflitos socioeconômicos e políticos. Também entendo que o autor subdimensiona bastante esse grupo de saídas em sua discussão subsequente e que isso envolve justamente se distanciar de um posicionamento mais claramente político da psicanálise. Como se sabe, muito da crítica que se faz a esse texto freudiano é o seu risco de naturalização e reificação da vida social e cultural humana por assentá-la em última instância em um dualismo pulsional e, de fato, o eixo central da argumentação vai por esse caminho.

As justificativas para isso são muitas e bem conhecidas também, indo no caso para além da natureza de divulgação do texto e recaindo em duas ordens de questões mais gerais e mesmo estratégicas. A primeira e mais imediata é o contexto político do entreguerras e a necessidade da psicanálise se descolar de uma identidade judaica e de qualquer comprometimento de natureza ideológica e partidária. Essa posição estratégica mais circunstancial se soma a uma posição mais conservadora de base que acompanha o percurso freudiano desde as origens: a psicanálise é uma prática médica e científica e, portanto, neutra e isenta. O sofrimento psíquico nesse sentido precisa ser abordado prioritariamente e fundamentalmente a partir de uma perspectiva de cuidado à saúde, ou seja, em uma posição clínica. A dimensão política estaria muito distante e até mesmo em oposição a essa diretriz fundamental. Essa é a verdadeira posição ético-moral que se depreende do esforço em situar a psicanálise em uma cosmovisão científica e naturalista. Curiosamente, essa discussão mais diretamente permeada por questões sociais e políticas, como o mérito da guerra, da violência e as grandes ideologias como o anarquismo e o comunismo, não aparecem explicitamente no grande texto freudiano sobre o social. Elas são abordadas em outros textos do período, com destaque para a conferência sobre a questão da visão de mundo (Freud, 1933a/1996), que pode ser lida também por esse viés de posicionamento político, além de posicionamento epistemológico da psicanálise.

O outro ponto é que por meio do que está em discussão nesse grupo de saídas se insinua a necessidade de retomar e desenvolver o segundo parâmetro da cura freudiana: o poder trabalhar, ou seja, a categoria do *trabalho*. Do ponto de vista da metapsicologia, a categoria do trabalho (*Arbeit*) é um articulador central dos fenômenos e processos psicológicos em torno das pulsões e seus destinos. Essa noção freudiana de trabalho, do ponto de vista geral, está ligada à metáfora física da transformação dinâmica de energias. Nesse sentido é que há o paradigmático trabalho onírico, de transformação do pensamento latente em conteúdo manifesto por meio das leis e recursos do processo primário. Outra dimensão de trabalho que tem caráter central na concepção freudiana é o trabalho do luto, que visa a elaboração da perda do objeto por meio de um refluxo narcísico da libido no sentido de reposicionar os investimentos objetais. Trata-se de uma forma específica e natural de elaboração ou transformação que, no *trabalho* propriamente analítico, ganha a denominação de elaboração dos sintomas, que às vezes se chama de perlaboração, para ressaltar a ideia de percorrer, por meio da travessia trágica da transferência e da interpretação, os determinantes inconscientes dos sintomas, ultrapassando sua repetição em direção a uma tomada de consciência que enseja novos destinos ao desejo.

Além dessas formulações centrais, há outros usos e menções, como a ideia de trabalho intelectual, por exemplo, em geral referidas a essa ideia de um trabalho de elaboração mental de representações e afetos, ou seja, modulações e transformações de circuitos libidinais no psiquismo. Por isso é possível afirmar que o trabalho, no âmbito *psíquico*, se confunde com seu próprio funcionamento, pois diz da ideia geral de processos e operações que acontecem em seu espaço e dizem respeito à sua própria natureza. Nesse sentido, trabalho e elaboração psíquica acontecem de diferentes formas, como no sonho, no luto e no sintoma, ao que poderíamos perfeitamente incluir também o *trabalho de sublimação*: a elaboração do desejo em direção ao investimento de objetos socialmente valorizados por meio da referência a

ideais internalizados. É nesse ponto que entra também a ideia mais geral de um *trabalho de civilização* sobre as pulsões.

Porém, para além dessa dimensão metapsicológica intrapsíquica, o que se pode dizer do trabalho em sua dimensão social e intersubjetiva? Para tanto, é preciso abordar o trabalho enquanto ofício e ocupação ou como atividade profissional. É nesse ponto que, como vimos, a abordagem freudiana é limitada. Não é que o autor não se refira a esse âmbito em seus textos, mas é que essa referência é superficial ou secundária, não constituindo o fenômeno ou processo que está no cerne da discussão. De todo modo, ele aparece, por exemplo, no próprio texto sobre o mal-estar na cultura, como é o caso da preciosa nota de rodapé abaixo:

“(...) Nenhuma outra técnica para a conduta da vida prende o indivíduo tão firmemente à realidade quanto à ênfase concedida ao trabalho), pois este, pelo menos, fornece-lhe um lugar seguro numa parte da realidade, na comunidade humana. A possibilidade que esta técnica oferece de deslocar uma grande quantidade de componentes libidinais, sejam eles narcísicos, agressivos ou mesmo eróticos, para o trabalho profissional e para os relacionamentos humanos a ele vinculados empresta-lhe um valor que de maneira alguma está em segundo plano quanto ao de que goza como algo indispensável à preservação e justificação da existência em sociedade. A atividade profissional constitui fonte de satisfação especial se for livremente escolhida, isto é, se, por meio de sublimação, tornar possível o uso de inclinações existentes de impulsos persistentes ou constitucionalmente reforçados. No entanto, como caminho para felicidade, o trabalho não é altamente prezado pelos homens. Não se esforçam em relação a ele como o fazem em relação a outras possibilidades de satisfação. A grande maioria das pessoas só trabalha sob pressão

da necessidade, e essa natural aversão humana ao trabalho suscita problemas sociais extremamente difíceis.” (Freud, 1930/1996, p. 99)

Considero essa citação importante por fazer a associação que apontei sobre a transformação sobre a realidade como uma via sublimatória do desejo por meio de uma noção específica de trabalho como atividade profissional e ofício, um trabalho no âmbito psicossocial e não somente intrapsíquico. A questão então é que o autor sempre enfatiza o valor do trabalho para a economia libidinal do indivíduo, sem avançar muito em seus efeitos libidinais sobre a própria cultura, ou seja, a “economia” dos vínculos ou enlaçamentos sociais. É curioso, inclusive, nessa preciosa nota de rodapé perceber ao final a emergência do preconceito freudiano tipicamente elitista ou burguês em relação a natureza da vinculação humana com o trabalho como ofício. De todo modo, opiniões do autor à parte, o fato é que a vida exige trabalho; um trabalho sobre as pulsões, esse é o verdadeiro trabalho de civilização que poderíamos perfeitamente hoje chamar de processo de aculturação ou socialização.

Isso porque as pulsões, no âmbito do segundo dualismo pulsional e no momento final da obra freudiana, não se restringem ao circuito psicossomático, atravessam a própria natureza humana, incluindo a cultura. Isso também está presente implicitamente no começo da citação: a pertinência e preponderância do trabalho como forma de vinculação e enraizamento social. Então esse tipo de citação coloca que a ênfase no trabalho implica a economia libidinal nas duas pontas do circuito, do corpo orgânico ao corpo social. É, portanto, necessário avançar em uma metapsicologia do trabalho que inclua não só a sua dimensão social, mas também sua especificidade enquanto forma de atividade específica. Essa derivação, implícita e necessária à teoria psicanalítica, não é, contudo, suficientemente desenvolvida, principalmente à luz de um olhar contemporâneo sobre o legado freudiano.

O caminho que estou apontando, então, é retomar a ideia geral do “processo civilizatório” para reinserir a categoria do trabalho como articulador central. O propósito fundamental da cultura é promover o amparo contra o desamparo da natureza e das relações sociais e isso se dá fundamentalmente a partir de um trabalho que é intrapsíquico e intersubjetivo, objetivo e subjetivo. Alguns autores do campo psicanalítico brasileiro contemporâneo fazem essa aposta.

É caso de Menezes (2010), que em sua defesa de uma concepção freudiana de trabalho retoma esse percurso que apresentei no sentido de caracterizar uma noção de trabalho que vá além da mera atividade laboral, abrangendo os processos psíquicos de elaboração, transformação e ligação da energia psíquica. O artigo destaca que o trabalho, para Freud, é essencial para a economia da libido, a estruturação do sujeito e a manutenção da civilização. Ele pode ser uma fonte de satisfação pulsional, especialmente através da sublimação, e um meio de lidar com o desamparo inerente à condição humana. A questão do trabalho da civilização (*Kulturarbeit*) também é abordado e ressaltado, mostrando como ele busca proteger os seres humanos do desamparo e organizar as relações sociais, enfrentando a resistência da pulsão agressiva. Em suma, o artigo argumenta que a noção freudiana de trabalho reside nas operações do psiquismo, sendo uma forma de elaboração psíquica e uma resposta sublimatória ao desamparo. O trabalho é o instrumento fundamental que o ser humano criou para lidar com seu desamparo e viver em sociedade: “O trabalho é um elemento essencial da vida humana, tendo em vista sua função estruturante, seja ao possibilitar destinos para as pulsões, seja ao assegurar ao sujeito um lugar no circuito social.” (Menezes, 2010, p. 94).

A compreensão renovada do trabalho de civilização como uma tarefa fundamental para a elaboração do desamparo estrutural é também abordada no artigo de Pereira (2000), que avança um pouco mais na caracterização metapsicológica dos processos sublimatórios

nesse percurso, ou seja, em seus aspectos tópico, dinâmico e econômico em uma perspectiva muito consoante ao que nos ocupamos em outros textos e que apresentamos anteriormente nesta tese. O que nos interessa ressaltar agora é que o artigo também parte da centralidade do conceito freudiano de desamparo como uma condição estrutural e fundante da subjetividade humana, que persiste ao longo da vida. O desamparo seria também o motor do desenvolvimento psíquico, de tal forma que não consiste apenas em uma limitação ou horizonte, mas um impulsionador fundamental para o desenvolvimento psíquico, pois a necessidade de lidar com o desamparo original levaria à busca por objetos, à formação de laços e à construção de mecanismos psíquicos para atenuar essa condição. Como se pode perceber, por esse caminho surge toda a questão do trabalho sobre a pulsão em seu caminho à cultura. A autora, contudo, resalta a sublimação como via específica de elaboração do desamparo, de forma tal que a conexão entre desamparo e sublimação é um ponto chave de seu artigo. Ela retorna ao básico do conceito de sublimação, ou seja, a ideia de que seja um processo pelo qual a energia das pulsões é desviada para fins socialmente aceitáveis e culturalmente valorizados, para indicá-la como uma das formas mais elevadas e eficientes de elaboração do desamparo. Isso porque a sublimação permitiria transformar a angústia e a vulnerabilidade inerentes ao desamparo em criações, trabalhos, arte, ciência, e outras atividades que conferem sentido e valor à existência, desviando a carga pulsional de destinos menos adaptativos. Nesse sentido, o artigo também resalta o papel da cultura e da sociedade, por indicar que a sublimação não é um processo puramente individual, mas está intrinsecamente ligada à cultura e ao laço social. A sociedade oferece os canais e os objetos para a sublimação e as produções sublimatórias, por sua vez, enriquecem o campo cultural. Em síntese, pode-se afirmar que esse artigo, a partir de uma preocupação de rigor metapsicológico, também busca aprofundar a compreensão do desamparo freudiano como

uma condição estrutural da psique, apontando de forma específica a sublimação como uma via privilegiada para sua elaboração e transformação em produções culturais e sociais.

Penso que este é o momento de nos permitirmos apresentar, mesmo que brevemente, outras referências dentro do campo psicanalítico contemporâneo que dialoguem mais efetivamente com essa dimensão do problema. É o caso de nos indagarmos sobre as contribuições de uma psicanálise mais engajada no campo do trabalho, no caso as contribuições da “psicodinâmica do trabalho” que tem em Christopher Dejours uma referência central. Essa autor em particular nos interessa porque dentro do campo da psicanálise francesa contemporânea faz parte também do movimento da teoria da sedução generalizada e, portanto, dialoga com o legado laplancheano e outros autores que temos privilegiado.

Vou me resumir a apontar algumas considerações que estão presentes nesse autor, para reforçar a pertinência do resgate que estou propondo, sem me deter em apresentar a sua própria teoria, o que transcenderia em muito o escopo desta tese. Para tanto, vou apresentar as ideias do artigo de Amaral e colaboradores (2017), que traz um ótimo resumo da questão. Segundo as autoras, na perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho se efetiva um torção conceitual no entendimento tradicional da sublimação, justamente reposicionando o trabalho não apenas como um fardo ou uma obrigação social, mas como um mediador fundamental para a construção da subjetividade e da saúde mental. Nessa perspectiva o mérito da sublimação está na sua capacidade de constituir um operador na transformação do sofrimento em prazer. O *trabalho*, por sua natureza, impõe ao sujeito o encontro com o “Real” — aquilo que resiste à técnica, ao planejado e às normas prescritas pela organização. Esse hiato entre o que é pedido e a realidade do fazer gera, inicialmente, um estado de sofrimento. Para que esse sofrimento não evolua para a patologia, o sujeito deve mobilizar a sua inteligência prática (ou

mêtis), que envolve um engajamento corpóreo, afetivo e cognitivo para criar soluções criativas diante dos obstáculos.

Essa é a ideia de *mobilização subjetiva*, definida como o processo através do qual o sujeito busca dar sentido ao que ele faz no trabalho, deixando sua marca:

“Mobilização subjetiva é entendida como um processo intersubjetivo da mobilização da subjetividade do trabalhador que permite a transformação do sofrimento a partir de uma operação simbólica de resgate do sentido do trabalho. Desse modo, envolve a inteligência prática que é compartilhada e reconhecida pelo espaço público de discussões sobre o trabalho e passa pela dinâmica contribuição-retribuição simbólica (reconhecimento do saber fazer do trabalhador pelos pares e pela chefia), ou seja, depende do coletivo de trabalho”. (Amaral e cols., 2017, p. 214)

Essa concepção envolve necessariamente quatro dimensões que são indissociáveis: inteligência prática, espaço de discussão, cooperação e reconhecimento. Cabe destacar que se trata de um processo intrinsecamente ligado à intersubjetividade e à alteridade, ou seja, exigindo a implicação, vinculação com o outro. Isso ocorre por meio da dinâmica do reconhecimento, que é o eixo central que permite a transição do sofrimento para a identidade.

Nesse ponto que a mobilização subjetiva encontra a temática da sublimação, pois transpõe esse conceito mais claramente para o campo das organizações, elevando a sublimação à condição de peça-chave para a transformação do sofrimento em prazer e saúde no trabalho. Assim, a sublimação é o que permite que o trabalho não seja apenas uma atividade de execução, mas um espaço de realização da subjetividade. O que acho interessante nessa concepção é que Dejours faz justamente a passagem do nível puramente

metapsicológico que venho destacando para o campo psicossocial, por meio de uma consideração dos aspectos identitários e narcísicos da sublimação.

Aqui um artigo do próprio Dejours (2013) é bastante esclarecedor, na medida em que apresenta de forma bastante sintética e descritiva três níveis da sublimação nos processos de trabalho. O primeiro nível consiste na mobilização da inteligência prática, como descrito acima, e o engajamento no trabalho psíquico e prático, que normalmente envolve os mecanismos psicodinâmicos intrapsíquicos que costumam ser descritos a respeito da sublimação. A originalidade aqui está em focar nas demandas do real do trabalho como aquilo que mobiliza o processo de criação de saídas criativas e produtivas que envolve não só a dimensão prática, mas também a corpórea. Esse nível da sublimação é definido pelo autor como “corpo-priação”, ou apropriação do corpo de forma original e singular, transformando a dimensão puramente biológica do corpo em sua dimensão propriamente erógena e subjetiva. Isso quer dizer que o autor retoma a ideia de uma sublimação originária, própria da teoria da sedução generalizada, como base metapsicológica fundamental para os processos de subjetivação.

Porém, a esse nível intrapsíquico, superpõe-se o nível intersubjetivo, da relação com o outro, que envolve o reconhecimento identitário e narcísico. No plano mais propriamente da psicodinâmica do trabalho, envolve a prática laborativa no âmbito da cooperação e espaço de discussão coletivo. Nesse nível, para que o esforço subjetivo do trabalhador seja reconhecido como sublimatório, ele deve passar por dois tipos de julgamento: o julgamento de utilidade, geralmente conferido pela hierarquia e que atesta a eficácia técnica do trabalho, e o julgamento de beleza, conferido pelos pares, que valida a elegância, a originalidade e o pertencimento do sujeito ao coletivo de trabalho. É esse nível da prática cooperativa do trabalho que nos chama a atenção como o aspecto original e que cabe à psicanálise contemporânea deter-se em uma concepção propriamente psicossocial da sublimação, pois

envolve o reconhecimento social da ação como elemento fundamental das realizações humanas.

Há também a caracterização sobre um terceiro nível dos processos sublimatórios, que retorna aos veios mais tradicionais sobre a discussão: a relação com a cultura como um todo, ou seja, a contribuição do trabalho para o processo civilizatório, a manutenção da sociabilidade e a realização de obras que permanecem e se tornam patrimônio coletivo. Aqui há também uma torção interessante na problematização de uma concepção geral e abstrata de cultura ou de social, na medida em que retira o foco do julgamento moral tradicional, mas também da alienação constitutiva transubjetiva mais tradicional da vertente francesa. Pelo contrário, afirma que o *trabalho vivo* é o que sustenta a civilização contra a barbárie, na medida em que os sujeitos só sentem que a vida tem um sentido quando ele é reconhecido socialmente também nessa dimensão mais ampla das realizações humanas. Essa é a dimensão extraordinária da sublimação:

“A sublimação, limitada aos dois primeiros níveis, o da corpropriação do mundo e o do reconhecimento pelo outro, constitui a ‘sublimação comum’. Tendo uma influência poderosa sobre a identidade e sobre a saúde mental, pode apesar de tudo ser atingida mesmo que o esforço seja posto ao serviço do pior (fabricar armas de destruição massivas, por exemplo, conduzir os comboios para transportar o rebanho humano para os fornos crematórios...). Pelo contrário, quando a sublimação é deliberadamente orientada no sentido de honrar a vida e assume as exigências da *Kulturarbeit*, surge a sublimação no sentido mais clássico do termo, que poderíamos designar de ‘sublimação extraordinária’.” (Dejours, 2013, p. 27)

Em suma, a sublimação que integra esses três níveis por meio do trabalho vivo permite o crescimento dos registros “de sensibilidade do corpo, da identidade e do amor-próprio” (Dejours, 2013, p. 27). Isso quer dizer que há um sentido existencial de pertencimento e reconhecimento que é fundamental para a saúde psíquica e social, sendo esta entendida também em uma perspectiva do sentido e não da mera adaptação. Assim entendida, a sublimação pode consistir um verdadeiro mobilizador da saúde, justamente na medida em que a realização cultural possibilita uma boa gestão da economia narcísica do sujeito e do corpo social, em consonância com o que tenho defendido.

Porém, uma questão denunciada tanto por Dejours quanto suas comentadoras é a crise da sublimação no cenário contemporâneo, perpetrada, entre outras coisas, pela formas atuais de organização do trabalho. Nesse sentido, a crítica ao que no geral tem se denunciado como os efeitos do neoliberalismo na gestão do sofrimento psíquico implica não só uma dessubjetivação, como vimos acima, mas também uma espécie de *dessublimação*. A precarização, o isolamento dos trabalhadores, o foco exclusivo em resultados quantitativos e metas objetivas tendem a silenciar o espaço público de discussão nas organizações e a possibilidade de um trabalho vivo. Em outras palavras, sem esse espaço de fala e sem os mecanismos de reconhecimento que sustentam uma posição de sujeito, o trabalhador perde a possibilidade de sublimar. O resultado dessa interrupção é o aprisionamento do sujeito em estratégias de defesa - como o cinismo, a negação do sofrimento, ou a identificação com o agressor - que, embora protejam o eu temporariamente, não promovem crescimento subjetivo, culminando em processos de adoecimento como o burnout ou a depressão.

Em suma, a partir da psicodinâmica do trabalho, pode-se entender que a sublimação não é um resultado automático da atividade laboral, mas uma conquista ética e política que depende de condições organizacionais favoráveis. O lugar da sublimação é, portanto, o lugar da própria dignidade humana dentro do trabalho: um processo que permite ao indivíduo

deixar sua marca no mundo, contribuindo para a cultura enquanto, simultaneamente, constrói a si mesmo como sujeito saudável e reconhecido socialmente. Para além disso, também nos auxilia na compreensão de formas mais concretas de operacionalização e efetivação dos processos sublimatórios. Assim, entre os níveis metapsicológicos mais abstratos do intrapsíquico e da civilização, constitui-se o trabalho ordinário da sublimação.

Penso que considerando esse novo percurso, que retoma a ideia do ramalhete ou leque de possibilidades de saídas diante do mal-estar na cultura, é possível pensar uma nova articulação metapsicológica entre desamparo e sublimação, que vai ao encontro das concepções gerais de uma gestão da condição pulsional por meio da categoria de trabalho. Vejamos agora como na literatura nacional se apresentam contribuições mais específicas sobre a concepção de sublimação.

Leituras Específicas sobre a Sublimação: os Destinos da Pulsão de Morte

Um caminho de resgate de discussões na literatura nacional contemporânea para pensar a problemática da sublimação adentra de forma mais clara no mérito dos destinos da pulsão de morte e na questão de sua possibilidade de sublimação. Por esse caminho é possível retornar à caracterização do que temos caracterizado como segundo tempo da teoria da sublimação, em que os aspectos de erotização e desfusão da pulsão de morte ganham destaque.

Como vimos anteriormente, a questão da sublimação da pulsão de morte se coloca, nos termos freudianos, em duas questões que apontam para seus limites. O primeiro é o próprio limite de representabilidade da pulsão de morte, que só se expressa na medida em que fundida e ligada em libido. O segundo é o risco que a libido destrutiva e sádica traz para a vida social, uma vez que é em seu âmbito que a violência encontra arena privilegiada de

expressão. Essa discussão toda retorna e é o cerne da caracterização do mal-estar como intrínseco ao processo de socialização. Entretanto, nota-se na literatura recente da área um retorno a esse debate, cabendo enfatizar alguns recortes.

Uma vertente interessante de abordagem renovada para a problemática da sublimação está nas possibilidades de descolamento e transformações identificatórias na regulação com os ideais sociais. Basicamente, trata-se da proposição de examinar melhor as formas de submissão e aderência aos ideais instituídos que uma determinada sociedade fornece e como produzir aproximações e distanciamentos em relação a eles, de forma a ensejar uma postura não só crítica e de resistência, mas, principalmente singularizada e criativa. Nesse sentido, destaca-se o trabalho de Daniel Kupermann (2003) em torno do humor e da desidealização a partir das indicações freudianas sobre o chiste ou frase de espírito.

O humor seria uma forma de desidealização por sua capacidade de questionar e subverter a realidade idealizada, revelando a fragilidade e a incompletude de nossos ideais, do mundo e de nós mesmos. O autor entende o humor como um mecanismo que permite ao sujeito lidar com a castração e a desidealização inerentes à condição humana. Ao rir de si mesmo, de situações cotidianas ou de figuras de autoridade, o sujeito está, de certa forma, aceitando a impossibilidade de uma perfeição ou onipotência. O humor desinfla o ideal, o que pode ser doloroso, mas também libertador, pois abre espaço para a aceitação da realidade em sua imperfeição. Assim, destaca-se que o humor não é meramente uma fuga ou um mecanismo de defesa patológico, mas uma forma sofisticada de elaboração psíquica. Através do humor, o sujeito consegue enfrentar aspectos angustiantes da realidade (como a finitude, a fragilidade, a perda) de uma maneira que permite certa simbolização e elaboração, em vez de uma negação pura e simples. O riso, nesse sentido, é um sinal de que algo foi metabolizado, ainda que de forma parcial e sempre em relação ao desamparo original.

Em um outro trabalho, Kupermann (2010) traz uma aproximação mais direta com a sublimação, propondo uma vertente mais original de abordagem, na medida em que defende que a metapsicologia do humor, na obra de Freud, serve como um paradigma para entender a sublimação. A proposta é analisar a relação entre humor e sublimação de forma a destacar a desidealização e a política envolvidas no humor. São enfatizados o trabalho de desidealização promovido pelo humor e a modalidade identificatória envolvida na sua produção, que são os aspectos que interessam a nossa discussão. Além disso, são abordadas as referências do humor negro à condição de orfandade que caracteriza o sujeito moderno, assim como a política que acompanha a anunciação do dito humorístico e mesmo na espíritosidade de modo geral. A conclusão é no sentido de resgatar o espírito do humor e da alegria como força motriz do dito humorístico e indicar a força política desse tipo de atitude no meio social.

O autor salienta o trabalho de desidealização intrínseco ao humor, que opera desconstruindo as projeções idealizadas sobre o eu, o outro e a realidade. Essa desidealização não é meramente destrutiva, mas constitui um passo essencial para o confronto com a castração e o desamparo estrutural do sujeito, permitindo fazer frente à imperfeição e à finitude. Adicionalmente, o autor explora a modalidade identificatória peculiar envolvida na produção humorística, que sugere uma posição psíquica que permite ao sujeito observar a si e ao mundo com um distanciamento crítico, fomentando a capacidade de rir de si mesmo e das próprias fragilidades. Essa fragilidade intrínseca está vinculada a uma condição de orfandade, entendida como a necessidade de lidar com a ausência de um suporte idealizado e com a própria incompletude, ou seja, uma forma de o sujeito confrontar a imperfeição do eu e do mundo sem sucumbir à angústia inerente ao desamparo.

Para tanto, o autor retorna à metapsicologia da sublimação, indicando como a partir do duplo trabalho de desligamento e luto pelo o objeto (dessexualização) com encontro de novas derivações para o desejo (sexualização) há analogias com a própria estrutura apontada

por Freud na produção das frases de espírito e do humor. O ponto central no argumento é a operação de desidealização, que é o aspecto característico da produção do chiste ou frase de espírito.

Nesse ponto, destaca-se a hipótese metapsicológica que o autor propôs de uma *identificação sublimatória*, como forma de preencher uma lacuna na compreensão psicanalítica da sublimação, frequentemente descrita como um destino pulsional, mas pouco explorada em seus mecanismos identificatórios (Kupermann, 2002). Isso porque, como temos apontado, a identificação e a regulação por meio de ideais desempenha um papel crucial na possibilidade de o sujeito operar transformações pulsionais que resultam em produções sublimatórias. Para tanto, ele promove a distinção da identificação sublimatória de outras formas de identificação, em especial, a primária, além de outras formas de identificação secundária, como a com o agressor. Caracteriza-se como um processo que envolve a capacidade do sujeito de identificar-se com o ato criador ou com a função de um objeto idealizado, mais do que com o objeto em si. Essa identificação não busca a cópia passiva, mas sim a internalização de uma função que permite a transmutação da pulsão e a produção de novas formas de satisfação dessexualizada ou desagressivada.

O autor situa essa hipótese no âmbito da metapsicologia, investigando os processos tópicos, dinâmicos e econômicos envolvidos. A identificação sublimatória permite o desvio da energia pulsional de seus alvos originais (sexuais ou agressivos) para novas finalidades socialmente valorizadas e culturalmente produtivas. Esse processo estaria intimamente ligado à elaboração do desamparo primordial, fornecendo ao sujeito um recurso para lidar com a falta e a vulnerabilidade através da criação e da contribuição ao universo simbólico. Nesse sentido, o autor afirma que a identificação sublimatória é um mecanismo ativo e complexo que permite ao sujeito incorporar uma capacidade de transformação, viabilizando a sublimação como um processo de criação e não apenas de desvio pulsional. O artigo oferece

assim uma contribuição significativa ao expandir a compreensão da sublimação como um fenômeno que envolve não só a descarga de energia, mas também a construção de uma nova posição subjetiva em relação ao mundo e à cultura, além de confluir para uma melhor compreensão de processos sublimatórios que se organizam no nível de regulação a ideais.

A partir desse quadro de referência, o humor tem um papel central no trabalho de sublimação, por permitir via desidealização o descolamento e reflexividade frente ao ideal:

“O trabalho humorístico de desidealização impõe-se, portanto, como o avesso do incremento do potencial mortífero do superego promovido pela idealização do objeto, oferecendo-se, efetivamente, como paradigma do processo sublimatório. A guinada promovida pelo dito humorístico do previsível desespero paralisante para a elaboração criadora pode ser ilustrada pelo refrão popular: *seria trágico... se não fosse cômico*. E o humor parece ser, de fato, a quintessência do espírito tragicômico que caracteriza a condição moderna.” (Kupermann, 2010, p. 202-203)

Como se pode perceber, essa contribuição enriquece a discussão que temos feito sobre o trabalho de sublimação em seus aspectos psicodinâmicos básicos, trazendo luz a compreensão do papel de regulação dos ideais como forma de agenciamento dos destinos na cultura. É interessante por relativizar a impressão de submissão e alienação que as ideias de adaptação e integração costumam trazer consigo e também trazem um contraponto no âmbito das possibilidades de realização cultural para as ameaças disruptivas da pulsão de morte. O autor está ciente do peso da segunda teoria da sublimação no final da obra freudiana e os riscos da des fusão pulsional e vem justamente defender o humor como uma via de resistência e de saúde. É importante, por fim, destacar que esse autor reconhece a dimensão propriamente política das ações movidas pelo humor e pela alegria.

É importante frisar que por essa vertente do humor e a proposição de uma identificação sublimatória reencontramos um dos fios da meada que viemos tecendo desde os capítulos anteriores. Trata-se de que na economia narcísica do eu, tanto em seus processos constitutivos, ou seja, os diversos níveis da simbolização primária, quanto na sua dimensão processual e efetiva da simbolização secundária, está em jogo a regulação das vias de satisfação por meio dos parâmetros ideais do eu. Esse ponto específico foi expressamente indicado por Loffredo (2010, 2014) e por Mijolla-Mellor (2010). Além disso, as indicações de Kupermann são também consoantes com o que apresentamos sobre uma concepção mais winnicottiana dentro da vertente das relações de objeto, como pudemos observar nos artigos de Birman (2008), Sakiyama e Campos (2016) e Oliveira (2023). Nesses artigos pudemos resgatar a força da ideia de criatividade e de espaço potencial para pensar a cultura e as realizações culturais. Esse percurso consolida a ideia da consolidação de um reposicionamento ou ressignificação daquela noção “básica” de sublimação como produto socialmente valorizado, retirando-a do peso de um julgamento moral sobre a adaptação social e colocando-a sobre a eficácia simbólica de um trabalho de elaboração que produz realizações culturais.

Essa vertente de renovação da problemática da sublimação é, por assim dizer, mais esperançosa. No entanto, a questão fundamental da elaboração da violência traumática da pulsão de morte nas exigências do trabalho do negativo persistem e, também como ficou mais claro neste último momento do nosso recorte histórico, se intensificaram. Isso foi o que vimos com a caracterização dos imperativos da cultura do narcisismo e da sociedade do espetáculo, mais especificamente no campo da literatura nacional como nos trabalhos de Joel Birman (2000) e Jurandir Freire Costa (2005).

Então agora vamos nos voltar sobre o aspecto mais sombrio das pulsões de morte e a força do mal-estar como expressão de seu resto do processo civilizatório, bem como sua

incidência na compreensão da sublimação. O artigo de Metzger e Silva Junior (2010) sobre a hipótese de desfusão pulsional é um bom exemplo desse retorno. Partindo também das mudanças no conceito de sublimação a partir do segundo dualismo pulsional freudiano, os autores endossam a via contrária ou, como tenho indicado, regrediente do processo sublimatório em relação à pulsão de morte. Essa é a questão metapsicológica freudiana da desfusão pulsional que acontece a partir do nível superegótico produzindo não só masoquismo, mas mal-estar, que indicamos no primeiro capítulo. Esse ponto é importante de ser retomado não só porque é a dimensão menos lembrada dos processos sublimatórios, como também é aquele de mais incidência nos processos de subjetivação da atualidade. Assim, há uma sublimação que retroage na forma de mal-estar e que a sublimação passa a se apresentar como a causa por excelência da desfusão das pulsões, levando ao seguinte paradoxo: ao mesmo tempo em que a sublimação é a base da cultura, ela é também causa da destrutividade no cerne dessa mesma cultura.

Nesse sentido, o mal-estar e o sentimento de culpa resultante da desfusão das pulsões teriam consequências tanto individuais quanto sociais. A isso os autores denominam de efeitos nefastos da sublimação e também ressaltam que há poucos autores que se debruçam sobre essa dimensão da sublimação, em geral o trazendo para o âmbito da criação artística e escrita literária como realizações culturais. Para tensionar esse paradoxo, abordam o fenômeno da produção de escritores suicidas, em que a ação da pulsão de morte incide em uma espécie de desmetaforização da escrita, com efeitos mortíferos que permitiriam a livre ação da pulsão de morte após essa sublimação desfusional.

O mesmo processo é apontado por Silva Junior (2003) em outro fenômeno, mais próximo da contemporaneidade, em que a sociedade dominada pela cultura da imagem igualmente favoreceria a desfusão pulsional e lançaria os sujeitos a retrações narcísicas. Isso se daria porque a identificação mais imediata e concreta com as imagens no registro fetichista

do espetáculo substituiria o investimento de libido nos objetos de forma mais simbólica e abstrata, levando ao mesmo caminho de desmetaforização e fomento a regressões do âmbito da passagem ao ato.

Esses aspectos sombrios e paradoxais da sublimação se apresentam no próprio processo criativo, na medida em que a escrita pode permitir a ligação de um certo excesso pulsional, mas também acarreta uma defusão ainda maior, liberando a pulsão de morte. Isso porque o processo sublimatório em seu caminho progrediente na constituição de realizações criativas, pode gerar defusões em que o componente tanático é reinvestido no próprio sujeito:

“Em outras palavras, se a criação protege contra o excesso, deixa ao mesmo tempo livre a pulsão de morte antes fusionada. uma vez ocorrida a sublimação, as pulsões de vida seriam sublimadas e as pulsões de morte permaneceriam no indivíduo, silenciosas, porém ativas”. (Metzger e Silva Junior, 2010, p. 573)

O principal risco da sublimação da pulsão de morte em termos de defusão pulsional incide na escrita literária por meio de processos de identificação narcísica masoquistas de cunho melancólico. Sua hipótese é que particularmente a escrita literária, por exigir um grande esforço de abstração e reinvestimento na palavra, pode estar particularmente próxima desse tipo de defusão pulsional. Isso porque seu material de trabalho é particularmente abstrato, isto é, afastado de suportes empíricos, se comparado às outras artes, como música, dança, pintura e teatro, por exemplo. Por outro lado, seria justamente essa dimensão metafórica e significante da escrita que atuaria como uma resistência contra perigos igualmente mortíferos do império das imagens na atualidade. O artigo conclui que a sublimação, embora essencial para a cultura, apresenta um paradoxo ao gerar a defusão

pulsional e seus efeitos destrutivos. A sublimação na criação literária é vista como particularmente complexa e perigosa, próxima da des fusão melancólica, mas ainda assim uma das saídas mais eficientes para lidar com o desamparo.

É por esse caminho dos efeitos nefastos da sublimação sobre a pessoa e os processos criativos que segue a contribuição mais original desses autores, indicando uma perspectiva de contraponto sobre a ênfase dos outros autores que resgatamos acima, que enfatizam o aspecto erotizante e criativo da sublimação. Por outro lado, ajudam a abordar os meandros dos processos criativos e estéticos, contribuindo para o estabelecimento de uma visão mais contemporânea da subjetividade como uma espécie de estilística da existência.

Como se pode observar, esse tipo de argumentação traz de volta a questão dos efeitos mortíferos de um narcisismo negativo sobre os processos criativos e as possibilidades de sua circulação no âmbito social. Para além da questão da repetição e da criação em âmbito individual, o que trabalhos dessa natureza indicam é a própria natureza complexa das vicissitudes da pulsão de morte na organização e manutenção do tecido social. A essa altura da nossa caracterização e discussão, está suficientemente indicado como a cultura é lugar privilegiado para a elaboração dos aspectos violentos da pulsão de morte, tanto em sua dimensão positiva, ou seja, as formas de expressão e codificação do sadismo e da destrutividade que a cultura oferece (a honra da guerra, os códigos do crime, os espaços de exceção, etc.), quanto em sua dimensão negativa, ou seja, as formas invisíveis e sempre intangíveis do mal-estar.

A questão que permanece nessa discussão é o mérito mais ético e político de uma certa visão sobre a pulsão de morte em que esta possa estar à serviço da transformação social em seu agenciamento sublimatório para a revolução e o combate. Cabe destacar que nem sempre essa discussão recai em tons mais propriamente políticos, como já destaquei. É muito comum as proposições retornarem ao âmbito mais ontológico sobre a natureza do sujeito,

quase sempre, principalmente nas abordagens da vertente francesa, em uma afirmação da lógica da diferença. Isso se dá não apenas pelo estruturalismo lacaniano, mas mesmo na vertente mais esquizo-analítica, em que a pulsão de morte se torna referência central por ensejar uma posição de incompletude, negatividade, não-essenciabilidade ou irreducibilidade que produz diferenças e rupturas, impedindo a repetição e a mesmice que a ligação das pulsões de vida promove. Porém, para além de um princípio diferenciador fundamental, as pulsões de morte também ensinam uma força destrutiva na direção da atividade e que isso pode ser pensado em termos mais propriamente sociais e concretos.

Um artigo que ilustra esse tipo de abordagem que privilegia uma reinterpretação da pulsão pelas filosofias da diferença é o de Prata (2000) em que se discute justamente a necessidade de ultrapassar a ideia de mortificação em direção a uma disposição para o combate, por meio do que tenho chamado de via sublimatória progrediente, ou seja, do encontrar objetos para o desejo via ligação em libido e destinação social. Para tanto, parte de uma análise do conceito de pulsão de morte em psicanálise orientada por uma perspectiva de renovação de modelos, trazendo tanto uma abordagem oriunda da termodinâmica, para pensar a entropia, quanto as filosofias da diferença do pós-estruturalismo francês, em especial Deleuze. A autora busca problematizar essa noção, explorando suas duas vertentes principais: 1) a pulsão de morte como força destrutiva e mortificante; 2) como potencial criativo e impulsionador de sublimação.

O recurso à noção de entropia da termodinâmica vem no sentido de convocar a ideia estruturas dissipativas, mostrando que a desordem pode levar à ordem na progressão de sistemas estacionários. A autora traz também a noção de diferença pura de Deleuze e a sua relação com a repetição, explorando a ideia de que a pulsão de morte poderia ser vista como uma força de diferenciação, um combate contra a “mesmidade”. Na sequência ela explora a ideia de desperdício de energia e sua relação com a desfusão pulsional, relacionando esses

conceitos com temas clínicos como a melancolia, a neurose obsessiva e a reação terapêutica negativa para ilustrar os processos de mortificação próprios do narcisismo patológico ou negativo. Em um último movimento, o artigo traz uma discussão sobre a sublimação como um destino criativo das pulsões de morte. A autora argumenta que a des fusão pulsional é um passo necessário para a sublimação, sendo esta é uma forma de dar uma direção criativa à energia da pulsão de morte:

“Mas do que as pulsões de morte “discordariam”? Parece-me que, como “combatentes”, elas discordam da mesmidade do equilíbrio homeostático. Enquanto as pulsões de vida visam a união de formas através da sexualidade, são as pulsões de morte que podem impulsionar o trabalho da diferença, que será engendrado no conflito das pulsões. Assim, as pulsões de morte expressam esses dois pólos: de um lado, quando fazem seu trabalho de forma solitária, elas podem ser mortificantes para o sujeito, de outro, são elas também que apresentam as condições de um movimento criativo e diferencial.” (Prata, 2000, p. 134)

Esse tipo de abordagem é bem frequente na literatura nacional, principalmente desde a abordagem pioneira de Garcia-Roza (1990) sobre a pulsão como diferença pura a partir dessas referências da filosofia contemporânea. Discuto os pormenores dessas interpretações em outro trabalho (Campos, 2014), mas podemos afirmar que esse tipo de posição tem o mérito de indicar uma posição de radicalidade para a tese da pulsão de morte como produtora de diferença, renovando a discussão sobre a negatividade e a criatividade.

Considero que essa breve atualização da revisão de literatura seja suficiente para dar o tom do “estado da arte” no campo da produção psicanalítica acadêmica nacional. Os artigos que aqui destaquei ilustram os dois tipos majoritários de posição sobre as possibilidades de

elaboração da pulsão de morte na constituição do circuito pulsional em seu arco mais amplo que vai do corpo à cultura. Há também um fio da meada que parte dos fundamentos freudianos e se atualiza nas tradições pós-freudianas, focando na complexidade das figuras da negatividade. A esta altura de nosso percurso podemos reconhecer o adensamento da caracterização metapsicológica da problemática e talvez fique mais claro que quer seja no paradigma objetual, quer seja no paradigma subjetal, a questão, *grosso modo*, se ressitua do mesmo modo, que é o cerne da minha defesa: a passagem da ideia de produto para a concepção de processo e por isso o resgate da noção de trabalho. As contribuições específicas sobre a sublimação que venho apresentando caracterizam então a orientação geral de certo campo psicanalítico contemporâneo nacional, centrado em um conjunto potencialmente inovador e bastante consistente de autores e ideias sobre a nossa problemática. Isso implica também um considerável adensamento na compreensão da sublimação como um processo psicossocial fundamental para a subjetividade, que encontra também por meio da categoria do trabalho uma via de teorização importante. Isso quer dizer que para além de uma noção mais abstrata e processual de trabalho, que é onde normalmente também se concentram as discussões teóricas sobre a sublimação mesmo hoje, é preciso resgatar a dimensão efetiva e concreta do trabalho como ofício e prática. Entendo que só com este último movimento e giro de nossa espiral problemática podemos responder ao imperativo de colocar a psicanálise e a sublimação à prova do social.

Psicanálise à Prova do Social: da Sublime-Ação à Função Fraterna

Como venho anunciando, a questão é aprofundar em uma concepção psicossocial de trabalho e em uma compreensão renovada de ação, que ultrapasse as dicotomias modernas a que a psicanálise e seu fundador ficaram ainda fixadas: objetividade e subjetividade, bem

como indivíduo e sociedade. Isso implica um aporte que é em sua essência tipicamente marxista: a materialidade e concretude do trabalho pensado como uma atividade e uma *práxis*. É nesse caminho que retornaremos agora a Joel Birman em sua proposição de uma *sublime-ação*.

A *práxis* e a *atividade* são conceitos centrais para a filosofia, especialmente na tradição marxista, onde transcendem a mera ação para se tornarem categorias fundamentais da existência humana e da transformação social. Ambos os termos, embora interligados, possuem nuances que merecem ser distinguidas para uma compreensão aprofundada. Embora relativamente bem conhecidas, caberia retomar essas categorias antes de seguirmos adiante, uma vez que não são próprias do campo psicanalítico. Faço a seguir um breve resumo do que pode ser encontrado em livros como o de Chauí (2000).

Em um sentido filosófico amplo, a *atividade* refere-se à capacidade inerente dos seres de se manifestar e operar no mundo. Não se limita à simples movimentação física, mas engloba qualquer forma de expressão, criação ou mudança. Em diversas correntes filosóficas, a atividade é vista como a essência vital que impulsiona o desenvolvimento e a realização. No marxismo, a atividade adquire um caráter particularmente humano e transformador, se tornando o próprio cerne da condição humana, pois é na atividade de transformar o mundo que o homem transforma a si mesmo, superando a alienação e desenvolvendo suas potencialidades e impulsionando a história.

Já o conceito de *Práxis* (do grego, que significa “ação”, “fazer”, “realização”) eleva a atividade a um nível superior, marcando a unidade indissolúvel entre a teoria e a prática. Não se trata de uma ação qualquer, mas de uma ação que é: 1) *Informada pela Teoria*, pois a *práxis* não é uma ação cega ou meramente utilitária, sendo guiada por uma compreensão consciente e intencional da realidade; 2) *Transformadora da Teoria*, pois ao mesmo tempo, a *práxis* valida, refina ou mesmo contradiz a teoria em um ciclo dialético onde a teoria se

concretiza na prática e a prática alimenta a teoria. 3) *Com Vistas à Transformação Social*, pois é fundamentalmente revolucionária e emancipatória; 4) *Expressa a Liberdade Humana*, pois ao engajar-se o ser humano manifesta sua capacidade de agir conscientemente para mudar sua realidade, em vez de ser meramente determinado por ela. Por isso a práxis revolucionária busca superar as contradições sociais, a exploração e a alienação, visando a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao mesmo tempo, é a expressão máxima da autonomia e da liberdade humana no processo histórico.

A relação entre atividade e práxis é de inclusão e ampliação. Toda práxis é uma forma de atividade, mas nem toda atividade é práxis. A práxis é uma atividade qualificada pela consciência crítica e pelo objetivo de transformação. Ela transcende a mera produção material para incorporar a reflexão crítica e a busca por um fim socialmente significativo. Em resumo, enquanto a atividade é a capacidade universal do ser humano de intervir e se constituir no mundo, a práxis é a manifestação mais elevada dessa atividade, caracterizada pela unidade dialética entre teoria e prática com o objetivo consciente de transformação social e emancipação humana.

Na tradição psicanalítica, desde o início há tentativas de aproximação com os discursos e teorias marxistas, processo que ganha maior evidência e pertinência nos dias de hoje. A caracterização geral da ação humana como uma atividade ou mesmo uma práxis no sentido marxista é uma concepção bastante arraigada e bem aceita no campo interdisciplinar das ciências humanas e encontra diversas entradas nas discussões psicanalíticas contemporâneas. Independentemente do debate sobre em que proporção mais marxista ou psicanalítica estabelece-se o diálogo, o fato é que esse aporte enriquece a compreensão psicanalítica dos fenômenos sociais e culturais, justamente por ajudar a ultrapassar as dicotomias que apresentei anteriormente. Isso porque a ideia de atividade é fundamental para nuançar a relação entre objetividade e subjetividade, assim como a noção de práxis é

fundamental para pensar na implicação política dos discursos e práticas psicanalíticas. Joel Birman, assim como outros autores do campo psicanalítico nacional contemporâneo, encontra ressonância com essas categorias e mais ou menos implicitamente as incorporam em suas reflexões sobre as subjetividades contemporâneas.

Por outro lado, a ampliação da compreensão da subjetividade em psicanálise que se operou na ressignificação da ideia geral de atividade e ação, ultrapassando a dicotomia entre pensamento, comunicação e ação, também é tributária da chamada virada linguística e pragmática na filosofia contemporânea. Cabe também uma breve menção a esse movimento geral, que pode ser encontrado em mais detalhamento em um texto em que abordo a passagem de um paradigma da representação na psicanálise clássica (Campos, 2013c).

As teorias da linguagem possuem diversas denominações, desde uma teoria geral dos signos e sentidos, a semiótica, até uma teoria específica dos signos linguísticos, entendidos como aqueles que possuem um caráter abstrato, diferencial e arbitrário. Como se sabe, a teoria lacaniana fundamentou seu giro epistemológico em um reposicionamento linguístico sobre a subjetividade, enunciando então a noção geral do inconsciente estruturado com linguagem e o sujeito como uma articulação significante em função do discurso do Outro. A linguística, portanto, fornece uma teoria dos signos e do significante, que ressignifica a ideia de representação mental e, portanto, em termos da vertente lacaniana o sentido é entendido não em termos de representação mais de significação.

Contudo, as teorias da linguagem não se resumem a questões semânticas, mas também versam sobre os efeitos da linguagem em sua enunciação, que é o que interessa particularmente ao trabalho analítico. Ou seja, mais do que uma teoria da linguagem enquanto estrutura ou sistema, cabe adentrar em sua caracterização enquanto fala e discurso. Aí entram as dimensões propriamente afetivas e efetivas da linguagem, por meio das variações de entonação e modulação da fala - a dimensão prosódica - , bem como sua

efetividade enquanto ato - a dimensão pragmática. É nesse ponto que se encontra propriamente a questão do poder de realização ou mesmo eficácia simbólica da enunciação discursiva, ou da fala em relação ao discurso, como se costuma afirmar. Ela não apenas significa, ela também realiza, pois certas enunciações modificam o estatuto da realidade, como quando, por exemplo, de um lugar jurídico se declara e institui uma lei, ou quando o representante desta lei institui uma condição, como um vínculo de casamento ou filiação. As palavras têm efeito o tempo todo e, nesse sentido, não apenas comunicam sentidos, elas os realizam. Então há um ato de linguagem que não só significa, mas também põe em ação e realiza o sentido.

Esse é o fundo mágico-onipotente da linguagem que a psicanálise desde o início explorou na permanência do fantasiar infantil, mas também que sustenta o próprio ato analítico, uma vez que é só na atualização transferencial que o sentido pode ser ressignificado e elaborado. A situação analítica e a situação humana implica um sujeito que é efeito discursivo. Discurso não é apenas sentido, mas sentido agenciado e mobilizado em uma afetação. O discurso é um sentido organizado a partir de um ideal e que se coloca como uma proposição de ação e congregação. Por isso os discursos são fundamentalmente políticos e se integram necessariamente no campo das ideologias.

A psicanálise lacaniana também explorou e aprofundou esse veio seminal da contribuição psicanalítica para compreensão da linguagem como atributo fundamental da condição humana, principalmente em seu último momento, no qual a teoria dos discursos ganha prevalência. A caracterização então de um ato analítico e dos efeitos dos discursos sobre a constituição da subjetividade são um ponto de relevância da contribuição da tradição lacaniana e demonstra como a virada linguística e pragmática teve efeitos ampliadores sobre as discussões psicanalíticas.

Contudo, a linguística ou o estruturalismo não são os únicos representantes dessa virada e, na verdade, ela implicou também uma tendência de conjugações interdisciplinares. Se a linguística é o cerne no campo das ciências sociais francesas, trazendo essa rica integração entre linguagem, marxismo e psicanálise, que se observa na análise do discurso, nas teorias institucionalistas e na esquizoanálise, por exemplo, a pragmática da linguagem dá o tom nos trabalhos de língua inglesa. Os autores que temos trabalhado se apoiam nessa ampla convergência entre corpo, afeto e linguagem que configuram a questão do sentido hoje (Bezerra Junior; Plastino, 2001). De todo modo, é possível indicar que a convergência entre marxismo e teorias da linguagem traz uma renovação importante para a compreensão do sentido como algo que se encara concretamente, no corpo e nos vínculos, efetivando realidades. Independente do posicionamento político ideológico mais específico entre esquerda ou direita, o fato é que pela renovação da linguagem se reencontra um posicionamento ético-político da psicanálise para pensar os fenômenos sociais e culturais.

Feita essa digressão, voltemos agora a como, partindo de uma ideia de discurso e de ação sustentada nessa compreensão contemporânea sobre as subjetividades, Joel Birman irá propor uma nova denominação para a sublimação: *sublime-ação*. Essa terminologia se assenta no jogo de palavras entre a teoria tradicional do sublime, com seu ideário de aspirações éticas e estéticas, e uma teoria da ação enquanto *práxis*. Em outras palavras, a aposta em transitar das idealizações para o campo da ação e da concretude, na própria concepção de sublimação.

Como vimos, em diversos trabalhos, mas desde seu seminal texto sobre o mal-estar na atualidade, Birman (2000) sustenta que há dois discursos freudianos sobre o social, um de harmonia e outro de desarmonia, que, por sua vez se apoiam em duas concepções de sublimação – seus primeiro e segundo modelos. O autor retoma a problemática do segundo momento da teoria da sublimação no ponto da deflexão da pulsão de morte e faz disso a base

de seu argumento: a ligação da pulsão de morte em libido é um passo originário da constituição de uma unidade egoica e de uma libido narcísica que possa ser disponibilizada para o investimento de objetos. A sua ideia central é que o segundo discurso freudiano sobre o social, ao aprofundar a condição trágica e negativa do sujeito, nos lança na tarefa de ter de gerir o desamparo estrutural, buscando o apoio na cultura.

A sublime-ação se configura fundamentalmente a partir desse segundo discurso, trazendo as ampliações metapsicológicas que temos apontado e as enriquecendo a partir de considerações estéticas e éticas em conformidade com as discussões contemporâneas do campo psicanalítico. A ideia de sublime-ação comparece em muitos trabalhos do autor de forma mais ou menos explícita, de forma tal que pode ser considerado um eixo importante de sua discussão teórica e reflexões críticas sobre a condição humana. A principal ideia dessa concepção é que se trata de um conceito complexo e que implica uma série de processos, não podendo ser reduzido a um mero destino objetal. Nesse sentido, é possível destacar os seguintes aspectos da concepção do autor sobre a sublime-ação:

- *Constituição do Sujeito.* A sublime-ação é fundamental para a estruturação subjetiva. Não é apenas uma “válvula de escape”, ou seja, um destino deslocado ou uma satisfação compensatória que se produz a partir de uma estrutura da personalidade já constituída ou constituída por outros processos dos quais a sublimação é um mero complemento, como na ideia de ser uma saída bem adaptada para um desejo recalçado. É um verdadeiro caminho ativo na construção das estruturas psíquicas ou modos de subjetivação, como uma forma de elaboração da pulsão, que confere por meio de identificações e outros processos, posições identitárias e um verdadeiro do modo de ser no mundo. Essa é a dimensão mais essencial do conceito, pois está ligada em última instância à forma como a pessoa lida com o desamparo fundamental e as impossibilidades inerentes à existência na constituição de uma posição de sujeito.

- *Gestão do Desamparo e alcance de uma Posição Feminina.* A sublimação está necessariamente articulada com a possibilidade de elaborar e trabalhar o desamparo. Diante da impotência e da falta de completude, a sublimação surge como uma forma de responder a condição existencial. O autor associa essa posição subjetiva de receptividade, abertura à alteridade e capacidade de criar a partir da falta a uma certa “posição feminina”. Esta não se refere ao sexo biológico ou mesmo ao gênero, mas a uma posição ontológica derivada de uma reinterpretação da ideia de um masoquismo feminino.
- *Ruptura com Fixações Narcísicas.* Embora a sublimação se configure a partir dos processos de erotização e constituição narcísica primária, ela implica também a possibilidade de descolamento de objetos de satisfação primários e de posições da ordem do narcisismo secundário. É, portanto, um movimento que permite ao sujeito se desprender de um apego excessivo a si mesmo ou a ideais ilusórios, abrindo-se para o mundo externo e para a alteridade. Isso exige um trabalho de elaboração do luto com o abandono de certas fantasias e ideais do eu.
- *Criação de Novas Formas de Subjetivação.* Os processos sublimatórios em princípio estão ligados ao encontro de novos objetos de satisfação pulsional, na ideia de que a referência a ideais permite a satisfação por meio de objetos socialmente valorizados. A concepção mais tradicional tende a enfatizar o aspecto adaptativo e passivo dessa satisfação, mas o autor a compreende como uma *práxis*. Este é o cerne da “ação” no termo: a sublimação não é passiva; ela é ativa e criativa. O sujeito não apenas redireciona pulsões, mas cria novos objetos, novas atividades, novas formas de se relacionar com o mundo e com o outro. É um processo de invenção constante de si e de suas possibilidades de ser e de gozo.

- *Dimensão Estética e Ética.* O autor eleva o conceito a um novo patamar estético e ético. As criações resultantes da sublime-ação (sobretudo artísticas e científicas, como vimos) não são apenas formas de alívio pulsional, mas expressam uma “verdade singular” do sujeito. Além disso, a sublime-ação implica uma responsabilidade ética do sujeito em construir seu próprio estilo de vida e de lidar com o mal-estar inerente à civilização. Assim, não há “cura” para o mal-estar, mas a sublime-ação permite a construção de um estilo subjetivo que o torne manejável.

Portanto, pode-se entender que na concepção do autor, mais do que um mero desvio ou produto, a sublime-ação é um processo de criação e invenção que implica na estruturação da subjetividade, no descolamento de fixações narcísicas e na construção de um estilo singular de lidar com o desamparo e o mal-estar na existência, conferindo à vida uma dimensão estética e ética. A sublime-ação não busca a erradicação do conflito ou do sofrimento, mas a capacidade de transformar esses elementos em fontes de potência criativa e de novas formas de existência.

Esse argumento é bastante confluyente com as outras concepções gerais de sublimação que apontamos acima, na ideia geral de gestão de desamparo, criatividade e responsabilização ético-política. Sua contribuição mais específica está no aceno a uma certa estilística de existência e cuidado de si, por meio de leituras e interpretações mais específicas sobre a relação entre ato analítico e ação social, bem como em um certo resgate da ideia de negatividade a partir da posição feminina. Além disso, seu argumento é bastante consonante com a caracterização dos tempos de sublimação primária e secundária que temos feito ao longo desta tese, com o diferencial de pensar mais especificamente no agenciamento coletivo e cultural do desamparo. Além de pensar a implicação narcísica do sujeito em uma perspectiva necessariamente intersubjetiva e mesmo transubjetiva, a gestão do desamparo implica uma via sublimatória que é também identificatória. Assim, é preciso instituir e

constituir vínculos e ideais para sustentar a subjetividade tanto do ponto de vista individual quanto social.

Nesse ponto se abre uma perspectiva inovadora para a compreensão dos processos gerais de formação de vínculos e enlaçamentos sociais. O autor defende que o segundo discurso prioriza uma outra lógica identificatória, para além da verticalização da identificação aos ideais superegóicos. Isso por que o trabalho de gestão do desamparo se faz por meio de sublimações que criam laço de forma lateralizada e horizontalizada na tessitura do social e não no sentido da transcendência sublime:

“Pode-se dizer, pois, que os destinos do erotismo e da sublimação foram articulados de maneira cerrada no último discurso. Além disso, o domínio, e não a cura, do desamparo é o que possibilitaria que o sujeito constituísse *destinos* tanto eróticos quanto sublimatórios para a pulsão. A tessitura desses destinos, em ambos os sentidos, constituiu para o sujeito aquilo que denominei gestão do desamparo.

A gestão do desamparo toma uma direção bem precisa para o sujeito, diferente, pois da versão freudiana inicial sobre a sublimação. Nesta versão, a sublimação era uma experiência de *espiritualização*, de ascese, pela qual a subjetividade seria purificada de seu erotismo perturbador. A sublimação seria uma espécie de *verticalização*, com o sujeito se desprendendo de sua corporeidade animal e alçando-se aos pináculos da razão civilizatória. Na segunda versão, a sublimação não é um ato de espiritualização, mas de naturalização, com o sujeito não se desprendendo de seu registro corpóreo. Pelo contrário, a sublimação implica a *horizontalização* das ligações do sujeito com os outros, pela tessitura de *laços sociais* e pela produção de obras no campo destes laços. Pode-se depreender não apenas porque, nesta última versão freudiana, não existe oposição entre erotismo e sublimação, mas também por que a gestão do

desamparo implica os registros ético e político.” (Birman, 2001, p. 132, *grifos do autor*)

Considero essa citação absolutamente fundamental no reposicionamento da ideia geral de subjetividade para a psicanálise e na transposição da ideia de sublime para sua encarnação e concretização nas relações sociais propriamente ditas. As implicações éticas e políticas dessa posição fundamental sobre o sujeito da psicanálise têm consequências importantes para a compreensão do que constitui a psicanálise dos fenômenos sociais e culturais.

O que interessa assinalar no âmbito desta problematização é que a compreensão da condição humana como uma gestão interminável do desamparo implica também uma revisão da concepção tradicional de sublimação. Portanto, Birman faz uma esquematização original e suficientemente sintética sobre os processos sublimatórios que acaba transcendendo o próprio quadro de referência freudiano clássico e mesmo da era das escolas, chegando até a contemporaneidade.

Na concepção tradicional, como vimos, que é expressa pela primeira posição de Freud, a sublimação é uma experiência de espiritualização e verticalização rumo à razão civilizatória da subjetividade em relação ao erotismo e à corporeidade. Ou seja, é a ideia básica da constituição de um ideal simbólico paterno como referência para indicação de um destino pulsional valorizado socialmente. Nessa visão tradicional, a relação do ego com o ideal de ego simbólico, quer seja na organização do aparelho psíquico, quer seja na organização do grupo, segue realmente uma lógica de hierarquia vertical rumo ao sublime: a sublimação é alçar a transcendência por meio de uma instituição simbólica que perdure na cultura. Trata-se então da concepção de como o sujeito encontra lugar na ordem social por meio da identificação com o transcendente, se sentindo amparado por um pai simbólico, ou seja, toda a concepção de entrada no pacto social por meio da resolução do pacto edípico.

A segunda versão é a que a princípio acontece nos mecanismos mais arcaicos, próprios das dinâmicas narcísicas e que se destacam no segundo tempo ou modelo da sublimação. Esses processos estão referidos aos mecanismos da identificação narcísica primária em que o ego introjeta o objeto como ideal imaginário, envolvendo também a ligação e projeção do sadismo tanático para o exterior. Contudo, esses processos de erotização também se dão em dinâmicas de narcisismo secundário e de constituição narcísica de identidades e posições grupais. É nesse âmbito do processo que se encontram vias sublimatórias que não são tanto da ordem da criação ou encontro de objetos, mas da própria configuração de vínculos por meio de ideais comuns; ideais que são mais da ordem do *instituinte* do que do instituído, ou seja, criação de vínculos e ideais, mais do que adaptação e submissão aos códigos morais e injunções superegóicas.

Nesse caso, a lógica não é mais de uma verticalização rumo ao sublime das instituições simbólicas e perenes da cultura. É algo menos hierárquico, mas que, ainda, é responsável pela instituição de uma identidade coletiva grupal. Nessa configuração mais horizontalizada e democrática a submissão dogmática cede lugar a posições menos idealizadas e mais críticas. Trata-se assim de outro tipo de instituição de laço social que não é formado, digamos, “de cima para baixo”, sob o paradigma da submissão à lei e à fidelidade a um legado simbólico comum e tradicional. É formado, antes, por uma criação coletiva que institui de forma mais democrática e “de baixo para cima”, na lateralização e horizontalização das identificações, um enlaçamento social original e propositivo. Trata-se de outro modelo de instituição grupal, um grupo sem liderança paterna, por assim dizer, cujos vínculos são trançados no trabalho das identificações narcísicas horizontais.

Aqui não se trata mais da oposição em relação ao erotismo, mas do aprofundamento da própria concepção de erotismo, ou seja, não se trata de saber como o simbólico se instaura a partir do erotismo, mas como o erotismo surge da relação com a alteridade e como uma

resposta ao desamparo originário característico da condição humana. É nesse sentido que defendemos que essa segunda versão ressalta a dimensão propriamente ética e política da compreensão psicanalítica de sujeito e de sociedade (Campos, 2013b).

Desde essa proposição inicial o trabalho de Joel Birman tem se concentrado em reiterar o posicionamento de um engajamento mais político da psicanálise, em que ressoa não só a ideia de que a sublimação é da ordem de uma ação e de uma atividade, como tem implicações políticas que não podem ser desconsideradas. Por isso a centralidade da proposição do trocadilho *sublime-ação* como essa inflexão concreta e material do conceito.

No contexto imediato dessas discussões, um livro da literatura nacional é bastante representativo da convergência desse debate coletivo sobre a sublimação e as subjetividades contemporâneas. Na obra organizada por Maria Rita Kehl (2000) com a colaboração de alguns dos autores que temos aqui destacado – Jurandir Freire Costa e Joel Birman – apresenta-se o resultado de um verdadeiro grupo de trabalho em torno da discussão psicanalítica sobre o declínio da função paterna, buscando repensar a função do semelhante na constituição subjetiva e do próprio laço social, ou seja, refletir sobre os processos “narcisantes” que se expressam sobremaneira na atualidade. Chegaram ao termo *função fraterna*, para definir essa produção horizontal do laço social, em oposição e complementação à tradicional e vertical *função paterna*.

Desse modo, a motivação principal desses autores, como bem mostra Jurandir Freire Costa em sua introdução à obra, é a preocupação quanto ao tema do declínio da *imago* paterna na contemporaneidade. Como vimos, tem-se discutido, principalmente na tradição lacaniana e francesa de psicanálise, se o declínio das instituições simbólicas sociais modernas, que davam sentido identitário e moral à subjetividade (o Estado, a Escola, a Família, a Religião e a Moral, etc.), implicam, necessariamente uma crise da função paterna e, portanto, do paradigma da castração simbólica como fundamento da condição cultural

humana. Trata-se, assim da questão da crise de valores e ideais da atualidade, com a discussão sobre se constituir como um momento de anomia transitório, na reconfiguração própria de um ultrapassamento que ainda virá em relação ao ideal moderno ou se já estamos em um novo paradigma de sociabilidade no qual o desenraizamento e liquidez é a norma (Campos; Menezes; Bocchi, 2020).

A resposta desse grupo de autores, dentre os quais me incluo, é que a instituição simbólica da vida social não se desconfigurou na contemporaneidade, mas sim que os suportes imaginários que podem encarnar os ideais para os sujeitos e, portanto, mediar a transmissão da lei simbólica nos diversos grupos e culturas, estão em crise. Ou seja, as *imagos*, que são o suporte imaginário para instaurar os ideais, têm encontrado dificuldade de se sustentar de forma mais perene e abrangente, sendo facilmente diluídas na fugacidade temporal e espacial própria da atualidade. Porém, embora descoladas de suportes mais perenes e dinamizadas em sua exigência de performance e risco, elas já configuram novos códigos normativos, que convocam e implicam de forma mais imediata as posições narcísico-identitárias das pessoas, modulando formas originais de sofrimento psíquico. Além disso, essas formas de sofrimento individual referem-se à própria configuração social dos ideais e vínculos de forma tal que as psicopatologias contemporâneas são, sobretudo, *patologias do social* (Safatle; Silva Junior; Dunker, 2019).

De qualquer forma, o declínio dos suportes imaginários paternos não deixa de ter consequências sobre as subjetividades individuais e grupais. Pelo contrário, o que essa hipótese afirma é que a sublimação vertical e edípica clássica encontra mais dificuldades de se instaurar nesse contexto atual. Ela deixa de ser o único modelo de constituição de ideais sociais e abre espaço para a explosão da violência no âmbito social, uma vez que essas amarras não conseguem mais sustentar satisfatoriamente os destinos sublimatórios.

Esse tipo de posição ajuda a entender melhor como o espectro do narcisismo próprio da vida social contemporânea não tem como consequência uma psicotização ou mesmo perversão generalizada dos seres humanos, o que posições alarmistas e decadentistas do senso comum tendem a ressaltar, bem como as posições conservadoras reacionárias e dogmáticas que se apresentam na atualidade. É também em função do mal-estar próprio da atualidade, em que o desamparo se aprofunda em desenraizamento e desalento, que posturas reativas e defensivas tendem a se configurar. Como vimos, esse tipo de denúncia tem sido feita já há certo tempo por psicanalistas, mas pouco se avançou na descrição de uma saída para esse impasse. A questão então é que atividade se pode promover nesse contexto. A novidade desses autores é justamente assinalar que uma gestão mais horizontal e coletiva do laço social, instaurando certos ideais “de baixo para cima”, por meio das identificações fraternais, possa ser o contrapeso necessário para a gestão do mal-estar na atualidade.

O modelo de base para esses autores é o clássico esquema da formação dos grupos de Freud (1921/1996), no qual há diferentes elementos de identificação necessários para a constituição dos grupos: (1) a identificação introjetiva vertical como o pai como ideal; (2) as identificações introjetivas horizontais entre os irmãos; (3) a identificação projetiva com o grupo externo estranho. Eles buscam ressaltar a importância desse segundo tipo de mecanismo como possibilidade de contrabalançar a crise da identificação com a *imagem* paterna e também instituir diferenciações com relação à alienação à essa mesma figura. Essa seria propriamente a *função fraterna*:

“Pode-se falar, aqui, de uma função fraterna operando sobre a constituição do *eu*, na ausência da qual o sujeito torna-se incapaz de reconhecer-se fora da relação especular fornecida pelo olhar materno e passa a ver no outro uma ameaça constante. A função fraterna não substitui a função paterna, que opera para fundar o sujeito – no sentido do

sujeito do desejo inconsciente – e podemos questionar se ela é capaz de operar, para o sujeito, quando a primeira falha. Além disso, enfatizo aqui que não se deve confundir a função do semelhante, na constituição do eu, com a participação da fratria na constituição da função paterna.” (Kehl, 2000, p. 38)

“Por fim, há que se considerar a importância das identificações *horizontais* que se dão entre os membros de um grupo; se estas não excluem a identificação fundadora, *vertical*, em relação ao pai ou seu substituto, certamente fazem uma suplência indispensável face a ela.” (Kehl, 2000, p. 43)

A função fraterna é parte da lógica propriamente simbólica e paterna, precisando desse registro para poder se constituir. Além disso, as fronteiras entre essa função e o resquício da função materna do narcisismo primário não são tão claras. Por isso, inclusive, que a autora insiste em diferenciar o narcisismo individual e materno, desse narcisismo coletivo e fraterno por meio da ênfase na ideia de *fratria* como uma forma de identificação coletiva. Isso é muito importante, pois indica que as instituições narcísicas individuais se chancelam e se sustentam nas instituições narcísicas sociais, por assim dizer.

Por esse caminho então traz-se de volta para o debate psicanalítico a ideia de solidariedade fraterna e sua ideia básica de identificação e vinculação pela semelhança em condições de igualdade e liberdade como condição instituinte do ideário revolucionário moderno. Contudo, é preciso nuançar o caráter de *semelhança* na fraternidade, de forma que a igualdade possa ser sustentada em uma convivência que se sustenta no respeito e tolerância às diferenças, ou seja, no jogo sutil entre familiaridade e estranheza que é o próprio estofado da contribuição psicanalítica para a compreensão da constituição do sujeito. Nesse sentido é que se resgata a noção freudo-lacanianana da estruturação do sujeito no ponto da rivalidade fraterna

como momento de entrada na triangulação edípica, mas para indicar não apenas seu aspecto de ruptura, como também a sua função de restituição narcísica. Em outras palavras, embora a posição de outro semelhante se configure como rivalidade, também se coloca como suporte para vinculação a um grupo familiar e na constituição de uma referência de apoio e proteção, o que se expressa claramente naquela ambivalência típica das relações fraternais.

Assim, do ponto de vista mais estrutural a função fraterna se refere à entrada do outro semelhante no campo narcísico da criança, contribuindo para a estruturação do eu, fazendo suplência à função paterna. Para tanto, Lacan (1964/1985) resgata sua pertinência no próprio mito das origens na formação do totem (Freud, 1913/1996), na medida em que é a aliança fraterna a responsável pela morte do pai tirano e pela separação entre a lei simbólica e a autoridade imaginária do pai real. Em outras palavras, é antes porque há um pai na estrutura simbólica que o pai imaginário pode alcançar sua eficácia simbólica.

As funções materna, paterna e fraterna operam em complementaridade. Se do ponto de vista lacaniano a função paterna é o elemento matricial principal, na medida em que funda o sujeito do inconsciente e introduz por assim dizer no “mundo da cultura” por meio do interdito ao incesto e instituição do pacto edípico, a função fraterna é o que sustenta e mantém essa filiação. O pacto social, assim, é um efeito da operação da função fraterna. É o reforçador e renovador do narcisismo dos grupos e instituições, como já apontei. É também o meio privilegiado pelo qual a herança intergeracional se operacionaliza no âmbito social e por onde as negociações em relação às diferenças podem atuar de forma mais autônoma e solidária na tessitura de vínculos.

Os capítulos do livro exploram os diferentes modos de operação da função do semelhante no laço social através de produções culturais da atualidade, apresentando diferentes perspectivas sobre as incidências desse fenômeno, mas que convergem para essa dimensão propriamente instituinte, proativa e criativa como contraponto tanto aos

dogmatismos autoritários quanto ao desenraizamento, encontrando na produção da cultura a partir de instituições democráticas sua via de realização. Essa tônica se expressa na forma como o livro está agrupado em duas partes: “Fraternidade e instituições democráticas” e “Fraternidade e a produção da cultura.” Os capítulos exploram diferentes vertentes desses processos, com destaque justamente para o lugar central das instituições sociais em uma posição política de igualdade, democracia e compromisso com a liberdade emancipação como uma condição sócio-política estrutural fundamental. No âmbito das ilustrações desse processo, se retorna aos fenômenos grupais em que a dimensão da fratria se coloca de forma mais clara, ou seja, onde o sentimento de pertencimento fraterno se efetiva e se torna modelar. Nesse ponto temos um deslocamento importante, que é o dos lugares tradicionais de irmandade, tal como nas instituições religiosas e militares (irmãos em cristo ou em armas), para as legiões urbanas juvenis em que figuras como a “brodagem” e a “sororidade” se colocam como novas normatividades. Assim, as produções da cultura atual se apoiam na adolescência como um paradigma da sociabilidade contemporânea. Por meio dessas análises, os capítulos sustentam a pertinência das formações vinculares fraternais como possibilidade de ultrapassamento dos encapsulamentos narcísicos que se configuram no espaço psicossocial.

No capítulo final, sobre a “fratria órfã”, a autora retoma essa discussão no contexto do declínio da autoridade simbólica na atualidade, indicando que na exigência de laços horizontais pode se anunciar uma saída positiva em direção a uma solidariedade cooperativa. Contudo, o que se observa na ausência de mediadores mais efetivos é o império da lei do mais forte e da violência, com o encapsulamento em grupos fechados mobilizados pelo ódio ao diferente e educados na lógica do consumismo. Isso é analisado de forma exemplar no campo das sociabilidades adolescentes e juvenis pelo risco da fratria se transformar em seita

ou gangue. Nesse sentido, as fratrias se equilibram sobre um acordo frágil, ameaçado constantemente por forças em conflito.

Em suma, a ênfase do livro é mostrar que essa dinâmica instituinte fraterna é propriamente o solo da democracia que é, ainda, o ideal regulador dessa modernidade tardia. Trata-se da força constituinte coletiva de ideais simbólicos, criando novas possibilidades de organização da lei moral e social. Essa é a circulação horizontal que pode revolucionar as leis sem transgredir o fundamento da Lei, renovando o pacto civilizatório simbólico:

“O que estou chamando de ‘circulação horizontal’ é o tipo de vínculo social mais característico das democracias modernas, em que a transmissão de saberes e de experiências, a produção discursiva, a criação de fatos sociais relevantes e instâncias intermediárias de poder se dão preferencialmente no campo dos encontros e embates entre semelhantes, e a submissão voluntária aos discursos de autoridade é relativizada inclusive pela própria multiplicidade de enunciados de saber.” (Kehl, 2000, p. 44)

Portanto, a função fraterna é o que constituiria principalmente o laço social contemporâneo, afirmando uma posição ética de acordo com o ideal moderno por excelência e fomentando uma organização política democrática, plural e multicentrada, comprometida com a emancipação. Isso é fundamental para entender o discurso crítico da psicanálise como uma ética do desejo e do reconhecimento da alteridade, mas também avançar em direção a suas implicações sócio-políticas.

A posição geral de um resgate e fomento da função fraterna na sociabilidade contemporânea está alinhada à renovação e ressignificação geral da problemática da sublimação que temos apontado, pois as concepções de fratria e de sublime-ação se integram a partir da ideia geral de uma gestão horizontalizada e instituinte do desamparo.

Como já apontei, Joel Birman abordou a sublimação em muitos momentos de sua extensa e profícua obra desde o momento seminal da caracterização do mal-estar na atualidade, com destaque para o diálogo direto com a função fraterna que faz no seu livro sobre a resistência como uma forma de enfrentamento do mal-estar (Birman, 2006). Nessa obra, ele retoma o discurso moderno justamente na passagem da servidão voluntária para a fraternidade e busca nessa um destino para os impasses da figura do pai na atualidade, como forma de fazer uma espécie de genealogia da resistência, caracterizando de forma mais detida o contexto para sua ideia própria de sublimação.

Além de convocar todo o repertório sobre a ação política como destino do processo sublimatório, o autor também resgata a noção mais metapsicológica de uma resposta ao desamparo, que se assenta no caminho que apontamos de uma certa elaboração da negatividade em direção à criatividade, que se coloca na psicanálise contemporânea a partir da confluência das vertentes francesa e de relações de objeto. Essa integração se apresenta de forma mais clara e resumida em seus artigos específicos sobre a sublimação (Birman, 2008, 2010).

No geral, o autor define que a sublimação emerge quando o sujeito se depara com o ilimitado, o informe e o terror que escapam à simbolização. Em vez de sucumbir à angústia ou ao desamparo diante do que não pode ser representado, o sujeito é impelido a uma ação criativa que, paradoxalmente, estabelece limites e contornos ao que antes era inominável. É, portanto, um movimento de transcendência que não nega o real em sua crueza, mas o atravessa e o transforma. Essa ação não é necessariamente um ato grandioso e heroico; pode se manifestar em gestos cotidianos, na criação artística, no pensamento filosófico ou até mesmo na resignificação de um sofrimento. O crucial é que a sublimação configura um *processo de subjetivação* que permite ao sujeito constituir-se e manter-se em face do que seria

potencialmente desintegrador. Vejamos agora como essa concepção geral se desdobra no campo da criatividade e da política.

Em um dos seus artigos que ainda não abordamos diretamente, Birman (2010) explora as complexas relações entre os conceitos de governabilidade e força na psicanálise freudiana, investigando as possibilidades e limites da sublimação no âmbito da política. Para tanto, ele empreende uma análise da leitura que Freud fez da política, situando-a em diálogo com as tradições da filosofia política, como já contextualizamos. O que nos interessa em particular é que ele aborda a dificuldade da psicanálise de estabelecer uma relação clara e linear entre os conceitos de sublimação e força. Essa dificuldade residiria na heterogeneidade dos domínios teóricos envolvidos, uma vez que a sublimação é um conceito eminentemente psicanalítico, enquanto a força é uma problemática interdisciplinar, presente em diversos campos do saber. Faz assim um percurso metodológico para articular esses domínios, que passa pela caracterização da sublimação na obra de Freud que temos apresentado e que redonda na discussão sobre o mal-estar com que começamos esta seção do nosso capítulo. Nesse percurso, o autor também observa que a tradição psicanalítica pós-freudiana tendeu a negligenciar a dimensão política presente na obra de Freud, privilegiando os temas da arte e da moral. Argumenta igualmente que o domínio da política tem ressurgido no discurso psicanalítico contemporâneo, em resposta às transformações do espaço social e às novas formas de subjetivação. Por esse caminho ele discute como a leitura freudiana do psiquismo considera as formas de sociabilidade e de poder, enfatizando a polaridade entre narcisismo e alteridade no campo psíquico e como essa polaridade influencia a relação do sujeito com o outro e na constituição e gestão do mal-estar.

A problemática da sublimação aparece da forma que temos destacado, como uma ação de erotização no âmbito das pulsões:

“Nesse contexto, erotizar e sublimar se oporiam à crueldade e à destrutividade, no equilíbrio sempre instável que seria estabelecido entre a pulsão de vida e a pulsão de morte. Além disso, neste outro contexto a sublimação implicaria agora na invenção de novos objetos de investimento para a pulsão, de forma que a pulsão de vida pudesse regular devidamente a pulsão de morte. Portanto, se inicialmente a sublimação e a erotização estariam inscritas em polos opostos no psiquismo, posteriormente estariam bem mais próximas e inscritas no mesmo polo psíquico, ambas buscando a afirmação da vida contra a morte.” (Birman, 2010, p. 534)

Todavia essa erotização acontece também no âmbito de seus destinos sociais e em uma forma de ação política que implica posições de gestão do desamparo e configuram uma forma de resistência. É nesse ponto que as diferentes leituras sobre o mal-estar e a governabilidade são exploradas, trazendo aportes importantes para nossa discussão.

O autor examina a mudança na leitura freudiana sobre a relação do Estado com a violência, desde a ideia de uma “conjuração da força” no seu texto sobre as origens do totem e do tabu até a visão de uma “guerra disseminada” em textos posteriores. A aproximação de Freud com a filosofia política de Hobbes e a crítica ao conceito de paz perpétua de Kant é apontada, mas o narcisismo das pequenas diferenças é resgatado como um fator que contribui para a disseminação da guerra no interior da sociedade. Birman (2010) conclui que, na leitura final de Freud, a guerra parece dominar a política, na medida em que a força prevalece sobre o sentido e a negociação. O autor associa essa leitura à de Nietzsche e Foucault, que também enfatizam a dimensão da violência e da luta no campo social. O sujeito ético é apresentado como um limite intransponível à governabilidade, afirmando a liberdade e resistindo à regulação total da pulsão de morte pela pulsão de vida.

Como se pode notar, por esse caminho a ideia geral da pulsão de morte como um limite ontológico de negatividade e diferença radical também se entremeia na argumentação, como é comum no debate da literatura atual, mas de uma posição crítica e proativa em relação ao adágio da impossibilidade de governar, ousando ultrapassar a linha da neutralidade política que marcou a posição tradicional da psicanálise e escolhendo a política em opção à guerra. Esse passo envolve o reconhecimento sócio-político do sofrimento e a aposta na criatividade da função fraterna.

Assim, o conceito em Birman oferece uma perspectiva para pensarmos como o ser humano pode mobilizar recursos internos para enfrentar o indizível, não apenas suportando o insuportável, mas transformando-o em potência de vida e de criação. Ao colocar a sublimação à prova do social e propor a ideia de uma sublime-ação que ultrapassa o ideário iluminista em direção a uma *práxis*, o autor nos ajuda a reposicionar a problemática da sublimação no cerne de uma psicanálise dos fenômenos sociais e culturais. Como se pode perceber, há um caminho de aprofundamento das vertentes progrediente de erotização e regrediente de dessexualização na problemática da sublimação desde Freud em direção a uma gestão horizontalizada do desamparo.

A ideia de reforçamento do vínculo solidário e o resgate de uma posição emancipatória e libertária para o sujeito é um valor central dos debates sobre a implicação ético-política da psicanálise nacional. O reconhecimento do papel constitutivo e efetivo da alteridade na sustentação dos processos de subjetivação implica de forma mais ou menos explícita os processos de sublimação, indicando sua relevância na compreensão do pacto social. Nesse sentido, outros trabalhos também indicam a necessidade de resgate e ênfase da fratria e de sua função na sociabilidade e na cultura. Aqui entra no mérito a discussão não só sobre os laços horizontais de sociabilidade em geral, que se apoiam na referência da solidariedade e fraternidade entre irmãos, assim como a própria ideia de um complexo

fraterno na constituição da subjetividade, ou seja, o papel da rivalidade e da solidariedade da irmandade na família.

Curiosamente, há pouca ênfase na literatura psicanalítica em geral sobre essa dimensão dos complexos familiares, por assim dizer. Trabalhos de revisão de literatura sobre o tema são bastante explícitos em indicar que a temática realmente é de expressividade recente, remontando ao começo dos anos 2000 (Goldsmid; Carneiro, 2007; 2011). Trata-se então de uma temática que, embora presente desde o início, é resgatada apenas no século XXI, o que pode ser um argumento para sugerir que as demandas que advêm do desalento e do desamparo contemporâneo acabam por convocar o reforço desse complemento para a sustentação do pacto social. Em todo caso, também faz com que a ação coletiva que se expressa no livro organizado por Kehl (2000) constitua uma obra seminal e paradigmática sobre o assunto.

Considerando isso, cabe então adensar um pouco mais a discussão sobre uma função fraterna dentro do pacto edípico e do pacto social. O primeiro ponto consiste em uma questão terminológica, que não é sem implicações. Isso porque na perspectiva mais freudo-lacanianana a noção que se impõe é de *função*, acompanhando o reposicionamento estrutural acerca do complexo de Édipo. Muitos autores, desde os fundamentos freudianos, preferem o termo mais tradicional de um *complexo fraterno*, ou seja, uma teia associativa de fantasias em torno da posição de irmandade, com toda a ambivalência que isso implica, ou seja, o suporte mútuo que é simultâneo à rivalidade. Como bem apresentam Goldsmid e Carneiro (2007; 2011) nos autores clássicos da era dos debates, como Freud, Abraham e Ferenczi, há indicações das fantasias pertinentes a esse complexo fraterno, dentro da lógica geral da composição do romance familiar. Assim, o complexo fraterno pode ser definido como um conjunto organizado de representações e investimentos inconscientes constituídos a partir de fantasias e relações intersubjetivas entre sujeitos que se reconhecem como “irmãos” ou semelhantes.

Na perspectiva da psicanálise clássica ele é entendido como parte do “complexo familiar”, como aponte, entendido ou como uma fase preliminar do complexo edípico ou como um deslocamento deste. De fato, do geral da psicanálise lacaniana ficou para nós a ideia de que a rivalidade com o pai é o prenúncio da entrada no terceiro tempo deste complexo, onde a figura do pai passa de um rival irmão, igual e dual para a de um terceiro, a partir justamente da instituição da função paterna. Então a ideia de um registro dual em que os irmãos competem e entram em rivalidade pela preferência materna acabou se estabelecendo na tradição psicanalítica, no que acabou, inclusive, referendando uma posição do senso comum em geral. O complexo fraterno seria então da ordem de um componente da conflitiva edípica e as rivalidades entre iguais que se colocam na vida das pessoas seriam então pautadas pelo deslocamento de como essas dinâmicas se configuraram na constituição da personalidade do sujeito. Por isso inclusive que ficou para nós como preponderante a ideia de uma *rivalidade fraterna*, em função ou da posição materna ou da posição paterna, sem ganhar um estatuto próprio e também sem ressaltar a dimensão de apoio mútuo que a ideia de *fraternidade* carrega. Em suma, ao privilegiar a dimensão vertical (pais-filhos), negligenciou a dimensão horizontal e lateralizada da constituição da subjetividade.

As autoras defendem que, embora a rivalidade e a inveja sejam os aspectos mais explorados na literatura, o complexo fraterno desempenha um papel estruturante na família e na sociedade que vai muito além do conflito e também das determinações concretas dos arranjos familiares. Assim, o complexo fraterno não deve ser entendido apenas pela presença de irmãos consanguíneos ou adotados, mas como uma verdadeira função que deve ser compreendida pela ajuda recíproca e um nível de igualdade que permite a provisão de modelos de identificação intrageracionais. Nesse sentido, a fratria pode ser definida como “uma entidade psíquica grupal, sincrônica, comum aparelho psíquico específico, diferente da soma dos psiquismos individuais dos irmãos e das irmãs, e que constitui o continente

grupal de fratria. (Goldsmid; Carneiro, 2007). Nesse sentido, também diferenciam o laço fraterno de relação fraterna, já que o laço consiste no partilhar do mesmo laço de filiação, enquanto a relação depende propriamente do vínculo que se estabelece. Nesse sentido, vínculo fraterno seria uma construção psíquica comum aos membros de uma fratria que não compartilham de um laço fraterno e que permite distinguir-se como um grupo. Segundo as autoras, a função fraterna pode ser definida como:

“de ajuda recíproca, de colaboração, de assistência em um nível de igualdade, de defesa dos direitos das gerações e de provisão de modelos de identificação entre os irmãos, que, por pertencerem à mesma geração, funcionam como modelos de identificação diferentes do dos pais. A relação entre os irmãos dá-se em um contexto em que, através do jogo, torna-se possível elaborar a angústia e desenvolver a criatividade. Além do ensinar e aprender recíprocos, permite também a descarga moderada de agressividade. A possibilidade de exercer essas funções, com o conseqüente desenvolvimento de representações vinculares conscientes e inconscientes, implica em facilitar o estabelecimento de relações ‘suficientemente boas’ com os pares na vida adulta.” (Goldsmid; Carneiro, 2007, p. 302)

A função fraterna é o que permite então ao sujeito experimentar a alteridade com um par. Enquanto o pai representa a Lei e a autoridade, o irmão representa o semelhante. É no espelhamento com o irmão (pelas semelhanças e diferenças) que o sujeito se define, atenuando o narcisismo primário.

Porém, o mais importante é que a função fraterna transcende o complexo fraterno da instituição familiar e se estabelece no âmbito das relações sociais., ou seja, a incidência do complexo fraterno no laço social se dá através da transformação da agressividade inerente ao

narcisismo das pequenas diferenças em pacto social: “o fraterno incluirá a fraternidade, entendida como trama horizontal entre pares, por sua vez, semelhantes e diferentes. A questão do fraterno pode ser considerada em um sentido que excede o do vínculo de irmãos.” (Goldsmid; Carneiro, 2011).

Contudo, embora trabalhos como estes sejam importantes para indicar a pertinência do resgate do complexo fraterno e de sua função, indicando a necessidade de sua transposição para a formação do laço social e das dinâmicas grupais na vida em sociedade, eles em geral ainda permanecem na ideia de uma primazia da dinâmica familiar na sobredeterminação das formas de vinculação social.

É preciso, a partir desses trabalhos, reafirmar que a função fraterna não se limita à resolução da rivalidade narcísica, mas constitui a própria estrutura da horizontalidade necessária ao laço social contemporâneo. Ao deslocar o sujeito da posição de filho (submetido à verticalidade edípica) para a posição de irmão (sujeito ao pacto com o par), o complexo fraterno inaugura uma ética da alteridade. É nessa transição que se fundamentam os vínculos emancipatórios: o reconhecimento do outro como um semelhante - e não como um rival a ser suplantado - permite a emergência de uma solidariedade que sustenta a cidadania e a resistência política frente às lógicas de exclusão.

Nesse sentido cabe resgatar a contribuição de René Kaës (2005) ao tema. Esse autor também se preocupa em diferenciar laço fraterno das relações fraternas, bem como ultrapassar a dimensão intrapsíquica deste complexo. Pelo contrário, foca nos aspectos intersubjetivos da ambivalência dos laços entre irmãos e no próprio convívio nas relações grupais. Em sua definição:

“O complexo fraterno, então, define uma organização fundamental dos desejos amorosos, narcísicos e objetivos, do ódio e da agressividade com relação a este outro

que um sujeito reconhece como irmão ou como irmã. Esse complexo inscreve-se, também, na estrutura das relações intersubjetivas organizadas pela representação inconsciente das localizações correlativas ocupadas pelo sujeito, o irmão e a irmã em relação ao objeto de desejo da mãe e/ou do pai. Ele qualifica, para todo sujeito, a criança única ou membro de uma fratria, uma experiência fundamental da psique humana” (Kaës, 2005, p. 141).

Essa experiência fundamental se estende à própria constituição vínculo social por meio de um pacto de solidariedade e uma posição ético-política emancipatória.

Um outro autor que aborda a questão da função fraterna como um componente essencial para a sociabilidade contemporânea é Luis Claudio Figueiredo (2012, 2014) como base para uma ética do cuidado. Em suas considerações sobre a clínica contemporânea, esse autor enfatiza a necessidade de implicação, hospitalidade e reconhecimento do outro que se coloca a partir de uma posição de abertura à alteridade. A função fraterna é exercida por quem está na situação analisante, mas também no campo das relações sociais, permitindo um lugar de testemunho a partir de uma posição de igualdade e parceria, ou seja, de um vínculo horizontalizado, como tenho insistido. A função fraterna pode assim ser um modo de ser-com-o-outro que não é invasivo nem autoritário, mas sim um suporte para a autonomia em um cuidado que emancipa.

Esse autor propõe a partir dessa posição ético-política uma verdadeira teoria geral do cuidado, baseada nas funções da implicação e da reserva na presença dos agentes cuidadores, compreendendo tanto os *fazer*es quanto o *ser e deixar ser*. Para tanto propõe que se considere de uma pluralidade de posições e funções do objeto primário, compreendido a partir da ideia de *objeto transformacional*, presente em teorias da vertente das relações de objeto:

“Uma originalidade desta proposta teórica é que ela supões, como se viu, a coexistência dessas funções básicas, sem privilégios e sem prioridades lógicas ou temporais e sua persistência (transformada) ao longo de toda a existência. Ou seja, as funções básicas da implicação têm sua forma primitivas - encarnadas, vias de regra na funções maternas e paternas - e passam por transformações, desde as mais concretas até as mais simbólicas e sublimadas, no vasto campo do que chamaremos de ‘objetos transformacionais’ derivados. A percepção da coexistência desta funções aparentemente contraditórias requer um pensamento afeito ao paradoxo.” (Figueiredo, 2014, p. 14)

O que cabe destacar é justamente como uma concepção contemporânea sobre a subjetividade precisa pensar a situação analisante em uma perspectiva ampliada em que a saúde se configure em seu contexto de inserção cultural e, como tenho insistido, no âmbito propriamente psicossocial. É um autor parte das considerações da função fraterna e as transpõe para pensar a própria concepção de saúde e de subjetividade, apresentando também uma perspectiva de trabalho de elaboração psíquica que se configure como criatividade na constituição e manutenção dos vínculos sociais. Essa reorientação sobre uma concepção integrada e não normativa de saúde passa também pela consideração dos processos sublimatórios, que devem então considerar as múltiplas dimensões de trabalho que temos destacado:

“Talvez, antes mesmo de termos uma boa teoria da sublimação, seja necessário reconhecer as diferenças entre os trabalhos do sonho (matriz da primeira interpretação freudiana), os trabalhos do luto (uma ideia de Freud que, aprofundada e expandida por Melanie Klein, levou à noção de ‘reparação’, cara às elaborações kleinianas sobre a

estética), e os trabalhos da criação (Anzieu, 1985, p. 773-774), mesmo admitindo que nos trabalhos de criação muitos aspectos dos trabalhos psíquicos do sonho e do luto estejam presentes. Uma teoria da interpretação das formações requer, como pressuposto, o reconhecimento destas especificidades.” (Figueiredo, 2014, p. 56-57)

Essa citação é preciosa porque retoma em muitos aspectos o caminho que viemos percorrendo para pensar sublimação como um processo e um trabalho em uma concepção psicossocial de subjetividade. Também é importante porque indica um ponto de chegada importante de toda a problemática da sublimação, que são suas implicações ético-políticas para uma clínica contemporânea, incidindo sobre a própria concepção de saúde. Então vemos como a questão da “adaptação social” pode desaguar em uma visão integrativa e não normativa de saúde, que não seja pautada pela supressão de sintomas, por exemplo.

Por esse caminho, a ideia de uma sublime-ação, organizada na gestão horizontalizada do desamparo no campo dos vínculos sociais ganha um reforço importante de outros autores. Nesse sentido, podemos observar também que a discussão sobre a função fraterna não esteja restrita ao campo freudo-lacaniano, embora os autores que têm se destacado como mais expressivos nessa discussão no âmbito nacional circulem em torno dessa tradição. Penso nesse sentido que o que viemos indicando como um caminho, a saber, a integração entre paradigma subjetal e objetal na psicanálise contemporânea, acaba por se concretizar com muita relevância no campo psicanalítico nacional.

Ao fim deste último giro de nossa espiral, podemos afirmar que a problemática da sublimação pode ser amplamente renovada, pois esse mecanismo deixa de ser uma mera atribuição de valor moral (essa conduta é socialmente adequada) para se tornar o fundamento de uma ética da alteridade (o laço social é fruto de um trabalho de gestão do desamparo). Desse modo é possível reconhecer como esse caminho de discussão ensejado por autores

brasileiros ligados à tradição psicanalítica francesa consegue renovar o potencial crítico do conceito de sublimação. Os trabalhos seminais de autores como Joel Birman, Maria Rita Kehl, Jurandir Freire Costa, Luis Claudio Figueiredo e outros que apresentamos aqui fazem um importante trabalho coletivo de agenciamento da função fraterna como resposta à interpelação do social colocada para a psicanálise contemporânea, nos ajudando a pensar a sublimação definitivamente para além do intrapsíquico.

Considerações Finais

Este capítulo teve como objetivo trazer a caracterização de um terceiro momento histórico para a teoria da sublimação que envolve o contexto da eras pós-escolas. Esse último momento também marca um quarto passo teórico teórico-conceitual, na teoria das pulsões, pois envolve, por meio da problemática da sublimação, a sua caracterização propriamente como um operador psicossocial. Tratou de demonstrar como essa confluência se fez particularmente dentro de um recorte da literatura nacional e como resposta a uma certa dimensão crítica da psicanálise contemporânea.

Nesse contexto, a problemática da sublimação ganha especial relevância no contexto dos modos de subjetivação contemporâneos como um operador psicossocial importante para a ação sobre as formas de sofrimento da atualidade que remetem ao espectro do narcisismo. Essa discussão remete a princípio à noção de que a diferença e a alteridade têm dificuldade de se inscrever, por uma crise dos ideais culturais em fomentar a instauração do recalque. Esse entendimento é particularmente marcado na tradição francesa, no que se convencionou chamar de declínio da função paterna, ou seja, na falha da instauração da identificação com a lei simbólica e a instauração da castração, tendo como resultado um deslocamento da centralidade do registro edípico e neurótico para o plano do narcisismo e das chamadas

organizações limítrofes ou borderline no âmbito das estruturas clínicas e para uma certa anomia ou perversão do laço social no plano da sociabilidade e da cultura.

O percurso que propomos demonstra como no âmbito da crítica social mais ampla, a psicanálise implicada contemporânea tem buscado descrever esse processo, em geral diferenciando a falha dos suportes imaginários de uma verdadeira falência do simbólico, ou nuançando os diferentes âmbitos da chamada perversão do laço social, de forma a não simplificar e dicotomizar a relação entre estruturas clínicas individuais e suportes socioculturais. Essa psicanálise também oferece formas de inteligibilidade e de posicionamento ético e sócio-político que permitem uma atuação clínica que seja verdadeiramente psicossocial, conforme os paradigmas da complexidade e da interdisciplinaridade que os tempos de hoje demandam. Nesse sentido, uma psicanálise implicada politicamente é uma condição para as práticas de clínica ampliada que caracterizam a pluralidade dos enquadres e formas de intervenção que a psicanálise instrumentaliza na atualidade, a partir de diferentes âmbitos de atuação profissional, onde se destaca, no Brasil, a atuação da Psicologia.

A contribuição deste capítulo está em demonstrar a relação fundamental dessa passagem com a renovação do conceito de sublimação, revisitado a partir da perspectiva mais ampla de processos de erogeneização e dessexualização das pulsões. A sublimação desde Freud e cada vez mais pode ser reconhecida como um processo central do trabalho de elaboração psíquica no circuito bidirecional que se estabelece entre o corpo orgânico e o corpo social. Trabalho este que é o metapsicológico tradicional, portanto, em níveis econômico, tópico e dinâmico no psiquismo e na cultura, mas que precisa também ser compreendido como *ação*, no sentido de uma atividade e de uma *práxis* psicossocial.

O capítulo abordou uma literatura bastante convergente nesse sentido e com contribuições específicas que ajudam a ampliar o escopo e o campo dos fenômenos e

processos sublimatórios. A partir da noção geral que colocamos acima é possível chegar à proposição de que a sublimação seja entendida como um eixo central dos processos de elaboração pulsional, autorizando a defendermos a ideia de um *trabalho de sublimação*. Além disso, pudemos caracterizar um pouco melhor várias facetas desse trabalho nos cursos progrediente e regrediente, a partir de uma lógica de elaboração em negativo, o que dá maior respaldo para entender a sublimação como fundamentalmente da ordem de um trabalho do negativo, que se desfunde em mal-estar e mortificação, mas também em ação e vinculação criativa.

Nesse sentido, foi importante também resgatar e aprofundar a necessidade de desidealização em relação aos componentes ideais do eu, por meio de expedientes diversos, com destaque para o humor e a escrita, mas que apontam para uma certa noção de *identificação sublimatória* como posicionamento subjetivo em consonância com a própria função criativa. Esse aprofundamento na dimensão estética e ética, pelo viés da criatividade e da ação, por sua vez, recai em um posicionamento sobretudo político.

Essa renovação e mesmo ressignificação do conceito de sublimação é uma derivação que se alinha com as vertentes subjetal e das relações de objeto sobre a sublimação, fundamentadas na negatividade e na criatividade como forma de vinculação à cultura. Nesse contexto, se destacaram as contribuições mais explícitas de Joel Birman e Maria Rita Kehl para pensar a gestão do desamparo como tarefa e trabalho fundamental na contemporaneidade, bem como a necessidade da instauração de uma função fraterna como forma de fazer suplência a carência de identificações verticais na constituição de laços grupais e sociais. Esses autores, a partir de sua aposta na via da sublime-ação e da função fraterna, estão comprometidos com uma psicanálise crítica e emancipatória, apostando na restauração de ideais coletivos a partir de laços horizontais que venham constituir novos imaginários e ideários diante da orfandade simbólica e coletiva da atualidade.

Com esse movimento final, acredito ter apresentado e desenvolvido a hipótese da pertinência da atualização da problemática da sublimação como um eixo fundamental para o reposicionamento da psicanálise enquanto teoria e prática frente aos dilemas do presente. Defendi também que por meio da problemática da sublimação é possível evidenciar o reposicionamento da compreensão da subjetividade a partir de uma perspectiva verdadeiramente psicossocial e política em psicanálise. Essa é uma tendência contemporânea no campo e certamente onde se destacam as contribuições de uma psicanálise propriamente brasileira, que se efetivou, como vimos, em um momento bastante rico da literatura nacional, fortemente centrado na passagem do século XX para o XXI. Podemos afirmar que há um setor do campo psicanalítico contemporâneo no país que respondeu à injunção de se colocar à prova do social e o fez, entre outras coisas, por meio da passagem da sublimação para a sublime-ação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Comecei este trabalho com a indicação de como o conceito de sublimação configura uma problemática central na compreensão da teoria das pulsões e da própria concepção de subjetividade em psicanálise. Trata-se de um conceito limítrofe, constituindo um ponto de convergência de diversos aspectos da metapsicologia e da clínica, como uma verdadeira encruzilhada. Propus revisitar essa cruz, relativamente desconsiderada e supostamente ultrapassada no âmbito das grandes discussões do campo psicanalítico, para promover um resgate crítico de sua potencialidade como operador para uma compreensão dos fenômenos sociais e culturais. Em outras palavras, buscava revisitar a questão da *psicanálise aplicada* em uma nova chave, na qual se constitui como um verdadeiro fundamento psicossocial para subjetividade, por meio dos desdobramentos e destinos da sublimação.

Propus então três ensaios sobre a sublimação, configurando em um viés de periodização histórica e de paradigmas no campo psicanalítico um caminho de problematização, partindo de Freud, passando pelas três grandes escolas pós-freudianas e chegando à psicanálise contemporânea. No âmbito da psicanálise contemporânea, fiz um recorte para as propostas de articulação entre a tradição lacaniana e a das relações de objeto na interface com as ciências sociais, filosofia e humanidades, por meio das contribuições de uma certa vertente da psicanálise brasileira que se mostra bastante original e convergente no mérito dessa problemática.

O primeiro ensaio foi importante para estabelecer os fundamentos gerais da problemática e do conceito, revisitando a complexidade do tema e enfatizando a potencialidade de um segundo modelo sobre a sublimação que se evidencia no último momento da obra freudiana. Seguindo o caminho da proposta de Ana Maria Loffredo sobre as figuras da sublimação e seus dois tempos na metapsicologia freudiana, trabalhei as

passagens entre dessexualização e erogeneização da pulsão. Reforcei a partir daí a ideia de uma sublimação primária nesse segundo momento, vinculada à ligação da pulsão em libido e com produção de ideais de eu no processo de constituição do narcisismo por meio de processos identificatórios com o objeto. Esse mecanismo metapsicológico pode ser melhor descrito como um destino pulsional específico, que se articula, mas não se confunde, com o recalque ou repressão. Existe, pois, um processo sublimatório próprio na constituição e manutenção do narcisismo, o que, a princípio, seria contraintuitivo. Além disso, a sublimação se mostra um processo bem mais amplo, em que esses momentos na obra se articulam em diferentes tempos e se integram a múltiplas cadeias de fusão e desfusão pulsional, bem como investimento e desinvestimento objetal, por meio mecanismos de defesa e identificatórios, com produção de expressão afetiva, que passa tanto pela satisfação como pela produção de angústia difusa e mesmo de mal-estar.

Nesse sentido, ressaltai, a partir da leitura seminal de Jean Laplanche sobre o conceito, uma certa condição ontológica fundamental de neogênese da pulsão e mesmo de retroação sobre a alteridade no âmbito da erotização, indicando para além das sublimações secundária e primária, algo da ordem de uma dimensão originária dos processos de sublimação. Esse caminho de leituras foi importante para estabelecer uma transformação da ideia de *produto* para a de *processo* e marcar o fundamento de desamparo frente à alteridade e à pulsão, bem como os expedientes de gênese e criação de investimentos e vínculos relacionais como uma tônica para os processos sublimatórios.

Foi possível assim defender que há uma complexa metapsicologia da sublimação no legado freudiano, que não faz jus ao que normalmente se caracteriza na sua conceituação, relegada a ideia de um destino socialmente valorizado para o erotismo no qual a pulsão de morte comparece como um limite e entrave. Desconstruir a chave de leitura de que a

sublimação é um mero mecanismo de defesa ou um produto bem adaptado de saída diante o recalque em oposição ao sintoma foi nosso intuito mais específico.

O segundo ensaio retoma o fio da meada no contexto das grandes tradições pós-freudianas para trabalhar suas interpretações da concepção de sublimação em sua própria compreensão da teoria das pulsões e do desejo. Fizemos trabalhar então a problemática da sublimação a partir de vertentes interpretativas que seguem caminhos bem distintos de valorização desse legado. Por meio desse percurso pude demonstrar como se consolidou a interpretação mais genérica e tradicional da sublimação e indicar outras possibilidades de encaminhamento. A tradição da psicologia do ego, a partir das indicações de Anna Freud, tendeu a descrever a sublimação como mais um mecanismo de defesa secundário, dando-lhe especial destaque como uma saída adaptada à realidade para as moções pulsionais e, portanto, um indicativo de saúde e parâmetro de cura psicanalítica. Essa visão trouxe contribuições importantes para o aprofundamento do momento de sublimação secundária, erigindo-a, contudo, como o próprio cerne do conceito e, nesse sentido, contribuindo para a simplificação da problemática da sublimação.

Já na tradição inglesa de psicanálise, a partir das indicações de Melanie Klein, a sublimação se articula melhor com os processos de elaboração da pulsão. Embora ainda referido aos mecanismos defensivos, sendo desta vez da ordem da reparação, a sublimação é vista em um processo maior de elaboração de destinos da pulsão na simbolização do vínculo com o objeto. Nessa tradição, a sublimação é fruto da reparação simbólica que advém da elaboração da posição depressiva, onde os processos de simbolização propriamente dito se instauram por meio da integração do objeto, a separação definitiva da realidade e o luto pela perda do objeto materno primário. Essa via da criação de vínculo com a realidade é também ressaltada por outras vertentes das teorias das relações de objeto, em que destacamos as

contribuições de Donald Winnicott sobre a transicionalidade e o espaço potencial como uma perspectiva complementar para a compreensão da constituição de espaço de cultura.

Por fim, a tradição francesa da psicanálise, a partir das indicações de Jacques Lacan, concebe a sublimação mais propriamente como um efeito de transcendência ao simbólico, ou seja, da produção de um destino dos processos de simbolização que aponta para um algo a mais do que a referência aos objetos do desejo e seu apoio na realidade compartilhada. Essa transcendência da ordem do Real aponta para a negatividade originária de todo o circuito pulsional, a coisa e, em última instância, o objeto a, como objeto causa do desejo. Nesse sentido, mais do que um produto objetivo ou vínculo intersubjetivo, a sublimação na tradição lacaniana aponta para um efeito de sujeito que é sobretudo transubjetivo.

Nesse segundo ensaio indiquei as possibilidades de confluência da problemática da sublimação entre as duas vertentes objetual e subjetal, por meio da referência não tanto à noção de defesa, mas à ideia do que hoje reconhecemos mais facilmente como processos de simbolização em função da perda, do luto e da falta. Se a vertente das relações de objeto apresenta mais claramente a dimensão criativa desse processo, a vertente francesa dá mais destaque ao que sobra e resta de não-simbolizado, porém ambas indicam a necessidade de um trabalho de elaboração do que é da ordem de uma certa negatividade. Nesse ponto as concepções de André Green sobre o trabalho do negativo e de René Roussillon sobre a simbolização primária e secundária puderam contribuir para um caminho de integração dessas vertentes no seu encaminhamento para o contexto contemporâneo.

Contudo, por mais inovadores que sejam os aportes teóricos dessas duas vertentes, sua consideração metapsicológica ainda se mostrou relativamente tímida no que diz respeito às implicações propriamente sócio-políticas para a concepção de subjetividade. Nesse sentido, o intuito mais específico do segundo ensaio foi demonstrar que as diferentes vertentes do campo psicanalítico na era das escolas ainda tomam a metapsicologia da sublimação em uma

perspectiva ontológica mais próxima de um posicionamento ético sobre a subjetividade e da ideia de realizações da ordem do conhecimento ou da estética e de produção de bens culturais.

De todo modo, esse percurso indicou uma confluência entre as perspectivas da tradição francesa e inglesa por meio de suas contribuições ao narcisismo e a sublimação ou, mais especificamente, a constituição e manutenção do sujeito ou do eu em sua inserção relacional. Contudo, mais do que salientar a dimensão funcional do eu e de suas defesas, o que se destaca é como a constituição da subjetividade se dá simultaneamente no âmbito da formação das estruturas do eu e de suas instâncias ideais a partir do desejo inconsciente e por meio de processos de simbolização, os quais estabelecem vinculação e configuram um certo enlaçamento com a realidade. Esta realidade, porém, não deve ser entendida na forma de uma realidade objetiva e natural, ou seja, um “ambiente” ecológico, mas antes na de uma realidade social compartilhada de símbolos, discursos e ideais culturais que se apoiam concretamente na materialidade dos corpos e objetos.

Nesse sentido, um olhar mais atual pode articular retrospectivamente as contribuições dessas duas tradições no que tange à relação com a alteridade. Assim, por meio dos processos de identificação narcísica e edípica se configuram os aspectos estruturais e identitários da subjetividade, mas também e, principalmente, aquilo que escapa ao eu, na dimensão inconsciente tanto do recalcado quanto das instâncias ideais. É essa distância entre o eu e suas aspirações inconscientes, no conflito com a sua autoimagem, suas idealizações e suas injunções morais que se produz a angústia, o sofrimento, mas também as possibilidades de ultrapassamento dessa condição, por meio de uma ação que é criadora de símbolos e de vínculos, estabelecendo o fundamento do laço social.

Contudo, mais do que aprofundar o peso e as formas da alteridade na constituição da subjetividade, os encaminhamentos pós-freudianos trouxeram modificações epistemológicas

e ontológicas importantes, que envolveram ampliar a própria noção da fantasia ou mundo interno como mera representação ideoafetiva e intrapsíquica, para considerá-la uma configuração de sentido e de afetação que é intersubjetiva e se apresenta como uma ação que engendra efeitos de realidade.

O terceiro ensaio teve então como objetivo primeiro alinhar todo o adensamento teórico-conceitual, com a ampliação e ressignificação da concepção de subjetividade que a virada linguística-pragmática e o ultrapassamento da concepção moderna de sociabilidade promoveram. Para tanto foi necessário retomar algumas trilhas de contextualização do lugar da psicanálise frente à crise da modernidade hoje, de forma a fundamentar os encaminhamentos conceituais e indicar o desafio de uma psicanálise à prova do social como tônica da discussão. Para tanto me apoiei em alguns autores da literatura nacional recente que fazem esse reposicionamento geral, em especial Joel Birman, Maria Rita Kehl e Jurandir Freire Costa.

Depois desse percurso mais amplo, retornei às leituras específicas sobre a sublimação que se configuram dentro do recorte proposto da literatura nacional contemporânea para indicar um pouco melhor quais os caminhos possíveis para sustentar uma aposta na ressignificação crítica da noção de sublimação e na passagem mais clara de uma ética do desejo para a implicação sócio-política do sofrimento na gestão do mal-estar.

Efetuei primeiro um novo retorno à Freud, agora pelo eixo de problematização da relação entre desejo e cultura para apontar a necessidade de aprofundar a categoria geral de trabalho como elaboração e processo, de forma a defender a ideia de um *trabalho de sublimação* como fundamento de uma concepção psicossocial de subjetividade. Também indiquei a necessidade de pensar o trabalho como ofício e atividade econômica e social como destino sublimatório, o que nos levou a uma aproximação maior com o legado marxista sobre

a atividade e a *práxis*, como uma forma de renovar a ideia de ato analítico e de ressaltar seus aspectos políticos e mesmo ideológicos.

Na sequência passei em revista algumas contribuições específicas sobre as diferentes dimensões do processo sublimatório. Vimos de forma mais geral como a sublimação da pulsão de morte ganha um lugar de destaque na sustentação do mal-estar na atualidade por meio da cultura da imagem e das videologias. Abordamos também sua pertinência na escrita e no humor, indicando a importância de mecanismos de desidealização na produção de saídas criativas, chegando ao ponto de uma certa *identificação sublimatória* como posição subjetiva. Por fim, chegamos à contribuição que considere mais significativa da confluência desses adensamentos, que é a proposição de uma *sublime-ação*. Defendi assim que Joel Birman traz uma proposição importante e mesmo seminal para o reposicionamento epistemológico e ético-político da problemática da sublimação em psicanálise.

Esse autor, assentado em uma visão contemporânea da subjetividade que preza mais pelo registro discursivo linguístico-pragmático do que o representacional psicológico, resgata as noções de *práxis* e de discurso pelo prisma da ideia de performance para redefinir a sublimação. Ele alinha o segundo discurso freudiano sobre o social com o segundo momento da teoria da sublimação, para caracterizá-la como um processo de gestão interminável da condição humana de desamparo frente ao irrepresentável e traumático da pulsão. A sublimação, nesse sentido, consiste em um processo de criação de sentido por meio de ligação pulsional e objetal, constituindo uma saída alteritária para as demandas pulsionais. A *sublime-ação*, portanto, seria a forma paradigmática de efetivar o trabalho sobre o desamparo e produzir realizações em retorno à alteridade sociocultural que funda a subjetividade.

A gestão do desamparo constitui-se como um verdadeiro desafio diante da crise de valores e ideais da atualidade, na medida em que as posições subjetivas se aprofundam em desalento e desenraizamento. Esse movimento ganha especial relevância no contexto dos

modos de subjetivação contemporâneos, uma vez que é ponto pacífico na discussão sobre as formas de sofrimento da atualidade que elas remetem ao âmbito de relações narcísicas, em que a diferença e a alteridade têm dificuldade de se inscrever e de se constituir, por uma crise do ideário em fomentar a lógica do recalque. São posições narcísicas reativas e defensivas, derivadas do recrudescimento das diversas formas de violência em jogo na sociabilidade contemporânea. Como vimos, essa discussão é particularmente marcada na tradição francesa, estabelecendo o que se convencionou chamar de declínio da função paterna, tendo como resultado um deslocamento da centralidade do registro edípico e neurótico para o plano do narcisismo e das chamadas organizações limítrofes ou *borderline*.

No plano da crítica ao contexto sócio-cultural mais amplo, a psicanálise *implicada* tem buscado descrever esse processo, em geral diferenciando a falha dos suportes imaginários de uma verdadeira falência do simbólico e relativizando a ideia de perversão do laço social, de forma a não simplificar e dicotomizar a relação entre estruturas clínicas individuais e suportes identificatórios culturais. De qualquer forma, a transição na configuração da sociabilidade contemporânea lança a subjetividade em um declínio da *função paterna* e de seus suportes imaginários, deixando as pessoas diante da concretude do *real*.

Nesse sentido, diante da fragilidade das identificações verticais e autoritárias é que surge a aposta no investimento e resgate das dinâmicas identificatórias grupais horizontais na produção e sustentação de ideais. Nesse contexto se destacou a hipótese de Maria Rita Kehl e seus colaboradores da necessidade da instauração de uma *função fraterna* como forma de fazer suplência a carência de identificações verticais na constituição de laços grupais e sociais. Essa autora, assim como outros autores da psicanálise brasileira contemporânea, como Joel Birman, apostam na possibilidade de reinstaurar ideais coletivos a partir de laços horizontais e fraternos, que venham instituir novos ideários diante da carência simbólica e comunitária da atualidade.

Essas perspectivas não apenas afirmam uma dimensão política primordial na compreensão desses processos, já que o registro da coletividade é a seara onde tais processos se constituem, mas também resgata a concepção de trabalho para o centro da problemática da subjetividade em psicanálise. A sublimação é o trabalho sobre a pulsão engendrando “processo civilizatório” ou, de forma mais atual, a elaboração do circuito pulsional articulando estruturas psíquicas e sociais. Decorre daí a minha sugestão da sublimação operar um quarto passo na ampliação do escopo da pulsão. Freud indica explicitamente os três primeiros - descolamento da genitalidade, implicação narcísica e tendência à morte - sendo o quarto então a inserção social e verdadeiramente uma compreensão *psicossocial* da subjetividade.

Com isso acabamos retornando ao âmbito ontológico da metapsicologia e sua ancoragem na concepção de pulsão para compreender a própria condição humana enquanto uma condição orgânica e psicossocial. Por esse retorno é possível afirmar a centralidade da noção de um trabalho interminável de gestão e elaboração sobre as pulsões para a promoção e manutenção da vida, nos registros do psíquico e do vínculo social. Retomando o adágio freudiano, o processo civilizatório é um trabalho de *Eros* em contraponto às resistências e irreduzibilidades de *Thanatos*, de forma tal que os processos sublimatórios precisam se constituir essencialmente como uma via de erotização, embora não se restrinjam a ela. Por esse caminho é que podemos reencontrar então o fio da meada da problemática, defendendo a necessidade do resgate de uma ideia de sublimação primária, ligada ao que indicamos a partir do segundo tempo da sublimação na obra freudiana. Em outras palavras, fomentar uma sublimação como via de erotização e ligação é um compromisso ético-político da psicanálise.

O encaminhamento dessa aposta no âmbito da literatura nacional pode ser notado na revisão de literatura que foi selecionada para esta tese. O que foi destacado em suma mostra que boa parte da discussão que se faz em psicanálise dos fenômenos sociais e culturais no

Brasil hoje está articulado a núcleos de pesquisa e grupos de trabalho que se localizam ou se integram a instituições universitárias no Rio de Janeiro (UFRJ e UERJ) e em São Paulo (USP e PUC). Este grupos estão fortemente marcados por autores de tradição lacaniana não-ortodoxa em diálogo com a tradição pós-estruturalista francesa (Joel Birman, Maria Rita Kehl, Miriam Debieux Rosa e Christian Dunker) ou em uma vertente mais próxima das relações de objeto com influências da pragmática e de teorias da complexidade (Jurandir Freire Costa, Nelson da Silva Junior, Daniel Kupermann e Luis Claudio Figueiredo). Embora nem todos os trabalhos sejam confluentes ou se refiram diretamente uns aos outros pode-se afirmar que a discussão geral é bastante convergente e também ocorre em espaços compartilhados de debate. Também nem todos os trabalhos endossam diretamente as hipóteses que destaquei em seus termos mais específicos, a saber, a função fraterna e a sublimação, mas defendendo que essas proposições sobre a sublimação podem constituir um eixo central na discussão. De todo modo, pude apontar a riqueza das contribuições gerais e específicas sobre a concepção de sublimação que aí emergem e indicar sua pertinência para o que considero um encaminhamento necessário para pensar os fundamentos da psicanálise dos fenômenos sociais e culturais na atualidade: o processo de instituição de novos ideais e vínculos em um mundo hiper individualizado marcado pelo desalento, pelo desenraizamento e pela desilusão.

É importante ressaltar que essa convergência de discussões se produziu de forma bastante consistente e significativa na psicanálise brasileira na aurora do século XXI, indicando alguns pontos importantes, que cabem destacar ao final desta tese. A primeira é que se pode reconhecer um coeso grupo de contribuições que, para além da discussão específica sobre a sublimação, marcou um reposicionamento importante para os rumos da psicanálise no país, que se nota até os dias de hoje. De fato, a implicação política dos discursos e práticas psicanalíticas no país hoje é algo que se desenvolveu de forma

perceptível. Creio assim que seja possível afirmar que uma certa psicanálise nacional produziu uma inflexão ética e política fundamental para a compreensão da subjetividade que a coloca em uma perspectiva verdadeiramente psicossocial.

Essa contribuição, contudo, é muito restrita a uma certa psicanálise, aquela que se produz e se sustenta a partir da inserção acadêmico-universitária prioritariamente na área da psicologia e das humanidades. Nesse sentido, também é importante localizar o momento histórico e a conjuntura política que permitiu a ampliação das práticas clínicas tradicionais para o campo da saúde coletiva e da clínica ampliada no país, que é fruto da instituição de um sistema único de saúde, redes e dispositivos de atenção psicossocial e assistência social a partir da redemocratização do país. O Brasil mudou a partir dos anos 1990 e também a psicanálise que aqui se produzia. Isso se deu por motivos intrínsecos ao movimento psicanalítico, como a revolução lacaniana e o desligamento progressivo da medicina, mas também por motivos extrínsecos ligados à inserção nas instituições de saúde e educação. Costumo dizer que a era da psicanálise contemporânea se instituiu no Brasil a partir desse momento histórico e se consolidou na passagem para o século XXI.

Considero importante reconhecer essa localização e contexto, porque não só ajuda a entender onde se sustenta toda essa produção de qualidade e justifica o seu compromisso social, como também reitera que os produtos de todo esse trabalho coletivo são também fruto de políticas de interesse público e de um financiamento que é fomentado pelo Estado. Em tempos de neoliberalismo selvagem e retirada da posição de sujeito, é importante que se lembre que a posição de resistência que a psicanálise brasileira tem promovido a certos discursos e práticas no trabalho, na educação e na saúde decorre de sua efetivação na formação e pesquisa acadêmico-universitária, bem como sua inserção em um sistema nacional de fomento e de aperfeiçoamento profissional de nível superior. Nesse sentido, a discussão sobre psicanálise e universidade ou mesmo sobre a formação em psicanálise é algo

que no Brasil tem características muito próprias e também muito promissoras. Eu ousou assim afirmar que a marca distintiva que a psicanálise brasileira tem imprimido ao campo psicanalítico é um formidável trabalho de agenciamento da função fraterna que encontra no meio acadêmico-universitário ainda condições propícias de realização.

Penso também que esta tese também dá um testemunho dessa conjuntura, na medida em que foi produzido nesse contexto e por meio de suas condições de trabalho e de financiamento. Trata-se de uma proposta de livre docência, compilando um percurso de trabalho de mais de uma década, integrando ensino, pesquisa, extensão e gestão, por meio de grupos de pesquisa, redes de colaboração e financiamento público. Em um país com tantas desigualdades sociais e econômicas, se configura até como um certo privilégio poder se dedicar integralmente à formação, à pesquisa e à produção científica e cultural. Esse trabalho precisa de condições de execução e de fomento e o sistema universitário brasileiro dá provas de sua potencialidade e de sua efetividade com uma produção coletiva bastante inspiradora. Espero que esta tese possa ser mais uma colaboração nessa aposta pela sublime-ação.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, G. A. et al. O lugar do conceito de sublimação na psicodinâmica do trabalho. *Revista Polis Psique*, v. 7, n. 3, p. 200-223, dez. 2017. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-152X2017000300012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 de junho 2025.
- ALMEIDA, Pedro Teixeira de; BELO, Fábio. Deve-se queimar a noção de sublimação?. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 30, e53866, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/vFX3G86HTTZKJYCBWVh4B3k/>. Acesso em: 19 de junho de 2026.
- BEZERRA JUNIOR, B.; PLASTINO, C. A. (Orgs.). *Corpo, afeto e linguagem: a questão do sentido hoje*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2001.
- BIRMAN, J. *O mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- BIRMAN, J. *Arquivos do mal-estar e da resistência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- BIRMAN, J. Criatividade e sublimação em psicanálise. *Psicologia Clínica*, v. 20, n. 1, p. 11-26, 2008. Recuperado em 19 de junho de 2025, de <https://doi.org/10.1590/S0103-56652008000100001>
- BIRMAN, J. Governabilidade, força e sublimação: Freud e a filosofia política. *Psicologia USP*, v. 21, n. 3, p. 531-556, 2010. Recuperado em 19 de junho de 2025, de <https://doi.org/10.1590/S0103-65642010000300005>

BIRMAN, J. *O sujeito na contemporaneidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

BLEGER, J. *Psicologia da conduta*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

BUCCI, E.; KEHL, M. R. *Videologias: ensaios sobre televisão*. São Paulo: Boitempo, 2004.

CAMPOS, E. B. V. Afeto e representação nas origens da metapsicologia: uma leitura do Projeto de uma psicologia de Freud. *Psychê*, 8(14), 39-60, 2004. Recuperado em 19 de junho de 2025, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-11382004000200003&lng=pt&tlng=pt.

CAMPOS, É. B. V. Figuras da alteridade e posições éticas na obra de Freud. *Impulso*, Piracicaba, v. 18, n. 45, p. 55-66, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://unimep.emnuvens.com.br/impulso/article/view/516> . Acesso em: 19 de junho de 2025.

CAMPOS, E. B. V. A posição singular da psicanálise no campo dos saberes e práticas psicológicas. In A. A. L. Ferreira (Org.), *A pluralidade do campo psicológico: principais abordagens e objetos de estudo* (1a ed., pp. 143-179). Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2010.

CAMPOS, E. B. V. Os fundamentos da constituição subjetiva segundo Laplanche. *Impulso*, v. 22, n. 55, p. 21-34, 2012. Disponível em <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/9a07559b-f7cc-4344-9aa4-1ae6ccd75850/content> . Acesso em 19 de Junho de 2025.

CAMPOS, E. B. V. A Concepção de sublimação no trabalho de Jean Laplanche. *Psicologia em Estudo*, v. 18, n. 3, p. 465-474, 2013a. Disponível em <https://www.scielo.br/j/pe/a/XzpQbHvTrjPC4ZbFkvyJT4n/> . Acesso em 19 de Junho de 2025.

CAMPOS, E. B. V. Sublimação e violência: destinos da pulsão no social. In: MOUAMMAR, C. C. E.; CAMPOS, E. B. V. (orgs.) *Psicanálise e questões da contemporaneidade: volume I*. Curitiba: CRV; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013b, p. 133-148.

CAMPOS, E. B. V. Considerações sobre o estatuto epistemológico da psicanálise: a teoria das pulsões e a problemática da representação na contemporaneidade. In C. C. E. Mouammar & É. B. V. Campos (Orgs.), *Psicanálise e questões da contemporaneidade - I* (1a ed., pp. 13-30). Curitiba: CRV; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013c.

CAMPOS, E. B. V. *Limites da representação na metapsicologia freudiana*. São Paulo: Edusp, 2014.

CAMPOS, E. B. V. Uma perspectiva psicanalítica sobre as depressões na atualidade. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 7, 22-44, 2016. Recuperado em 19 de junho de 2025, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072016000200003&lng=pt&tlng=pt.

CAMPOS, E. B. V. Delineamento de pesquisa no campo psicanalítico: Uma proposição sintética. *Psicologia Clínica*, v. 33, n. 3, p. 487-505, 2021a. Disponível em: <https://doi.org/10.33208/PC1980-5438v0033n03A05>. Acesso em 19 de junho de 2025.

CAMPOS, E. B. V. Destinos da sublimação no campo psicanalítico. In: CAMPOS, É. B. V.; BOCCHI, J. C.; LOFFREDO, A. M. (orgs.). *Psicanálise em face ao desamparo e seus destinos*. São Paulo: Editora UNESP, 2021b, p. 213-243. Disponível em <https://doi.org/10.7476/9786557140567.0010>. Acesso em 19 de junho de 2025.

CAMPOS, E. B. V. An outline of sublimation from a Freudian perspective. *Psychology*, v. 16, n. 1, p. 223-241, 2025. Disponível em <https://doi.org/10.4236/psych.2025.162014>. Acesso em 19 de Junho de 2025.

CAMPOS, E. B. V.; COELHO JUNIOR, N. E. Incidências da hermenêutica para a metodologia da pesquisa teórica em psicanálise. *Estudos de Psicologia* (Campinas), v. 27, n. 2, p. 247-257, 2010. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2010000200012>.

Acesso em 19 de junho de 2025.

CAMPOS, E. B. V.; LOFFREDO, A. M. A metapsicologia freudiana da sublimação. *Psicologia em Estudo*, v. 24, n. 1, p. 1-16, 2019. Disponível em <https://doi.org/10.4025/psicolestud.v23i0.40557>. Acesso em 19 de junho de 2025.

CAMPOS, E. B. V.; MENEZES, L. S.; BOCCHI, J. C. A psicanálise e o desamparo frente à crise de valores e ideais na atualidade. *Estudos Interdisciplinares Em Psicologia*, v. 11, n. 3 (supl), p. 4-27, 2020. Disponível em <https://doi.org/10.5433/2236-6407.2020v11n3suplp4>.

Acesso em 19 de junho de 2025.

CARVALHO, A. C. Limites da sublimação na criação literária. *Estud. Psicanal.* Belo Horizonte, n. 29, p. 15-24, set. 2006. Disponível em https://pepsi.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34. Acesso em: 19 de junho 2025.

CASTIEL, S. V. *Sublimação: clínica e metapsicologia*. São Paulo: Escuta, 2007.

CASTIEL, S. V. Clínica psicanalítica e sublimação. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 30, n. 1, 2010, p. 22-31 Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000100003&lng=pt&tlng=pt. Acesso em 19 de junho de 2025.

CHAUÍ, M. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.

COELHO JUNIOR, N. E.; FIGUEIREDO, L. C. M. Figuras da intersubjetividade na constituição subjetiva: dimensões da alteridade. *Interações: Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 9, n. 17, p. 9-28, 2004.

COSTA, J. F. *A ética e o espelho da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

COSTA, J. F. *Violência e psicanálise*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

COSTA, J. F. *O vestígio e a aura: corpo e consumismo na moral do espetáculo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

CRUXÊN, O. *A sublimação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Contraponto, 1997. (Obra original publicada em 1967).

DEJOURS, C. A sublimação, entre sofrimento e prazer no trabalho. *Revista Portuguesa de Psicanálise*, v. 33, n. 2, p. 9-28, 2013.

DIONÍSIO, G. H. A psicologia do eu de Ernst Kris e seu legado para a “psicanálise da arte”. *Psicologia USP*, v. 23, n. 1, p. 191-209, 2012. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0103-65642012000100010> Acesso em 19 de junho de 2025.

DOR, J. *Introdução à leitura de Lacan: o inconsciente estruturado como linguagem*. v. 1. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

DUNKER, C. I. L. *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. São Paulo: Boitempo, 2015.

FENICHEL, O. *Teoria psicanalítica das neuroses*. São Paulo: Atheneu, 1981. (Originalmente publicado em 1946)

FIGUEIREDO, L. C. *As diversas faces do cuidar: considerações sobre a clínica e a ética*. São Paulo: Escuta, 2012.

FIGUEIREDO, L. C. *Cuidado, saúde e cultura: trabalhos psíquicos e criatividade na situação analisante*. São Paulo: Escuta, 2014.

FRANÇA NETO, O. *Freud e a sublimação: arte, ciência, amor e política*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

FREUD, A. *O ego e os mecanismos de defesa*. Porto Alegre: Artmed, 2001. (Originalmente publicado em 1936)

FREUD, S. (1895). *Projeto de psicologia*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

FREUD, S. (1905). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: FREUD, S. *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, v. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 117-232.

FREUD, S. (1908). Moral sexual civilizada e a doença nervosa moderna. In: FREUD, S. *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, v. IX. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 169-190.

FREUD, S. (1910). Leonardo da Vinci e uma lembrança de sua infância. In: FREUD, S. *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, v. XI. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 73-142.

FREUD, S. (1913). Totem e tabu. In: FREUD, S. *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, v. XIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 11-164.

FREUD, S. (1914). Sobre o narcisismo: uma introdução. *In: FREUD, S. Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, v. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 75-110.

FREUD, S. (1915). O instinto e suas vicissitudes. *In: FREUD, S. Freud, Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, v. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 115-144.

FREUD, S. (1920). Além do princípio de prazer. *In: FREUD, S. Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, v. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 11-76.

FREUD, S. (1921). Psicologia de grupo e a análise do ego. *In: FREUD, S. Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, v. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 77-154.

FREUD, S. (1923). O ego e o id. *In: FREUD, S. Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, v. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 13-80.

FREUD, S. (1924). O problema econômico do masoquismo. *In: FREUD, S. Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, v. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 173-188.

FREUD, S. (1930). O mal-estar na civilização. *In: FREUD, S. Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, v. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 65-148.

FREUD, S. (1932). A aquisição e o controle do fogo. *In: FREUD, S., Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, v. XXII. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 179-188.

FREUD, S. (1933a). Conferência XXXV: A questão de uma Weltanschauung. In: FREUD, S., *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, v. XXII. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 155-178.

FREUD, S. (1933b). A dissecação da personalidade psíquica. In: FREUD, S. *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, v. XXII. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 63-84.

FREUD, S. (1933c). Por que a guerra? In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, v. XXII. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 155-178.

FREUD, S. (1938). Esboço de psicanálise. In: S. Freud, *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud*, v. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 151-222.

GARCIA-ROZA, L. A. *O mal radical em Freud*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

GOLDSMID, R.; CARNEIRO, T. F. A função fraterna e as vicissitudes de ter e ser um irmão. *Psicologia em Revista*, v. 13, n. 2, p. 293-298. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642011000400005. Acesso em 19 de Junho de 2025.

GOLDSMID, R.; CARNEIRO, T. F. Relação fraterna: constituição do sujeito e formação do laço social. *Psicologia USP*, v. 22, n. 4, p. 771-778. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/psicologiaemrevista/article/view/276/286>. Acesso em 19 de Junho de 2025.

GREEN, A. *Narcisismo de vida, narcisismo de morte*. São Paulo: Escuta, 1988.

GREEN, A. *Orientações para uma psicanálise contemporânea*. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

GREEN, A. *O trabalho do negativo*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2010.

JANIN, C. Les sublimations et leurs destins. *Revue Française de Psychanalyse*, v. LXII, p. 1069-1086.

KAËS, R. *O complexo fraterno*. Aparecida: Ideias e Letras, 2005.

KAUFFMAN, P. (org.) *Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

KEHL, M. R. (org.). *Função fraterna*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.

KEHL, M. R. *Sobre ética e psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KLEIN, M. (1929). Situações de ansiedade infantil refletidas numa obra de arte e no impulso criador. In: KLEIN, M. *Amor, culpa e reparação e outros trabalhos (1921-1945)*. Rio de Janeiro: Imago, 1991, p. 240-248.

KLEIN, M. (1940). O luto e suas relações com os estados maníaco-depressivos. In: KLEIN, M. *Amor, culpa e reparação e outros trabalhos (1921-1945)*. Rio de Janeiro: Imago, 1991, p. 385-412.

KLEIN, M. (1946). Notas sobre alguns mecanismos esquizóides. In: KLEIN, M. *Inveja e Gratidão e outros trabalhos (1946-1959)*. Rio de Janeiro: Imago, 1991, p. 17-46.

KLEIN, M. (1956). Nosso mundo adulto e suas raízes na infância. In: KLEIN, M. *Inveja e Gratidão e outros trabalhos (1946-1959)*. Rio de Janeiro: Imago, 1991, p. 280-295.

KNOBLOCH, F. *O inconsciente: várias leituras*. São Paulo: Escuta, 1991.

KRIS, E. (1952). *Psicanálise da arte*. São Paulo: Brasiliense, 1968.

KUPERMANN, D. A identificação sublimatória: uma hipótese metapsicológica. *Cadernos de Psicanálise*, v. 18, n. 21, p. 291-312, 2002.

KUPERMANN, D. *Ousar rir: humor, criação e psicanálise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

KUPERMANN, D. Humor, desidealização e sublimação na psicanálise. *Psicologia Clínica*, v. 22, n. 1, p. 193-207, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0103-56652010000100012>

LACAN, J. (1949). O estágio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência psicanalítica. In LACAN, J. *Escritos*. Jorge Zahar, 1998, p. 93-103.

LACAN, J. (1959-1960). *O Seminário, livro 7: a ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LACAN, J. (1962-1963). *O Seminário, livro 10: a angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

LACAN, J. (1964). *O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. (1960). *Vocabulário da psicanálise*. 4. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LAPLANCHE, J. (1980). *Problemáticas III: a sublimação*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

LAPLANCHE, J. (1987). *Novos fundamentos para a psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LAPLANCHE, J. Sublimação e/ou inspiração. *Percursos*, n. 56/57, p. 35-52, jun./dez. 2016.

LASCH, C. *A cultura do narcisismo: a vida americana em uma era de expectativas decrescentes*. Brasiliense, 1983. (Obra original publicada em 1979).

LIGEIRO, V. Testemunhos do vazio: o valor da sublimação na psicanálise. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 721-745, 2021.

Recuperado em 19 de junho de 2025, de

<http://dx.doi.org/10.1590/1415-4714.2021v24n3p721.13>

LOFFREDO, A. M. Figuras da sublimação na metapsicologia freudiana. *Revista Brasileira de Psicanálise*, v. 45, n. 1, p. 51-62, 2011. Recuperado em 19 de junho de 2025, de

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2011000100006&lng=pt&tlng=pt.

LOFFREDO, A. M. *Figuras da sublimação na metapsicologia freudiana*. São Paulo: Escuta; FAPESP, 2014.

LOFFREDO, A. M. Sublimação e fenômenos culturais. In: BOCCHI, J. C.; CASTRO, E. O. (orgs.) *Psicanálise e sociedade hoje*. Curitiba: CRV; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, p. 51-66.

LUCERO, A.; VORCARO, A. Do vazio ao objeto: das ding e a sublimação em Lacan. *Ágora*, v. 16, n. sup, p. 25-39, 2013. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1516-14982013000300003>. Acesso em 19 de Junho de 2025.

MASSON, J. M. *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess*. Rio de Janeiro: Imago, 1986.

MENEZES, L. S. Por uma noção freudiana de trabalho (Arbeit). *Boletim: Formação em Psicanálise*, v. 18, p. 87-98, 2010.

METZGER, C.; SILVA JUNIOR, N. Sublimação e pulsão de morte: a des fusão pulsional. *Psicologia USP*, v. 21, n. 3, p. 567-583, 2010. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0103-65642010000300007> . Acesso em 19 de junho de 2025.

MEZAN, R. Problemas de uma história da psicanálise. In: BIRMAN, J. (org.) *Percursos na história da psicanálise*. Rio de Janeiro: Taurus-Timbre, 1985, p. 15-41.

MEZAN, R. *O tronco e os ramos: estudos de história da psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

MIJOLLA-MELLOR, S. *La sublimation*. Paris: Presses Universitaires de France, 2005.

MIJOLLA-MELLOR, S. Os ideais e a sublimação. *Psicologia USP*, v. 21, n. 3, p. 501-512, 2010. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0103-65642010000300003>. Acesso em 19 de junho de 2025.

NOVAIS, D. B.; CAMPOS, E. B. V. Um olhar kleiniano sobre a criação artística. In: SIMANKE, R. T. ; CAROPRESO, F.; BOCCA, F. V. (Orgs.), *Psicanálise em Perspectiva VI: arte, ciência e psicopatologia*. Curitiba: CRV, 2016, p. 47-62.

OLIVEIRA, E. S. Limites da sublimação e objeto transicional. *Reverso*, 45(86), 185-194, 2023. <https://doi.org/10.5935/0102-7395.v45n86.06>

PEREIRA, S. W. Desamparo e sublimação: uma proposta metapsicológica. *Psychê*, v. 4, n. 5, p. 117-132, 2000.

PICHON-RIVIÈRE, E. *Teoria do vínculo*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

PRATA, M. R. Pulsão de morte: mortificação ou combate? *Ágora*, v. 3, n. 2, p. 115-135, 2000. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1516-14982000000200007>. Acesso em 19 de junho de 2025.

RIVERA, T. *Psicanálise e arte*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

RIVERA, T. Ensaio sobre a sublimação. *Discurso*, v. 36, n. 1, p. 311-324, 2007.

ROSA, M. D. A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, v. 4, n. 2, p. 329-348, 2004 .

Disponível em

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482004000200008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 19 de junho de 2025.

ROSA, M. D. *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*. São Paulo: Escuta, 2016.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

ROUSSILLON, R. A capacidade de criar e a exigência de criar. *Jornal de Psicanálise*, v. 43, n. 79, p. 237-256, dez. 2010 . Disponível em

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352010000200017&lng=pt&nrm=iso Acesso em 19 de Junho de 2025.

ROUSSILLON, R. Condições da exploração psicanalítica das problemáticas narcísico-identitárias. *ALTER – Revista de Estudos Psicanalíticos*, v. 30, n. 1, p. 7-32, 2012.

Disponível em

https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=5025063&pid=S1984-9044202000010000500030&lng=pt Acesso em 19 de Junho de 2025.

ROUSSILLON, R. *Manual da prática clínica em psicologia e psicopatologia*. São Paulo: Blucher, 2019.

SAFATLE, V.; SILVA JUNIOR, N.; DUNKER, C. *Patologias do social: arqueologias do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SAKIYAMA, C.; CAMPOS, É. B. V. Alienação e criatividade na constituição da subjetividade: Contrapontos entre Lacan e Winnicott. *Revista de Psicologia da UNESP*, v. 15,

n. 1, p. 26-39, 2016. Recuperado em 19 de junho de 2025, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-90442016000100003&lng=pt&tlng=pt.

SEGAL, H. *Introdução à obra de Melanie Klein*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 1964.

SEGAL, H. *Sonho, fantasia e arte*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

SILVA, F. A. R. D. DE M.; KOSOVSKI, G. F. Os limites do conceito de reparação de Klein e a antropofagia lacaniana na arte contemporânea. *Psicologia USP*, v. 31, n. 1, e180026, 2020. Disponível em <https://doi.org/10.1590/0103-6564e180026>. Acesso em 19 de junho de 2025.

SILVA JUNIOR, N. A sombra da sublimação: o imperialismo da imagem e os destinos pulsionais na contemporaneidade. *Psychê*, v. 7, n. 11, p. 29-38, 2003.

TOREZAN, Z. F.; AGUIAR, F. O ato criativo e o sujeito na sublimação. *Psicologia em Estudo*, v. 16, n. 4, p. 93-601, 2011. Recuperado em 19 de junho de 2025, de <https://www.scielo.br/j/pe/a/Zx8sZPzjMvNp8ByWqMp3KCg/>

UNGIER, A. A sublimação: entre a clínica e a arte. *Revista Brasileira de Psicanálise*, v. 45, n. 1, p. 63-74, 2011. Recuperado em 19 de junho de 2025, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2011000100007&lng=pt&tlng=pt.

WEIJENBORG, I. A.; CAMPOS, E. B. V. Violência, mal-estar e sublimação no filme “Irreversível”. In: Campos, E. B. V.; Castro, E. O. (Orgs.). *Contracenas: diálogos com o cinema*. Curitiba: Appris, 2019, p. 221-248.

WINNICOTT, D. W. *O Brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.